

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SUÉLLEN BEZERRA ALVES KELLER

**A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO E O ESGOTAMENTO DO
PROJETO NEODESENVOLVIMENTISTA:
IMPLICAÇÕES PROFISSIONAIS AO SERVIÇO SOCIAL**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

SUÉLLEN BEZERRA ALVES KELLER

**A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO E O ESGOTAMENTO DO
PROJETO NEODESENVOLVIMENTISTA:
IMPLICAÇÕES PROFISSIONAIS AO SERVIÇO SOCIAL**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Giovane Antônio Scherer

PORTO ALEGRE
2019

Ficha Catalográfica

A474a Alves Keller, Suéllen Bezerra

A Ascensão do Conservadorismo e o Esgotamento do Projeto
Neodesenvolvimentista : Implicações Profissionais ao Serviço Social /
Suéllen Bezerra Alves Keller . – 2019.

253 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Giovane Antônio Scherer.

1. Neodesenvolvimentismo. 2. Conservadorismo. 3. Atuação Profissional. 4.
Serviço Social. I. Scherer, Giovane Antônio. II. Título.

SUÉLLEN BEZERRA ALVES KELLER

**A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO E O ESGOTAMENTO DO
PROJETO NEODESENVOLVIMENTISTA:
IMPLICAÇÕES PROFISSIONAIS AO SERVIÇO SOCIAL**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Giovane Antônio Scherer (Orientador) – PUCRS

Dr.^a Beatriz Gershenson – PUCRS

Dr.^a Juliane Feix Peruzzo – UFPE

Dr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior – UNICAMP

PORTO ALEGRE
2019

*Para Sarah, Susana e João,
meu Nordeste.*

Atendendo ao disposto na Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, sinalizo que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 - This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

*Quero desejar, antes do fim, pra mim e os meus amigos,
muito amor e tudo mais;
que fiquem sempre jovens e tenham as mãos limpas
e aprendam o delírio com coisas reais.*
Belchior (1976)

A trajetória discente, percorrida em meio ao turbilhão de acontecimentos políticos descritos nesta tese, não teria chegado ao fim sem a colaboração amistosa de muitos interlocutores da vida e da academia, que proporcionaram o equilíbrio necessário para a reflexão crítica. Mais do que meramente uma formalidade clichê, estes agradecimentos expõem o fato de que, parafraseando João Cabral de Melo Neto, não se pode tecer uma manhã sozinha. Não fossem eles, não haveria tese, tampouco manhã que pudesse ser celebrada. É por isso que importa a minha gratidão:

À Sarah, irmã de alma, afeto e sangue, ser mais admirável que conheço. Sou-te grata por ter me ensinado desde muito cedo, quando eras ainda criança, sobre a importância de se realizar um enfrentamento audacioso ao conservadorismo que inunda nosso cotidiano, cegando aquilo que é o mais importante: o amor.

Aos meus pais, Susana e João, meu esteio de vida. Representação de aconchego e incentivo constante, sempre ao meu lado em todos os projetos, mesmo que estes incluíssem a minha ida a outra cidade, estado ou região do país, apartando nossa convivência física. Com eles e meus avós, para quem amplio a gratidão, aprendi sobre princípios como justiça e equidade antes mesmo de me tornar assistente social. Eles são o que tenho de mais precioso.

À minha dupla e grande amor, Rene, com quem posso dialogar sobre qualquer coisa, todos os dias, na (re) construção de conhecimentos e tessitura de um futuro comum, pautado em reciprocidade. Como colegas de turma, dividimos perspectivas de mundo e esperanças. Como pares na vida, compartilhamos sonhos, projetos, bem como um apego estreito e caloroso. Dias e noites compartilhadas em meio aos livros, sempre com um fecundo diálogo, o participam ativamente do que resultou o presente trabalho.

À família, aos amigos e colegas que encontrei durante os quatro anos de doutorado, sem os quais esse tempo seria menos aprazível. Das terras gaúchas, agradeço aqueles que me acolheram docemente como família: Ruth, Fátima, Roger e Renan. Dentre tantas queridas na PUCRS, destaco os laços atados com Vanessa, Luciana e Bernardo, Marina, Ana Paula, Emilene, Camila e Charles, estendendo-se o agradecimento a toda minha turma de doutorado. Às amigas guerreiras que conquistei no trabalho e com quem tanto aprendo: Márcia, Renata,

Patrícia, Luci, Grazi, João, Bruna, Iuna e Taís. Outrossim, existem as amigadas de antes e sempre, irmandade, arrimo e refúgio constante: Thamires, Lana, Dâmaris, Roberta, Sálvea, Gláucia e Karielle. Às amadas Daniela e Mossicléia, agradeço pelas revisões e sugestões tão oportunas à melhoria do texto.

Em especial, sou grata às assistentes sociais entrevistadas nesta pesquisa, que gentilmente disponibilizaram sua agenda e abriram seus espaços de trabalho para que pudéssemos dialogar sobre a nossa profissão. São as que estão em campo que enfrentam mais duramente as vicissitudes da conjuntura contemporânea.

Ao orientador e cúmplice desse estudo, Giovane Scherer, pela generosidade, comprometimento e seriedade sempre presentes em nossas trocas. Nossa jornada foi cheia de emoções, nem sempre positivas, mas teus conselhos e aportes, aliados à tua simpatia, nos desafiou a conquistar esse resultado. No mesmo teor, agradeço a colaboração da afetuosa professora Leonia Bulla, que me orientou nos primeiros anos de doutoramento.

Aos que integram a Banca Examinadora, agradeço pelas inestimáveis contribuições à construção desse estudo. Beatriz Gershenson, com quem inicialmente dialoguei sobre as inquietações em torno da escalada conservadora e fui sabiamente instigada. Plínio Sampaio Jr., intelectual pelo qual tenho enorme admiração e com quem venho aprendendo cada vez mais sobre as contradições político-econômicas da nossa sociedade. E minha eterna orientadora, Juliane Peruzzo, com quem sempre pude contar, recebendo sólidos conselhos na vida e na academia. Minha gratidão também à Berenice Couto, doçura em forma de professora, que colaborou imensamente até a qualificação, ainda que não tenha tido a possibilidade de estar como avaliadora na defesa final.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado, sem a qual não teria sido possível a permanência no curso. Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, em nome de todos os seus professores, funcionários e colaboradores. Ainda, às Comarcas de Santa Maria e Viamão, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pelas liberações parciais para participação nas atividades acadêmicas.

À todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente desse processo, obrigada!

*Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me?*

*Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.*

*Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.*

Carlos Drummond de Andrade (1945)

RESUMO

ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. *A Ascensão do Conservadorismo e o Esgotamento do Projeto Neodesenvolvimentista: Implicações Profissionais ao Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre, 2019.

A presente tese tem como objetivo analisar as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo, a fim de contribuir para uma atuação profissional crítica e atenta aos acontecimentos recentes da realidade brasileira. Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho explicativo, com base no método materialista-dialético, no qual foram realizadas pesquisas teórico-bibliográfica, documental e de campo. A delimitação temporal foi feita considerando o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2011 e o processo de *impeachment* (Golpe) do qual ela foi alvo em 2016, com o início do governo de Michel Temer. As fontes de pesquisa foram artigos publicados em revistas científicas na área de conhecimento do Serviço Social, examinando a relação entre neodesenvolvimentismo / conservadorismo e a profissão. Também foram fontes de pesquisa os artigos publicados pelo Conselho Federal do Serviço Social nos “CFESS Manifesta”, escolhidos de forma intencional os documentos que tratam de temáticas de maior evidência no período de delimitação da pesquisa. Ademais, foi realizada uma pesquisa de campo com oito profissionais inscritas no Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESS 10ª Região), que atuam em diversos espaços socio-ocupacionais. A pesquisa busca expor o que representou o neodesenvolvimentismo no contexto político-econômico brasileiro, como se deu o seu esgotamento em relação à ascensão do conservadorismo, bem como qual a configuração do Serviço Social no período analisado, considerando as implicações desse momento histórico para a profissão. A análise dos dados da pesquisa, com base na técnica de análise textual discursiva, revelou quatro elementos centrais que traduzem a configuração do Serviço Social contemporâneo: : 1) O conservadorismo profissional persiste e é reforçado no pós-Golpe; 2) A formação profissional de assistentes sociais apresenta relevantes mudanças e desafios; 3) A dicotomia entre teoria e prática, formação e exercício, tem colocado o projeto ético-político profissional em xeque na atual conjuntura; 4) A atuação de assistentes sociais no contexto de desmonte das políticas sociais tem sido pautada pela dialética de reprodução e resistência. Tais resultados levaram à defesa da tese de que a atuação profissional no Serviço Social é dialeticamente mediada pelas diretrizes que são estabelecidas pelo Estado em torno das políticas sociais, as quais são expandidas ou retraídas de acordo com o arranjo político adotado e com a correlação de forças dos atores sociopolíticos. Não obstante o objeto do Serviço Social seja a “questão social” e as suas expressões, as balizas concretas de atuação são moduladas pelo tensionamento entre a cultura profissional e as diretrizes político-partidárias que emanam do Estado, as quais conformam um projeto político específico. No esgotamento do neodesenvolvimentismo, agudiza-se a omissão propositada do Estado em dar respostas às demandas sociais, com a retomada de um modelo econômico radicalmente neoliberalizante, alinhado à politização de pautas moralmente conservadoras. Frente ao redimensionamento na gestão das políticas sociais nesse contexto, são reduzidos os postos de trabalho para o corpo profissional de assistentes sociais, assim como são exigidas novas estratégias de atuação que atendam às contradições que se particularizam em seus espaços socio-ocupacionais. A ascensão do conservadorismo reforça a formação aligeirada em Serviço Social e conduz à precarização do trabalho, tendendo a agravar a dicotomia teoria e prática à medida que são restringidos os instrumentos sociopolíticos de embate no exercício profissional, aumentando o abismo entre as condições materiais de atuação e os desígnios constantes no projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo. Conservadorismo. Atuação Profissional. Serviço Social.

ABSTRACT

ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. *The Rise of Conservatism and the Exhaustion of the Neo-Developmental Project: Professional Implications for Social Work*. Doctoral Thesis – Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre, 2019.

This thesis aims to analyze the configurations of Social Work in the context of the exhaustion of the neodevelopmental project and the rise of conservatism, in order to contribute to a critical professional performance and attentive to the recent events of the Brazilian reality. This is a qualitative, explanatory study, based on the materialistic-dialectical method, in which theoretical-bibliographic, documentary and field research were carried out. The time delimitation was planned considering the beginning of Dilma Rousseff's first presidential term in 2011 and the impeachment process she was targeted in 2016, which culminated the beginning of Michel Temer's government. The sources of research were articles published in scientific journals in the knowledge area of Social Work, examining the relation between neo-developmentalism / conservatism and the profession. The articles published by the Federal Council of Social Work in the "CFESS Manifesta" were also used as sources of research, which were intentionally chosen the documents that deal with thematic that has greater evidence in the period of delimitation of the research. In addition, a field survey was conducted with eight professionals enrolled in the Regional Council of Social Work of Rio Grande do Sul (CRESS 10th Region), which work in various socio-occupational spaces. The research seeks to expose what represented the neo-developmentalism in the Brazilian political-economic context, as well as how its exhaustion happened in relation to the rise of conservatism, and what was the configuration of Social Work in the period analyzed, considering the implications of this historical moment for the profession. The analysis of the data of the research, based on the technique of discursive textual analysis, revealed four central elements that reflect the configuration of contemporary Social Work: 1) professional conservatism persists and is reinforced in the post-coup; 2) professional formation of social workers presents relevant changes and challenges; 3) The dichotomy between theory and practice, formation and exercise, has put the professional ethical-political project under threat in the current conjuncture; 4) The performance of social workers in the context of dismantling social policies has been guided by the dialectic of reproduction and resistance. These results led to the defense of the thesis that the professional performance in the Social Work is dialectically mediated by the directives that are established by State guidelines of social policies, which are expanded or retracted according to the political arrangement adopted and the correlation of forces of sociopolitical actors. Although the object of Social Work is the "social question" and its expressions, the concrete instrumentals of action are modulated by the tension between the professional culture and the political-partisan directives that emanate from the State, which conform a specific political project. In the exhaustion of neo-developmentalism government, increases the State omission to respond to social demands, with the resumption of a radically neoliberalizing economic model, according to the politicization of morally conservative guidelines. Due to the management resize of social policies in this context, the professional work places for social workers are reduced, as well is demanded new strategies for action that respond to the contradictions that are particularized in its socio-occupational places. The rise of conservatism strengthens the hurry formation in Social Work and leads to the precariousness of work, tending to aggravate the dichotomy of theory and practice as the sociopolitical instruments of struggle are restricted in professional practice, increasing the gap between the material conditions of action and the designs of the professional ethical-political project.

Keywords: Neo-developmentalism. Conservatism. Professional Performance. Social Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo total de artigos nas revistas	33
Quadro 2 – Pesquisa com descritores associados ao termo “Serviço Social”	34
Quadro 3 – Artigos selecionados nas revistas a partir dos descritores	35
Quadro 4 – Edições do CFESS Manifesta integrantes da pesquisa	39
Quadro 5 – Perfil das (os) entrevistadas (os).....	42
Quadro 6 – <i>Corpus</i> da pesquisa	44
Quadro 7 – Artigos com ênfase nas discussões sobre Conservadorismo e Serviço Social	148
Quadro 8 – Artigos com ênfase nas expressões religiosas do Conservadorismo no Serviço Social	161
Quadro 9 – Artigos com ênfase em demandas emergentes para o Serviço Social.....	162
Quadro 10 – Artigos com ênfase na Formação em Serviço Social	167
Quadro 11 – Edições do CFESS Manifesta que realizam análise de conjuntura	200
Quadro 12 – Artigos com ênfase nas políticas sociais do Estado	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	–	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	–	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
BBB	–	Boi, Bala e Bíblia
BID	–	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	–	Benefício da Prestação Continuada
CADÚNICO	–	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	–	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEBRAP	–	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CELATS	–	Centro Latinoamericano de Trabajo Social
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF/88	–	Constituição Federal de 1988
CFESS	–	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	–	Conselho Federal de Psicologia
CIA	–	Central Intelligence Agency
CLT	–	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	–	Confederação Nacional da Indústria
CNS	–	Conselho Nacional de Saúde
CORSAN	–	Companhia Riograndense de Saneamento
CQC	–	Custe o Que Custar
CRAS	–	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	–	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	–	Conselho Regional de Serviço Social
DF	–	Distrito Federal
DIAP	–	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EAD	–	Ensino a Distância
EBSERH	–	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ENESSO	–	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FEBRAPLAN	–	Federação Brasileira de Planos de Saúde
FGTS	–	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC	–	Fernando Henrique Cardoso
FIES	–	Fundo de Financiamento Estudantil
FIFA	–	Federação Internacional de Futebol
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
IBOPE	–	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IES	–	Instituição de Ensino Superior
IFCE	–	Instituto Federal do Ceará
ILPES	–	Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	–	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB	–	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LGBTTTQIA+	–	Lésbicas, Gays, Bi, Travestis, Transexuais, Transgêneros Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero e mais
MBL	–	Movimento Brasil Livre
MDB	–	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	–	Ministério da Educação
MP	–	Medida Provisória
MPL	–	Movimento Passe Livre
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NMS	–	Novos Movimentos Sociais
OCDE	–	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONG	–	Organização Não-Governamental
OSCIP	–	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	–	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	–	Programa Bolsa Família
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
PEC	–	Proposta de Emenda à Constituição
PEPPSS	–	Projeto Ético Político do Serviço Social

PIB	–	Produto Interno Bruto
PM	–	Polícia Militar
PMCMV	–	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	–	Parceria Público-Privada
PRONATEC	–	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	–	Programa Universidade para Todos
PSDB	–	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	–	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI	–	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SASERS	–	Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul
SINASE	–	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STF	–	Supremo Tribunal Federal
SUAS	–	Sistema Único de Assistência Social
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJRS	–	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
UERJ	–	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPE	–	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULBRA	–	Universidade Luterana do Brasil
UnB	–	Universidade de Brasília
UNIASSELVI	–	Centro Universitário Leonardo Da Vinci
UNICAMP	–	Universidade Estadual de Campinas
UNISC	–	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNITINS	–	Universidade Estadual do Tocantins
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR	–	Vem Pra Rua

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 A autoria assentada na vida, no tempo e no espaço da pesquisa	21
1.2 Uma tese e seus caminhos: práxis e produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil	27
1.2.1 <i>O estudo bibliográfico</i>	31
1.2.2 <i>O estudo documental</i>	38
1.2.3 <i>A pesquisa de campo</i>	40
1.2.4 <i>A Análise textual discursiva</i>	44
2 O SERVIÇO SOCIAL DO NEOLIBERALISMO AO NEODESENVOLVIMENTISMO: ELEMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO E CRÍTICA.....	47
2.1 Pilares da ofensiva neoliberal e sua incidência no Brasil.....	49
2.2 A negação dos direitos sociais no neoliberalismo e o reforço às contradições no Serviço Social	58
2.3 Do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo: continuidades e rupturas.....	69
2.4 A proteção social no período neodesenvolvimentista e as transformações na conformação do Serviço Social.....	82
3 ESGOTAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO NEODESENVOLVIMENTISTAS E A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO	93
3.1 De Junho de 2013 à ascensão da radicalidade conservadora no Golpe de 2016.....	94
3.2 As representações do conservadorismo no contexto de retrocessos.....	111
3.3 Determinantes históricos do conservadorismo: a funcionalidade do pensamento conservador na trajetória política brasileira.....	125
3.4 “Liberal na economia e conservador nos costumes”: um arranjo sincrético entre liberalismo e conservadorismo na política brasileira contemporânea.....	135
4 AS IMPLICAÇÕES DO ESGOTAMENTO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	143
4.1 A persistência histórica do conservadorismo no Serviço Social e a tendência de retrocessos pós Golpe de 2016	147
4.2 A educação superior na exaustão do neodesenvolvimentismo e a formação profissional de assistentes sociais.....	165
4.3 “Na prática a teoria é outra?” e a crise do Projeto Ético-Político do Serviço Social ...	181
4.4 A atuação de assistentes sociais no contexto de desmonte das políticas sociais: a dialética de reprodução e resistência.....	196
5 CONCLUSÕES	212
REFERÊNCIAS	222
APÊNDICES E ANEXOS.....	242

1 INTRODUÇÃO

É sabido como é cansativo elaborar cientificamente os acontecimentos contemporâneos, enquanto a análise dos acontecimentos passados é relativamente mais fácil porque a própria realidade já se incumbiu de fazer uma certa eliminação e crítica (KOSIK, 2011, p. 28).

O esgotamento do projeto político caracterizado como neodesenvolvimentista, bem como o avanço do conservadorismo na cena brasileira a partir de Junho de 2013, trouxeram repercussões significativas para as políticas sociais e profissões que nelas atuam. Os retrocessos nos direitos sociais¹, intensificados com a queda do governo Dilma Rousseff em 2016, repercutiram em alterações no modo de vida da população brasileira, sobretudo da parcela que mais sofre com a desigualdade social, derivada da exploração de classe e reforçada pela opressão identitária, com quem as assistentes sociais² atuam diretamente nos mais diversos espaços socio-ocupacionais.

É neste cenário que o presente estudo se propõe a fazer uma elaboração teórica sobre a configuração do Serviço Social, em suas múltiplas dimensões, no contexto de esgotamento do projeto sociopolítico neodesenvolvimentista e do fenômeno de ascensão do conservadorismo moral no plano político e neoliberalismo na esfera econômica. Assim como Netto (1994, p. 9), não pretendo redigir uma história descritiva do período mais recente da profissão, senão compreender a possível alteração na dinâmica das demandas socioinstitucionais que serão postas. Estas, por sua vez, tendem a ser modificadas a partir das mudanças que vêm se operando no âmbito governamental, considerando que é na mediação com os desígnios do Estado que assistentes sociais efetuam seu fazer profissional.

Os treze anos de governos petistas, aqui denominado neodesenvolvimentismo, representaram uma das mais emblemáticas contradições do Brasil recente: por um lado, tem-se a continuidade e aprofundamento de elementos próprios da política neoliberal vigente desde a década de 1990 e, por outro, respondeu-se, até certo ponto, às necessidades imediatas das classes subalternas. As possibilidades de acesso popular ao consumo foram alavancadas por estratégias de gestão das políticas sociais, focalizadas na parcela mais pauperizada da

¹ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

² Durante todo o texto, quando necessário, utilizarei distinção de gênero sem a existência de uma forma neutra, optando, sempre que possível, por fazê-la com artigos no feminino, tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina, sendo constituída por mulheres desde o seu surgimento.

população, fazendo com que a aparente sensibilidade expressa, nas pontuais ações voltadas aos segmentos mais miseráveis, permitisse a impressão de que seria possível combinar acumulação capitalista com maior equidade social.

Sem qualquer mudança estrutural no alicerce da ordem capitalista vigente, o leque de incertezas e inseguranças em relação a efetividade dos direitos sociais normatizados se aprofundou no processo de queda da presidenta Dilma, ao passo que se acentuavam os debates fundados no retorno pleno do neoliberalismo. Talvez isso se atribua ao que Giovanni Alves (2014a, p. 51-52) aponta, ao considerar que no neodesenvolvimentismo, não obstante suas particularidades, não houve uma verdadeira ruptura com o neoliberalismo, mantendo-se os traços de continuidade que foram expostos no pós-*impeachment*, escancarando a fragilidade das superficiais mudanças efetuadas, que podem ser com alguma facilidade desfeitas.

O processo de desintegração do neodesenvolvimentismo foi acompanhado pelo avanço espantoso do conservadorismo, que apesar de estar presente em toda história social brasileira, oscilando entre momentos de encrudescimento e de retração, vem se apresentando de forma vigorosa a partir da primeira metade dos anos 2010. A ofensiva conservadora ascendeu em proporção direta à decadência do projeto neodesenvolvimentista, que vivenciou a gênese de sua exaustão ainda anteriormente ao segundo mandato da ex-presidenta Dilma, com as amplas manifestações das ruas contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a favor da prisão do ex-presidente Lula.

É evidente que esses acontecimentos – avanço de um conservadorismo político reacionário e declínio da presidenta Dilma Rousseff – também traduzem implicações para o Serviço Social. Durante o período neodesenvolvimentista, o Serviço Social viu seus campos de atuação serem ampliados, com maior acesso da população usuária a direitos sociais em comparação ao período anterior, ao mesmo tempo em que se mantinha a precarização do trabalho e surgia uma modalidade de formação incompatível com as exigências de um exercício profissional crítico.

Assim, procedi à investigação das conexões entre os fenômenos de ascensão do conservadorismo e do esgotamento do período neodesenvolvimentista, atentando às inferências particulares desse panorama para a profissão do Serviço Social. Com a queda definitiva da presidenta e a (in)consequente posse de Michel Temer, muitas profissionais, não de forma homogênea, posicionaram-se criticamente contra o que vem sendo nominado de golpe³.

³ A utilização do termo *golpe* nesta tese se traduz pela concordância com Löwy (2016) quando aponta que, pelo fato de a democracia representar um custo muito alto para o Estado, para o capital financeiro e para as classes dominantes, a política capitalista tem tomado medidas de exceção e adotado métodos como o golpe institucional

Enquanto categoria representada pelo corpo profissional organizado, o Serviço Social procedeu duras críticas às muitas medidas arquitetadas tanto pela governabilidade neodesenvolvimentista, quanto pelo governo golpista, tendo sido pautas no cotidiano de trabalho de assistentes sociais, em eventos da categoria, notas e manifestos, bem como na produção de conhecimento da área. No bojo desse paradoxo, foram reconhecidas as mudanças nas vidas das populações usuárias das políticas sociais com quem as assistentes sociais trabalham, o que chegou a repercutir em uma contraditória defesa de parte da categoria à orientação petista, no momento de queda da presidenta Dilma Rousseff.

Para o Serviço Social, uma conjuntura de golpe significa o aumento de desafios postos à hegemonia dos valores que legitimam a profissão, na medida em que se abrem maiores possibilidades para uma atuação profissional voltada às respostas individuais, pontuais e focalizadas frente as expressões da “questão social”⁴. O quadro se agrava diante das características atinentes à formação universitária, cada vez mais marcada pela flexibilidade, aligeiramento e mercantilização, ao verificar, sobretudo, a ostensiva expansão do Ensino a Distância (EaD) desde o período neodesenvolvimentista. Esta modalidade, incompatível com o Serviço Social por carecer de recursos humanos, físicos, didáticos e pedagógicos, tem sido massiva na formação profissional de assistentes sociais (CFESS, 2015).

Por um critério metodológico, optei por realizar, junto às (aos) eventuais leitoras (es) desta tese, o movimento de descoberta das configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo e de ascensão do conservadorismo partindo da percepção imediata do real, tal qual ele se apresenta no contexto brasileiro contemporâneo. É por isso que esta introdução, que também é um capítulo, conta com um tópico que particulariza o surgimento da pesquisa, as inquietações, motivações e justificativas, além das explicações de método e metodologia.

No segundo capítulo, busquei traçar os elementos que conformaram a profissão nos contextos em que predominaram os projetos neoliberal (1990-2002) e neodesenvolvimentista

para manter a continuidade das políticas neoliberais, em aliança com a restauração do conservadorismo. Conforme o autor, o que ocorreu no Brasil em 2016 configura-se como mais um golpe “pseudolegal”, supostamente dentro do Estado de Direito, no entanto, com repercussões desfavoráveis na esfera dos direitos sociais. Tal abordagem comunga com as obras: “Por que Gritamos Golpe? Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil” organizado por Jinkings, Doria e Cleto (2016), “A radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado”, de Jessé Souza (2016) e “2016, o ano do Golpe”, organizado por Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (2016).

⁴ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.77).

(2003-2016), tomando como base a resposta do Estado à “questão social”. Para tanto, foi necessário delinear um critério de análise e caracterização, tendo sido elegido como tal o arcabouço que denota os sistemas de proteção social tanto no neoliberalismo quanto no neodesenvolvimentismo.

Iniciei tratando dos pilares do neoliberalismo em sua incidência no Brasil, com destaque à lógica de negação dos direitos sociais, o que gerou, para o Serviço Social, escassez e precarização dos espaços de trabalho. Em seguida, busco ampliar a discussão sobre o neodesenvolvimentismo ser ou não uma mera continuidade do neoliberalismo, caracterizando-o de forma particularizada. Igualmente, destaco o modo pelo qual o Estado responde às demandas sociais, conferindo uma forma singular à formação e ao exercício de assistentes sociais.

Já no terceiro capítulo, são objetos de análise os elementos que confluíram para o Golpe de 2016 em concomitância à ascensão do conservadorismo. No desmembramento dos elementos centrais que concorreram para a concretização do Golpe, ressalto quatro fatores imbricados: i) a onda de protestos iniciada em Junho de 2013, que afrontava o sistema político-partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes; ii) o processo de desaceleração econômica e aumento do desemprego; iii) os escândalos de corrupção denunciados na “Operação Lava-Jato”; iv) a crise política do presidencialismo de coalizção.

Sigo problematizando sobre a simultânea ascensão do conservadorismo, já vigorosamente manifesta nos referidos elementos, tratando-o tanto em sua forma fenomênica quanto em sua história e seus fundamentos. Na perspectiva dialética, o conservadorismo não pode ser pensado nos mesmos moldes dos países centrais, demandando uma releitura do conceito a partir das particularidades da formação social brasileira. O capítulo é fundamental para compreensão de como as expressões conservadoras, que impulsionaram o Golpe de 2016, interferem e poderão modificar os rumos do Serviço Social nos próximos períodos, ao oferecer a base para se pensar os rebatimentos para a categoria profissional (objetivamente e subjetivamente), bem como indicar possíveis tendências para a profissão.

O quarto e último capítulo busca fazer mediações entre as análises já realizadas e o Serviço Social, evidenciando as implicações do esgotamento do neodesenvolvimentismo e da ascensão do conservadorismo para o Serviço Social. É aqui que a tese exprime o seu sentido maior, a partir da apresentação das caracterizações mais relevantes identificadas na pesquisa, configuradas nos âmbitos técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social.

Os desdobramentos da pesquisa, apresentados nos capítulos, foram substanciados na

conclusão. Observei que há uma persistência do conservadorismo no Serviço Social, que se expressa tanto pela herança histórica do cariz conservador, quanto pelo favorecimento conjuntural, que dissemina ideologicamente os preceitos do conservadorismo como aporte ao esgotamento do neodesenvolvimentismo. As reformas radicalmente neoliberalizantes em pauta na cena política se valem do conservadorismo como instrumental para sua proeminência, não apenas no Brasil, mas em todo o globo. O Serviço Social, neste quadro, tem se tornado terreno fértil para a disseminação do pensamento conservador, especialmente pelas consequências derivadas do neodesenvolvimentismo no âmbito da formação profissional, que passou por uma massificação e desqualificação sem precedentes com o estabelecimento do ensino a distância.

Entretanto, o reforço conservador não se localiza apenas nesta modalidade de ensino. O exercício profissional na conjuntura pós-golpe tem cerceado a sua amplitude de atuação sociopolítica, o que vem de encontro à direção hegemônica que rege o Serviço Social. A ideia de dicotomia entre teoria e prática passou a ser não apenas reproduzida nesse contexto, mas tem se agravado, diante da demanda por profissionais cada vez menos comprometidos com a transformação social. No exercício, há uma tendência ao pragmatismo e imediatismo para resolução das demandas emergentes, enquanto na produção de conhecimento, se constrói um abismo em relação à materialidade, valendo-se de uma construção teórica que, a despeito da densa contribuição para análise crítica da realidade, pode-se constituir em um teorismo estéril quando não consegue contribuir como base efetiva para reflexão e aprimoramento do fazer profissional.

No terreno arenoso da atuação profissional, preponderantemente no campo das políticas sociais, a inserção precarizada de assistentes sociais nas equipes de trabalho, bem como a redução de postos de trabalho, acabam por imprimir uma dialética desditosa entre reprodução da lógica radicalmente neoliberalizante e resistência à esta ofensiva. É um quadro desfavorável que aponta para a necessidade de construção de novas estratégias coletivas por parte da hegemonia crítica do corpo profissional, sob pena de se perder espaço para vertentes que navegam na correnteza da onda conservadora.

1.1 A autoria assentada na vida, no tempo e no espaço da pesquisa

Como o processo em que me aproprio da profissão é perpassado, para além da conjuntura político-social, pela construção dinâmica da minha história de vida, de desenvolvimento profissional e de busca de garantia da subsistência, o lugar de onde falo se torna parte da relação dialética entre sujeito/objeto. Desse modo, é necessário explicitar, antes

de qualquer discussão, as inquietações que se colocaram no meu cotidiano pessoal e profissional para que chegasse ao tema ora debatido.

Além das motivações de cunho histórico-político, a presente tese surgiu como uma necessidade de particularizar a minha atuação cotidiana nos processos histórico-sociais, bem como de superar a famigerada dicotomia teoria e prática, já que a minha inserção no Serviço Social se dá tanto pela via acadêmica quanto no exercício profissional. Todavia, essa trajetória está aglutinada a outras tantas, que dizem respeito às minhas vivências e leituras sobre a realidade, bem como à minha relação particular com a profissão.

Como nordestina e sertaneja, conheci genuinamente o significado de viver em uma região onde reina a desigualdade e onde a população sofre com suas decorrentes mazelas. Foi essa origem que moldou e fundamenta a minha percepção de mundo, que utiliza de referências originárias daquele espaço para pensar o significado de trabalho, desigualdade social e regional, viver e envelhecer, conhecimento, cultura, arte etc. Nesse sentido, observei de perto a esperança que representou a eleição da personificação de Lula para o cotidiano da população nordestina, que sente fortemente os reflexos das desigualdades regionais e de classe. Talvez esteja situada nessa vivência o fato de não demonizar uma governabilidade que, mesmo de forma incipiente e precária, proporcionou acesso a direitos antes negados, principalmente à essa população.

Como mulher de origem pobre, senti na pele, de muitas formas, o que significou buscar autonomia intelectual e financeira, em uma sociedade patriarcal e economicamente hierarquizada. Iniciei minha trajetória no Serviço Social sem acesso a uma educação de qualidade, sem possibilidades de pesquisa ou extensão, tendo experienciado algumas vivências acadêmicas e profissionais em um contexto de ampliação das políticas sociais. Na articulação entre as intervenções acadêmica e de campo, concebi os primeiros elementos para questionar e aprofundar os conhecimentos a respeito do significado socio-histórico do Serviço Social, uma profissão eminentemente feminina que lida com as expressões da dita “questão social”, no contexto neodesenvolvimentista que se operava no país.

Tendo imigrado como tantos outros sertanejos em busca de melhores condições de vida e trabalho, realizei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), dedicando-me ao aprofundamento das reflexões sobre Serviço Social, trabalho e marxismo; sendo esta relação uma das maiores deficiências na minha formação acadêmico-profissional até então. A dissertação representou a continuidade dos meus estudos no campo da Gerontologia Social Crítica, objeto de estudo desde o meu primeiro estágio, alinhados ao Serviço Social e ao marxismo.

Ingressando no curso de doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

do Sul (PUCRS), na cidade de Porto Alegre/RS e tendo sido nomeada para assumir o cargo de assistente social judiciária no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), tive a oportunidade de lidar cotidianamente com demandas relacionadas às mudanças operadas no período de esgotamento do neodesenvolvimentismo, bem como, aprofundar as reflexões sobre a profissão e o conservadorismo nesta conjuntura. Estas eram as principais inquietações que permeavam minha atuação, considerando as mudanças engendradas ao longo de minha trajetória profissional conforme as transformações no quadro sociopolítico, que me instigavam a pensar estratégias de enfrentamento.

De forma objetiva, passei a questionar até que ponto meu exercício profissional estava afeito à perspectiva prevista no projeto político hegemônico na profissão, em um contexto que aponta para a restrição de direitos, atuando em uma instituição extremamente conservadora. Apesar de as demandas institucionais remeterem, por vezes, a pautas coletivas em termos de acesso à renda, políticas sociais e/ou moradia, a atuação na área sociojurídica é vinculada a processos judiciais com partes individuais. Nestes, são expressadas pelas pessoas atendidas a ausência de políticas efetivas, que modifiquem aspectos relevantes de sua realidade cotidiana.

Estando inserida nesse espaço, passei a questionar, juntamente a Gershenson (2006), se o que está se construindo, através do processo de judicialização da “questão social”, é de fato a justiça social em seu sentido amplo. Conforme a autora, a transferência para o Judiciário da responsabilidade de efetivação de um atendimento individual, de demandas populares que são coletivas e estruturais, não fortalece a garantia de direitos, pelo contrário, contribui para a desresponsabilização do Estado na oferta de políticas públicas.

No que diz respeito a atuação profissional do Serviço Social nesse espaço, eu e minhas outras colegas assistentes sociais vivenciamos inúmeros desafios para, contraditoriamente, facilitar o acesso dessas pessoas aos seus direitos, que estão em um processo ainda maior de negação no contexto pós-Golpe, em um espaço de natureza coercitiva, punitiva, hierarquizada, conservadora e com privilégios para membros da cúpula. Cabe pontuar que os colegas magistrados possuem acesso ao direito de se afastarem da jurisdição para formação pós-graduada, sem prejuízo de seus vencimentos, enquanto os demais servidores – como esta assistente social judiciária – não possuem tal direito e se veem obrigados a equacionar o contingente excessivo de trabalho com a carga de estudo que uma práxis cotidiana qualificada e uma tese demandam.

Toda essa divagação pelo meu exercício profissional e retorno à minha história pregressa se torna válido para delimitar o lugar de onde venho, bem como as experiências profissionais e acadêmicas que repercutiram para a construção desse estudo. Desde a graduação compreendi

que o Serviço Social, por ser uma profissão eminentemente interventiva que se utiliza do referencial marxista, não pode ser pensado de fora da realidade. A minha trajetória como assistente social me mostrou que pensar sobre a profissão exige que se esteja integralmente inserida nela, seja no exercício, no ensino ou na produção de conhecimento, e que se questione, sempre, qual o seu significado social no âmbito das relações sociais constitutivas do atual estágio capitalista, nesse tempo e espaço.

Com isso, não quero dizer que esta produção dispõe de uma singularidade que se sobrepõe às dimensões coletivas da qual a categoria de assistentes sociais se filia. Discordo da visão de que exprimir o lugar de fala represente a reprodução de uma expressão ideopolítica do identitarismo que ideologicamente suprimiria o “lugar das classes”. Muito pelo contrário, expor minha condição denuncia o obscurantismo das ideias e vivências dos grupos que historicamente tiveram menos espaço para falar, como a própria classe trabalhadora. Reconhecer-me como “trabalhadora - estudante - assistente social - mulher - nordestina”, particulariza as opressões de classe conforme o lugar social que ocupo em relação à universalidade. A posição de classe aliada às condições sociais que constituem os grupos dos quais faço parte, bem como as experiências que compartilho, confluem simultaneamente para o que foi produzido nesta tese.

Considero que o lugar social ocupado por quem produz conhecimento reflete, assim como outros condicionantes histórico-sociais, na direção política do saber produzido. Conforme Djamila Ribeiro (2017), todas as pessoas têm uma localização social e, por isso, demarcar o lugar de fala tem o objetivo de evidenciar a diversidade de experiências, havendo uma consequente quebra de uma visão universal ou hegemônica. Isso não quer dizer que o conhecimento seja produzido apenas sob as vivências de indivíduos singulares, mas revela as condições sociais que permitem ou não que a classe trabalhadora e certos grupos tenham visibilidade. Aqui, destaco a limitada visibilidade que a pesquisa de uma trabalhadora-estudante assistente social, que não é proveniente dos grandes centros urbanos, onde costumeiramente se produz a intelectualidade da profissão, pode alcançar.

Walter Benjamin (2012) já denunciava que a versão oficial da história tem sido reiteradamente contada pelos “vencedores”, sendo encargo do materialista dialético observar os bens culturais dos dominadores com distanciamento, dada a barbárie e o horror neles contidos. Segundo ele, em sua Tese VII, a nossa é tarefa é “escovar a história a contrapelo”:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso já diz o suficiente para o materialista histórico. Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores hoje conduzem por sobre os corpos

dos que hoje estão prostrados no chão. [...] Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2012, p. 244-245).

Löwy (2005, p. 70-74) diz que Benjamin acusa o historicismo de identificação com os vencedores em relação à “guerra de classes”, em que a classe dirigente não cessou de vencer os oprimidos. A empatia dos historicistas com o cortejo dos dominadores encontra-se na *acedia*, que seria o sentimento melancólico da fatalidade, que priva as atividades humanas de qualquer valor e leva a uma submissão total à ordem das coisas que existem, fazendo com que se juntem ao campo do vencedor.

Escovar a história a contrapelo, para Löwy (2005), significa a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre os que jazem por terra. É um chamado para que sigamos contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos, bem como o reconhecimento de que a revolução não acontecerá graças ao curso natural das coisas⁵, como o progresso inevitável, sendo necessário lutar contra a corrente.

Acresço que não apenas aos trabalhadores foi negado o direito de contar a sua história, mas dentro dessa classe especialmente às mulheres, negros, nordestinos, LGBTTTQIA+⁶ etc. A ideia aqui exposta não é de fragmentação da classe, mas se traduz no reconhecimento de que uma sociedade sem classes só será justa sendo também livre de opressões como machismo, homofobia, xenofobia e racismo, que conformam o sentido pleno do que representa a emancipação humana atualmente. E é dando voz a tais particularidades, vítimas de brutais opressões, que se conta a história escovado-a a contrapelo.

O lugar de fala explicita que, para além da abstração da contradição estrutural entre capital x trabalho, existem conformações sociais que particularizam a condição de subalternidade entre integrantes da própria classe trabalhadora. É, por isso, exatamente o oposto da sua negação, significando o reconhecimento de que a exploração da força de trabalho é até mesmo acentuada de acordo com as representações sociais de dados segmentos. Combater essas particulares opressões exprime, portanto, uma forma de enfrentamento ao mecanismo de reprodução do capital, não denotando sua superação, mas sim, uma aproximação desses segmentos à perspectiva anticapitalista e ao pensamento crítico.

Assim, longe de pretender apagar a existência de classes sociais antagônicas, delimitar o meu lugar de fala serve para enfatizar que eu, “trabalhadora-assistente social-estudante-

⁵ Aqui se evidencia o pessimismo revolucionário de Benjamin (2012).

⁶ A sigla refere-se a Lésbicas, Gays, Bi, Travestis, Transexuais, Transgêneros Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero e mais.

mulher-nordestina”, produzo um conhecimento que não é neutro nem homogêneo, tampouco filiado ao historicismo dos dominadores. Pelo contrário, esse estudo expõe intencionalmente a perspectiva da minha autoria, que não se filia de forma ingênua nem é meramente reprodutora das correntes hegemônicas.

As reflexões presentes nesta tese são fruto de inquietudes que se apresentaram a mim, como assistente social que já esteve inserida em espaços socio-ocupacionais nas áreas da assistência social, saúde, segurança pública e sociojurídico; da aluna e docente que presenciou parte do movimento de precarização da formação profissional; e da mulher, nordestina, trabalhadora, que se vê amedrontada com a ofensiva conservadora que ameaça direitos sociais conquistados a duras penas. O contraditório quadro que se apresenta para as políticas sociais no Brasil, campo privilegiado de atuação de assistentes sociais, remete-me a preocupação não só com a direção teórico-política do Serviço Social, mas com as implicações éticas e práticas do cotidiano de trabalho.

Ponto que as limitações que certamente serão encontradas neste trabalho se devem, sobretudo, à minha condição de aluna-trabalhadora, que não dispôs de circunstâncias objetivas adequadas para a elaboração desta tese – especialmente de tempo, valor trivialmente furtado pela sociabilidade capitalista. Ainda assim, a pretensão desta pesquisa é contribuir à compreensão da realidade contemporânea brasileira alinhada à vivência das profissionais que, no exercício profissional, enfrentam os desafios de uma atuação crítica e tecem estratégias de resistência aos retrocessos que se aproximam.

Destaco, ainda, que na escrita da tese priorizarei o uso dos verbos em primeira pessoa do singular, tendo em vista que considero relevante que fique claro para as (os) leitoras (es) quem está escrevendo e de onde estou redigindo. Tal escolha não anula o fato de o conhecimento produzido ter sido resultado de minha inserção em vários coletivos, inclusive de trabalhadoras e trabalhadores. Procuro apenas me afastar da homogeneização com a qual a academia costumeiramente trata os fenômenos sociais, por herança do positivismo, mesmo em espaços que se pretendem marxistas. Conforme Löwy (2013, p. 26), a influência do postulado positivista de uma ciência axiologicamente neutra “[...] ultrapassa o quadro do positivismo no sentido estrito e se manifesta, pelo menos em parte, em autores consideravelmente afastados do positivismo clássico (como Max Weber) e até mesmo no seio do marxismo”.

Por isso, negando uma suposta neutralidade/objetividade científica, que contamina até mesmo os que se dispõem a pensar a partir da tradição marxista, escolho escrever em primeira pessoa para evidenciar que esta tese não é despreziosa, pois quem a escreveu tem um direcionamento ético-político particularmente comprometido com a construção de uma nova

sociabilidade. Ainda, porque as reflexões aqui impressas foram fruto não somente de construções históricas e coletivas, mas espelham também vivências pessoais, experiências profissionais e reflexões particularizadas. Além disso, ainda que todo aprendizado seja efetivamente coletivo, não posso comprometer ninguém com os argumentos que decidi publicar nesta tese.

Não obstante o trabalho esteja escrito em primeira pessoa, em vários momentos será utilizado o pronome “nós”, em referência a mim e ao meu orientador, a mim e a você leitora, a mim e a categoria profissional de assistentes sociais, a mim e às colegas de debate, por considerar, obviamente, que o conhecimento aqui transcrito é também resultado de discussões que contam com a participação de todas (os) essas (os) sujeitas (os). Em pormenor, portanto, de forma convidativa para acompanharem o argumento.

1.2 Uma tese e seus caminhos: práxis e produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil

O caminho traçado durante o percurso investigativo teve início na observação do trabalho profissional de assistentes sociais atuantes nas mais diversas políticas sociais no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo, o que se fez possível dada a minha inserção na área sociojurídica, espaço que permite a articulação e mobilização de toda a rede de proteção social. Desse ponto de partida, práticas eminentemente punitivas, moralizantes e/ou assistencialistas me remeteram à análise do conservadorismo, quando compreendi que, para além de sua vinculação arraigada ao Serviço Social, este tem sido o fato mais evidente no plano fenomênico da realidade brasileira, através do que alguns autores vem definindo como “onda conservadora”⁷.

Pretendi estudar como vêm se expressando os rumos da produção do conhecimento, formação e atuação profissional em Serviço Social, considerando a conjuntura em que se desenha o fim dessa era contraditória, que foi o neodesenvolvimentismo, para a esfera social, bem como o avanço da ofensiva conservadora. Assim, o *problema de pesquisa* desta tese pode ser condensado na seguinte pergunta: *Quais as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira?*

Entender como esse quadro vem se desenhando é relevante para o Serviço Social ao

⁷ Cf. Demier e Hoeveler (2016).

passo que as principais diretrizes sobre as quais as assistentes sociais atuam são provenientes de medidas adotadas a partir do plano de governo que está em disputa no poder. Por isso, como chave analítica que ilustra a articulação dos fenômenos de exaustão do neodesenvolvimentismo e ascensão do conservadorismo, dei centralidade à discussão sobre proteção social, tendo em vista que as políticas sociais são espaços privilegiados de atuação de assistentes sociais, definidas a partir do arranjo político superestrutural.

A temática desta tese, portanto, desembocou no *objetivo geral* que pode ser definido como: *Analisar as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira*. A finalidade do trabalho, em sentido ampliado, é contribuir para uma atuação profissional crítica e atenta aos acontecimentos da realidade brasileira, na medida em que foi possível articular a compreensão da conjuntura contemporânea com a atuação profissional de assistentes sociais.

As *questões que nortearam o trajeto da pesquisa*, por sua vez, foram: a) O que representou a instauração e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista no contexto político brasileiro? b) Qual a relação entre a exaustão do neodesenvolvimentismo e a ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira? c) Quais são as implicações profissionais do esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e da ascensão do conservadorismo para o trabalho de assistentes sociais, no âmbito das políticas sociais? d) Como se conforma o posicionamento da categoria profissional em relação ao esgotamento do neodesenvolvimentismo e à ascensão do conservadorismo?

Outrossim, como *objetivos específicos*, pretendi: a) Compreender o que representou a instauração e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista no contexto político brasileiro, através da análise de suas características centrais; b) Analisar a relação entre a exaustão do neodesenvolvimentismo e a ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira; c) Conhecer as implicações profissionais do esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e da ascensão do conservadorismo para o trabalho de assistentes sociais, no âmbito das políticas sociais; d) Estudar o posicionamento da categoria profissional em relação ao esgotamento do neodesenvolvimentismo e à ascensão do conservadorismo.

Pontuo aqui a dificuldade de se realizar a análise de acontecimentos históricos do tempo presente, como anunciado na epígrafe, quando estes ainda não foram suficientemente refletidos e maturados. A delimitação temporal do objeto de análise coincide com a do próprio tempo de escrita da tese, de modo que o presente estudo poderá, daqui há algum tempo, ter seus fundamentos questionados pelo curso da história. Com essa ressalva, explico que a análise do trabalho profissional do assistente social foi balizada na conjuntura político-econômica

brasileira, no período compreendido entre 2011 e 2016, quando se vivenciou no país o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista, frente à ascensão do conservadorismo.

Essa demarcação temporal foi eleita considerando o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2011 e o processo de impedimento do qual ela foi alvo em 2016, fechando o ciclo de governos de coalisão petistas. Ademais, a definição desse lapso temporal foi feita apenas para fins descritivos e de clareza, pois a realidade, histórica e dinâmica, apresenta elementos de continuidade, descontinuidade, ruptura e transições, sem perder da memória coletiva os seus elementos constitutivos e que serão buscados quando necessários para elucidação do fenômeno.

Para alcançar o fito de compreender as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo e de ascensão do conservadorismo, fiz uso de instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados, que foram escolhidos conforme a natureza do objeto, os objetivos do estudo e a perspectiva de análise. O método, os instrumentos e as técnicas de pesquisa serviram como aporte para construção do conhecimento sobre a realidade da atividade profissional nesse contexto.

Ao adotar uma concepção teórico-metodológica de análise fundada na dialética materialista, sei que, de fato, Marx não elaborou um método de pesquisa como um conjunto de regras formais, mas este está intrínseco na própria investigação, sendo as condições materiais da vida social a exigência ontológica do próprio objeto de pesquisa (NETTO, 2009b). No processo de construção do conhecimento, tentei realizar o que Marx (2008, p. 258) chama de “caminho de ida”, no intuito teleológico de realizar uma abstração sobre o momento brasileiro contemporâneo, que aponta para o crescimento do conservadorismo, bem como os rebatimentos do esgotamento do neodesenvolvimentismo para o Serviço Social.

A coisa em si, objeto da dialética, não é apresentada às pessoas de forma imediata, sendo o cotidiano da vida social repleto de situações que se revelam de forma fenomênica, adquirindo aspecto autônomo, o que Kosik (2011) chama de “mundo da pseudoconcreticidade”. O fenômeno revela e esconde a sua essência, concomitantemente, sendo a realidade a unidade entre ambos. Kosik (2011) orienta que, para iniciar o processo de ultrapassagem da pseudoconcreticidade, é necessário que a explicação crítica sobre o mundo seja colocada no terreno da práxis revolucionária. A realidade só pode ser mudada desta forma na medida em que “nós mesmos produzimos a realidade, e saibamos que a realidade é produzida por nós” (KOSIK, 2011, p. 22-23). Por isso, o ponto de partida desta tese se situa na percepção dos fenômenos de ascensão do conservadorismo e esgotamento do neodesenvolvimentismo, observados a partir da atuação profissional inserida na realidade social. Carvalho e Netto (2012)

elucidam habilmente a postura teórico metodológica aqui adotada:

O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, avança do empírico (os “fatos”), apreende suas relações com outros conjuntos empíricos, pesquisa a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno – e reconstrói, no plano do pensamento, todo este processo. E, ao fim e ao cabo, por aproximações sucessivas, regressa ao seu ponto de partida; mas os “fatos”, a cada nova e subsequente abordagem, mostram-se produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento macroscópico que os engendra e de que são índices (CARVALHO; NETTO, 2012, p. 75-76).

No trajeto em que os desafios-objeto de investigação dessa pesquisa foram tornando-se um concreto pensado, fiz o “caminho de volta”, sem chegar ainda a uma conclusão fechada, estática e imutável, mas apenas a aproximações sucessivas, pois o objeto (realidade social e produção cultural sobre esta) está em constante movimento, de modo que sempre existirão outros fatores advindos da historicidade e contradição que complementarão a pesquisa. Pretendo aqui, portanto, desvendar os aspectos da realidade concreta que, num primeiro momento, apresentaram-se caóticos, procedendo “do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (MARX, 2008, p. 259).

Netto (2009b) chama a atenção para o risco de equívocos no uso do método dialético materialista quando este é empregado de forma simplista e fragmentada, entre teoria geral do ser e especificação concreta da sociedade. Ao fazer uso do método é preciso atentar para o fato de que a produção econômica é a base de qualquer ordem social, sendo necessário compreender as relações vigentes, através da dialética, para empreender a sua superação.

As diretrizes centrais do materialismo histórico, as quais servem de premissa material para a construção da tese, através da utilização do método, foi formulada por Marx no Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para os meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma estrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Para Marx (2008), a realidade é composta por dois elementos unitários: a infraestrutura e a superestrutura. A superestrutura (Estado, Direito, ideologias, representações culturais etc.) não se constitui enquanto mero reflexo da base econômica. Reduzir e condicionar a superestrutura puramente às relações econômicas, faz com que a análise da realidade recaia em

um “determinismo mecanicista”, o que estaria aquém do método materialista dialético.

Na análise do Estado brasileiro que foi feita nesse estudo, considere-se que o atual estágio de acumulação capitalista e sua base econômica condicionam, em meio às lutas pelo direcionamento político-ideológico, as relações sociais e a construção de ideologias, aparatos governamentais, modos de ser das profissões e do Serviço Social, elementos que serão os fundamentos da tese. Levando em conta que é o ser social, com suas contradições, que condiciona a sua consciência, e não o oposto, a análise terá como ponto de partida a realidade aparente e imediata das condições de trabalho atuais do assistente social.

De acordo com a proposta, os objetivos da pesquisa foram perseguidos através de estudos teórico-bibliográfico, documental e de campo (empírico), tendo sido possível abarcar tanto aspectos concretos da realidade quanto os de análise e compreensão. Essa investigação se caracteriza por ser um estudo de natureza qualitativa, que segundo Minayo (1994), corresponde a um espaço mais profundo das relações, abrangendo a compreensão do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. O estudo bibliográfico, documental e de campo, com abordagem qualitativa, mostrou-se o mais adequado ao cumprimento dos objetivos da tese, tendo em vista que se trata da análise das implicações profissionais ao Serviço Social de um contexto histórico e político, examinado por diversos intelectuais e vivenciado no espaço de trabalho de assistentes sociais, o que não seria possível mensurar através de uma metodologia estritamente quantitativa.

1.2.1 O estudo bibliográfico

Com o objetivo de compreender a presença do neodesenvolvimentismo e conservadorismo na sociedade brasileira, foram feitas pesquisas e consultas em referenciais do Serviço Social que abordam estas temáticas articuladas à profissão através da técnica de sistematização bibliográfica (SORIANO, 2004). Conforme Lakatos e Marconi (2005, p.185), “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição” do que já foi escrito sobre o assunto, mas proporciona a análise do tema sob novas perspectivas. A amostra das obras e documentos que foram analisados foi escolhida de modo intencional, de acordo com o objetivo da pesquisa. Foram estudadas, nessas produções, as conceituações sobre o que o projeto neodesenvolvimentista representou, tendo como base a perspectiva do materialismo histórico e suas categorias fundamentais.

O Serviço Social, enquanto profissão eminentemente interventiva, situa-se em uma posição privilegiada de análise da realidade. Assistentes sociais trabalham cotidianamente, no

exercício profissional, com contradições de classe e variadas opressões, bem como constroem possibilidades de intervenção subsidiadas, por vezes, pela aproximação com o aporte teórico crítico-dialético. Para a profissão, a pesquisa tem o encargo fundamental de desvelamento da realidade e de criação de possibilidades de libertação, situando-se aqui a importância de se analisar também a produção de conhecimento da área.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social (PEPPSS)⁸ tem revelado o posicionamento do fazer profissional diante das expressões contraditórias da realidade, o que se expressa também na pesquisa e na produção de conhecimento. A partir de sua proposta política, o projeto profissional indica que as assistentes sociais sejam direcionadas para uma prática transformadora, subsidiada por um referencial crítico, assumindo o compromisso com a liberdade e com a emancipação de sujeitos sociais. Segundo Guerra (2009b), a pesquisa no Serviço Social é uma ferramenta de defesa do direcionamento crítico da profissão, que tem permitido uma efetiva contribuição para as diversas áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Sociais. A autora afirma que foi a pesquisa que permitiu um estatuto acadêmico que alia formação e capacitação para uma intervenção profissional qualificada e reflexiva.

A constituição de uma massa crítica no interior do Serviço Social é também resultado do avanço da pesquisa e das produções acadêmicas na área. Como a profissão tem o seu modo de ser em uma sociedade regida pela contradição de classes, é fundamental que a realidade seja lida através de uma teoria social que responda às relações sociais nesse contexto e permita o direcionamento para uma prática profissional transformadora. A teoria social crítica se mostra privilegiada na análise da sociedade capitalista e dá subsídios para a investigação no Serviço Social, ao passo que é nos marcos do capital que a profissão atua.

Nesta tese, os critérios de inclusão para a seleção da produção de conhecimento analisada foram artigos em revistas científicas de maior relevância na área de produção de conhecimento do Serviço Social, que possuíssem seus números disponibilizados online, no período entre 2011 e 2016 (dos governos da presidenta Dilma), em que se desenhou o esgotamento do neodesenvolvimentismo. O levantamento foi realizado entre janeiro e junho de 2017, com a utilização dos descritores: a) “conservadorismo” e/ou “conservador” “e Serviço

⁸ No contexto da década de 1970 o Serviço Social passou por um processo de tentativa de ruptura com o conservadorismo na profissão, no desenrolar do Movimento de Reconceituação no Brasil. Esse conservadorismo estava imbricado tanto na atuação profissional, que consistia na atividade assistencial junto aos trabalhadores, quanto em seus efeitos políticos, através do “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20). Na Reconceituação, inspirados pela tradição marxista, as assistentes sociais se colocaram a favor da classe trabalhadora e fundaram um projeto profissional inédito até então, comprometido com os direitos humanos e sociais, com a ampliação da democracia e com a qualificação das políticas públicas.

Social” e b) “neodesenvolvimentismo” e/ou “novo-desenvolvimentismo” e/ou “desenvolvimentismo” “e Serviço Social”. Não foram incluídos trabalhos que tratassem dessas temáticas articuladas a outras áreas de conhecimento.

Considerei as revistas de maior relevância na área de produção de conhecimento do Serviço Social, aquelas historicamente com maior circulação e/ou com vinculação a programas de pós-graduação em Serviço Social. Ainda, todas possuem avaliação Qualis Capes⁹. As revistas que serviram de material de pesquisa foram: Serviço Social & Sociedade, Katálisys, Argumentum, Em Pauta, Revista de Políticas Públicas, Ser Social, Textos e Contextos, Temporalis, Praia Vermelha, Libertas, O Social em Questão, Sociedade em Debate, Serviço Social e Realidade e Serviço Social em Revista. Os dados do primeiro quadro ilustram o quantitativo total de artigos disponíveis no período entre 2011 e 2016, de onde partimos para a seleção daqueles que continham os descritores “conservadorismo”, “conservador”, “neodesenvolvimentismo”, “novo-desenvolvimentismo” e “desenvolvimentismo”, em um primeiro momento de forma isolada, e posteriormente associados ao termo “e Serviço Social”.

Quadro 1 – Quantitativo total de artigos nas revistas

	REVISTAS PESQUISADAS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
1	SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE	50	41	41	41	38	36	247
2	KATÁLISYS	30	27	13	27	26	41	164
3	ARGUMENTUM	44	40	34	40	42	56	256
4	EM PAUTA	26	30	32	30	34	39	191
5	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	34	97	43	101	49	95	419
6	SER SOCIAL	37	24	24	26	28	38	177
7	TEXTOS & CONTEXTOS	34	33	35	32	34	34	202
8	TEMPORALIS	33	36	24	30	40	37	200
9	PRAIA VERMELHA*	-	-	27	27	24	-	78
10	LIBERTAS	18	18	19	18	26	18	117
11	O SOCIAL EM QUESTÃO	24	32	37	32	32	46	203
12	SOCIEDADE EM DEBATE	21	21	21	21	21	28	133
13	SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE*	-	-	-	-	-	-	-
14	SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA*	22	23	25	24	26	24	144
	TOTAL							2531

Fonte: Sistematização da autora. Informações obtidas na coleta de dados junto ao sítio eletrônico das revistas. Coleta de dados realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

⁹ O Qualis é um sistema brasileiro de avaliação de periódicos mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que relaciona e classifica os veículos de divulgação intelectual da produção dos programas de pós-graduação *strictu sensu*.

Como já citado, a partir desse quantitativo total procedemos à pesquisa com base nos descritores selecionados, a saber, “conservadorismo”, “conservador”, “neodesenvolvimentismo”, “novo-desenvolvimentismo” e “desenvolvimentismo”, inicialmente de forma isolada e, ao fim, associados ao termo “e Serviço Social”. Destaco que a Revista Praia Vermelha esteve com seu sítio eletrônico em processo de implementação durante o período de realização da pesquisa documental, dispondo de números online apenas nos anos 2013-2015, não tendo sido localizado, nestes anos, nenhum artigo com a articulação dos descritores. Na revista Serviço Social e Realidade, havia edições disponíveis *online* apenas até o ano de 2010, tendo sido, assim, excluída do *corpus* de pesquisa. Quanto à Serviço Social em Revista, que disponibiliza virtualmente seus números desde 2009, também não foram encontrados nenhum dos termos.

Os dados no Quadro 2 ilustram que os termos de forma isolada apareceram noventa e cinco (95) vezes ao todo e, quando associados ao termo “e Serviço Social”, foram localizados cinquenta e cinco (55) artigos. Os artigos com os termos isolados, representam 3,75% do total, enquanto os artigos com a articulação dos descritores eleitos equivalem a 2,173% do total de artigos publicados nas revistas no período.

Quadro 2 - Pesquisa com descritores associados ao termo “e Serviço Social”

DESCRITORES PESQUISADOS	QUANTIDADE DE ARTIGOS COM O DESCRITOR ISOLADO	QUANTIDADE DE ARTIGOS COM O DESCRITOR ASSOCIADO AO TERMO “SERVIÇO SOCIAL”
CONSERVADORISMO	35	28
CONSERVADOR	18	10
NEODESENVOLVIMENTISMO	28	8
NOVO-DESENVOLVIMENTISMO	9	6
DESENVOLVIMENTISMO	5	3
TOTAL DE ARTIGOS	95	55

Fonte: Sistematização da autora. Informações obtidas na coleta de dados junto ao sítio eletrônico das revistas. Coleta de dados realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

Como último critério de inclusão, procedi à leitura dos resumos dos cinquenta e cinco (55) artigos localizados e selecionei apenas aqueles que: 1) eram artigos científicos (foram refutados os editoriais, resenhas e entrevistas); 2) relacionavam diretamente os fenômenos estudados ao Serviço Social, tendo em vista que o objetivo da análise de tais artigos era entender o que a categoria profissional tem produzido sobre as implicações profissionais do contexto de

esgotamento do neodesenvolvimentismo e de ascensão do conservadorismo; 3) tratavam da análise do tempo presente (não apresentavam um estudo eminentemente histórico-evolutivo); 4) abordavam os fenômenos dando centralidade ao estudo da realidade brasileira. A partir da seleção feita com base nesses quatro critérios, restaram vinte e cinco (25) artigos, assim distribuídos:

Quadro 3 – Artigos selecionados nas revistas a partir dos descritores

	REVISTA	ARTIGO	AUTORES	ANO	DESCRITOR
1	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Expressões do conservadorismo na formação profissional	Ivanete Boschetti	2015	Conservadorismo e Serviço Social
2	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação	Jamerson Souza	2015	Conservadorismo e Serviço Social
3	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Assistência Social: direito social ou benesse?	Berenice Couto	2015	Conservador e Serviço Social
4	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Educação, “neodesenvolvimentismo” e serviço Social: os Ifs em questão.	Evelyne Pereira; Denise Holanda; Raf Soares; Samilly Silva	2015	Neodesenvolvimentismo e Serviço Social
5	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Serviço Social: um <i>enfant terrible</i> na institucionalidade burguesa?	Potyara Pereira	2016	Conservadorismo e Serviço Social
6	KATÁLISYS	A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social	Ângela Amaral	2012	Conservador e Serviço Social
7	KATÁLISYS	Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares	Yolanda Guerra	2013	Conservadorismo e Serviço Social
8	KATÁLISYS	Estado e política social na América Latina: Previdência Social	Fernanda Mattos	2015	Conservadorismo e Serviço Social
9	ARGUMENTUM	Estado e crise do Capital: debatendo as perdas da proteção social	Karla Valle	2013	Conservador e Serviço Social
10	EM PAUTA	Cultura crítica e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: desafios contemporâneos	Josimeire Leite	2012	Conservadorismo e Serviço Social
11	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	50 anos do Movimento de Reconstituição do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e resistência contra o atual avanço do conservadorismo	Josefa Lopes	2016	Conservadorismo e Serviço Social
12	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	O Serviço Social brasileiro na atual fase do capitalismo: entre o conservadorismo e a resistência	Cristiana Lima	2016	Conservadorismo e Serviço Social
13	TEXTOS & CONTEXTOS	Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas	Bárbara Chagas	2016	Conservadorismo e Serviço Social
14	TEMPORALIS	Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de Graduação em Serviço Social para os assentados da reforma agrária	Yolanda Guerra	2011	Conservadorismo e Serviço Social
15	TEMPORALIS	Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional	Paulo Pinheiro	2015	Conservadorismo e Serviço Social
16	TEMPORALIS	Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios ético-políticos	Amanda Guazzelli; Ana Adriano	2016	Conservadorismo e Serviço Social

17	TEMPORALIS	O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno	Cleomar Fonseca	2016	Conservadorismo e Serviço Social
18	TEMPORALIS	A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas	Cleomar Fonseca	2016	Conservadorismo e Serviço Social
19	LIBERTAS	O Serviço Social ante as desigualdades sociais advindas da discriminação racial no Brasil	Bianca Vieira	2013	Conservadorismo e Serviço Social
20	LIBERTAS	“À Flor da Pele”: memórias de vivências do racismo e do sexismo na infância e na adolescência de assistentes sociais	Jussara Lopes	2013	Conservadorismo e Serviço Social
21	LIBERTAS	Serviço Social e Políticas Urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais	Maria Gomes	2015	Conservadorismo e Serviço Social
22	SOCIEDADE EM DEBATE	A relação entre manifestações religiosas e o exercício profissional dos assistentes sociais: um estudo das contradições e possibilidades no norte do Paraná	Claudia Silva; Patrícia Dutra; Fabio Lanza	2016	Conservadorismo e Serviço Social
23	SOCIEDADE EM DEBATE	O Serviço Social e a temática droga	Mirian Basílio-Denadai; Maria Garcia	2016	Conservador e Serviço Social
24	TEMPORALIS	Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica	Luana Siqueira	2012	Desenvolvimentismo e Serviço Social
25	TEMPORALIS	Programa BPC trabalho e a programática neodesenvolvimentista na Assistência Social	Fernanda Mattos	2015	Neodesenvolvimentismo e Serviço Social

Fonte: Sistematização da autora. Informações obtidas na coleta de dados junto ao sítio eletrônico das revistas. Coleta de dados realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

Destes artigos eleitos, vinte e dois (22) abordam a temática do conservadorismo, enquanto apenas três (3) tratam do neodesenvolvimentismo/desenvolvimentismo¹⁰. Como explicitado nos critérios, outros artigos relevantes foram localizados nas revistas com a abordagem dessas temáticas, todavia, apenas estes tratavam dos conteúdos alinhados ao Serviço Social na realidade brasileira do tempo presente, conforme a leitura inicial dos resumos.

A própria seleção dos artigos já demonstra que, mesmo de forma incipiente, o neodesenvolvimentismo tem se tornado objeto de investigação na profissão, a qual tem se debruçado em entender a atual conjuntura sociopolítica brasileira e pensado os novos rumos profissionais diante desse quadro. Entretanto, apesar de o Serviço Social estar sintonizado com as questões postas na realidade brasileira, ainda não produziu suficientemente sobre a temática do neodesenvolvimentismo, de modo a abranger todos os complexos elementos que compuseram esse momento histórico. Tal evidência nos desarma quanto à compreensão da

¹⁰ A edição de número 112 da Revista Serviço Social & Sociedade (2012), que tem como tema central o debate sobre “(Neo)Desenvolvimentismo & Política Social”, apresenta oito textos com análises críticas sobre a temática na conjuntura atual do Brasil, da América Latina e da Europa. Contudo, não fazem uma direta articulação com a profissão do Serviço Social, motivo pelo qual foram excluídos do *corpus* de análise, quando feita a leitura de seus resumos.

configuração do Serviço Social no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo, dada a sua contemporaneidade, temática com a qual este trabalho pretende contribuir.

Acerca do contraditório e imprescindível debate entre Serviço Social e o pensamento conservador, sei que ele não é novo, de modo que essa conexão histórica pode justificar o fato de a grande parte dos artigos selecionados tratar do conservadorismo. As práticas conservadoras são existentes desde a gênese da profissão e vez ou outra se reproduzem em novas roupagens. Suas principais expressões, de ordem teórica e prática, já foram amplamente discutidas e tematizadas pela produção de conhecimento na área¹¹, no entanto, este trabalho não pretende abordar, de forma adensada, o conservadorismo em seu desenvolvimento histórico ou em sua relação estreita com a origem do Serviço Social, senão trazer à tona elementos de caracterização desse ideário conservador nos dias atuais.

Um equívoco comum ao tratar de conservadorismo é remeter-se a generalização e uniformização do conceito nos vários períodos históricos. O conservadorismo só pode ser caracterizado de modo uniforme em sua gênese, quando representa uma reação às transformações burguesas levadas a cabo pela Revolução Francesa em 1789, com o pensamento de Edmund Burke (1729-1797). Na contemporaneidade, o conservadorismo se manifesta de forma heterogênea, com inúmeras nuances internas em cada realidade onde ele é vivenciado. Nesta tese, partimos da premissa que o conservadorismo é um fenômeno histórico que se explica pela aversão às mudanças e transformações revolucionárias em concomitância à supervalorização da ordem, das instituições e tradições no estágio do capitalismo.

O pensamento conservador esteve presente durante toda formação social brasileira e, neste início de século, tem se manifestado ofensivamente pela negação das necessidades do outro, o que remete a uma invisibilidade das demandas por reconhecimento, e apelo à manutenção das relações postas na sociabilidade capitalista, travando qualquer processo contra-hegemônico que ameace a ordem do capital. A tese trata, sem perder de vista os elementos fundantes do fenômeno, do crescimento do conservadorismo na sociedade brasileira nos últimos anos (2011-2016), bem como, a sua forte influência sobre a profissão na contemporaneidade, buscando analisar as suas variadas expressões e seus impactos para o Serviço Social.

¹¹ Apenas para pontuar alguns exemplos de produções relevantes na área do Serviço Social sobre conservadorismo, citamos Iamamoto (2008), Escorsim Netto (2011) e Souza (2015).

1.2.2 O estudo documental

Com o intuito de compreender o posicionamento da categoria profissional em relação ao neodesenvolvimentismo e à ascensão do conservadorismo, fiz um levantamento da documentação da categoria profissional, utilizando como fonte de pesquisa os CFESS Manifesta. Destes documentos, que são publicizados periodicamente pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), realizei a análise do material que continha discussões articuladas às temáticas neodesenvolvimentismo e conservadorismo.

O CFESS Manifesta é uma produção que expõe os principais posicionamentos políticos do Conselho Federal em forma de manifestos. Os documentos tratam sobre vários temas e fatos da sociedade, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. Segundo a apresentação da publicação que reúne os documentos da gestão “Tecendo na luta a manhã desejada” (CFESS, 2017), o informativo também expressa a defesa do projeto profissional incitando reflexões críticas e propostas de ação que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-CRESS. Os CFESS Manifesta também se tornaram importante referência de pesquisa na área do Serviço Social, oferecendo sua relevante contribuição nesta tese.

Utilizei como documentação os CFESS Manifesta disponibilizados virtualmente que continham discussões correlatas à conjuntura do quadro político brasileiro e atuação do Serviço Social, no período entre 2011 e 2016. Foram produzidos oitenta e quatro (84) CFESS Manifesta, sendo vinte e quatro (24) em 2011, dezoito (18) em 2012, quatorze (14) em 2013, dez (10) em 2014, sete (7) em 2015, e onze (11) em 2016, os quais abordam temáticas desde discussões realizadas em eventos e congressos da categoria ou de políticas sociais, a manifestos sobre datas comemorativas como o dia das mulheres, pessoas idosas, visibilidade trans, luta indígena, consciência negra etc. Ao fim, foram selecionados, intencionalmente, as informações dos documentos que se apresentam no quadro a seguir:

Quadro 4 – Edições do CFESS Manifesta integrantes da pesquisa

DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA EDIÇÃO	DISCUSSÃO CENTRAL
25 mai. 2011	Educação não é fast-food: Diga não para a graduação à distância em Serviço Social	Trata da campanha nacional lançada pelo conjunto da categoria em defesa da formação profissional, apontando a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Tal campanha chegou a ser censurada pela Justiça Federal da 3ª Região, que acolheu a liminar da Associação Nacional dos Tutores de Ensino a Distância (Anated).
07 jun. 2011	A maioria da Lei 8.662/1993 em tempo de luta e resistência	Em alusão aos 18 anos da Lei de Regulamentação da Profissão, que definiu com maior precisão as atribuições e competências profissionais, situadas em uma perspectiva crítica e de totalidade social.
10 jan. 2014	Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	Manifestação de crítica à privatização da educação e da saúde no contexto de contrarreforma do Estado, que abriu espaço para a criação das EBSEH, com o propósito de submeter a formação em saúde realizada nos Hospitais Universitários à regência do mercado.
07 abr. 2015	Tempos difíceis, tempos de reflexão e luta	O CFESS colocou em pauta as repercussões do quadro político brasileiro para a classe trabalhadora, sobretudo diante das manifestações conservadoras do dia 15 de março de 2015, que clamavam pelo <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.
06 jan. 2016	Sou assistente social e defendo o Estado laico!	Realizou a defesa da laicidade do Estado, que se encontra ameaçada diante da banalização das expressões religiosas nos órgãos públicos, demarcando a postura ética de assistentes sociais em exercício.
07 jun. 2016	Em tempos desiguais, não temeremos!	Apresenta posicionamento contrário ao governo ilegítimo e antidemocrático de Michel Temer, que, de início, decretou medidas que representam retrocessos nos campos dos direitos sociais.
26 ago. 2016	Nada a Temer! Continuamos na luta!	A discussão colocada em pauta na edição de junho de 2016 é aprofundada diante das ameaças do governo Temer para a Seguridade Social, que se viu fortemente atacada por propostas como a PEC 241 ¹² , que congela as despesas do Governo Federal por até 20 anos.
09 nov. 2016	Lutar não é crime!	Discute a criminalização das lutas sociais, aprofundada após o <i>impeachment</i> da presidenta, caracterizada por ataques e repressão a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Fonte: Sistematização da autora. Informações obtidas na coleta de dados no sítio eletrônico do CFESS, no período entre junho e dezembro de 2017.

Efetuei a análise dos dados dessa primeira etapa através do exame interpretativo e crítico, considerando que esta técnica possibilita a identificação de informações necessárias ao propósito do trabalho. Para Lakatos e Marconi (2005, p. 32) esse tipo de análise permite “[...] fazer uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados

¹² A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 sugere a instituição do Novo Regime Fiscal, com o principal objetivo de “reverter, no horizonte médio e longo prazo, o quadro de agudo desequilíbrio fiscal em que nos últimos anos foi colocado o Governo Federal” (CÂMARA, 2016). Em termos objetivos, a proposta é limitar, durante 20 anos, o ritmo de crescimento dos gastos da União à taxa de inflação, representando o congelamento de gastos com os serviços públicos de saúde e educação.

no texto”. A análise me permitiu um estudo detalhado e a construção de derivações possíveis que surgiram do arcabouço teórico que sustenta a pesquisa, que foram se modificando ao longo do estudo, originando novas concepções e focos de abordagens.

Os CFESS Manifesta, como pode ser observado através das informações presentes no quadro, estão alinhadas a pelo menos três direções que ganham centralidade no debate pela categoria: 1) crítica a mercantilização dos direitos sociais, sobretudo à educação, com a crítica às escolas de Ensino a Distância, e à saúde, com a denúncia à privatização efetivada a partir da instauração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) nos hospitais universitários; 2) defesa de uma atuação profissional crítica e comprometida com o projeto profissional, valorizando as regulamentações conquistadas sob hegemonia da tradição marxista no corpo profissional, bem como realizando a defesa de uma atuação laica; 3) análise de conjuntura, com posicionamento crítico contrário ao Golpe de 2016 e seus rebatimentos no campo dos direitos e lutas sociais.

Traduzindo a direção do Conjunto CFESS-CRESS, os CFESS Manifesta significaram a referência do posicionamento hegemônico da categoria, nas discussões dispostas nesta tese. Os dados coletados e analisados na pesquisa documental realizada estão presentes nas discussões de todos os capítulos, não tendo sido feita uma separação ou isolamento das informações, a despeito da existência de um capítulo que trata mais detidamente sobre as respostas da pesquisa.

Os dados resultantes das pesquisas bibliográfica e documental, assim como as informações coletadas na pesquisa de campo, integram todo o corpo da tese, que foi sendo desenhada em articulação ao que foi identificado nos diversos momentos da pesquisa, num movimento dialético mediado por elementos da realidade, pela produção de conhecimento e direcionamento político da categoria de assistentes sociais.

A utilização dos CFESS Manifesta como referência em debate com outras diversas fontes, inclusive, com autores das mais variadas correntes do pensamento, objetiva tão somente contribuir com a construção do conhecimento a partir de uma leitura plural e materialista da realidade. O pluralismo, nesse sentido, não se confunde com ecletismo ou relativismo, que tenta conciliar perspectivas inconciliáveis. O objetivo é permitir o debate e a troca de ideias, pois é através “da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real” (COUTINHO, 1991, p. 13).

1.2.3 A pesquisa de campo

Compartilho da premissa de Kosik (2011, p. 28) de que “conhecimento não é

contemplação”, buscando apreender a configuração do Serviço Social na atualidade de forma não idealista ou distante do objeto. De oposto, inicio o método de pesquisa pela empiria e observação imediata do cotidiano profissional na realidade brasileira, questionando-me sobre ela com o propósito de conhecê-la para transformá-la.

Na continuidade da investigação, utilizei a pesquisa de campo que, para Soriano (2004), deve começar com uma preparação, que consiste em fazer contatos apropriados, selecionar entrevistados, pensar a aplicação de técnicas de entrevistas, fazer o controle de qualidade da informação e elaboração de relatório. Para conhecer as configurações profissionais frente ao esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e da ascensão do conservadorismo, foi feito contato com o Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESS 10ª Região), o qual disponibilizou uma lista de profissionais inscritas. Realizei sorteio de profissionais que atuam nas mais diversas áreas, de forma aleatória, para participação nas entrevistas.

Segundo Moura e Ferreira (2005, p. 50), nos estudos de natureza qualitativa, a maior preocupação não é a generalização dos resultados obtidos em uma amostra, mas “[...] a caracterização, compreensão e interpretação dos fenômenos observados num grupo específico”. As autoras afirmam que, nesse caso, não existe a necessidade de serem adotados procedimentos sistemáticos de seleção de amostras, sendo que na amostragem aleatória simples, técnica básica de amostragem probabilística, a escolha de cada elemento da população pode ser escolhido “[...] por meio do sorteio dos elementos constantes da listagem da população que irão compor a amostra ou da utilização de uma tabela de números aleatórios” (MOURA; FERREIRA, 2005, p. 51).

Para a escolha das sujeitas, considerei como critérios de inclusão assistentes sociais que estivessem inscritas e regulares no CRESS 10ª Região e que atuassem na região metropolitana de Porto Alegre/RS, bem como que concordassem em participar da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Mediante lista disponibilizada pelo CRESS 10ª Região foi possível identificar assistentes sociais que estavam inscritas no Conselho e, posteriormente, fiz o contato e realizei a entrevista. Ingressei com um pedido formal ao CRESS de concessão das informações de contato das profissionais, no início de 2017, o que foi avaliado pela Diretoria e Conselho Pleno. Após discussões, compromissos e ajustes, em dezembro de 2017 foi realizado um Convênio com o referido Conselho, sendo disponibilizado o Termo de Concordância da Instituição, bem como os dados solicitados.

Das oito mil setecentos e sessenta e uma (8761) assistentes sociais listadas pelo CRESS 10ª Região, sorteei aleatoriamente setecentas (700) profissionais e enviei e-mails com convites para participação na pesquisa, tendo obtido quarenta e duas (42) respostas. Como nos dados

disponibilizados pelo CRESS não havia informação quanto à localidade de atuação das profissionais, das respostas recebidas, vinte e seis (26) eram de profissionais que atuavam no interior do Estado e estavam, portanto, fora dos critérios de inclusão da pesquisa. Dentre os dezesseis (16) restantes, não foi possível realizar o agendamento para a entrevista durante o período da coleta de dados por motivos de viagem, saúde, desemprego ou simples falta de retorno das profissionais. Ao cabo, foram realizadas oito (8) entrevistas, as quais apresento o perfil das sujeitas nos dados do próximo quadro:

Quadro 5 – Perfil das (os) entrevistadas (os)

	PROFISSIONAL 1	PROFISSIONAL 2	PROFISSIONAL 3	PROFISSIONAL 4	PROFISSIONAL 5	PROFISSIONAL 6	PROFISSIONAL 7	PROFISSIONAL 8
IDADE	77	48	33	53	32	28	53	42
GÊNERO	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
ANO DE FORMAÇÃO	1966	2003	2009	1990	2012	2011	2012	2007
LUGAR DE FORMAÇÃO	PUCRS	UNISC	PUCRS	ULBRA	ULBRA	PUCRS	UNIASSELVI	PUCRS
MODALIDADE DE FORMAÇÃO	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	À distância	Presencial
NÍVEL DE FORMAÇÃO	Doutorado	Mestrado	Mestrado	Especialista	Graduação	Especialista	Especialista	Graduação
ÁREA DE ATUAÇÃO	Instituição de Educação Superior	Poder Legislativo	Companhia de Abastecimento de Água	Empresa privada	Órgão de Segurança Pública	Associação de servidores públicos	Fundação de execução de medidas socioeducativas	Hospital Universitário
FUNÇÃO/ CARGO	Pesquisador	Assessora deputado	Assistente Social	Aposentada/assistente social	Assistente Social	Assistente Social	Assistente Social	Assistente Social
TEMPO NA INSTITUIÇÃO	3 anos	2 anos	2 Anos	32 anos	5 anos	6 anos	5 anos	5 anos
VÍNCULO	Colaborador	Celetista	Celetista	Celetista	Estatutária	Celetista	Celetista	Celetista

Fonte: Sistematização da autora. Informações obtidas na pesquisa de campo. Coleta de dados realizada no período entre dezembro de 2017 e março de 2018.

Como é possível visualizar, há uma significativa diversidade de características singulares, períodos e modalidades de formação, bem como de campos de atuação. Dentre as oito (8) sujeitas da pesquisa, sete (7) são mulheres, o que ilustra a caracterização majoritariamente feminina do Serviço Social enquanto profissão, desde os seus primórdios. As entrevistadas têm idades compreendidas entre os 28 aos 77 anos, e se formaram entre os anos de 1966 e 2012. A Profissional 7 recebeu uma formação não-presencial, à distância, o que já expressa um rebatimento das políticas neodesenvolvimentistas no âmbito da educação superior,

caracterizadas pelo discurso da “democratização do ensino”, em um processo de massificação e precarização da formação profissional. Quanto à formação pós-graduada, duas (2) profissionais fizeram apenas a graduação ou pós-graduação incompleta, três (3) fizeram alguma especialização *latu sensu*, duas (2) fizeram mestrado e um (1) cursou doutorado.

As entrevistadas atuam em diversos espaços socio-ocupacionais: extensão e pesquisa universitária, assessoria política, empresas públicas e privadas, segurança pública, saúde, socioeducação e associação de trabalhadores. A maioria delas, seis (6) profissionais, já atuavam nesse mesmo espaço socio-ocupacional anteriormente ao *impeachment* de Dilma Rousseff, de modo que conseguiram expressar um paralelo entre os períodos neoliberal, neodesenvolvimentista e o pós-golpe. Ademais, ainda que muitas delas atuem em instituições públicas, apenas a Profissional 5 trabalha sob regime estatutário, sendo que a maioria das colegas possuem vínculo celetista. Destaca-se que uma das sujeitas da pesquisa, a Profissional 4, já não atua mais no espaço de trabalho em que assumiu a função de assistente social, estando atualmente dedicada a oferta de cursos de preparação para aposentadoria.

Se faz necessário abrir parênteses para pontuar que, apesar de não ter obtido respostas ao convite de participação na pesquisa de profissionais que atuam na Assistência Social, é necessário demarcar o destaque dessa política no contexto neodesenvolvimentista, ainda que sob ínfimos investimentos, bem como a preponderante participação de assistentes sociais no planejamento, execução e avaliação dos seus serviços, programas e benefícios. A inaugural atenção à política de Assistência Social no âmbito da Seguridade Social e sua lógica, permeada por critérios de seletividade e focalização, tem significativos rebatimentos para o exercício profissional do Serviço Social. Não somente nessa política, mas em outras tantas, o foco de atuação emergencial e direcionado aos mais pobres representa um retorno do processo de “assistencialização” da proteção social.

Regressando para o que concerne à coleta de dados, esta foi realizada por meio de entrevista semiestruturada que, segundo Lakatos e Marconi (1999), trata-se de um diálogo formado por perguntas abertas, o que permite uma maior liberdade ao entrevistado para expressar-se. Os questionamentos foram permeados pelo cotidiano de trabalho das profissionais e sua relação com o neodesenvolvimentismo e o conservadorismo. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, categorizadas e analisadas.

1.2.4 A Análise textual discursiva

A construção do caminho metodológico para elaboração da pesquisa encerrou-se na análise e reconstrução dos objetos da pesquisa, o que permitiu a elaboração das sínteses aqui contidas. Os dados constantes no Quadro 6 ilustram e resumem a definição do *corpus* da pesquisa:

Quadro 6 – Corpus da pesquisa

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	DESCRIÇÃO
SISTEMATIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	Investigação em produções publicadas em revistas científicas de maior relevância na área de conhecimento do Serviço Social, entre os anos de 2011 e 2016, com os descritores neodesenvolvimentismo e/ou conservadorismo e Serviço Social.
PESQUISA DOCUMENTAL	Estudo das publicações do CFESS Manifesta sobre neodesenvolvimentismo e/ou conservadorismo. Documentações selecionadas de forma intencional.
PESQUISA DE CAMPO	Entrevistas com oito assistentes sociais inscritas no CRESS 10ª Região, que atuam na região metropolitana de Porto Alegre, selecionadas de forma aleatória, por meio de sorteio.

Fonte: Sistematização da autora.

Em relação ao tratamento dos dados que integram o *corpus* da pesquisa, este foi feito por meio da técnica de análise textual discursiva, a qual consiste em uma abordagem que está situada entre duas formas de pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo e a análise de discurso (MORAES; GALIAZZI, 2016). Segundo Moraes e Galiazzi (2016), a análise textual discursiva se inicia com o processo de unitarização dos textos, em unidades de significado. A partir da análise dos significados das expressões são construídas unidades que podem, por si mesmas, gerar outros conjuntos de unidades provenientes da interlocução empírica, teórica e/ou de interpretações feitas pelo pesquisador. Depois de feita essa unitarização com profundidade, faz-se a articulação de unidades de significado semelhantes, na construção de um processo denominado categorização. Todo esse caminho de interpretação e produção de argumentos gera metatextos analíticos que expressam o esforço de compreensão de uma realidade, que é produto de uma nova combinação dos elementos analisados em cada um daqueles processos (MORAES, 2003).

De forma sistematizada, conforme Moraes e Galiazzi (2016, p. 33-34), a análise textual discursiva propõe a organização dos argumentos em torno de quatro focos, os quais subsidiaram a construção desta tese com base nas informações obtidas. Segundo os autores, a análise textual

discursiva é composta pelos seguintes momentos:

- 1) Desmontagem dos textos ou unitarização: momento em que se realiza a leitura e significação do *corpus*, dando centralidade à interpretação do pesquisador a partir de suas perspectivas teóricas, conhecimentos, intenções e experiências. Inicialmente, procedi a uma fragmentação dos textos e transcrições das entrevistas, com uma codificação de cada unidade, para posterior reelaboração textual, que traduziu o significado daquela leitura do modo mais completo possível. Nas leituras dos artigos das revistas, dos CFESS Manifesta e das transcrições das entrevistas, procedi às leituras buscando codificar os principais elementos presentes, articulando-os aos objetivos do estudo. Depois efetuei a reconstrução, alinhando a perspectiva de cada texto, em referência às discussões constantes na tese.
- 2) Estabelecimento de relações ou categorização: esta etapa propõe a reunião de elementos semelhantes a partir da comparação das unidades definidas no momento inicial. Essas categorias podem ser construídas pelos métodos indutivo, dedutivo e intuitivo, sendo que “tanto o método dedutivo quanto o indutivo requerem em algum grau a intuição” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 46). Na tese foram pré-definidas dedutivamente as categorias “Neodesenvolvimentismo”, “Conservadorismo” e “Serviço Social”, de modo que todas as leituras se voltaram a análise de fenômenos que se explicassem no contexto desses elementos. Contudo, foi possível identificar categorias emergentes a partir das leituras e relatos profissionais, como “dicotomia teoria *versus* prática”, “endogenismo”, “pragmatismo”, “importação de conceitos”, “mercantilização dos direitos sociais”, “neoconservadorismo”, “educação e formação profissional”, “racionalidade neoliberal/neodesenvolvimentista” e “movimentos sociais”.
- 3) Expressão das compreensões atingidas: formuladas na construção de metatextos analíticos que expõem a síntese da pesquisa a partir da construção de um novo texto, que pode ser mais próximo da perspectiva do *corpus* ou mais interpretativo e crítico. No estudo, tentei trazer a elaboração textual fruto das análises em todos os capítulos, com especial ênfase no capítulo 4, buscando construir argumentos a partir de uma perspectiva mais abrangente, que ultrapassasse a descrição e alcançasse uma compreensão, teorização e crítica.

- 4) Processo auto-organizado de apresentação dos resultados finais de forma criativa, original e não prevista: esse momento repercutiu na criação de condições para os novos entendimentos sobre as categorias centrais da pesquisa, que estão evidenciados na construção da própria tese.

Arrematando todas as informações coletadas por meio da sistematização bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo, foi possível reunir os elementos que responderiam aos objetivos da pesquisa, através da construção do seu *corpus*. As elaborações textuais que expressam as resultantes investigativas estão presentes na travessia de construção de toda a exposição da tese, que procura seguir um critério cronológico apenas para que se mantenha um encadeamento lógico, já que o ponto de partida da pesquisa é, na verdade, a apropriação do seu *corpus*. Esse início, na exposição, se confunde com o seu final, já que no último capítulo a análise dos materiais de pesquisa serão expostos de forma mais explícita, já como uma síntese dos resultados investigativos.

2 O SERVIÇO SOCIAL DO NEOLIBERALISMO AO NEODESENVOLVIMENTISMO: ELEMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO E CRÍTICA

O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos (ARIANO SUASSUNA, 2007).

O Serviço Social, enquanto atividade institucionalizada e legitimada como profissão, teve a sua origem vinculada ao aprofundamento das mazelas sociais decorrentes da sociabilidade burguesa, sendo o pano de fundo o estágio monopolista do capitalismo. Nesse período de desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana, segundo Netto (2011), o Estado passou a interferir no enfrentamento das refrações da dita “questão social”¹³, cumprindo uma função coesiva central, em que o assistente social foi “investido como um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 2011, p. 74).

Ao longo do desenvolvimento da profissão, o Serviço Social foi se transformando, ao passo que se situa no processo de reprodução das relações sociais, respondendo a demandas e interesses contrapostos que estão em permanente movimento, nos marcos da sociedade capitalista. A profissão surge no momento em que o Estado toma para si as respostas para a “questão social”, mediante políticas sociais, com o propósito de resguardar a continuidade da acumulação capitalista e legitimar as condições sociais para tanto. No decorrer do século XX o Serviço Social foi se solidificando enquanto profissão e amadurecendo as concepções sobre seu significado socio-histórico, com o aporte da tradição marxista, o que imprimiu permanente mudança nas relações com seus interlocutores.

Desde sua origem conservadora até o alcance de uma hegemonia crítica no corpo profissional, a profissão se conforma, como diretriz de trabalho, sob dois ângulos indissociáveis de um mesmo fenômeno: como realidade vivida e reproduzida pelos seus agentes profissionais, ao mesmo tempo em que é uma atividade socialmente condicionada pelas circunstâncias sociais

¹³ Utilizo a expressão “questão social” sempre entre aspas, considerando a cautela no seu uso ao concordar com os aspectos levantados por Netto (2001, p. 43), que elucida que a partir da segunda metade do século XIX, “ela desliza, lenta mas nitidamente, para o vocábulo próprio do pensamento conservador”. Não se pode desconsiderar o traço mistificador do termo em sua origem, quando a “questão social” era tratada como objeto de ação moralizante por segmentos como a Igreja Católica. Santos (2012) destaca outro aspecto relevante, ao apontar que as aspas destacam o fato de que a “questão social” não pode ser alçada ao estatuto de uma *categoria* no sentido marxiano, por não existir na realidade, tratando-se de um *conceito*. O que existe concretamente são suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do capitalismo.

objetivas que conferem direção social à prática profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 73).

Considerando esse antagonismo visceral à estruturação do Serviço Social enquanto um tipo de especialização do trabalho coletivo historicamente situado, tenho que a profissão e suas transfigurações não podem ser pensadas de modo independente da conjuntura institucional a qual ela se vincula. A atividade profissional não se encerra em si mesma, estando estreita e especialmente integrada ao setor público, “diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil” (IAMAMOTO, 2007, p. 79). Por isso, as transformações da profissão no decorrer dos seus oitenta anos no Brasil só podem ser compreendidas quando vinculadas ao arranjo superestrutural, sobrepujando os reducionismos que reforçam o seu caráter de origem “conservadora” ou a consecução de uma dimensão necessariamente “revolucionária”, nos marcos de reprodução do capital.

Fazendo esse necessário movimento de articulação com a realidade conjuntural, entendo que a complexidade dessa discussão se apresenta de forma ainda mais acentuada quando da adoção do neoliberalismo no Brasil, imediatamente após a redemocratização, momento em que a profissão, alinhada aos movimentos sociais e em resistência às arbitrariedades militares, consolidou o processo de renovação crítica. Contraditoriamente, quando o Serviço Social alçava, hegemonicamente, um amadurecimento teórico, político e executivo, a aceção de um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes repercutiu no estreitamento do mercado de trabalho.

O período posterior, denominado neodesenvolvimentista, ainda que seja lembrado como um contexto em que se ampliaram os espaços de trabalho para assistentes sociais, apresentou renovados desafios, sobretudo no que diz respeito às requisições institucionais. A objetivação do trabalho profissional sob orientação dos governos que propunham a improvável articulação entre crescimento econômico e incremento social representou, de um lado, a possibilidade de viabilização do acesso da população a benefícios sociais e, de outro, significou a “pura administração de uma miséria estrutural irreversível na ordem monopólica do início do século XXI” (SILVA, 2013, p. 134).

Com o propósito de elucidar como o Serviço Social se situa neste início do século XXI, esse capítulo reúne reflexões que conformam a síntese resultante do movimento dialético entre a intencionalidade profissional e as condições estruturais e conjunturais. Para tanto, faz-se necessário caracterizar como a atual fase do capitalismo se manifesta particularmente no Brasil, examinando as diretrizes da atuação profissional sob perspectiva da adoção do modelo político-econômico neoliberal, bem como da concepção do projeto neodesenvolvimentista.

2.1 Pilares da ofensiva neoliberal e sua incidência no Brasil

A crise do padrão de acumulação no contexto de mundialização do capital, que se expressou no denominado *neoliberalismo*, foi precedida de outras crises que prepararam o terreno para a disseminação das premissas que propunham a retomada de aspectos do liberalismo clássico. Segundo Netto (2007a, p. 66), a crise global que marcou as últimas três décadas do século XX se revelou pela crise do modelo de acumulação fordista-keynesiano nos países centrais e a consequente crise do Estado de bem-estar, bem como na crise do chamado socialismo real. Acrescido a isso, tem-se o fracasso das tentativas dos países periféricos em romper com o estatuto do desenvolvimento e da dependência, o que caracteriza a experiência no Brasil nas décadas 1950-1980.

A hegemonia da virada neoliberal no âmbito do capitalismo globalizado teve sua origem, segundo Harvey (2014, p.19-23), em meio a uma série de experimentos caóticos na tentativa de retomar a acumulação ativa do capital, que só convergiram como uma nova ortodoxia nos anos 1990 com o denominado “Consenso de Washington”. Anteriormente, a crise da acumulação do capital ocorrida na década de 1970, que combinou desemprego e inflação, gerou uma insatisfação generalizada, que permitiu o avanço de alternativas populares que representavam uma ameaça política às elites econômicas e às classes dirigentes em várias partes do mundo. Era necessário que as classes altas agissem com mais vigor para se protegerem da aniquilação política e econômica, o que foi possível com a guinada das experiências de “neoliberalização” (HARVEY, 2014, p. 25).

O processo que Harvey chama de “neoliberalização” (2014, p. 13) surgiu, assim, como resposta ao esgotamento do crescimento keynesiano do pós-guerra e à crise de acumulação do capital vivida na década de 1970. Conforme o autor, a neoliberalização teve como propósito realizar um projeto político de restabelecimento de condições propícias à acumulação do capital e restauração, ou mesmo criação (em casos como Rússia e China), do poder das elites econômicas.

A crise do Estado de Bem-estar social vivido nos países de economia central forneceu, segundo Netto (2007a, p. 77), o combustível para o questionamento das funções estatais como indutoras do crescimento econômico e produtoras do bem-estar. A demanda pela restauração do poder de classe encontrou no neoliberalismo e em suas estratégias, que propugnavam a defesa do mercado livre, a resposta vitoriosa à questão da acumulação capitalista.

Diferentemente do período liberal, a presença do Estado foi fundamental no contexto neoliberal. Segundo Hobsbawn (1995, p. 401), “[...] a maioria dos governos neoliberais era

obrigada a administrar e orientar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças do mercado”. A atuação estatal na redução com gastos no campo social e com a privatização de organismos públicos representaram parte da estratégia política que repercutiu profundamente nos direitos das classes trabalhadoras.

Outro elemento de reforço ao triunfo neoliberal, segundo Netto (2007a), foi a rápida crise do “campo socialista”, expressa especialmente pela falência do “socialismo real” na segunda metade da década de 1980, a partir da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Conforme o autor, tais elementos pareceram “oferecer a comprovação definitiva do fundo último da programática neoliberal, vale dizer, a insustentabilidade de uma economia planejada” (NETTO, 2007, p. 77).

As crises dessas conformações societárias que tentaram responder aos antagonismos e as consequências próprias da lógica capitalista repercutiram em impactos que não se restringiram à esfera produtiva, mas as transformações incidiram fortemente sobre o conjunto da vida social. Tratou-se de uma “crise estrutural das condições que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política” (*ibidem*, p. 70). E essa crise estrutural se estendeu, em suas múltiplas dimensões, para todo o globo, desde países de economia central até os em situação de dependência¹⁴.

É Mézáros (2009) quem expõe o caráter estrutural da crise capitalista em desdobramento desde o século XX, fazendo uma crítica ao funcionamento do sistema sociometabólico. Essa crise tem como pano de fundo o antagonismo fundamental e irreconciliável entre capital e trabalho, se manifestando de forma destrutiva e incontrolável na corrosão do trabalho e elevação das taxas de exploração. Para o autor, o caráter da crise e suas consequências destrutivas indicam que “estamos em meio a uma crise nunca antes experimentada e numa escala incomparável” (MÉSZÁROS, 2009, p. 75), o que também pode representar a concomitância de novas potencialidades históricas que sinalizem à ida “Para além do capital, no espírito do projeto socialista original” (*ibidem*).

Segundo Duménil e Lévy (2014, p. 19), a ordem neoliberal internacional, ou globalização neoliberal, foi imposta ao mundo inteiro, geralmente ao custo de tais severas crises. Para os autores, a disseminação do neoliberalismo se utilizou do instrumento político de instalação de governos locais pró-imperialistas, com a colaboração das elites dos países em

¹⁴ Conforme Ruy Mauro Marini (2005), a relação entre a América Latina com os centros capitalistas europeus é configurada pela dependência, enquanto “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção da nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141).

aliança com a ação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A América Latina, em uma estratégia de reforço das relações de dependência, foi palco dos pioneiros experimentos de neoliberalização, após o fracasso nas tentativas de alcance de superação da condição de subdesenvolvimento. Conforme Harvey (2014, p. 25), os golpes promovidos pelas elites domésticas com o apoio dos Estados Unidos ofereceram um tipo de solução para a crise capitalista, sendo o Chile a cobaia que primeiro vivenciaria os desígnios neoliberais.

Os intelectuais do neoliberalismo, conhecidos como *the Chicago boys*, já teriam oferecido assessoria econômica ao golpe de Pinochet no Chile em setembro de 1973, derrubando o governo democraticamente eleito de Salvador Allende com o apoio dos Estados Unidos e da *Central Intelligence Agency* (CIA) (KATZ, 2016, p. 82). Essa foi a primeira experiência de neoliberalização e implantação de um Estado tipicamente neoliberal na América Latina em contraponto ao avanço das esquerdas¹⁵ na região, que estavam sob influência da revolução cubana. De acordo com Harvey (2014), as principais medidas econômicas tomadas foram a abertura dos mercados a investimentos estrangeiros, privatização, liberação de recursos naturais e abertura à exploração privada não regulada.

Como arrimo teórico para o incremento do neoliberalismo, é válido citar a contribuição de alguns intelectuais da tradição liberal ortodoxa como Hayek, Friedman, Mises e Popper, que dispunham de teorias que refutavam profundamente as teorias do Estado intervencionista. Conforme Harvey (2014) a teoria neoliberal ganhou maior notabilidade acadêmica quando Hayek (em 1974) e Friedman (em 1976) ganharam o prêmio Nobel de economia e passaram a exercer forte influência prática, sobretudo, na Grã-Bretanha e Estados Unidos, que adotaram o neoliberalismo como nova ortodoxia econômica a partir dos governos de Margareth Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989).

A título de ilustração da perspectiva ideológica que disseminavam, cabe citar um fragmento da obra “Livre para Escolher”, de Milton e Rose Friedman (2015, p. 436-437), sobre

¹⁵ Quando falo sobre “direita” e “esquerda” me refiro a conceitos que podem ser considerados incompletos por não ter tamanho rigor teórico-científico, não obstante sua relativa validade histórica. É difícil defini-los tendo em vista que um mesmo sujeito, grupo ou partido político pode apresentar características progressistas que seriam melhor identificadas com a “esquerda”, mas, em determinadas matérias, expor posições típicas da “direita”. Mesmo Coutinho, Pondé e Rosenfield (2014), assumidos como direitistas e/ou conservadores no livro “Por que virei à direita?”, indicam que há setores da “direita” e da “esquerda” que não seguem a lógica binária. Assim, apenas em caráter de utilização nesta tese, caracterizarei “direita” como o espectro político ideológico voltado a conservação da ordem e influenciado pelos ideais provenientes do liberalismo, enquanto a “esquerda” estaria mais alinhada a pautas humanistas, progressistas e revolucionárias, em grande parte influenciada pelo marxismo.

a relação entre liberdade e Estado:

As duas ideias – a da liberdade humana e a da liberdade econômica – [...] ainda persistem entre nós. Todos estamos imbuídos delas. Elas fazem parte do próprio tecido do nosso ser. Mas nós fomos nos desviando delas. Temos esquecido da verdade fundamental – que a maior ameaça à liberdade humana é a concentração de poder, seja nas mãos do governo, seja na de qualquer outra pessoa. Nós nos persuadimos de que é seguro conceder poder, desde que seja para bons propósitos.

Felizmente, estamos despertando. Estamos reconhecendo, de novo, os perigos de uma sociedade excessivamente controlada pelo governo, compreendendo que bons objetivos podem ser pervertidos por meios ruins, que a confiança na liberdade das pessoas controlarem suas próprias vidas de acordo com seus próprios valores é a forma mais segura de se alcançar o pleno potencial de uma grande sociedade.

Usando como fundamento os ideais políticos da dignidade humana e liberdade individual, e partindo do pressuposto de que liberdades individuais só são garantidas pelas liberdades de mercado e comércio, as teorias neoliberais alcançaram forte influência naquele momento de crise. A busca por melhores condições de vida da população deveria se dar restritamente no campo do mercado, em detrimento das iniciativas do Estado e das organizações de luta dos trabalhadores, como os sindicatos¹⁶. As liberdades nesse sentido foram, para Netto (2007a, p. 76), reduzidas a “liberalismo” e associadas à democracia, numa tentativa de clara falsificação histórica que, ainda que com caráter mistificador, ganhou eficácia social.

O liberalismo econômico se escamoteia no liberalismo político, associando falsamente a liberdade individual (política) com a liberdade econômica, deixando de considerar que esta é o terreno real sobre o qual os indivíduos agem concretamente. Em suma, é elucidativa a definição de Harvey quando este afirma que

O neoliberalismo é [...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2014, p. 12).

Na mesma esteira argumentativa, Netto (2007a, p. 77) compreende que a essência da ofensiva neoliberal é “[...] uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”. O alto investimento em maquinaria como forma de substituição do trabalho humano, o incentivo ao livre-mercado e o crescente número de indústrias instaladas nos países periféricos como o Brasil, geraram dependência e

¹⁶ Cardoso (2003, p. 73) lembra que na década de 1990, no Brasil, as mudanças nas bases da ação sindical repercutiram profundamente em sua representatividade política na cena brasileira, sendo incapazes de oferecer alternativas às políticas neoliberais, o que resultou na fragmentação e crise dos sindicatos.

pobreza de um lado, e acumulação e riqueza de outro. Esse foi um período de instabilidade e crise capitalista, quando ocorreu o enfraquecimento dos Estados nacionais em relação à globalização econômica, a derrocada do sistema socialista, iniciando a construção de pilares para uma “nova era”, feita de incertezas e desafios.

Para além das medidas no plano econômico, pode-se considerar que o neoliberalismo significou uma transformação abrangente do capitalismo e das sociedades. Enquanto estratégia de retomada de acumulação do grande capital, o neoliberalismo não se restringiu à interferência na dimensão econômica, com fins à restauração do poder de classe. Outrossim, criou um “sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim” (HARVEY, 2014, p. 28). Para se sustentar e sobreviver de tal modo sobre as crises, o neoliberalismo se tornou “[...] hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2014, p. 13).

Se propondo a ser a alternativa no momento de crise, sustentado por um arcabouço teórico consolidado e difundido, o aparato neoliberal fundou uma ideologia própria: “Surgiu uma ideologia neoliberal, a expressão dos objetivos de classe do neoliberalismo. Essa ideologia foi o instrumento político crucial no estabelecimento do neoliberalismo.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 27). Mas é preciso observar, seguindo Dardot e Laval (2016, p. 14-16), que não se trata simplesmente de uma ideologia e uma política econômica nela inspirada, que propunha a não intervenção governamental no curso natural e espontâneo de soberania dos mercados.

Mesmo com o descrédito ideológico do *laissez-faire* e os desastres das políticas neoliberais, estas permanecem fortemente ativas e empenhadas na realização de retrocessos sociais porque o neoliberalismo, além de destruir normas, direitos e instituições, gera certas relações e modos de vida, se tornando a própria “razão do capitalismo contemporâneo, [...] plenamente assumido como construção histórica e normal geral de vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Para estes autores, o neoliberalismo produz relações sociais, modos de vida e subjetividades que agem ativamente nos espaços de liberdade do indivíduo, sendo criada uma racionalidade que estrutura tanto a ação dos governantes como a conduta dos governados, de modo que estes passem a conformarem-se, por si mesmos, a certas normas.

Dardot e Laval (2016) referem-se à racionalidade neoliberal, imputada objetiva e subjetivamente a toda forma de existência, ultrapassando a ideia do neoliberalismo enquanto apenas uma questão econômica a ser adotada pelo Estado. Trata-se da materialização de formas de vida e de constituição de relações sociais, moldadas para atenderem personificadamente à lógica do neoliberalismo. Para os autores, o neoliberalismo forjou uma individualidade que

incorpora as aptidões demandadas pela lógica empresarial de competitividade, bem como de autoresponsabilização pelos sucessos e fracassos vivenciados.

Concordo com Dardot e Laval (2016, p. 17) que considerar a racionalidade neoliberal é importante para compreender a insistente manutenção dessa ofensiva, ainda que entenda ser em sua base material que se localiza a racionalidade que propugna a manutenção das relações sociais capitalistas. Entendo que o referido elemento é essencial para assimilar o porquê, apesar das graves consequências em termos de degradação da humanidade e do meio ambiente, conduzida pelas políticas neoliberais, estas ainda perpetuam os retrocessos sociais que lhe são próprios. Também se situa no campo da racionalidade as dificuldades na ação coletiva contra o neoliberalismo – disseminação das concorrências, onde se mina a solidariedade. Para os autores, o neoliberalismo “[...] em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Tal experiência dita “neoliberal”, abrangendo sua base econômica, fundamentação ideológica e racionalidade, foi instaurada na década de 1990 no Brasil, fazendo com que o Estado passasse por um amplo processo de privatização e atuasse como organizador e gestor indireto da atividade econômica. Essa reconfiguração do papel estatal brasileiro, que recentemente havia experienciado a redemocratização, estava vinculada a pretensão de, supostamente, dar-lhe maior eficiência, pois o seu tamanho (em referência a carga tributária, na verdade) seria um entrave ao desenvolvimento.

Ainda que a implementação do neoliberalismo no Brasil tenha se dado por vias de imposição de ditames internacionais, distintas do que se configurou nos países de economia central, as suas características essenciais foram preservadas. Houve a reprodução da ideologia do individualismo exacerbado, que associada à formação socioeconômica do Brasil, onde a efetivação dos direitos sociais sempre ocorreu de forma residual, definiu a forma com que o neoliberalismo incidiu sobre o reforço das desigualdades sociais em solo brasileiro. A recente retomada democrática, que viu seu apogeu nas garantias previstas na Constituição Federal de 1988, foi atropelada por esta ofensiva excludente, encabeçada pelos setores dominantes do capital em conluio com o governo federal da época.

Segundo Yamamoto (2007, p. 141), essa distinção na formação da cidadania entre os países de economia central e o Brasil, onde prevaleceram relações de favor e dependência, repercutiu na redução dos espaços públicos e ampliação dos privados, sendo o Estado transformado em instrumento econômico da classe dominante. Para ela, o neoliberalismo adotado no Brasil atribuiu o título de moderno ao que há de “mais conservador e atrasado na

sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado” (IAMAMOTO, 2007, p. 142), o que repercutiu diretamente na luta por direitos e na atuação profissional de assistentes sociais.

O ideário neoliberal no Brasil ganhou impulso no breve governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, com a adoção de uma agenda importada pelos organismos internacionais, como os já citados FMI e Banco Mundial. Antunes (2005) afirma que, em uma aventura bonapartista, Collor pretendeu dar um novo salto para a modernidade capitalista em integração com o ideário neoliberal, submetendo a produção nacional aos capitais monopólicos externos. Para ele,

A privatização do Estado preenche outro requisito imprescindível desse ideário. Os procedimentos para obtenção deste *télos* seguem, em dose única, e essencial do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a “modernização” (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal. O “intervencionismo exacerbado” presente no Plano que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para uma lógica de um Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal (ANTUNES, 2005, p. 9-10).

O autor se refere aos planos econômicos implementados no período – Plano Collor I, II e Plano Marcílio – que, alinhados ao projeto de modernização dos países de “Terceiro Mundo”, penalizaram de forma brutal os trabalhadores e favoreceram o sucateamento de parcelas do capital industrial nacional. A insatisfação generalizada, o rearranjo no bloco de poder do parlamento e as denúncias de corrupção acabaram por repercutir na instauração do processo de *impeachment* do presidente, que renunciou do mandato. É equivocado supor que o neoliberalismo tenha caído juntamente à deposição de Collor, pois a sua hegemonia foi ainda mais fortalecida nos governos seguintes.

Com o impedimento sofrido por Collor, assume o vice Itamar Franco, preenchendo os dois anos que faltaram ao final do mandato. O breve governo de Itamar foi marcado, ainda conforme Antunes (2005), por uma ambiguidade congênita: a aceitação do projeto de modernização instaurado na fase Collor, que gerou a herança de uma crise aguda, e o apoio de amplos setores, inclusive dos espectros à esquerda, que viam em seu governo uma possibilidade de mudanças. Todavia, as diferenças foram superficiais quando se analisa seu plano de governo, que permanece aceitando a globalização imposta pela lógica do capital, propondo o crescimento da economia como suficiente para solucionar o problema da miséria, sem tocar no padrão de acumulação.

Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, que anteriormente já havia sido ministro da fazenda do governo Itamar, arquitetando o Plano Real, foram centrais para a consolidação da hegemonia neoliberalista no país, ainda que o ex-presidente mais tarde tenha afirmado que:

[...] jamais subscrevi as idéias “neoliberais” a favor de um Estado mínimo. Mais ainda, durante meus oito anos de governo o gasto público se expandiu e empreendemos um grande esforço para a reconstrução do Estado e da administração pública [...]. É inegável que o BID, o Banco Mundial e outras agências internacionais pregaram a reforma do Estado, assim como é certo que alguns autores e certas correntes propuseram um Estado mínimo. No Brasil tais ideias não passaram de floreios políticos para criticar o governo [...]. Em sentido oposto ao que os críticos nos atribuíam, movia-nos a necessidade de implantar políticas que livrassem o país da “privatização do Estado” (CARDOSO, 2006, p. 559-560).

A negação do ex-presidente, que também é sociólogo e cientista político, não exclui o que a história nos evidencia: o Estado sofreu significativas alterações durante o seu governo, que expressaram o estabelecimento do receituário neoliberal. Conforme preconizado nas propostas de reformas citadas por ele mesmo, o Brasil caminhou na direção de um Estado mínimo, ao passo que, no campo econômico, assistimos à liberalização comercial, privatização e incremento da terceirização nos setores públicos. No plano social, implementou uma política, conforme Francisco de Oliveira (2018, p. 66), “antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral que marca o neoliberalismo”. Em uma das entrevistas realizadas com assistentes sociais sujeitos da pesquisa, o Profissional 1 afirma que:

[...] o FHC tem um programa, ele foi assumido pelo chamado PSDB, que é um programa neoliberal [...]. Porque o neoliberalismo está no mundo inteiro fazendo o que bem entende, e com esse sistema de multinacionais, até as nossas empreiteiras viraram multinacionais [...]. Eles prepararam muitas coisas porque eles estavam com ligações com os americanos, com os ingleses, com os franceses, japoneses, só não podia ter com os comunistas. [...]. Quando veio o FHC como neoliberal, entrou na roda neoliberal do mundo inteiro (PROFISSIONAL 1, 2017).

De fato, o que ocorreu no país está muito mais alinhado com essas assertivas apontadas pelo profissional. Seguindo a onda neoliberal mundializada, a adoção das orientações internacionais foi incrementada no Brasil ao longo da década de 1990, com vistas à obtenção de investimentos externos das grandes instituições financeiras mundiais, o que gerou, em partes, uma certa insatisfação popular. Conforme Sampaio Jr. (2007), “Capitulando às recomendações do Consenso de Washington, a política econômica passou a articular-se, desde então em função da necessidade ‘ajustar’ o Brasil às exigências da mundialização do capital”, gerando crise no padrão de industrialização pesada e agravando a crise social no campo e na cidade.

O Consenso de Washington, assim denominado pelo economista John Williamson em

1989, tratou da imposição, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, de medidas com o propósito de difundir a conduta econômica neoliberal aos países subdesenvolvidos, sobretudo, os da América Latina. Segundo Williamson (2004), o que viria a ser denominado como Consenso de Washington, tratou-se de uma lista de dez reformas políticas específicas, alinhadas ao direcionamento de Washington, com vistas ao desenvolvimento das nações mais pobres, sobretudo da América Latina.

O autor pontua que as orientações se resumiram em: 1. Disciplina fiscal; 2. Reordenamento das prioridades de despesas públicas, com redução do tamanho do Estado; 3. Reforma fiscal e tributária; 4. Liberalização das taxas de juros, em um amplo caminho a liberalização financeira; 5. Taxa de câmbio de mercado competitivo; 6. Liberalização do comércio; 7. Liberalização de investimentos estrangeiros diretos, reduzindo o protecionismo; 8. Privatização das estatais; 9. Desregulamentação leis econômicas e trabalhistas; 10. Direito à propriedade intelectual.

A partir dessas diretrizes, os países latino-americanos ajustaram suas economias de mercado conforme o receituário, em busca do tão conjecturado desenvolvimento. Todavia, o próprio Williamson, em entrevista à Folha de São Paulo no ano de 1999, reconheceu que o Consenso de Washington talvez “[...] tenha ido longe demais. Eu nunca pretendi que o ‘Consenso’ fosse um manifesto político para que os países fizessem reformas por todos os lados, mas ele foi interpretado dessa maneira” (WILLIAMSON, 1999). Ele considerava que suas ideias foram mal interpretadas e aplicadas, inclusive no Brasil, que passava por uma crise e não entrava em acordo sobre renegociações com o FMI, abrindo espaço para a possível eleição de um governo de esquerda. As previsões de Williamson (1999) foram acertadas ao passo que, naquele período, as (contra) reformas levadas à cabo pelos governos de Fernando Henrique Cardoso contribuíram para o aparente declínio do modelo neoliberal e eleição posterior de governos ditos de esquerda no país.

Segundo Antunes (2005), já no primeiro governo de FHC, a privatização alcançou vários segmentos que foram criados sem a participação do capital privado, citando as empresas de energia elétrica, telecomunicações, as estradas, a previdência etc. O desemprego chegou a elevadas taxas, sendo que a desregulamentação do trabalho e dos direitos inerentes a este, como a previdência, alinharam-se a flexibilização produtiva, beneficiando os grandes capitais e precarizando a vida dos que viviam da venda da força de trabalho.

A partir da reeleição em 1998, FHC deu continuidade à política antiestatal e de abertura aos mercados internacionais, submetendo-se ainda mais aos desígnios do FMI. A subserviência

ao neoliberalismo repercutiu, dentre outros aspectos, no crescimento da dívida pública e na priorização do seu pagamento, em detrimento da garantia de recursos para redução das desigualdades sociais, ainda mais após instauração da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Conforme Yamamoto (2007, p. 151), estima-se que na análise da execução orçamentária de 2002, mais de metade dos recursos liquidados foram gastos para o pagamento de juros e encargos da dívida pública (8,19%) e sua amortização (45,26%), enquanto para oferta de direitos como saúde e educação foram destinados apenas 3,77% e 1,96% dos recursos, respectivamente.

Mais do que o crescimento da dívida, o período FHC dilapidou o patrimônio nacional ante a privatização de estatais, a exemplo da Vale do Rio Doce, bem como houve o aumento da taxa de desemprego, da informalidade do trabalho, queda da renda média dos trabalhadores, e encrudescimento da desigualdade social (IPEA, 2005). Em suma, as ações do ex-presidente intensificaram severamente as desigualdades sociais historicamente constituídas no país, a partir do ajuste fiscal, da redução do Estado no âmbito dos direitos sociais, da privatização maciça e da desregulamentação das legislações sociais.

2.2 A negação dos direitos sociais no neoliberalismo e o reforço às contradições no Serviço Social

O duplo movimento que conforma a profissão do Serviço Social – a ação teleológica de seus agentes e a atuação do Estado para dar respostas à “questão social” – experimentou o acirramento de suas contradições após a renovação/reconceituação¹⁷, sobretudo durante os governos neoliberais. O amadurecimento profissional coincidiu com um momento histórico em que a defesa dos direitos da classe trabalhadora, opção política do Serviço Social, se tornava um desafio frente a retração do Estado em dar respostas às demandas sociais.

É válido rememorar que, da gênese da profissão (e pelo menos) até o período ditatorial militar, a atuação profissional esteve amplamente alinhada às marcas de sua origem, no bojo do reformismo conservador. Tendo surgido em meio a um movimento social de bases confessionais, que demandava a profissionalização de um agente que atuasse de forma educativa e organizativa do proletariado urbano, o caráter conservador se manteve durante o

¹⁷O Movimento de Reconceituação, ou, conforme Netto (1994), a renovação do Serviço Social, significou o conjunto de mudanças que a profissão articulou nos marcos das constrições da autocracia burguesa, “[...] procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 1994, p. 131).

período de profissionalização e legitimação do Serviço Social, sob mediação do Estado, nas grandes instituições assistenciais e previdenciárias (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Tal caráter se atualizou no pós-64, em meio aos projetos de renovação da profissão, alinhados ao de modernização conservadora da ditadura militar (NETTO, 1994). Segundo Iamamoto (2008), no decorrer do desenvolvimento do Serviço Social, a prática profissional e sua justificação mudaram de forma, mas preservaram os seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo. É somente a partir da década de 1970 que parte dos agentes profissionais passam a questionar a herança conservadora e propor um contramovimento de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Nesse momento, buscou-se alcançar outras bases de legitimidade para a ação profissional, colocando-se o Serviço Social a serviço dos interesses dos dominados, em “um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 37). A profissão inseriu-se no movimento crescente de manifestações populares, na conjuntura político-econômica da redemocratização, negando e transformando seus velhos preceitos para alinhar-se ao debate democrático que a realidade apontava. Conforme Netto:

A renovação profissional, porque foi capaz de sintonizar as (auto)representações do Serviço Social com a pluridimensionalidade dos projetos que permeiam a sociedade brasileira, constituiu, em si mesma, a contribuição (nem sempre consciente e voluntária, é verdade) dos assistentes sociais para abrir o caminho ao futuro – de sua profissão e da sociedade (NETTO, 1994, p. 308).

Nessa assertiva está impressa a participação de assistentes sociais nos movimentos sociais de luta pelo retorno da democracia, bem como a contribuição de profissionais na luta para que uma gama de direitos sociais estivesse garantida na Constituição de 1988. A interlocução com a concepção marxista, além de proporcionar as bases para a articulação dos profissionais com os movimentos sociais redemocratizantes, proporcionou um salto qualitativo para a profissão ao longo da década de 1980, que se prolongou na década de 1990. Nesse período, o Serviço Social avançara qualitativamente na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e da realidade institucional (YAZBEK, 2009).

É nessa mesma conjuntura, todavia, que se desenha a gênese da ofensiva neoliberal no país, período adverso para as políticas sociais, em que as expressões da “questão social” passaram a ser respondidas por programas focalizados na pobreza extrema, ou em iniciativas filantrópicas e de solidariedade. Reduziu-se a ação do Estado na área social, em uma

decomposição das bases do sistema de proteção social recém alcançado e, conseqüentemente, foram restringidos e precarizados os espaços de atuação de assistentes sociais.

A ausência de investimentos nas demandas sociais e populares durante o desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil foi ainda mais aprofundada com a adoção da política neoliberal, bem como seu conjunto de “reformas” difundidas na década de 1990. Para Yamamoto (2009, p. 35), o liberalismo brasileiro vem nutrindo-se em um amplo processo de privatização da coisa pública, fundamentado em elementos da própria formação socio-histórica brasileira, como a grande propriedade e as relações de poder. Tal herança impediu a construção de uma cidadania sólida, com aparato universal de direitos sociais, o que se manteve mais fortemente no neoliberalismo, que reforçou o traço conservador de nossa cultura político-cultural, qual seja, o predomínio do interesse privado sobre os interesses públicos.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha representado uma reforma influenciada pelo viés socialdemocrata e pelo *Welfare State* no contexto de retomada do Estado democrático, Behring e Boschetti (2010) elucidam que a subsequente adoção do neoliberalismo se apresentou como uma contrarreforma que inibiu a possibilidade política de mudanças democráticas mais profundas. Conforme as autoras, nos governos de FHC, as “reformas” consolidadas foram orientadas para o mercado, com direcionamento em torno das privatizações e ênfase também no âmbito da previdência social, confirmando a primazia dos desígnios do grande capital privado.

O pretense projeto de modernidade na era Fernando Henrique Cardoso foi amplamente orientado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), elaborado com a colaboração de Luiz Carlos Bresser Pereira, então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado. O documento apresentava a Constituição de 1988 como retrocesso e apregoava as reformas econômicas como necessárias e irreversíveis, em direção a um modelo gerencial frente ao esgotamento da estratégia estatizante.

Alinhado às recomendações do Consenso de Washington, FHC implementou um amplo programa de privatizações, com a criação do Conselho Nacional de Desestatização. A privatização e entrega de parcela significativa do patrimônio brasileiro ao capital estrangeiro, conforme orientação de organismos internacionais, ocorreu sem maior resistência popular, haja vista a campanha midiática que criava na população uma “subjetividade antipública” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 152). Até mesmo o incentivo à empresa nacional foi derrocado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a revogação do art. 171 da

Constituição¹⁸, que extinguiu as restrições contra o estabelecimento de empresas estrangeiras no território brasileiro.

As consequências para o campo social foram sentidas com o crescimento do desemprego estrutural e da desigualdade social. Conforme o IPEA (2005), de 1995 para 2003, a taxa de desemprego cresceu de 6,2% para 10%, especialmente nas regiões metropolitanas. O mesmo documento aponta que houve um crescimento da informalidade no período, apontando que a proporção dos trabalhadores sem carteira assinada “veio aumentando desde 1993, ou seja, cada vez mais empregados deixaram de ter acesso a direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, adicional de férias, seguro-desemprego, FGTS e diversos benefícios previdenciários” (IPEA, 2005, p. 34). O levantamento ainda aponta que entre 1996 e 2002, a renda média dos trabalhadores caiu de R\$ 754,00 para R\$ 589,90, e elucida que em “termos de desigualdade, é possível afirmar que a distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo” (IPEA, 2005, p. 60).

No campo das políticas públicas, abriu-se espaço para a definição de atividades públicas não-estatais, com a criação de organizações sociais e regulamentação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público¹⁹, que passariam a ser as executoras dos serviços sociais. A redefinição dos direitos sociais e previdenciários reduzia a responsabilidade estatal na atenção aos segmentos mais pauperizados, de modo que a população era obrigada a assumir sua própria proteção social de modo individualizado, ou requer segurança a organizações caritativas e filantrópicas, inflando o chamado terceiro setor.

David Harvey, em sua obra “17 contradições e o fim do capitalismo”, ao analisar as contradições postas no “motor econômico” (2016, p. 20-21) do capital, apresenta como a primeira das contradições fundamentais o fato dos direitos sociais sofrerem, no estágio capitalista neoliberal, um processo de comercialização. Especialmente sob a égide do neoliberalismo, os direitos sociais passaram a ser tratados como *valor de troca*, gerando a

¹⁸ “Art. 171. São consideradas: I - empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País; II - empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades. § 1º - A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional: I - conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País; [...] (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)” (BRASIL, 1988).

¹⁹ A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999a), regulamentou as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), instituindo e disciplinando o termo de parceria dessas instituições com o Poder Público. Tal legislação traz a concepção de que as respostas à “questão social” devam se dar a partir da parceria entre Estado e sociedade civil, incentivando a retomada de práticas caritativas e filantrópicas, de modo que a população passa a ser a responsável pelo bem-estar coletivo.

negação do acesso aos direitos àqueles que não podem adquiri-los pela via do mercado. Nos termos do autor:

Por trás disso está o terreno movediço da opinião pública e das políticas públicas sobre o papel que o Estado deve desempenhar na provisão de valores de uso adequados para satisfazer as necessidades básicas da população. Na década de 1970, começou a surgir (ou a se impor) um “consenso neoliberal” de que o Estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas tão diversas com habitação, saúde, educação, transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura). O objetivo era abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca (HARVEY, 2016, p. 33).

Na ordem neoliberal, a lógica imperialista de manutenção da hegemonia das classes dominantes foi disseminada a todos os países, especialmente àqueles subordinados aos de capitalismo central. No Brasil, o principal instrumento político para adoção dessa lógica foi a instalação de um governo local que, com a colaboração das elites e de organizações internacionais, legitimou a liberdade de atuação do mercado e restringiu a intervenção estatal.

Considerando a contradição exposta por Harvey (2016), compreendo que o neoliberalismo adotado durante o período FHC imprimiu o ideário de que o Estado deveria se eximir da provisão pública dos direitos sociais. Diferentemente, deu prioridade para que estes também fossem ofertados, assim como outros aparatos estatais, como valor de troca, nos termos marxianos.

Marx (2013), ao analisar a mercadoria como forma elementar da riqueza das sociedades, percebe nela a existência de dois fatores: o valor de uso e o valor; explicando que a mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, sejam elas provenientes “do estômago ou da imaginação” (MARX, 2013, p. 113). Essa satisfação é suprida pela utilidade histórica que tais objetos adquiriram e pela criação, também histórica, de medidas aceitas socialmente para quantificá-los.

O valor de uso está presente na utilidade que as coisas possuem para o suprimento das necessidades humanas, considerando-se a qualidade do trabalho útil nela empregado, independentemente da sua quantidade. Está, por exemplo, na cama confortável em que descanso, no casaco que me protege do frio, no livro que leio e me deleito. O valor, por seu turno, é determinado pela “quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (MARX, 2013, p. 117), importando, apenas, a quantidade do trabalho humano em geral e a duração de seu tempo. Para a determinação do valor de uma coisa caberia a questão: quanto tempo de trabalho foi utilizado na construção da cama ou do casaco enquanto mercadorias?

Nessa diferenciação está exposto, também, o duplo caráter do trabalho: de um lado,

força humana de trabalho para um determinado fim, portanto útil e concreto, que produz valores de uso, e por outro, no sentido fisiológico, como trabalho humano igual ou abstrato, que cria o valor das mercadorias. O valor das mercadorias, na sociabilidade capitalista, é mensurado pelo valor de troca, gerado pela relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes. A relação entre as mercadorias e a determinação de seus valores de troca variam no tempo e no espaço, não havendo, assim, um valor de troca imanente a uma mercadoria. Ademais, a relação de troca abstrai o valor de uso, ao suprimir a utilidade do objeto e utilizá-lo apenas como forma de apropriação.

Segundo Marx (2013, p. 59), colocam-se de lado os valores de uso das mercadorias quando se trata da relação de troca entre elas, apagando-se a utilidade da coisa, que não será utilizada para satisfação de sua própria necessidade, mas para de outros por meio da troca. O valor de troca é, portanto, a forma de manifestação aparente do valor. Faz-se necessário que algo comum, com a mesma grandeza, seja encontrada em duas coisas diferentes, por isso a criação de uma terceira coisa que, no capitalismo, é expressa pela forma-dinheiro.

Da mesma maneira que o valor das mercadorias, no capitalismo, manifesta-se aparentemente pelo seu valor de troca, apagando os valores de uso que deveriam suprir as necessidades humanas, os direitos sociais no âmbito do neoliberalismo são renegados à precificação. Sem a preocupação do Estado em se ocupar na oferta de proteção social e redução das históricas desigualdades sociais, os direitos sociais foram objetivamente negados, ao passo que a população pauperizada não conseguia acessá-lo pela compra ou, por desventura, não fazia parte dos segmentos alvo das ações caritativas e filantrópicas das organizações sociais.

Os direitos sociais, e não apenas os pertencentes ao tripé da seguridade social, deixaram de ser ofertados pela primazia do Estado, passando o mercado a ser o agente basilar para obtenção do seu acesso. No que diz respeito às respostas dadas pelo Estado para as demandas da classe trabalhadora, a tônica do período foi a *oferta de direitos como valores de troca*, como produtos trocáveis tais quais qualquer outra mercadoria, negando e bloqueando o valor de uso, pela primazia do consumo caso dado trabalhador ou trabalhadora não tenha condições de comprá-lo.

No contexto de superexploração da força de trabalho²⁰, em que a força de trabalho é

²⁰ Carcanholo (2013), ao analisar a categoria superexploração da força de trabalho, central para a teoria marxista da dependência (especialmente para Ruy Mauro Marini), explica que esta só pode ser compreendida enquanto uma categoria específica do capitalismo dependente. Conforme o autor, a inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial de acumulação capitalista prevê a transferência de valor produzido a ser acumulado no ciclo do capital das economias centrais, sendo a superexploração um mecanismo de compensação. Tal categoria, específica da economia dependente, não pode ser confundida com outras formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração).

violada e paga abaixo do seu valor, a obtenção de qualquer direito por meio do mercado se torna absolutamente impraticável. A superexploração da força de trabalho é entendida por Marini (2012) e Luce (2018)²¹ enquanto violação do valor da força de trabalho, paga abaixo do seu valor ou consumida pelo capital além das condições normais (através do prolongamento da jornada, aumento da intensidade e/ou do elemento histórico-moral da força de trabalho, sem aumento da remuneração). A remuneração, que se torna insuficiente para o provimento das necessidades mais básicas de reprodução, de modo algum poderia ser destinada à compra de direitos.

O Estado, no neoliberalismo, acaba por negar o direito enquanto tal, ao passo que a população empobrecida, que sofre as repercussões das mudanças operadas no mundo do trabalho próprias da lógica regente, não conseguiria adquirir os serviços dos quais necessitava. Conforme Behring e Boschetti:

Portanto, a privatização gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital, em especial para segmentos do capital nacional que perderam espaço com a abertura comercial. [...] Na verdade, a privatização no campo das políticas sociais públicas compõe um movimento de transferências patrimoniais, além de expressar o processo mais profundo de supercapitalização (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 159-160).

No âmbito dos direitos sociais, o neoliberalismo contrarreformista reforçou, através do preceito da individualização, a responsabilização da população pelo suprimento de suas necessidades básicas. Estas, que ainda não tenham sido amplamente convertidas em direitos sociais no processo de redemocratização, foram respondidas majoritariamente pela via do mercado. Direitos como educação e saúde deixaram de ser ofertados como valores de uso, conforme preconizou a CF/88 com o propósito de atender às demandas elementares da população, passando a ser amplamente comercializados, como valores de troca, em favor da lógica mercantil.

A privatização, tendência acentuada nas políticas de saúde e previdência, foi o principal aspecto da ofensiva neoliberal dos governos de Fernando Henrique Cardoso. As contrarreformas orientadas para o mercado ao longo da década de 1990, como a “reforma” da Previdência, e das áreas econômica e administrativa, tiveram o propósito de inserir o Estado brasileiro na ordem internacional, deixando o país à mercê dos especuladores do mercado financeiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 152). Esta lógica que orientou a

²¹ Optei por utilizar também a referência de Luce (2018) para explicação do conceito porque este, assim como Carcanholo (2013), desenvolveu as reflexões sobre a categoria “superexploração do trabalho” (MARINI, 2012, p. 171-177), passando a utilizar “superexploração da força de trabalho”.

(re)configuração dos direitos da seguridade social a partir da década de 1990, segundo Behring e Boschetti (2010, p. 162), “ênfatisam o mercado via planos privados de saúde e previdência, ou transferem as responsabilidades para a sociedade, sob a justificativa do voluntariado, da solidariedade e da cooperação”.

Assim como na assistência social abriu-se espaço para o processo de refilantropização, a política de saúde, conforme Bravo (2009, p. 100), também ficou vinculada às parcerias com a sociedade civil, que foi responsabilizada a assumir os custos da crise. O avanço do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto política social ficou comprometido frente ao projeto de articulação com o mercado, ou reatualização do modelo médico assistencial privatista, pautado na Política de Ajuste. Ainda segundo Bravo, a função do Estado consistia em “garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que têm acesso ao mercado” (BRAVO, 2009, p. 101).

No que concerne à educação, a governabilidade neoliberal também incentivou a participação do mercado e da sociedade civil na sua oferta, isentando-se na primazia do ensino público. Como exemplo cito a educação superior que, durante o período, foi expandida pelo estímulo do Ministério da Educação (MEC) à ampliação de vagas nas instituições privadas. Em 1999, o ensino superior brasileiro atendia cerca de 2,38 milhões de alunos, sendo que 65% estavam matriculados em instituições privadas (CORBUCCI, 2001).

A previdência social passou pela já referida contrarreforma, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998), substituindo a aposentadoria por tempo de serviço por aposentadoria por tempo de contribuição, instituindo limite de idade para a aposentadoria integral dos servidores públicos e aumentando a idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores do setor privado. Na esteira do ciclo de reformas neoliberais, em 1999 foi promulgado o fator previdenciário pela Lei 9.876/99 (BRASIL, 1999b), com o propósito de conter os supostos gastos que a Previdência Social representaria.

A tendência geral no período de hegemonia do neoliberalismo foi a restrição dos direitos sociais, sendo as políticas sociais transformadas “[...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 156). Ao lembrar que a seguridade social, enquanto tentativa de construção de um padrão público, ampliado e universal de proteção social, foi atropelada pelo ajuste neoliberal, é possível perceber que houve o prevailecimento do trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização na gestão das políticas públicas. Como já citado, a descentralização da responsabilidade do Estado com as demandas sociais foi caracterizada pela transferência destas para setores privados e para o Terceiro Setor. Estes passaram a ser concessionários de direitos que

deveriam ser supridos pelo Estado, e reavivaram perversas inflexões, como o assistencialismo voluntário e caritativo.

Em meio a tais adversidades impostas pelo neoliberalismo, traduzidas pela comercialização dos atendimentos às necessidades sociais em detrimento da ação estatal, o Serviço Social enveredou pela construção de ações que iam na contramão dos preceitos mercadológicos preponderantes. Essa foi uma das primeiras vezes em que a categoria profissional, já amadurecida, colocou-se de forma maciça em oposição ao que se apresentava no quadro conjuntural. Mais do que meras executoras das determinações mediadas pelo Estado para o campo social, assistentes sociais representaram resistência às mudanças operadas, organizando-se em torno da defesa das garantias conquistadas constitucionalmente.

A relutância de agentes profissionais em reproduzir a lógica neoliberal, em oposição ao direcionamento político de regressão de direitos, expressou-se em várias dimensões do Serviço Social. O reforço às contradições da profissão ficou mais evidente ao passo que, sendo uma profissão que encontra seus lócus de empregabilidade majoritariamente no Estado, viu-se em intenso tensionamento entre as requisições institucionais, de um lado, e a luta pela garantia de direitos e universalização das políticas sociais, de outro.

Ao passo que fazem parte do grupo de trabalhadores assalariados, também as assistentes sociais sofreram diretamente com os efeitos deletérios do neoliberalismo. Conforme Raichelis (2011), a autonomia profissional, de relativa passou a ser controlada, no contexto de intensificação e precarização do trabalho. Isso se justifica dadas as limitações tanto no modo pelo qual se pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais; quanto pelo aprofundamento da precarização das condições em que esse trabalho se realiza, geralmente “subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto” (RAICHELIS, 2011, p. 434).

Sobre o perfil profissional no mercado de trabalho, no contexto do neoliberalismo, Franci Gomes Cardoso (2016) acredita que é necessário se considerar:

[...] por um lado, perspectivas de redução das demandas postas à profissão, no âmbito do setor público, em virtude das reformas do Estado parametradas pela política de desregulamentação do mercado e de corte dos gastos públicos destinados à reprodução da força de trabalho; e, por outro lado, a expansão das ofertas no setor privado (seja no âmbito empresarial, seja no âmbito da sociedade civil sem fins lucrativos) (CARDOSO, 2016, p. 156).

Há de se considerar que a abertura de novos espaços de intervenção profissional diante da perda de campos ocupacionais no âmbito estatal, repercutiu tanto no aumento das práticas

filantrópicas, quanto na ampliação da demanda por assistentes sociais no âmbito empresarial, em meio às transformações no mundo do trabalho e novos padrões de produção (AMARAL; CESAR, 2009). Alguns dos efeitos dessas mudanças na atividade impressa pelo Serviço Social são, segundo Raichelis (2011, p.432): a desconfiguração do significado e amplitude do trabalho técnico realizado pelos trabalhadores sociais; o deslocamento das relações entre esses agentes e a população, não mais mediadas pelo Estado; a subordinação das ações desenvolvidas aos prazos e recursos intermediados pelas empresas e organizações, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos e descrédito por parte da população; e cisão entre a prestação dos serviços ofertados e o significado dos direitos sociais, ao passo que o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo a responsabilidade estatal.

Interpondo tais desafios, no que concerne às diretrizes de trabalho construídas pela relativa autonomia de seus agentes, o Serviço Social optou por uma direção política na contramão do projeto neoliberal. Essa orientação se expressou materialmente na intervenção profissional voltada à garantia de direitos, na produção de conhecimento crítico fundamentado na apreensão amadurecida do marxismo, bem como na organização da dimensão político-organizativa e promulgação de garantias legais, num direcionamento em defesa dos interesses sociais.

A intervenção sob direcionamento do Estado, como mencionado, foi demarcado por embates, ao passo que a categoria se organizava em torno de debates pela garantia de direitos, sobretudo os relacionados à Seguridade Social. Conforme Yazbek (2009), é notável o protagonismo de assistentes sociais em fóruns e conselhos vinculados às políticas de saúde, de assistência social, da criança e do adolescente, entre outras, participando ativamente na defesa de direitos, bem como no controle social das políticas públicas.

Na atuação profissional no âmbito privado/empresarial ou no terceiro setor, o desafio se pautava na negação do passado profissional, quando assistentes sociais foram responsáveis pelo disciplinamento e controle dos trabalhadores que deveriam estar alinhados com o ideário empresarial. No contexto neoliberal, os profissionais foram demandados a atuarem nos “programas de responsabilidade social” das empresas, tendo, “[...] no conteúdo político-ideológico de sua atuação técnico-operativa, a possibilidade de estender os domínios da corporação capitalista para muito além da fábrica” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 19), o que foi amplamente refutado pela categoria.

As orientações para a formação e o exercício profissional progrediram criticamente,

expressando-se em regulamentações legais alinhadas ao projeto ético-político²² que se consolidava no Serviço Social. Carece destaque as alterações realizadas no Código de Ética do/a Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993, bem como a Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Também as atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, promulgadas com base no currículo aprovado coletivamente pela categoria em Assembleia Geral Extraordinária da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em 1996, fazem parte do conjunto de instrumentos de resistência ao que estava proposto de forma hegemônica pela ofensiva neoliberal.

Ademais, a produção teórico-acadêmica avançou, contando com o fortalecimento da pós-graduação e com o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento. A par da polêmica sobre a “crise” de referenciais teóricos e analíticos, pela influência da pós-modernidade²³, Yazbek (2009, p. 20) considera que a profissão manteve a “vitalidade do marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade”, bem como manteve a “hegemonia do projeto profissional caracterizado pela ruptura com o conservadorismo que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país” (YAZBEK, 2009, p. 20).

O neoliberalismo representou, para os direitos sociais, um período de regressão e negação, que travou a consolidação de um Estado provedor de bem-estar social. Para o Serviço Social significou, contraditoriamente, a escassez e precarização dos espaços de trabalho, bem como o reforço e amadurecimento da perspectiva crítica que vinha sendo solidificada desde a década de 1970, no processo de renovação crítica e tentativa de ruptura com o passado profissional conservador. O desafio de fortalecimento de uma hegemonia crítica no direcionamento da profissão se manteve nos anos consecutivos, sobretudo no âmbito da intervenção, frente ao embate político travado que, na contramão do neoliberalismo, reforça a contradição entre a ação política dos agentes profissionais e as requisições no âmbito institucional.

²² O Projeto Ético-Político do Serviço Social configurou sua estrutura básica ao longo dos anos 1980 e 1990, como um projeto profissional alinhado a um projeto societário que responde aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas, e que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero. Esse projeto, conforme Netto (2009a), foi construído pelo corpo profissional em recusa e crítica ao conservadorismo profissional, e se materializa em uma diversidade de componentes, dentre eles o Código de Ética.

²³ Harvey (2017) lança uma crítica sobre a “condição pós-moderna”, a qual demarca um conjunto de transformações nas dimensões social, política e econômica, que conferem mudanças nos vários âmbitos da vida humana, em relação aos padrões vigentes na modernidade. Para ele, essa passagem se dá a partir da substituição do modelo fordista para o da acumulação flexível, da ética para a estética e da compressão tempo-espaço. Contudo, através do materialismo histórico é possível “[...] compreender a pós-modernidade como uma condição histórico-geográfica. Com essa base crítica, torna-se possível lançar um contra-ataque da narrativa contra a imagem, da ética contra a estética e de um projeto de Vir-a-Ser em vez de Ser, buscando a unidade no interior da diferença, embora um contexto em que o poder da imagem e da estética, os problemas da compreensão do tempo-espaço e a importância da geopolítica e da alteridade sejam claramente entendidos” (HARVEY, 2017, p. 325).

2.3 Do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo: continuidades e rupturas

O antagonismo gerado por arquétipos binários, especialmente os que envolvem valoração ética, como o certo e o errado ou o bem e o mal, suscita concepções de mundo forjadas pelo senso comum, ganhando espaço mesmo no âmbito das ciências sociais modernas. Todavia, a compreensão da realidade social através de princípios antagônicos, cujos entendimentos são aprioristicamente determinados, de inspiração maniqueísta²⁴, pode trazer limitações para compreensão dos acontecimentos sociais, políticos e/ou econômicos em sua totalidade.

A produção de conhecimento crítico demanda o reconhecimento de contradições e conflitos, gerados pela negação dialética entre o que se postula como singularidade e o que significa a totalidade. Caso esses termos sejam reduzidos a uma concepção dualista e simplista, as limitações para a apreensão da realidade serão impeditivas de se realizar qualquer avanço em direção à sua transformação, restando apenas uma interpretação mística sobre o mundo, como nos alerta Marx na tese onze sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2009, p. 122).

Essa breve introdução se justifica como advertência sobre a leitura da relação entre o neoliberalismo e o período denominado “neodesenvolvimentista”, ao passo que este não pode ser compreendido como uma ruptura daquele. Declarar que nos primeiros anos dos anos 2000 existiu um momento histórico distinto do neoliberalismo, não nega, necessariamente, a permanência de preceitos neoliberais. Em outros termos, afirmar a existência do neodesenvolvimentismo não quer dizer que se alteraram profundamente as bases que deram sustentação ao neoliberalismo, ou que tenha havido qualquer mudança nas regras da lei geral de acumulação capitalista – exploração da força de trabalho e geração de mais-valia – sustentáculos do próprio modo de produção capitalista.

O pensamento binário estabilizante procura na afirmação de um pressuposto a invalidação de outro, como se não fosse possível a coexistência de contradições ínsitas ao movimento de reprodução social. Quando se afirma que o neodesenvolvimentismo é o que caracteriza o período de Lula e Dilma no poder, não significa, necessariamente, que houve uma ruptura com o neoliberalismo antecessor. Apenas denota que não se pode tratar fenômenos distintos como se fossem a mesma coisa, ainda que partilhem da base material comum aos

²⁴ O maniqueísmo representou uma doutrina religiosa propagada por Maniqueu, originada na Pérsia e amplamente difundida no Império Romano, cuja doutrina consistia em um dualismo religioso sincretista que afirmava a existência de um conflito cósmico entre o reino da luz (o Bem) e o das sombras (o Mal).

projetos políticos: o modo de produção capitalista e sua lógica de acumulação/ reprodução.

Opto por demarcar as particularidades características do período delimitado na tese, compreendendo que a negação em apreender a sua complexidade, reduzindo-o, por exemplo, a um “neoliberalismo à brasileira” (PAULA, 2016, p. 279, 280), acaba por dificultar a análise e a práxis transformadora. Tanto o neoliberalismo quanto o neodesenvolvimentismo se tratam de projetos político-econômicos e sociais que abrangem toda a sociedade brasileira, não sendo facilmente compreendidos, quando colocados de um lado ou de outro como polos antagônicos.

Ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder em 2003 com uma direção diversa – não oposta –, integrando o conjunto de governos populares e opositoristas ao neoliberalismo até então vigente na América Latina diante da sua crise²⁵. Foi proposto um modelo de desenvolvimento que alinhasse crescimento econômico com menor desigualdade, com base no resgate do papel do Estado, demandando maior eficiência de suas instituições e mudando estrategicamente sua relação com o mercado. Esse projeto político teve início no governo Lula (2003-2010) e foi mantido pela ex-presidenta Dilma (2011-2016), mantendo os pilares da economia de mercado.

Em junho de 2002, o então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva lançou mão do que viria a ser o seu projeto de governo, ao manifestar na “Carta ao Povo Brasileiro” que a pauta do desenvolvimento econômico estaria garantida no novo modelo proposto. Naquele documento, que mais parecia uma “Carta ao Grande Capital Financeiro”, já era possível vislumbrar a estratégia de combinação do “[...] incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas” (LULA DA SILVA, 2002).

Ao deixar claro que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁶ investiria em “reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional” (LULA DA SILVA, 2002), o documento não deixou brechas para alimentar a ilusão de que Lula colocaria em pauta alguma proposta de cunho eminentemente socialista. Conforme José de Souza Martins, o documento representou para o PT um verdadeiro “testamento de renúncia ao radicalismo anticapitalista de algumas de suas facções” (MARTINS, 2016, p. 208). Com severa dose de otimismo, para Singer (2012), a divulgação da Carta, comprometida com as exigências do

²⁵ O neodesenvolvimentismo surge diante do esgotamento das estratégias neoliberais de manutenção da ordem capitalista. Contudo, o novo modelo mantém ainda alguns elementos que podem ser considerados de cunho neoliberal, fazendo com que alguns autores julguem que se trata do mesmo fenômeno, como o faz Francisco de Oliveira, ao caracterizar o período neoliberal durante toda a sucessão de governos “Collor-Itamar-Cardoso-Lula” (2018, p. 67).

²⁶ Iasi (2012) utiliza o conceito gramsciano de transformismo para realizar a análise acerca do contexto histórico da fundação do PT até as eleições de 2002.

capital, mostrou que “[...] o velho radicalismo petista tinha sido, no mínimo, suspenso” (SINGER, 2012, p. 96). Esse trajeto anunciado tem sido denominado, por vários espectros intelectuais no Brasil, como “neodesenvolvimentismo”, “novo-desenvolvimentismo”, “social-liberalismo”, “lulismo” ou “social-desenvolvimentismo”.

O termo “novo-desenvolvimentismo” é o usado pelo viés do desenvolvimentismo exportador do setor privado, sustentado por intelectuais como Bresser-Pereira (2009), na exposição do que ele acreditava ser uma nova fase de desenvolvimento para o Brasil, que articulava desenvolvimento capitalista com equidade social. Já “social-desenvolvimentismo”, foi o termo usado pelo ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 2007, ao defender que o Brasil estava vivenciando um novo ciclo econômico de “crescimento que ocorre concomitantemente ao aumento da renda da população, aumento do poder aquisitivo e fortalecimento do mercado de massa” (MANTEGA, 2007). Pochmann (2010, p. 118) também opta pela utilização do termo “social-desenvolvimentismo”, ao considerar que o Brasil passou a registrar sinais de transição para este modelo nos últimos anos da primeira década dos anos 2000, em caminho diverso do neoliberalismo.

A expressão “neodesenvolvimentismo”, a qual elegi para fins de exposição nesta tese, é a mais utilizada dentre os analistas críticos do recente fenômeno, particularmente vivenciado na economia e na política brasileiras. Podem ser citadas como exemplos as obras de Boito Jr. (2018), Alves (2014a), Katz (2016) e Paula (2016), ainda que também concorde com autores como Castelo (2012; 2013), que se utiliza de “social-liberalismo”, e Singer (2012), de “lulismo”, para destacar determinados aspectos que consideram centrais sobre o período.

Em Castelo há uma ênfase nos aspectos ideológicos, quando o autor elucida que, após a crise conjuntural do bloco histórico neoliberal nos anos 1990, foi necessária uma revisão ideológica do neoliberalismo, a qual ele denomina social-liberalismo, formulada por um grupo de intelectuais como Giddens, Touraine, Stiglitz, Williamson, Sen, Rodrik e Rosanvallon (CASTELO, 2013, p. 279). Para ele, o social-liberalismo se põe como uma variante ideológica do neoliberalismo, em que antigas teses da reação burguesa, em essencial conservadas, ganham um verniz progressista com a inserção de uma agenda social. Nos termos de Castelo (2013, p. 276): “[...] uma unidade eclética dos postulados neoliberais com a consciência crítica acrílica da social-democracia contemporânea, que entrou irremediavelmente em mais uma etapa do seu antigo processo de decadência ideológica”.

Quanto a Singer, este busca compreender o que significaram os períodos em que Lula orientou o Brasil, sobretudo após o realinhamento eleitoral ocorrido em 2006, quando houve o aparecimento de uma “base lulista” através da agenda de redução da pobreza, com destaque

para o combate à miséria, e ativação do mercado interno, sem confronto com o capital (SINGER, 2012). Essa agenda repercutiu, para o autor, numa polarização de interesses, ao passo que Lula, enquanto liderança política, atraiu a fração de classe do subproletariado por meio do seu programa, ao passo que reforçava o antilulismo concentrado no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Compreendo que o termo *neodesenvolvimentismo* responde de forma mais adequada aos objetivos desta tese, por abranger tanto aspectos ideológicos, de racionalidade, quanto os provenientes da materialidade, bem como por particularizar o fenômeno vivenciado na realidade brasileira durante todo o governo de coalizão capitaneado pelo PT. Boito Jr. (2018, p. 105-106), ao explicar o porquê da recorrência ao termo “desenvolvimentismo”, justifica que este é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico com alguma transferência de renda, com uma forte presença do Estado, ainda que não se consiga romper com os limites do neoliberalismo. A utilização do prefixo “neo” serve para destacar as significativas diferenciações entre o desenvolvimentismo do período 1930-1980.

Essas diferenças são explicitadas por Sampaio Jr. (2012), quando destaca que o neodesenvolvimentismo diverge do ideário do desenvolvimentismo nacional em muitos aspectos, elemento importante para se compreender o significado deste fenômeno. Pontua que o velho desenvolvimentismo da década de 1950 fazia uma crítica da ordem, apostava em mudanças estruturais, pressupondo a existência de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Já os neodesenvolvimentistas fazem uma apologia à ordem, trabalhando na manutenção do capitalismo dependente, sendo entusiastas do capital internacional.

Segundo Mattei (2011), três grupos de intelectuais pensaram esse período no Brasil: o primeiro está situado na Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, liderado por Bresser-Pereira; o segundo é o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o terceiro está ligado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em que a inserção desse debate passou a ocorrer mais sistematicamente a partir 2006/2007, e foi liderado pelo então presidente do Instituto, Marcio Pochmann.

Na proposta formulada, o Estado assumiria a função de liderar um conjunto de instituições e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico, por vezes corrigindo o mercado e propondo uma melhor distribuição de renda. Seria necessária a construção de um “consenso” interno que reunisse empresários, trabalhadores, funcionários governamentais e profissionais de classe média em torno do objetivo comum que seria, em primeira instância, o

desenvolvimento²⁷. Bresser-Pereira, situado no primeiro grupo de intelectuais designado por Mattei (2011), afirma que:

De acordo com o novo-desenvolvimentismo, um governo será eficaz em termos econômicos se for capaz de promover o crescimento econômico e uma distribuição mais igualitária de renda pela adoção de políticas econômicas e reformas institucionais que sejam orientadas, sempre que possível, para o mercado, mas, muitas vezes, corrigindo-o; em outras palavras, um governo eficaz aumenta a capacidade do estado e a eficiência dos mercados no âmbito de uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 98)

Bresser-Pereira (2009), ao fazer uma comparação entre a proposta do novo-desenvolvimentismo e o que ele chama de ortodoxia convencional, afirma que esta é a expressão prática da ideologia neoliberal, de direita e dos poderosos, que tem como objetivo reduzir salários, desproteger trabalhadores e tornar as empresas mais competitivas. Enquanto isso, o novo-desenvolvimentismo, sendo uma proposta pragmática, vê o mercado menos central e percebe as suas limitações.

Ainda na defesa do novo-desenvolvimentismo, Bresser-Pereira (2009) afirma que essa proposta prevê a formação e instauração de um Estado-nação forte, que seja capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento como objetivo político comum aos indivíduos e famílias que formam a nação. O autor defende a ideologia do nacionalismo para a afirmação de um Estado nacional, em que as várias classes sociais consigam ser solidárias quando se trata de competir internacionalmente, ainda que existam conflitos que as separem.

Já Pochmann (2010, p. 122), também dedicado ao estudo de possibilidades de desenvolvimento para o Brasil, afirma que se deve apontar para defesa da sustentação das atividades produtivas com redistribuição de renda e riqueza, acompanhada de um processo de democratização das estruturas de poder, produção e consumo. Ele acredita que, durante os anos 2000, o Brasil passou a registrar sinais de transição para o que ele chama de “social-desenvolvimentismo”, não implicando em “reproduzir simplesmente os traços do velho modelo nacional desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Apenas consolidou o caminho diverso do modelo neoliberal perseguido de sociedade” (POCHMANN, 2010, p. 118).

Para ele,

[...] Mesmo que a convergência entre segmentos tão heterogêneos seja de difícil viabilidade política, isso não parece significar, necessariamente, a sua impossibilidade prática num ambiente tão hostil à organização regulada do capital produtivo e à estruturação de políticas universais de proteção social (POCHMANN, 2010, p. 122).

²⁷ Bresser-Pereira (2009) afirma que “[...] outros objetivos, como liberdade e justiça social, também são fundamentais para as nações, mas, assim como o Estado e o capitalismo, surgem tendo o desenvolvimento econômico como parte de sua lógica, de sua forma intrínseca de ser.” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 83)

Conforme Singer (2016), nesses diferentes grupos está posta a diferenciação entre “novo-desenvolvimentismo” e “social-desenvolvimentismo”. Segundo ele, para autores social-desenvolvimentistas, como Pochmann, um dos fatores que contribuíram para o fracasso de Dilma foi o menor investimento público, em relação a mais subsídios ao investimento privado via desonerações, ação resultante da visão teórica novodesenvolvimentista. Já os autores novodesenvolvimentistas, como Bresser-Pereira, atribuem os problemas que convergiram para queda da presidenta ao descaso com a austeridade fiscal, o que poderia ser atribuído ao social-desenvolvimentismo.

Sob uma análise materialista, torna-se evidente que as proposições projetadas pelos ideólogos do neodesenvolvimentismo e o que ele representou para a realidade brasileira não coincidem necessariamente. Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) alerta que existe incoerência entre o que o neodesenvolvimentismo se propôs a ser e o que ele foi de fato. Para o autor, havia uma projeção desse ideário se tornar uma alternativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas da pobreza extrema e da dependência externa, sendo que, na verdade, seria apenas uma nova versão da ideia de crescimento e modernização como solução para os problemas do Brasil, “iludindo as massas” (SAMPAIO JR., 2012, p. 686).

O referido autor (2012, p. 672-688) elucida que aqueles ideólogos do novo-desenvolvimentismo se ocuparam em responder a demandas da conjuntura imediata, mobilizando os instrumentos necessários para superar os entraves ao crescimento econômico, pois este constituiria a solução para o enfrentamento das desigualdades sociais. Projetaram uma terceira via entre a cumplicidade com o rentismo do neoliberalismo e as perversidades do velho desenvolvimentismo, quais sejam, o “nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal” (SAMPAIO JR., 2012, p. 679). Em suas palavras:

[...] O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

Já Boito Jr. (2018) aduz que neodesenvolvimentismo significa “o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR., 2018, p. 106). O neodesenvolvimentismo, para ele, constitui-se na proposta de retomada do “desenvolvimento” em países da América Latina, após o esgotamento do projeto neoliberal e a crise gerada pelo aumento do desemprego, da miséria e da concentração de renda. Foi essa proposta que deu sustentação à política de

crescimento econômico e transferência de renda levada a efeito nos governos Lula e Dilma. Na mesma esteira, Giovanni Alves (2014a, p. 136-139) entende que o neodesenvolvimentismo pode ser compreendido na qualidade de um modelo de desenvolvimento capitalista, comprometido em estabelecer um novo patamar de acumulação de capital, tendo o Estado o papel de redistribuir renda ao mesmo tempo em que amplia o mercado de consumo, garantindo suportes mínimos de existência à classe trabalhadora mais pobre.

A expressão “neodesenvolvimentismo” carrega em si, múltiplos conteúdos e variáveis, como o aponta Singer (2018). Para ele, ainda que haja questionamentos sobre a utilização do termo, ele continua analiticamente válido, pois, quando se observa o conjunto de ações efetuadas é possível observar seu viés desenvolvimentista. Para tal caracterização, ele se utiliza dos parâmetros do economista Ricardo Bielschowsky, que define desenvolvimentismo como sendo composto pelo esforço pela industrialização, a desconfiança das forças espontâneas do mercado, a crença no planejamento estatal e a decisão do Estado pela expansão de setores, orientados pelo financiamento público. Para Singer (2018, p. 41), “todos os fatores estiveram presentes no ‘plano Dilma’”, ao destacar as escolhas antiliberais realizadas pela ex-presidenta.

Suspendendo a polêmica em relação aos termos e perspectivas, priorizando tratar o fenômeno enquanto “neodesenvolvimentismo”, parto da premissa de que este representou um projeto de governo que esteve alinhado com o quadro político da América Latina no início do século XXI, que orientava-se no sentido de instituir, tardiamente, modelos de desenvolvimento nacional pelos setores da “esquerda”²⁸. Essa escolha não elimina a crítica de que a expressão “neodesenvolvimentismo” se manifesta como uma apologia decadente ao desenvolvimentismo clássico, demarcando uma versão ainda mais limitada do que a experiência dos anos 1950-1970. Entretanto, é necessário pontuar que, como resposta à intervenção dos capitais internacionais, alguns governantes da América Latina, nos anos 2000, chegaram ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e com estratégias alternativas de desenvolvimento, que propunham a conciliação entre crescimento econômico e proteção social. No Brasil, tal projeto, que se fortaleceu a partir do segundo mandato do governo de Lula (2007-2010), foi proclamado por muitos autores como neodesenvolvimentista, na expectativa da promessa de que se criasse um projeto nacional de desenvolvimento que articulasse os objetivos do mercado a uma agenda

²⁸ A exemplo da ascensão da esquerda sul-americana é possível citar, além de Lula no Brasil, a situação de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, dos Kirchner na Argentina, Ollanta Humalla no Peru e Tabaré Vázquez e José Mujica, pela Frente Ampla no Uruguai. Mészáros (2009, p. 102-103) apontou que em 2003, em entrevista à Folha de São Paulo, sua opinião era de que a ascensão de Lula tinha paralelos com outros líderes sul-americanos, como Fidel Castro e Hugo Chávez, por serem “três líderes radicais”, lembrando ainda Salvador Allende, que morreu por tentar introduzir uma mudança radical no Chile.

social.

Até as eleições de 2014, o “neodesenvolvimentismo” permaneceu promovendo mudanças nas relações entre capital e trabalho, dentro dos limites do sistema. A ampliação do acesso ao consumo foi uma das principais características dessa política de governo. O segmento mais empobrecido da classe trabalhadora, através das políticas de transferência de renda e da facilidade na obtenção de crédito, teria logrado ao status intermediário de “classe média”²⁹, podendo adquirir produtos e ocupar espaços antes inacessíveis à maioria da população. O governo, apoiado pela mídia, disseminando a ideia da “nova classe média” na medida em que a população pauperizada passou a se inserir no mercado de consumo, fortaleceu, ainda mais, a falta de identificação do trabalhador empobrecido com sua classe.

Nesse estágio, parece válido indagar: No neodesenvolvimentismo, houve uma ruptura com o neoliberalismo da era FHC? Existem aspectos de continuidade entre esses ciclos econômico-políticos? Essas perguntas, aparentemente dotadas de algum tom prosaico para o pensamento crítico, decerto escondem a complexidade da sua discussão. O neodesenvolvimentismo carrega consigo a contradição que marca o seu processo político desde a gênese: uma pretensa “aliança de classes”, cuja repercussão se estendia à esfera político-parlamentar, de modo a imprimir governabilidade ao executivo federal. Mantendo os pilares de uma economia de mercado capitalista, sem tocar de modo significativo em qualquer aspecto infraestrutural, o neodesenvolvimentismo buscou casar a acumulação de capital com uma intervenção maior do Estado na oferta dos direitos sociais.

Há uma convergência teórica no sentido de que os pilares da economia de mercado foram integralmente mantidos nos governos Lula e Dilma, embora tenha existido uma maior distribuição de renda, bem como avanço das políticas públicas na defesa e implementação dos direitos sociais. O que torna mais complexa a análise é o caráter progressista tímido do neodesenvolvimentismo, pois mesmo que este constitua uma etapa avançada ao neoliberalismo implantado no Brasil no governo Fernando Henrique, não pretendeu, de modo algum, o

²⁹ A identificação sobre a existência de uma “nova classe média” no Brasil foi amplamente divulgada pelo ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do governo Dilma Rousseff, Marcelo Cortes Neri (2010). Passou-se a afirmar no Brasil que a parcela da classe trabalhadora brasileira, antes destituída da oportunidade do consumo, ascendeu ao que denominou-se “nova classe média”. No entanto, conforme Pochmann (2014, p.71), “[...] parcela importante da classe trabalhadora foi incorporada no consumo de bens duráveis [...] Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento da classe média”. Para este autor, não se trata da emergência de uma nova classe, “[...] mas uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil” (POCHMANN, 2012, p, 8).

rompimento com a ordem capitalista vigente.

Pelo contrário, ao que parece, nenhuma plataforma política na história recente do Brasil desenvolveu o capitalismo com um viés “social” de forma tão acurada como os governos Lula e Dilma. A complexidade na apreensão do fenômeno e as maiores divergências de análise se situam, pontualmente, no fato de o neodesenvolvimentismo ter conseguido avançar em alguns aspectos concernentes aos direitos sociais sem, contudo, ferir a ordem do capital.

Nobre (2013) ilustra esse aspecto ao analisar que no primeiro mandato de Lula, foram mantidos e mesmo aprofundados alguns aspectos da política econômica do período anterior, como a manutenção do câmbio flutuante e sobrevalorização da moeda. Contudo, mudanças em relação à ortodoxia em vigor foram promovidas, como a recuperação do valor do salário-mínimo, que alinhadas a uma conjuntura internacional particularmente favorável, ensejaram um ciclo de crescimento que favorecia os mais ricos, ao mesmo tempo em que introduzia importantes ações em favor dos mais pobres.

A ideia de que o governo de coalizão petista implantaria um projeto que modificasse radicalmente a relação entre Estado, mercado e a classe trabalhadora não vingou do modo esperado pelos segmentos à esquerda. Se a vitória de governos progressistas na América Latina e a crise financeira norte-americana de 2008³⁰ causaram a ilusão de que as recomendações do Consenso de Washington haviam fracassado, a história revelou que o seu poderio econômico se manteve e o campo político de oposição das esquerdas foi praticamente anulado. A grande contradição que se colocou foi que o governo, comprometido com os suprimentos das necessidades do mercado e de algumas demandas sociais, não conseguiu romper com as bases neoliberais já postas na realidade brasileira.

Como o afirma Safatle (2017), apesar dos avanços ligados à ascensão social do que se denominou “nova classe média” – que na verdade representa um segmento da classe trabalhadora se refletido nos termos de Marx – o Brasil continuava com altíssimos níveis de desigualdade. Segundo Safatle (2017, p. 89), “o lulismo não representou uma política de combate à desigualdade, mas uma política de capitalização dos pobres”, pois em 2013, conforme o índice de Gini, o país continuava mais desigual que países como Índia, China, Rússia, Argentina, México e Peru.

Para Singer (2012), o índice de Gini revela, na verdade, que em matéria de desigualdade

³⁰ Conforme Harvey (2011), no outono de 2008 a crise que ficou conhecida como “crise das hipotecas *subprime*” “levou ao desmantelamento de todos os bancos de investimento de *Wall Street*, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências [...] No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca ‘tóxicos’ detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre” (HARVEY, 2011, p. 10).

houve um progresso durante o “lulismo”, mas o quadro continuava muito grave em decorrência dos períodos anteriores. Conforme o autor, “[...] mesmo tendo havido redução da desigualdade no governo Lula, ela foi insuficiente para tirar o país do quadrante em que estão as nações mais desiguais do mundo” (SINGER, 2012, p. 185). Isso porque não houve reforma tributária, ou tributação de grandes fortunas, sendo mantidas as mesmas estruturas que geram e distribuem riqueza de forma desigual.

Conforme o Ipea (2009), a carga tributária não onera equanimemente o conjunto dos brasileiros, não implicando o mesmo esforço na contribuição de financiar o funcionamento do Estado e das políticas públicas. Ainda que a contribuição dos cidadãos para o financiamento do Estado deva ser compatível com a sua capacidade econômica, como a incidência dos tributos indiretos é mais forte, os pobres acabam pagando mais tributos, já que gastam a maior parte de sua renda com bens de consumo. Conforme a instituição, em 2009, os 10% mais pobres da população brasileira destinavam 32,8% da sua baixa renda para o pagamento de tributos, enquanto que para os 10% mais ricos, o ônus era estimado em 22,7% da renda. As famílias com renda de até dois salários-mínimos pagavam 48,8% da sua renda em tributos, enquanto famílias com renda acima de 30 salários-mínimos cerca de 26,3%.

Destaco ainda a privatização de órgãos públicos, como é o caso dos hospitais universitários, administrados hoje pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), conforme a Lei nº 12.550/2011, e das concessões no setor de transportes oferecidas à iniciativa privada, que incluiu tanto rodovias quanto ferrovias e aeroportos. Ainda que o discurso petista tenha sido de críticas exaustivas às privatizações no período FHC, foi colocada em prática a mesma política de concessões, mantendo a lógica de privatização dos serviços públicos em benefício do mercado.

Além da continuidade das privatizações, houve plena continuidade na superexploração da força de trabalho pelo capital. Para Luce, o neodesenvolvimentismo aprofundou a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e permitiu o incremento da superexploração da força de trabalho, vendendo ilusões (como o discurso da ascensão de uma “nova classe média”) de que o Brasil estava superando as mazelas da população trabalhadora (LUCE, 2013, p. 187).

Contraditoriamente, os governos Lula e Dilma mantiveram a “gramática básica que estrutura as proposições dos organismos internacionais e dos principais centros de pensamento da ordem liberal-burguesa” (LEHRER, 2012, p. 15). Ainda que tenha havido avanços na “redução da pobreza”, preservaram, da herança neoliberal, aspectos que caracterizaram regressões nos direitos dos trabalhadores, precarização do serviço público e agravamento no padrão de concentração de renda.

Ademais, as metas do tripé macroeconômico ortodoxo – câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário – instituídas ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999, foram mantidas no governo Lula, e em menor escala, no de Dilma³¹. Conforme Bresser-Pereira, esses três conceitos genéricos resultam em dois parâmetros e um objetivo, que interessam a uma coalizão política neoliberal formada por capitalistas rentistas e financistas:

uma taxa de juros nominal a mais alta possível e uma taxa de inflação a mais baixa possível; o objetivo final é uma taxa de juros real elevada, que remunere os capitalistas rentistas e os financistas que administram sua riqueza. Há pouca dúvida de que o país deve apresentar um superávit primário, ou, mais precisamente, ser responsável do ponto de vista fiscal (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 9).

Em um panorama histórico retrocedente, ainda que se possa considerar que o governo neodesenvolvimentista interferiu com maior margem na provisão de direitos, incorporou as diretrizes econômicas estabelecidas por seus antecessores. Talvez o fato de o neodesenvolvimentismo ter se formado a partir de uma lógica que serviu à manutenção da ordem vigente, através de intervenções políticas que não mudaram as bases de acumulação capitalista, justifique a defesa, por muitos autores, de que se trata do mesmo fenômeno que o neoliberalismo.

Segundo Paula (2016, p. 254-266), o que aconteceu no Brasil nos tempos de “novodesenvolvimentismo” tratou-se de uma nova roupagem do neoliberalismo ou, em outros termos, uma adaptação nacional de um processo de inflexão social liberal, a que o referido autor denominou “neoliberalismo à brasileira”. Para ele, é na ausência de reformas de base estruturante que se encontram traços de continuidade da programática neoliberal.

Também Francisco de Oliveira (2018), ao caracterizar o ciclo neoliberal no Brasil, o desenha como um período contínuo durante os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Para o autor, houve o prosseguimento ao ciclo, visto que “[...] o mandato de Lula não se diferenciou muito em vários aspectos, sobretudo no econômico” (OLIVEIRA, 2018, p. 66). Sampaio Jr. (2017) ressalta que, quando colocada em perspectiva histórica, a política econômica de Lula e Dilma deu continuidade e aprofundou o neoliberalismo ao se considerar as questões fundamentais, que definem o padrão de acumulação capitalista e a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Corrente diversa, formada por pensadores como Marilena Chauí, Marcio Pochmann e

³¹ Ainda que autores como Bresser-Pereira (2013) entendam que Dilma percebeu a necessidade de rever a política do tripé, reduzindo a taxa de juros, a própria presidenta afirmou que seu governo “nunca abandonou o tripé macroeconômico” (MACEDO, 2013).

Emir Sader (2013), entende ser incontestável a gama de mudanças sociais com o advento do PT ao poder e, por isso, interpretam o neodesenvolvimentismo como um período diverso do neoliberalismo, por isso, “pós-neoliberal”. Esse “pós-neoliberalismo” estaria situado em três elementos, por priorizar: a) as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) os processos de integração regional Sul-Sul, em detrimento de tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, ao invés do Estado mínimo (SADER, 2013, p. 138).

Em perspectiva semelhante, André Singer (2012), a par de denunciar o “reformismo fraco” do que ele chama de “lulismo”, identificou nesse período uma opção pelos mais pobres, que reduziu a desigualdade brasileira combatendo a pobreza, os desequilíbrios regionais e ativando o mercado interno. Para o autor, não é correta a avaliação de que há um caráter completamente neoliberal nos governos petistas, “[...] pois uma das características do neoliberalismo é favorecer o aumento da desigualdade” (SINGER, 2012, p. 181), o que, segundo ele, não se efetivou nos governos de coalisão encabeçados pelo PT.

Considero que vários dos elementos trazidos pelos autores são fundamentais para caracterizar o neodesenvolvimentismo, sem necessariamente ter de me colocar do lado que acredita ser reprodução ou superação do neoliberalismo. Ainda que seja atraente, para países como o Brasil, a existência de experiências que combinam desenvolvimento econômico e social, atendendo mesmo que de forma sucateada as necessidades imediatas da população, o projeto de conciliação petista não rompeu com os interesses dos donos do poder.

As propostas no campo social conceberam a expansão do bem-estar pela via do consumo, através de medidas paliativas de combate à pobreza que, em última instância, desmobilizaram as lutas sociais e socializaram uma estratégia que representa a primazia dos interesses das classes dominantes. Em outros termos, manteve-se os ditames de uma economia de mercado, baseados na livre iniciativa e concorrência, ocupando-se o ente estatal de criar o “cenário” ideal para a manutenção e aumento da acumulação de capital. E esse cenário perpassa, condicionadamente, pela oferta de direitos sociais por parte do Estado, ainda que sob concessão aos setores privados.

Cabe destacar ainda as medidas de valorização do salário-mínimo que, em dez anos dos governos Lula e Dilma, conforme Sampaio Jr. (2017, p. 177), teve um crescimento médio real de 6% ao ano, acumulando um ganho real de 80%. Apesar de o poder de compra ter se mantido aquém do ritmo da economia, conforme o autor, o salário médio do trabalhador aumentou em torno de 30%. Nobre (2013, p. 118) explica que o crescimento da renda das famílias foi mantido acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, considerando “a diretriz de

que crescimento econômico tem de ser acompanhado de diminuição em algum grau de desigualdades sociais, o que veio amalgamado a um crescimento econômico movido a estímulo do consumo”.

Nessa síntese, não afirmo que o “neodesenvolvimentismo” reduz-se ao neoliberalismo. As mudanças levadas a cabo pelo governo de coalisão petista são diferentes daquelas estritamente neoliberais, quando se observa o investimento do Estado em políticas de transferência de renda, aquecimento do mercado interno e empenho na redução das desigualdades sociais. Tampouco cabe dizer que o neodesenvolvimentismo rompeu com a lógica neoliberal, pois não se propôs a alterar os seus fundamentos estruturais, que privilegiam os interesses do grande capital internacional, acentuando a dependência e o processo de reversão neocolonial (SAMPAIO JR., 2017, p. 10).

O neodesenvolvimentismo afasta-se do neoliberalismo ao instante que o Estado desenvolve medidas concretas para elevar o padrão de consumo da classe trabalhadora, bem como propicia um acesso “maior” aos direitos sociais, por meio de alguns programas governamentais (Programa Bolsa Família, Programa Universidade Para Todos - ProUni, Programa Mais Médicos, Programa Minha Casa Minha Vida etc.). Por outro lado, o fato das camadas populares terem maiores possibilidades de acesso ao consumo não faz com que elas deixem de ser inseridas de forma precária no mercado de trabalho, o que Alves (2014a, p. 12-13) chama de “precarização do trabalho”³², nem permite que elas tenham serviços públicos de melhor qualidade, amplamente demandados em Junho de 2013.

Já se torna claro que, na análise do fenômeno, não se pode excluir a contradição intrínseca ao seu ordenamento, qual seja, a negação do neoliberalismo ao mesmo tempo em que representa o seu reforço. Pereira (2012) ilustra essa assertiva quando afirma que o governo Lula conquistou avanços sociais e melhorou as condições de vida de muitos brasileiros, mas “melhorou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país” (PEREIRA, 2012, p. 746), frustrando as expectativas das esquerdas quando optou pela continuidade das políticas neoliberais.

Ao se afastar das propostas radicais da esquerda, o PT abriu mão de ser a expressão política representativa dos setores explorados pelo capitalismo, se contentando, como o afirma Iasi (2012), em “constituir-se enquanto projeto de ‘parte’ da sociedade que interage com outras ‘partes’ na busca de um ‘entendimento comum’” (IASI, 2012, p. 527), numa estratégia clara de

³² Alves (2014a) utilizando o conceito de Mézáros de “precarização estrutural do trabalho” afirma que a precarização do trabalho não se reduz em termos salariais, mas incorporou a “precarização existencial” e a “precarização do homem-que-trabalha”.

formulação de consensos. Essa mescla de interesses atendidos pelo desempenho estatal preservou os governos petistas no topo do poder, enquanto se mantiveram intactos o suprimento dos interesses do grande capital em articulação com o provimento, ainda que mínimo, dos direitos sociais.

2.4 A proteção social no período neodesenvolvimentista e as transformações na conformação do Serviço Social

Um dos elementos centrais para se pensar diferenciações e continuidades entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo diz respeito ao posicionamento do Estado em relação à economia de mercado e aos direitos sociais. A forma como os direitos sociais são acessados pela população, e para os objetivos desta tese a compreensão sobre a configuração dos direitos sociais é essencial, permite particularizar o que representou, de fato, o neodesenvolvimentismo, identificando ainda se houve, no que concerne a esse aspecto, ruptura ou seguimento em relação ao neoliberalismo.

Optei por não me filiar, de imediato, a nenhuma corrente dentre aqueles que defendem que no neodesenvolvimentismo há uma mera continuação do neoliberalismo, ou, de oposto, que houve significativas mudanças, apesar de considerar que cada uma delas apresente elementos importantes e válidos para a reflexão sobre o período pós-FHC. Considero que, em alguns aspectos, há elementos de perenidade e, em outros, de ruptura, se fazendo necessária a delimitação de um critério particular de análise, do qual emergirá a definição do significado do fenômeno. O critério definidor que utilizo é a forma com que a população tem os seus direitos sociais garantidos (ou não) pelo Estado, por meio de políticas e programas sociais.

Como já referido, durante os governos Lula e Dilma, permaneceram intactos alguns dos fundamentos neoliberais, sobretudo os que dizem respeito à manutenção das estruturas econômicas que beneficiam o grande capital. Todavia, o investimento no âmbito social e a retomada de responsabilidade do Estado, ainda que sob concessões ao setor privado, chama a atenção pelo caráter contraditório do período, que não se restringe simplesmente ao receituário neoliberal, mas é marcado pela “estranha combinação de fatores antagônicos, muito típica, aliás, do Brasil” (SINGER; LOUREIRO, 2016, p. 13).

Sobretudo a partir do segundo governo Lula, foi perceptível a utilização pelo Estado de estratégias diferenciadas para resolução das demandas sociais. O projeto de combate à pobreza e redução das desigualdades levado a cabo proporcionou, ainda que a mercê das empresas capitalistas e sem mobilização popular, uma tímida expansão do acesso a alguns dos direitos

sociais recém conquistados na Constituição de 1988, quando em comparação com o período anterior. Pontua que a implantação das políticas sociais enquanto estratégia de expansão de um Estado Social – ou melhor, no caso brasileiro, de inauguração – vinha sendo fortemente tensionada pelas estratégias neoliberais de adesão aos imperativos do capitalismo global.

Os principais pilares do referido projeto foram, conforme Singer (2012), o investimento em políticas de transferência de renda, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo e aumento do emprego formal. Ainda que insuficientes para dar conta dos impasses legados pela formação social do país em um arranjo reformista fraco, os direitos sociais não foram, como no neoliberalismo, ofertados simplesmente como valor de troca, a serem adquiridos unicamente por meio do mercado. Em paralelo, os governos petistas optaram, de certa forma, por *ofertar os direitos sociais como valores de uso*, mesmo que por vias escusas.

A contradição expressa no neodesenvolvimentismo foi sentida de forma mais tangível pelos que vivenciaram mudanças em suas vidas, seja pela ampliação do acesso ao consumo, através da renda auferida pelos programas de transferência de renda, seja pelo acesso à direitos, a exemplo da educação superior formal ou da aquisição da casa própria. Marques *et al.* (2018) expõe alguns dados sobre o acesso da população à proteção social nos governos Lula e Dilma, apontando que o ensino de graduação registrou no Brasil 7,840 milhões de matrículas em 2014, contra 3,480 milhões em 2002, sendo 74,9% em instituições privadas (como resultado do incentivo estatal em programas como o FIES e o ProUni) e 25,1% em públicas³³. Também o Ipea (2010) demonstra que, malgrado as desigualdades regionais, o acesso ao consumo, mediante programas de transferência de renda como o Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), contribuiu para que o índice da população extremamente pobre tenha decrescido de 36,2 milhões de pessoas em 1990, para 8,9 milhões de pessoas em 2008.

Harvey (2016, p. 29-34), a partir do contexto norte-americano, toma como exemplo o valor de uso e o valor de troca de uma casa para explanação do seu argumento sobre a primeira das 17 contradições fundamentais do capitalismo. Para ele, são infinitos os valores de uso de uma moradia, que vão desde a oferta de abrigo, privacidade e segurança até um símbolo de *status* social. Quanto ao valor de troca, no mundo capitalista avançado, este é determinado pelo custo básico de produção da casa, mais o lucro do construtor, juros sobre empréstimos e aluguel

³³ Os autores (2018) aduzem que a ampliação do acesso ao ensino superior federal público foi uma das principais marcas positivas dos governos do PT na educação, ao elucidar que foi mais do que dobrado o número de vagas ofertadas a cada ano em universidades públicas e institutos federais de ensino tecnológico. Apontam que cresceu em 86%, entre 2003 e 2014, o número de matrículas em cursos de graduação presenciais na rede federal, superando a ampliação dessa modalidade na rede privada.

capitalizado. A provisão habitacional, no capitalismo, passou de uma situação que predominava a busca por valores de uso, para o prevalemento dos valores de troca, em que uma casa, antes moradia, passou a se tornar um instrumento de poupança ou objeto de especulação. O autor reitera essa argumentação ao tratar sobre saúde e educação (em particular, ensino superior), considerando que os aspectos do valor de troca predominam cada vez mais sobre os do valor de uso na vida social.

Transmutando essa reflexão para a experiência neodesenvolvimentista no Brasil é possível identificar algumas distinções. A despeito de haver a prevalência do valor de troca sobre a maior parte dos bens sociais, parte da população teve a possibilidade de acessar esses bens como valores de uso, usufruindo de sua utilidade enquanto um direito. Em concomitância, houve a possibilidade de um direito social, como habitação ou educação, ainda que ofertado pelo mercado privado – em detrimento da ampliação de políticas públicas – ser acessado pela população³⁴, que o alcançava pelo seu valor de uso através da mediação do Estado.

Tomemos como exemplo dois programas criados pelo governo neodesenvolvimentista: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Minha Casa Minha Vida, trata-se de um programa de habitação com financiamento público, que tem o propósito de suprir as necessidades das classes mais empobrecidas a um baixo custo, assegurando, ao menos em partes, o acesso ao direito à moradia. Para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00, o governo paga até 90% do valor do imóvel novo, as parcelas do financiamento se limitam a 15% da renda mensal da família, e o financiamento terá a duração de até 10 anos. Para os que têm renda familiar de até R\$ 7.000,00, o programa facilita as condições de acesso ao imóvel através de subsídios e descontos (CAIXA, 2018).

Quanto ao ProUni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, oferta bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, ampliando o acesso ao ensino superior, ainda que sob concessão de recursos públicos às instituições privadas. Ainda que se faça a crítica sobre esta opção, em detrimento a ampliação de vagas em cursos públicos, gratuitos e de qualidade, este programa, juntamente ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), permitiu o acesso à educação superior a mais de 2 milhões de estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos (PROUNI, 2015).

Sob o pretexto de democratizar o acesso ao ensino, relegou-se para segundo plano a

³⁴ Destaco que, objetando o princípio de universalidade, apenas parte da população alcançou tal possibilidade de acesso a direitos, pois estes eram focalizados àqueles pertencentes aos segmentos mais empobrecidos, sob condições e critérios de seletividade.

ampliação em vagas de universidades públicas, atuando o Estado como indutor no incremento de número de vagas, no entanto, na esfera privada. A manutenção do Programa Universidade para Todos (ProUni), bem como o aprimoramento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), mesmo que de imediato tenham aumentado o número de pessoas matriculadas em ensino superior, garantiram as vagas pela via concorrencial do mercado, mantendo uma histórica contradição: as universidades públicas são ocupadas por segmentos sociais que, a rigor, dela não precisariam, enquanto a classe trabalhadora precisa “comprar” o direito à educação.

Como o ensino superior formal é um mecanismo de ascensão social dentro da ótica do capitalismo, as políticas levadas a efeito nesse âmbito corroboram para uma visão de conciliação de classe. Por um lado, a iniciativa privada é privilegiada à medida que se desenvolve com a disponibilidade de recursos públicos, por outro, o aluno realiza o desejo de ascender ao ensino superior que potencialmente irá lhe garantir uma melhor remuneração da sua força de trabalho.

Nos referidos programas, ocorre a oferta do direito, contudo, não é o ente público o agente direto de sua execução, mas apenas seu financiador. Nesse desenho, o neodesenvolvimentismo aparece como algo diverso livre-mercado, em que o indivíduo seria o responsável por comprar seus próprios direitos como valor de troca, mas também não significa que o Estado assumirá a resposta pela garantia dos direitos de forma pública, pois a transfere ao capital privado.

É justamente na forma em que os direitos sociais são ofertados que se situa a fragilidade do neodesenvolvimentismo, pois basta a subtração do financiamento para que o direito seja negado, ao invés de se promover o desmantelamento ou sucateamento de uma estrutura pública. A limitação se dá porque o caráter privado acompanha o desenvolvimento dos programas neodesenvolvimentistas desde a sua gênese, de modo que a população acessa o direito, mas de forma insegura e, por vezes, desqualificada.

Giovanni Alves (2014b) explicita essa contradição ao lembrar que também no mundo do trabalho o neodesenvolvimentismo, ao mesmo tempo que propicia ganhos aos sindicalismo, como o aumento do emprego, a oficialização das centrais sindicais, a melhoria salarial do funcionalismo público, recuperação do salário-mínimo, e o aumento da formalização no mercado de trabalho, preserva os interesses de acumulação e exploração da burguesia interna; estando esta subordinada à mundialização do capital, recusa-se a promover uma recuperação dos direitos trabalhistas e sociais consumidos na década neoliberal.

Apesar das expectativas de criação de um sistema consolidado de proteção social, as iniciativas que se deram em relação aos programas sociais continuaram privilegiando as políticas econômicas e o capital financeiro. Para Behring e Boschetti (2010), a configuração

das políticas sociais no período foi marcada pela diminuição e restrição de direitos, através de ações geralmente pontuais e compensatórias que só conseguiam responder aos males extremos gerados pela crise, o que revela a herança conservadora e o seu caráter de continuidade na democracia brasileira. Elas aduzem que:

Em um país como o Brasil, com as tradições político-econômicas e socioculturais delineadas anteriormente, e que apenas a partir da Constituição de 1988 passa a ter em perspectiva a construção de um padrão público universal de proteção social, coloca-se um quadro de grande complexidade, aridez e hostilidade, para implementação dos direitos sociais [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 156).

Esse quadro reverbera a “conciliação” entre práticas democráticas e atitudes autoritárias arcaicas, expressando a permanência de características conservadoras nas políticas sociais brasileiras contrárias à uma proteção social de efetivação ampla de direitos. Outro elemento que revela esse aspecto conservador nas políticas sociais do Brasil neodesenvolvimentista trata-se do processo de assistencialização da proteção social, sobretudo da Seguridade Social, que enfoca o alcance da oferta de direitos na população mais empobrecida, condicionando o acesso através de critérios de seletividade.

A reforma da previdência com foco no setor público, referenciada como uma das primeiras vitórias do então novo governo Lula, em 2003³⁵, manteve a lógica de redução da cobertura dos benefícios previdenciários. O debate sobre a necessidade de novas reformas se manteve no segundo mandato do governo Lula e nos governos Dilma, mas desembocou em uma proposta apenas em 2016, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. Conforme Boschetti (2009), nos debates sobre as reformas está ausente proposições concretas sobre os trabalhadores que vivem em condições precarizadas de trabalho, não contribuem com a seguridade social e, conseqüentemente, não acessam os direitos previdenciários dela provenientes.

A saída para minorar os efeitos excludentes das reformas da Previdência se localizou na “expansão de benefícios não contributivos, de natureza assistencial, focalizados em situações de extrema pobreza e montantes reduzidos” (BOSCHETTI, 2009). No âmbito da política de assistência social, o programa de transferência de renda Bolsa Família teve a precípua função de reduzir a miséria da população, ofertando valores mínimos para que as camadas mais pobres saíssem da condição de indigência e tivessem maior acesso ao consumo. Todavia, tais ações ficaram entre a garantia de uma rede de proteção ampla, como componente da seguridade social,

³⁵ A Reforma da Previdência em 2003 foi noticiada como a primeira vitória do governo Lula, que conseguiu alterar o sistema previdenciário também no âmbito do setor público, enquanto FHC só conseguira implementar mudanças no setor privado referentes aos aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (TERRA, 2003).

e o combate à pobreza focalizada, o que contribuiu para a não percepção da assistência social como direito.

Em pesquisa empírica com a população em geral e os beneficiários do Bolsa Família sobre as percepções quanto ao programa, Bello (2016) conclui que o processo de inclusão no consumo foi desprovido de politização, já que

[...] o BF não tem sido visto pelos beneficiários como um direito. Incluem-se aqui todos os significados de favor e de ajuda e também os de direito que estivessem dissociados de processos públicos de legitimação. Nesse sentido, assim como as outras relações das classes populares com o lulismo, a melhoria das condições de vida dos mais pobres não os retirou da condição de passividade política (BELLO, 2016, p. 183)

A pobreza ganhou destaque no debate público ante às outras expressões da “questão social”, tendo sido o Estado está cada vez mais encarregado de organizar a proteção social básica dos setores mais pauperizados. Esta se dá, entretanto, através da concessão de parques recursos, tendo como consequência a oferta de serviços precarizados, ou de parcerias com o terceiro setor. Ainda, cabe citar as políticas pautadas em uma concepção empreendedora, com vistas à preparação da população pauperizada para integrar o mercado de trabalho de forma autônoma. As causas da pobreza, nesse ínterim, foram desvinculadas de seus determinantes estruturais, significando alívio para carências de modo individual, e não coletivamente, reproduzindo a referência de desigualdade predominante na sociedade brasileira.

No que concerne à Saúde, segundo Bravo (2009), havia uma expectativa de que no neodesenvolvimentismo fosse fortalecido o projeto de reforma sanitária, em oposição ao da saúde articulada ao mercado. Ela destaca aspectos de inovação em relação aos governos anteriores, citando que foram escolhidos profissionais comprometidos com a Reforma Sanitária para comporem o Ministério, que passou por alterações em sua estrutura organizativa, bem como a ampliação de participação popular no Conselho Nacional de Saúde e nas Conferências Nacionais de Saúde. Como aspectos de continuidade, Bravo (2009) aponta a ênfase na focalização, com centralidade no programa saúde da família, precarização, terceirização dos recursos humanos e o desfinanciamento, em detrimento da universalização das ações, de financiamento efetivo, da política de recursos humanos para o SUS e da política nacional de medicamentos.

Soares e Santos (2014) apontam que, se a materialidade da política de saúde no Brasil foi avaliada a partir do comportamento dos gastos em saúde, no que se refere ao financiamento, é possível observar um alinhamento de política nos governos FHC, Lula e Dilma (SOARES; SANTOS, 2014). Os autores apresentam os dados de que o gasto federal com Ações e Serviços

Públicos de Saúde crescem mais do que o PIB entre 1995 e 2012, mas com uma participação percentual quase que linear, com média de 1,7% em todo o período, revelando que não há significativas alterações entre os governos do PT e do PSDB.

A característica de assistencialização da seguridade expõe a retração – ou, no mínimo, a limitação – do Estado neodesenvolvimentista na execução dos serviços de cuidado e assistência (em especial no cuidado da reprodução da vida das crianças, inválidos e idosos, que não dispõem da força de trabalho necessária ao sistema do capital) e transferência do foco para o âmbito familiar. Segundo Miotto, “na formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma como o espaço privado por excelência e, como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (MIOTTO, 2009, p. 133), evidenciando a presença do caráter familista³⁶ nas políticas sociais brasileiras nos últimos governos.

A contradição neodesenvolvimentista revelada no conjunto de medidas voltadas às classes populares, mas que não alteraram substancialmente a estrutura neoliberal, foi reproduzida no Serviço Social, que não esteve imune ao ideário vigente no âmbito da proteção social. Na dualidade entre a intencionalidade dos agentes profissionais e as requisições institucionais, a profissão vivenciou renovados desafios para a manutenção da hegemonia crítica, considerando ainda as significativas mudanças no corpo profissional.

Para profissionais que atuam diretamente com as populações anteriormente renegadas à sua condição miserável, foram significativas as transformações na efetividade das políticas sociais, que possibilitavam a garantia de direitos. As falas são ilustrativas:

O que eu penso em relação ao governo Lula: realmente, o governo Lula contribuiu muito com as pessoas em vulnerabilidade social. Porque qual era a pessoa recebendo mil e seiscentos reais que ia ter hoje um apartamento ou uma casa? Tiveram muitas falcruas, eu sei disso, dentro de todas as questões do Minha Casa Minha Vida e do PAC. Mas ao mesmo tempo ele pensou na população em maior vulnerabilidade social, o que não acontece com alguns outros políticos, eles fazem as falcruas e não estão nem aí pras pessoas (PROFISSIONAL 2, 2018).

Pela primeira vez na vida eu vejo... Vi famílias de uma classe mais simples, pobre, chegar num banco e ter coragem de perguntar sobre financiamento bancário pra aquisição de casa própria, tá? Isso é fato. Nunca pobre na história brasileira chegou num banco pra sequer perguntar, porque tipo, isso não me pertence, eu nem vou. Então assim, vinha mais dinheiro pra saúde? Sim. Pra assistência? Sim. Acho que nunca a gente recebeu tanto dinheiro durante esses governos. Roubaram, se corromperam no meio do caminho, acabaram se desviando sim, votei neles e acabei me sentindo traída, bastante traída por essa questão (PROFISSIONAL 8, 2018).

As profissionais entrevistadas enfatizam que nos períodos em que o Brasil foi governado

³⁶ A expressão “familismo” diz respeito à responsabilização das famílias na provisão do bem-estar de seus membros em correlação com a falta de proteção social estatal no ordenamento das políticas públicas (ESPING-ANDERSEN, 1995).

pelo PT, houve uma atenção voltada às necessidades da população empobrecida, através do redimensionamento das políticas sociais e da forma de acesso aos direitos, além da possibilidade – antes negada – de acesso ao consumo. A figura do líder, representada pela imagem de Lula, é a representação do político que, ineditamente, teria voltado sua gestão à população empobrecida. Contudo, como o aponta Scherer (2017), as ações impressas tinham como objetivo primeiro o aquecimento do consumo interno, passando à margem do princípio de universalidade nas políticas públicas:

A perspectiva de universalidade de políticas sociais não se configura em uma possibilidade concreta na ótica neodesenvolvimentista, sendo que a política social ganha cada vez mais uma roupagem de instrumento de aquecimento do mercado interno, sendo por programas de transferência de renda focalizados na pobreza ou da facilitação ao crédito, ampliando a lógica do fetichismo da mercadoria e reiterando a ordem burguesa (SCHERER, 2017, p. 155).

As alterações a partir do segundo governo Lula, conforme Abramides (2015), fizeram com que o projeto profissional revisse suas possibilidades de materialização, tendo as entidades da categoria mantido autonomia e independência em relação ao Estado, aos partidos e ao patronato. Todavia, face às alterações no corpo profissional e dada a ampliação de espaços de atuação, a hegemonia ético-política do Serviço Social se viu tensionada por vários subgrupos, dentre eles os de profissionais que apoiavam o então partido da ordem.

Behring e Boschetti (2016) calculam, com base em dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que ao final de 2015 haviam cerca de 160 mil assistentes sociais inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), sendo que 90% atuam no âmbito das políticas sociais, nos três níveis de federação. No contexto de crise, em que as políticas sociais são os principais alvos de mercantilização e privatização, as assistentes sociais são tensionadas para endurecer critérios de seletividade, condicionalidades e contrapartidas, focalizar benefícios, desenvolver serviços sem condições de trabalho, bem como transferir os serviços de cuidados e proteção às famílias.

Na mesma esteira do processo de assistencialização da seguridade social, esteve em curso o de assistencialização da profissão de Serviço Social, conforme aponta Rodrigues (2007). A autora elucida que as alterações realizadas na política de assistência social durante o neodesenvolvimentismo redimensionou também o campo socio-ocupacional e a direção prática do Serviço Social, que passou a ser uma profissão identificada majoritariamente com a área da assistência, restringindo a atuação em outros campos e imprimindo à atuação uma dimensão de ênfase na provisão dos mínimos sociais.

Na pesquisa empírica foi perceptível a reprodução profissional da concepção de que os

benefícios sociais são concedidos de forma focalizada, ou, como afirma a Profissional 6, a população precisa ser “encaixotada” para alcançar o direito: “[...] Porque às vezes tu tem os programas e tu tem que meio que encaixotar as pessoas dentro dos programas, né?” (PROFISSIONAL 6, 2018). A atuação é, por vezes, focada em favor da população que “precisa”, em detrimento da que “não precisa”, conforme ilustrado:

Tu já deve ter trabalhado como assistente social e tu sabe, a gente tem a percepção certinha de quando a pessoa precisa e quando não precisa. A pessoa que precisa chega humildemente, morrendo de vergonha de te pedir. Aquele que não precisa chega assim “porque é meu direito, eu sei muito bem, eu quero porque... Dá um jeito!”. Agora, aquela pessoa que precisa realmente é aquela pessoa que chega com vergonha, morrendo de vergonha “ah, eu precisava de uma cesta básica”, falando baixinho pra ninguém ouvir. E isso a gente aprende com o trabalho, com o tempo a gente aprende a ter essa percepção de se realmente precisa e se não precisa (PROFISSIONAL 2, 2018).

O processo de assistencialização da proteção social, focado na população mais pauperizada, acaba por se afastar da perspectiva universalista de proteção social. Isso se reforça a partir da reprodução da racionalidade neodesenvolvimentista que, afastando-se tanto da provisão integral do Estado quanto de sua negação em prol da meritocracia, oferta os direitos sob a imposição de certas condições. As falas das assistentes sociais entrevistadas são ilustrativas, pois reproduzem valores e conceitos próprios da lógica neodesenvolvimentista, a exemplo o conceito de *empowerment*, conforme cita a Profissional 2 quando afirma que “A gente quer o *empowerment* do usuário, a gente quer o fortalecimento deles, a gente quer o desenvolvimento. Ao menos é o que eu quero” (PROFISSIONAL 2, 2018); e a Profissional 3: “[...] a gente esse ano pretende desenvolver um trabalho mais voltado pra o empoderamento” (PROFISSIONAL 3, 2018). Tal ideário acaba por prever uma auto-responsabilização dos sujeitos sobre sua condição de vida, ainda que caiba ao Estado (e à assistente social enquanto sua representante no âmbito institucional) fomentar suporte para as demandas do campo social. Num caminho de retorno ao passo profissional, a Profissional 2 continua:

[...] eu não gosto de falar em ajudar, nunca falei, nem no período de faculdade, porque eu penso o seguinte: ajudar a gente ajuda quem não tem competência, àquelas pessoas que não têm iniciativa e não sabem como se desenvolver. Agora, a gente contribui com aquela pessoa que já tem iniciativa, a gente só vai contribuir, aquele empurrãozinho e a pessoa vai continuar a sua caminhada. E outra coisa que eu sempre tenho perspectiva é o seguinte: enquanto o meu usuário estiver dependendo de mim eu estou fazendo um mal trabalho. No momento em que ele chegar em mim e disser assim pra mim “muito obrigado!” Pronto! (PROFISSIONAL 2, 2018).

Nessa lógica, o trabalho profissional do Serviço Social tem a função de, pela mediação do Estado, proporcionar o suporte para que os usuários dos serviços prestados alcancem meios

de acessar o suprimento de suas necessidades de forma autônoma. Muitas assistentes sociais (assim como gestores das políticas sociais e mesmo parte da “esquerda”), ao passo que denunciam as desigualdades sociais e propõem a ampliação de investimento no campo social, contraditoriamente passam a fazer a defesa de pautas como empoderamento, economia solidária, empreendedorismo, políticas de combate à fome e a miséria, de geração de emprego e renda, democratização da sociedade civil, responsabilidade ambiental e empresarial. Conforme Mota e Amaral (2014, p. 31):

Aqui, novos conceitos e termos passam a ser incorporados à cultura profissional e acadêmica para responder às problemáticas sociais emergentes, constituindo-se em supostas ‘teorias setoriais’ portadoras de capacidade heurística, das quais são exemplares as referências aos conceitos de família, ‘resiliência’, empoderamento, empreendedorismo, acolhimento social, qualidade de vida, dentre outros.

Essas são expressões e ações que soam bem, mas não modificam fundamentalmente as bases da realidade na qual as assistentes sociais interveem. Se forjaram transformações nas competências profissionais para o atendimento das novas programáticas das políticas sociais, com o enaltecimento da dimensão técnica e instrumental para resolução de demandas imediatas.

Contudo, é importante lembrar que apesar das (ínfimas) conquistas no âmbito dos direitos sociais, o neodesenvolvimentismo sempre esteve integrado ao projeto de desenvolvimento capitalista, empenhando-se em mudanças nos marcos da ordem. Isso significa dizer que as políticas sociais estão longe de serem uma estratégia efetiva de redução das desigualdades sociais no país, de modo que, ainda que as profissionais se dediquem a realizar suas atribuições e competências com compromisso ético, o resultado do trabalho sempre estará condicionado pelas limitações das políticas e de sua própria condição enquanto trabalhadoras.

A conformação dessas integrações entre trabalho profissional e proteção social, soma-se às significativas transformações no corpo profissional a partir da expansão de cursos de Serviço Social, presenciais e à distância, provenientes da proposta neodesenvolvimentista de expansão e “democratização” do acesso ao ensino superior. Segundo Dahmer (2009), pouco se conhece sobre as condições concretas da formação profissional nestes novos cursos, criados pelos empresários do ensino sem a exigência de grande investimento físico e material, mas possibilitando um lucrativo rápido retorno. Para ela, no que diz respeito especificamente à formação de profissionais via EaD, há a tendência de a direção dos cursos ser radicalmente diferente da propugnada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que pode reconfigurar completamente o mercado de trabalho em Serviço Social.

Conforme informações colhidas através do e-MEC³⁷ em outubro de 2018, existiam 72 instituições de ensino superior, em atividade, que oferecem o curso de bacharelado em Serviço Social na modalidade de educação à distância. Isso representa um total de mais de 180 mil vagas anuais para a formação de assistentes sociais pela via EaD, disponibilizadas em polos espalhados por todo o país. Chama a atenção o que Lewgoy e Maciel (2016) apontam, citando que em 2011 o CFESS divulgou que o número de alunos superou o de profissionais regulares, pela primeira vez na história da profissão. O que preocupa é a dificuldade de se formar assistentes sociais, profissionais com a exigência de uma formação teórico-metodológica consistente, em cursos à distância que carecem de recursos humanos, físicos, didáticos e pedagógicos.

Os treze anos de governos petistas deixaram um legado contraditório, assim como toda sua trajetória, para o âmbito dos direitos sociais, da proteção social e do Serviço Social. Ao mesmo tempo em que se despontou um movimento que propunha o incremento de subsídios estatais para o campo social, a superficialidade das ações reforçou velhas questões e criou novos problemas para o alcance de uma redistribuição radical da riqueza, que modificasse substancialmente a vida da população. Iasi (2014, p. 98) explica que a democracia de cooptação, escolhida pelo PT, é instável e só pode se dar em uma mescla com atendimento precário e parcial das demandas populares:

O problema em si mesmo não são essas iniciativas que podem levar a uma “melhoria” de algumas condições pontuais nas quais os trabalhadores têm que sobreviver na ordem capitalista, mas o seu caráter focalizado e pontual e o fato de que as bases em que se dão deixa intocado um aspecto estrutural: uma parte considerável da população ainda está fora dos reais benefícios da ordem burguesa capitalista e mesmo aqueles que se integram o fazem parcial e precariamente, ao mesmo tempo em que os setores dominantes aumentam seu poder e as garantias para a perpetuação da acumulação de capitais (IASI, 2014, p. 99).

O foco na solução da miséria, sem que se tocasse no fundamento que estrutura a desigualdade social, manteve os pilares da economia de mercado e as conseqüentes mazelas que decorrem das relações sociais no capitalismo. O Serviço Social não ficou imune, sucumbindo às concepções disseminadas nas políticas sociais e vivenciando mudanças significativas no quadro profissional e na sua forma de atuação, nos mais diversos campos de trabalho.

³⁷ É possível reproduzir a pesquisa na consulta avançada pelo sítio eletrônico <<http://emec.mec.gov.br/>>.

3 ESGOTAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO NEODESENVOLVIMENTISTAS E A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO

Também o céu às vezes desmorona
E as estrelas caem sobre a terra
Esmagando-a com todos nós.
Isto pode ser amanhã.
(BRECHT, 2012, p. 22).

A agenda social levada a cabo pela governabilidade petista começou a apresentar indícios de falência ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, especialmente após as Manifestações de Junho de 2013, que abriram espaço para movimentos conservadores, os quais impulsionaram diretamente o *impeachment* da presidenta em 2016 (AVRITZER, 2016). O embate de narrativas acerca do fato político, se foi ou não um golpe de Estado, acompanhou todo o processo frente às razões que levaram à queda de Dilma, ainda que os procedimentos que desencadearam o impedimento tenham ocorrido dentro da formalidade legal.

A compreensão do que aconteceu em 2016 com a destituição da presidenta prescinde da análise do quadro antecedente de exaurimento do neodesenvolvimentismo, que pode ser caracterizado diante de, pelo menos, quatro fatores: a) a onda de protestos iniciada em Junho de 2013, que afrontava o sistema político-partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes; b) do processo de desaceleração econômica; c) dos escândalos envolvendo agentes do Partido dos Trabalhadores (PT) ao processo judicial que investiga crimes de corrupção, conhecido como “Operação Lava-Jato”; d) da dificuldade de diálogo com os outros Poderes e a perda da base política de sustentação do governo no Congresso Nacional. É transversal a esses acontecimentos o avanço da disposição conservadora que, concomitantemente ao esgotamento das estratégias neodesenvolvimentistas, ganhou evidência no espaço público.

Na condição de fenômeno com nítido caráter histórico, o arranjo do projeto conservador está intimamente vinculado a conjuntura na qual ele se manifesta³⁸. Nos últimos anos do governo Dilma, assistimos pelas lentes da mídia, quase que diariamente, o desenrolar dos elementos que fizeram o projeto político petista definhar. Concomitantemente, cresciam os

³⁸ Grande parte dos teóricos que analisam o fenômeno do conservadorismo, como o faz Escorsim Netto (2011), localiza a sua origem como uma resposta ao que representaria a Revolução Francesa, demarcada especialmente pelos estudos de Burke (1982). Na medida em que o papel socio-histórico da burguesia revolucionária foi redimensionado para a defesa das instituições que ela mesma criou, o pensamento conservador, anteriormente opositor à burguesia, aliou-se ao pensamento burguês contra a nova ameaça revolucionária representada pelo socialismo. Na sociedade brasileira, tal definição merece especial destaque, ao considerar que o desenvolvimento do capitalismo não foi antecedido de uma revolução propriamente dita, de modo que o conservadorismo no nosso contexto pressupõe outro delineamento histórico, o que será melhor explanado no terceiro tópico deste capítulo.

retrocessos no âmbito dos direitos e políticas sociais, a violência perpetrada pela polícia contra movimentos sociais populares, víamos manifestações de ódio contra grupos oprimidos serem naturalizadas e a transmissão falseada pela mídia de eventos e decisões políticas, dentre outras expressões do que alguns críticos, como Boulos (2014), têm chamado de “onda conservadora”.

Para apreender as razões da exaustão do neodesenvolvimentismo paralelamente ao crescimento da ofensiva conservadora, realizei um exercício de abstração em que coube alguns questionamentos: Quais as razões para o que o neodesenvolvimentismo tivesse o seu projeto exaurido? Como se dão as relações entre esse processo e o avanço do conservadorismo? Esse conservadorismo trata-se do retorno de um fenômeno escamoteado na história da sociedade brasileira, ou é algo inteiramente novo? Que fundamentos sustentam e se alinham ao conservadorismo nesta quadra histórica?

A relevância dessas discussões se situa no fato de que a ofensiva conservadora, por vezes alinhada a fundamentos de origem liberal-econômica, repercutiu diretamente na configuração do contexto de queda do governo neodesenvolvimentista em 2016. Assim, no desenvolvimento deste capítulo, me utilizarei também dos argumentos de caracterização de autores que se avocam como conservadores e, em segunda instância, dos liberais. Contudo, a análise será realizada de forma exógena a essas correntes, lembrando a máxima de Marx quando afirma que “não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz” (MARX, 2008, p. 48).

3.1 De Junho de 2013 à ascensão da radicalidade conservadora no Golpe de 2016

No discurso de posse do segundo mandato, o ex-presidente Lula apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como um plano estratégico de resgate do planejamento, bem como de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país: “Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou. Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos” (LULA DA SILVA, 2007). A então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, passaria a ser conhecida como a “mãe” do PAC, sendo a responsável pelo programa que lhe daria visibilidade para candidatura à presidência em 2010.

Eleita no segundo turno, em 2011 Dilma iniciava sua jornada como chefe do executivo. Em seu primeiro mandato, conseguiu manter a governabilidade de seu antecessor, diante de um quadro político-econômico favorável, em que foi possível preservar o acesso à renda, a baixa taxa de desemprego, indicadores sociais positivos na educação, bom posicionamento do país nos mercados internacionais etc. Diante da segunda fase da crise financeira de 2008, vivida em

agosto de 2011 no continente europeu, a presidenta procurou sustentar o equilíbrio econômico no país, destacando-se ações de cunho intervencionista como redução dos juros, uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), implantação de uma política industrial, desonerações para setores intensivos em mão de obra, lançamento de plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais estrangeiros e proteção ao produto nacional (SINGER, 2018, p. 43-46).

Fatores internos e externos modificaram a situação de estabilidade política, sobretudo no final do primeiro mandato e início do segundo mandato, contribuindo à destituição da presidenta em 2016. Dentre os elementos centrais à queda, elenco ao menos quatro visceralmente imbricados: a) a onda de protestos iniciada em Junho de 2013, que afrontava o sistema político-partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes; b) o processo de desaceleração econômica e aumento do desemprego c) os escândalos de corrupção denunciados na “Operação Lava-Jato”; d) a crise política do presidencialismo de coalização.

Na articulação entre esses fatores, e não do crime de responsabilidade pelo qual Dilma fora acusada, decorre a real motivação para a sua deposição, o que revela a existência de um Golpe de Estado empenhado sob novas estratégias políticas, que não a repressão militar. Tal articulação feriu gravemente o que se supunha ser uma democracia no Brasil, como o aponta a Profissional 8:

Eu achei um absurdo porque eu achei, assim, um retrocesso democrático. Eu sempre falo pras pessoas: quem pensa que Brasil é uma democracia é um ignorante. Porque o princípio fundante, o arcabouço jurídico de uma democracia é a igualdade de oportunidades, é o princípio fundante de algo que queira se dizer democrático, tá? Nós não temos aqui, então isso aí é uma falácia. É uma pena, é um arremedo, mas é isso, um país tão rico e tão desorganizado, assim, onde a gente tem uma elite branca que se adonou do país, dos meios de produção, de toda a mídia, quatro famílias, seis, dominam tudo que se tem de informação num país inteiro e a gente tá à mercê disso. Não querem dividir a fatia com ninguém, com ninguém. Então no momento em que tu tem toda a América Latina brigando por mais espaço, onde algumas políticas públicas começam a dar um subsídio pra que as pessoas possam chegar lá, pra que tenham uma oportunidade um pouquinho melhor de crescer, e geralmente através do estudo [...] Isso é histórico! Cada vez que o passarinho tentava abrir as asas pra voar davam com galocha, não é? Pra não aprender a voar. Então nos últimos tempos, depois de uma ditadura horrorosa que a gente teve de novo uma volta da esquerda, das pessoas quererem confiar, fizeram tudo que puderam pra inviabilizar o projeto. Um projeto diferente do que estava posto *ad eternum* (PROFISISONAL 8, 2018).

É na interrupção abrupta desse projeto diferente, aqui chamado de “neodesenvolvimentismo”, que se situa o Golpe de 2016. Conforme o Dicionário de Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002), o significado do termo Golpe de Estado mudou no transcurso do tempo, mas um elemento se manteve invariável, apresentando-se como

traço de união entre suas diversas configurações: ser um ato realizado por órgãos do próprio Estado, levado a cabo pelos próprios detentores do poder político. Em 2016, as instituições formais, como o judiciário e o legislativo, empreenderam o Golpe, sem necessariamente participação direta de um grupo militar ou das forças armadas. Freixo e Rodrigues consentem que

O Golpe levado à cabo em 2016 no Brasil faz parte dessa nova geração de *coups d'État*. A articulação entre setores do judiciário e forças políticas conservadoras representadas no parlamento, contando com forte apoio midiático, derrubaram um governo democraticamente eleito, utilizando uma argumentação jurídica, ética e política bastante frágil [...] (FREIXO; RODRIGUES, 2016, p. 12).

Essa discussão também esteve presente no debate do Serviço Social, representado pelos seus agentes profissionais, que ora reproduziram a perspectiva crítica hegemônica da profissão, ora se questionavam sobre o significado dos acontecimentos da realidade brasileira. A maioria das profissionais entrevistadas (6 de 8) considera que o *impeachment* foi um Golpe, negando que as pedaladas fiscais tenham sido o real motivo que culminou na queda do governo petista. Foi pontuada a existência de uma articulação entre os poderes Legislativo e Judiciário com a mídia e com as elites, para que o projeto de poder neoliberal fosse retomado:

Pra mim foi golpe. Porque, desculpe, pedaladas fiscais ou seja lá o que for o nome que colocaram... Isso banalizou a coisa, porque ela poderia muito bem ter ficado, ter respondido a um processo realmente político ou responder um processo jurídico depois do mandato dela, sem problema nenhum. Não precisa fazer isso, isso é o velho sistema latino-americano. As elites vão e mandam e desmandam o tempo todo. Casa grande e senzala (PROFISSIONAL 1, 2017).

Eu considerei um golpe... Que foi possível pela globo, pelos meios de comunicação que, primeiramente, deturparam a imagem do Lula, da Dilma. Um grupo de pessoas que já estavam no poder se articularam, se tornaram mais poderosos e conseguiram derrotar, de certa forma. E o Temer representa como os partidos políticos no Brasil são, não é por uma ideologia, não é por um... Não é pra governar, mas sim pra assumir um status, assumir um poder (PROFISSIONAL 3, 2018).

Foi golpe, com certeza. Aquela gravação do Jucá, né? Aquilo diz tudo, é bem ilustrativo... Foi golpe, foi tudo planejado, a globo ajudou a manipular, existe muito interesse do capital nisso. Quanto mais a população estiver ferrada, pra eles melhor. Eu acho também que o judiciário tem uma grande responsabilidade nisso (PROFISSIONAL 5, 2018).

Em contrapartida, as entrevistadas que negam que o *impeachment* tenha sido Golpe aduzem que, de fato, existiram ações passíveis de punibilidade na atuação da ex-presidenta, bem como ocorreram alianças que convergiram para a crise política vivenciada. A Profissional 2 apresenta dúvidas sobre a participação de Dilma em ações corruptas, para além das ditas pedaladas fiscais, que justificariam a sua queda: “eu tenho alguns questionamentos em relação

ao governo Dilma, porque eu não consigo sinceramente acreditar que ela não sabia de nada. [...] não estou dizendo que ela fez, estou dizendo que ela sabia sim que algo estava acontecendo” (PROFISSIONAL 2, 2018). Também a Profissional 4 acusa que:

Todo mundo fala: “golpe, golpe”! Imagina! Quando a Dilma concorreu colocou o Temer de vice, ela sabia! Golpe pra o desmanche de tudo foi, porque eu acho que ia acontecer de qualquer maneira, com Dilma ou com Temer, eles estavam juntos. Então assim, golpe eu acho que qualquer governo daria, não é porque é o do Temer, ou da Dilma, ou do Lula, do Fernando Henrique, enfim, esse golpe a gente já vem sofrendo há anos, né? Acho que a gente teve uma perda muito grande. Se desiludiu com o governo PT e Dilma, porque a gente apostou todas as fichas e a gente sabe que eles também não foram tão honestos quanto tinham dito, a gente vê isso. Só se a gente está no mundo da fantasia, né? Quatro, cinco anos, como é que ela não sabia tudo o que tinha acontecido, né? Ela tinha um vice, ela não conversava com ele? Como é que ela convidou uma pessoa dum perfil do Temer, que a gente sabe que ele não é nada sério, fazer parte do governo dela? (PROFISSIONAL 4, 2018).

Essas divergências sobre o que ocorreu no país têm relação direta com o fato de o *impeachment* de Dilma não ter ocorrido conforme imagem e semelhança dos Golpes de Estado ocorridos na América Latina no século XX. Nestes, a deposição dos governos progressistas ocorreu de forma violenta, com suporte militar e influência dos Estados Unidos diante da suposta ameaça comunista, enquanto que em 2016 agiu-se seguindo os critérios formais de legalidade. Para compreender sobre a existência de um Golpe na contemporaneidade é necessário ultrapassar a leitura tradicional sobre o seu significado restrito, bem como realizar uma avaliação da conjuntura que o antecedeu.

De forma aparente, foi a abertura de créditos suplementares, as chamadas “pedaladas fiscais”³⁹, a causa da destituição da presidenta que culminou no esgotamento do projeto de governabilidade vigente desde 2003. Contudo, lembrando que o real não se mostra em sua totalidade de forma imediata, como nos aponta Kosik (2011), compreendo que o processo legal do qual a presidenta foi alvo representa apenas a aparência do fenômeno, estando a sua essência localizada na confluência das crises que o governo de coalizão orientado pelo PT estava submetido.

Ainda conforme o Dicionário de Política, um dos indicadores empíricos para identificação de um Golpe de Estado é que ele pode ser acompanhado de mobilização política e/ou social (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002). As Manifestações de Junho de 2013, que foram iniciadas a partir da mobilização organizada do Movimento Passe Livre em São

³⁹ “Pedaladas Fiscais” ou abertura de créditos suplementares diz respeito a operações do Tesouro Nacional, que consistem em atrasar o repasse de verbas a bancos públicos e privados com vistas ao cumprimento das metas fiscais (SENADO, 2019). Vale ressaltar que dois dias após o *impeachment* de Dilma foi sancionada a Lei 13.332, de 1º de setembro de 2016, que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso.

Paulo contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, desencadearam o surgimento de outras pautas convocadas através de redes sociais na internet, que iam desde críticas aos gastos com a Copa do Mundo, até discursos sobre os investimentos em serviços públicos e contra a corrupção política. Conforme Boulos (2016), tratou-se da anunciação do exaurimento do neodesenvolvimentismo, que já apontava para uma convergência de fatores que levavam à sua derradeira crise:

O que o PT teimou em não compreender é que o modelo de governo que adotou nos últimos 12 anos chegou ao esgotamento. Junho de 2013 foi um sintoma disso. A ideia de que todos os interesses são conciliáveis, de que todos podem ganhar, depende do crescimento econômico e da desmobilização das forças sociais. [...] Quem teve força política para capitanear o discurso da mudança não foi a esquerda, mas a direita (BOULOS, 2016, p. 30).

Pormenorizando os referidos elementos que confluíram para o Golpe de 2016, no que concerne à **onda de protestos que afrontava o sistema político-partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes**, Junho de 2013 representa, como o afirma Singer (2011), um divisor de águas para o período Dilma. O impacto mais imediato das manifestações foi a queda de popularidade da presidenta, considerando o percentual da população que avaliava o seu governo como ótimo ou bom, que em julho de 2013 já havia caído de 55% para 31% em relação ao mês anterior (CNI/IBOPE, 2013).

Gohn (2014) percebe a existência de um alinhamento entre as manifestações que aconteceram em Junho de 2013 com manifestações de grupos de indignados em várias regiões do mundo, especialmente no que concerne ao território onde elas aconteceram, em geral, praças, parques, ruas e avenidas. Ela analisa manifestações ocorridas entre 2010 e 2013 em cidades como Madri, Frankfurt, Istambul, Túnis, Cairo, Nova York e Atenas, demonstrando que é fato comum o uso do espaço público, geralmente lugares emblemáticos para a memória da população local e espaço estratégico de acesso. Ademais, esclarece que manifestar-se nesses espaços “deixou de ser ato apenas de combate a regimes autoritários, ou campo para sindicalistas, estudantes ou moradores da periferia” (GOHN, 2014, p. 12).

Ocorrendo em diversas cidades Brasil, as Manifestações de Junho de 2013 tiveram duas fases distintas, ainda que conectadas. No primeiro momento, em cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, tinham sujeitos, pautas e opositores bem delimitados, mobilizando-se em levantes contra o aumento das tarifas do transporte público. O Movimento Passe Livre (MPL), movimento social organizado, promoveu as primeiras manifestações do grupo de estudantes pertencentes à esquerda paulistana, que lutavam por tarifa zero nos transportes públicos urbanos e foi alvo de violência em confronto com a Polícia Militar (SINGER, 2018).

Mobilizando-se através das redes sociais, as próximas convocações contaram com um número cada vez maior de manifestantes, que já representavam aproximadamente 20 mil pessoas, mesmo com ferrenhas críticas da mídia e do governo de São Paulo.

As opiniões raivosas disseminadas na mídia transformaram-se em ações violentas pela Polícia Militar (PM), que seguiam a concepção do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de que a ação de “baderneiros” destruindo o patrimônio era “intolerável” (WAINER, 2014). A ação da PM se utilizou de uso desmedido da força, lançando bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha em manifestantes, jornalistas e pedestres, sendo que justamente um repórter fotográfico chegou a perder a visão do olho esquerdo (SINGER, 2018, p. 104). Tamanha violência policial chamou a atenção da população para aqueles atos, mobilizando a opinião pública nas redes sociais e, inclusive, da mídia, que passou a denunciar as agressões e perceber o potencial de crítica ao governo.

Conforme Souza (2016), no dia 17 de junho o panorama foi completamente mudado, passando os noticiários a divulgarem os protestos como pacíficos, tendo a bandeira brasileira como seu símbolo. As pautas de reivindicação já não estavam mais voltadas apenas ao aumento da passagem, ampliando-se para outras demandas, “como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido ainda abstrato, contra a corrupção” (SOUZA, 2016, p. 90). Na ocasião, os manifestantes foram divididos entre “pacíficos” e “vândalos”. Também a resposta governamental mudou o tom neste mesmo dia, quando o governador de São Paulo afirmou que os protestos “fortalecem a democracia” e a presidenta Dilma que os protestos são “legítimos” (FIGUEIREDO, 2014, p. 18).

Nesse segundo momento as manifestações se tornam massivas, levando mais de um milhão de pessoas às ruas, em 75 cidades, no dia 20 de junho (FIGUEIREDO, 2014). eclodiu um levante inaugural e espontâneo de proporções gigantescas, em que os grupos identificados com posições políticas liberais e conservadoras se viram autorizados a ocuparem as ruas que, até então, eram espaço privilegiado das lutas sociais da classe trabalhadora e dos chamados novos movimentos sociais⁴⁰. Ainda que o início das manifestações deite raízes nos levantes ocorridos em grandes cidades contra o aumento da passagem do transporte público coletivo transmutaram-se em atos contra o governo, a corrupção, partidos políticos e seus representantes,

⁴⁰ Segundo Montañó e Duriguetto (2010), os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiram na segunda metade do século XX, tendo, por vezes, o objetivo de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos, somando-se à essas lutas, ou, por outro lado, como alternativas aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda.

denúncia dos serviços públicos precários, críticas à Copa do Mundo de 2014⁴¹ etc.

O MPL saiu de cena ao justificar que “grupos conservadores se infiltraram nas manifestações” defendendo propostas que não os representavam, pois demandavam pautas como a redução da maioria penal além de agredirem militantes de partidos políticos (KREPP, 2013). Convocados por grupos emergentes em redes sociais, tais grupos, em sua maioria jovens sem militância anterior, ocuparam as ruas sem um direcionamento político, em defesa de pautas pulverizadas.

As mudanças de direcionamento das manifestações revelam, segundo Souza (2018), a força do pacto conservador brasileiro contemporâneo, tendo a “classe média verdadeira” assumido o protagonismo do movimento com apoio da mídia nacional. Foi nesse momento que as pautas tipicamente populares, por melhor transporte, saúde e escolas, deram espaço para as heroicas e politizadas denúncias da corrupção do Estado – digo, do PT –, fator responsável pela redução de seus privilégios.

O drástico reposicionamento da mídia na cobertura das manifestações, a participação das classes médias tradicionais e a incorporação de pautas distanciadas da origem dos movimentos, disputaram e readequaram o sentido das lutas sociais em direção a uma programática difusa. Conforme Melo (2016, p. 70), enquanto a esquerda, incluindo o MPL, era expulsa com suas bandeiras vermelhas, uma multidão com as cores da seleção de futebol “se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia”. Considero que Junho de 2013 foi o momento em que a “direita” conservadora reemergiu na cena política das ruas, corroborando para o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista, o que culminaria em uma convergência de crises, as quais desaguaram no *impeachment* da presidenta Dilma em 2016.

Os protestos de Junho de 2013 tiveram rebatimentos nas eleições de 2014, quando Dilma foi reeleita no segundo turno com uma pequena diferença de votos em relação a seu opositor Aécio Neves. O então golpista aspirante despontou como liderança política da direita, influenciando para que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) demandasse uma auditoria no sistema eleitoral. Segundo o Partido, foram recebidas pela coordenação da campanha “um conjunto de várias questões [...] que haviam sido enviadas por milhares de eleitores, as quais envolviam desde descrição de vulnerabilidades e hipóteses de fraudes até denúncias documentadas sobre ocorrências indevidas” (PSDB, 2015). Ao fim, a auditoria não

⁴¹ Tendo sido decretada, inclusive, a Lei nº 12.663/2012, com vistas à regularização de grandes eventos realizados no Brasil, como a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e a Jornada Mundial da Juventude 2013.

localizou fraude nas eleições de 2014, mas o resultado do pleito gerou grande divisão e criou “no imaginário da sociedade a figura do grande causador dos problemas nacionais: a corrupção” (GOHN, 2017, p. 60).

Em 2015, após a reeleição, a crise se manteve quando grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Revoltados Online⁴² convocaram, através das redes sociais, protestos solicitando o *impeachment* de Dilma e em defesa da Operação Lava Jato, que investigava políticos envolvidos em esquemas de corrupção. Nesse momento, a queda de popularidade da presidenta caiu drasticamente, refletindo no rápido crescimento da rejeição do seu governo⁴³. As manifestações contaram com participação maciça da população, inclusive dos segmentos que acessaram direitos através dos programas desenvolvidos pelos governos petistas, como elucidada a Profissional 8:

Agora a população que mais foi beneficiada com os programas sociais durante esses governos se revolta e toca ovo na caravana do Lula por onde ele passa, e os ruralistas dão tiro e dão de relho e botam a correr, mas nunca fizeram isso com o bonito, rico e corrupto Aécio Neves com seu bom apartamento, entre tantos outros imóveis na zona sul do Rio de Janeiro. Por que é que se autorizam, não é? Por que é que se autorizam a fazer isso com a dita esquerda mas nunca fizeram isso com ladrão de direita? É estranho, não é? Por que? Por que a mídia tá insuflando todos os dias, todos os dias. Então assim: sim, roubaram. Veio muito dinheiro pra saúde e assistência? Sim. Pobre nunca teve tanto benefício, tanto acesso a políticas públicas como na era Dilma-Lula? Sim. Sim, houve corrupção, sim, foi comprovado e coisa e tal. Mas, pelo menos corrompeu, mas deu um pouquinho da produção socialmente produzida no país pra quem nunca teve (PROFISSIONAL 8, 2018).

A maior parte das profissionais entrevistadas reconheceram mudanças significativas na sociedade brasileira no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo e fizeram parte do segmento chamado por Gohn (2017, p. 62-63) de “antigolpe”, em oposição aos “novíssimos movimentos sociais” criados em 2014 que pautavam o *impeachment*. Essa amostra representa a perspectiva crítica hegemônica no Serviço Social, que se posicionou de forma incisiva contra o Golpe, assim como outros segmentos profissionais que atuaram diretamente no campo social e político, sobretudo no âmbito da formação em universidades públicas⁴⁴.

⁴² Tais grupos se autodenominam como apartidários, mas receberam apoio de partidos como DEM, PSDB e PMDB, bem como financiamento e articulação de ONGS estrangeiras que patrocinam “intelectuais” para aglutinar consensos nas redes e movimentos para incendiar as ruas (MARIN, 2016).

⁴³ Conforme pesquisa Datafolha (2015a) realizada em agosto de 2015, a reprovação ao governo Dilma Rousseff atingiu o patamar mais alto (71%) desde que a petista tomou posse, em 2011. Isso a colocou como uma presidente mais impopular que Fernando Collor, que em setembro de 1992, pouco antes de ser afastado da Presidência da República, tinha 68% de reprovação, e que José Sarney, que em setembro de 1989 também era reprovado por 68%.

⁴⁴ Assim como o CFESS, também o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou sobre a conjuntura política e social brasileira no momento de Golpe em uma nota de repúdio (CFP, 2016). No mesmo período, alastraram-se cursos de extensão e disciplinas nas Universidades públicas sobre o Golpe de 2016, sendo a primeira deles a disciplina no curso de graduação em Ciência Política “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”,

Perseguindo o conjunto de crises que culminaram na deposição da presidenta, a base real em que as manifestações foram pautadas tem estreita relação com o **processo de desaceleração econômica** durante os mandatos de Dilma, alinhado às oscilações de “humor” do mercado, cada vez mais pessimista em relação à economia do governo. O Brasil, na qualidade de país dependente, não esteve imune à crise do capitalismo neoliberal, manifesta mais profundamente com a explosão da bolha financeira em 2008/2009 nos Estados Unidos, vindo se desdobrando nos anos consecutivos (ALVES, 2016).

Para o capital, tal crise representou não um momento de estagnação e queda, senão uma oportunidade de recomposição do sistema a um patamar superior, sob o custo de políticas de austeridade que vêm se aplicando na América Latina nesta metade da década de 2010, em uma nova ofensiva neoliberal. Para Alves (2016), essa reação significou “[...] tomar as rédeas de governos neodesenvolvimentistas – por eleições ou por golpes de Estado – aproveitando-se, principalmente, das debilidades orgânicas de experiências progressistas”, afeitas ao reformismo fraco lulista que não conseguiu romper com a lógica neoliberal no âmbito estatal. Eis a contradição central do neodesenvolvimentismo: ter implementado uma política externa contra-hegemônica ao poder do Dólar, ao mesmo tempo que não descontinuou com a direção neoliberal dos governos anteriores.

Desde o início de seu mandato, em 2011, Dilma enfrentava o desafio de manter a estabilidade econômica ante as crises mundiais, utilizando-se de medidas intervencionistas que confrontavam o poderoso setor financeiro e rompia, de certo modo, com a lógica consensual que permeou o governo de seu antecessor. Promovendo a chamada “nova matriz econômica” (MANTEGA, 2012), o governo impulsionou mudanças para manter o patamar de crescimento econômico alçado em 2006, recuperando as taxas em um contexto de crise internacional. Todavia, conforme Nobre (2013), o pacto de crescimento nesse momento já não poderia ser mantido nos níveis em que terminou o governo Lula, pois repercutiria no aumento da inflação ou estrangulamento da infraestrutura, sendo que “O estímulo ao crédito e o aumento da renda têm de ser substituídos por uma mudança estrutural do aumento da taxa de investimento” (NOBRE, 2013, p. 135).

Essa mudança, segundo Singer (2018), ainda que mantenha o propósito lulista de conciliação entre forças díspares, foi aplicada por Dilma de forma diferente do pacto conservador capitaneado por Lula, quando ela optou por confrontar o núcleo que organizava o capital financeiro, intervindo no motor da atividade capitalista, o lucro. Para Nobre (2013),

Dilma confrontava em vez de contornar, tendo se colocado como representante do “povão” dentro do sistema político pemedebista.

Em 2012, no lançamento do segundo pacote de proteção à indústria, Dilma anunciou que faria com que as empresas tivessem acesso a um custo de capital menor, acionando logo em seguida o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Estes procederam a uma redução substancial nos juros e elevaram os limites de várias linhas de crédito, acirrando a concorrência com bancos privados, que se viram ameaçados a perderem faixas do mercado, empenhando-se em derrubar o então ministro da fazenda Guido Mantega (SINGER, 2018).

Não obstante a contradição que esse enfrentamento representa, Sampaio Jr. (2017) afirma que a redução dos juros foi uma estratégia que se manteve isolada de iniciativas que limitassem a mobilidade de capitais e abrissem espaço para investimentos, não passando de “[...] um expediente desesperado para dar fôlego adicional à estratégia de mitigar as tendências recessivas pelo aumento do endividamento das famílias” (SAMPAIO JR., 2017, p. 173). Essa estratégia fracassou junto a outras medidas paliativas, como a desvalorização do real, a desoneração da folha salarial e redução de tributos dos produtos industrializados, expondo a crise a partir do momento em que o crescimento econômico deixou de apaziguar as contradições entre capital e trabalho.

Até o final de 2012, mesmo com esses impasses, o ambiente permanecia favorável para a governabilidade da presidenta, que pronunciava, em 23 de janeiro de 2013, ações como sua assinatura no “ato que coloca em vigor [...] uma forte redução na conta de luz de todos os brasileiros” (ROUSSEFF *apud* SINGER, 2018, p. 52). Para manter o acordo político do governo Lula, Dilma precisou repactuar com os agentes da política econômica em um momento de recessão, sem conseguir conter gastos de modo radical em função das obras de infraestrutura com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016, dentre outros fatores (NOBRE, 2013).

A dependência do país em relação ao que acontece em âmbito internacional se mostrou reavivada diante da reverberação da crise, especialmente na queda dos preços das *commodities* (matéria-prima) no mercado externo. Após os dois primeiros anos do mandato de Dilma, um rápido declínio ocorreu diante da anunciação de que a inflação estava sendo mantida pela política monetária, fazendo com que os investidores apostassem na alta dos juros. Sampaio Jr. (2017) explica que as ilusões sobre a situação econômica do país, que estava camuflada até esse momento, se dissiparam quando os EUA anunciaram a disposição de elevar os juros no segundo trimestre de 2013.

Nesse contexto, a retomada dos ajustes econômicos com a inversão nos fluxos de capitais internacionais reavivou o espectro da crise, aprofundando o caráter subdesenvolvido

da economia brasileira e corroendo de forma definitiva a capacidade de conciliar crescimento econômico com “paz social” (SAMPAIO JR., 2017, p. 178). As manifestações de junho de 2013 e a polarização nas eleições de 2014 foram os sintomas mais evidentes de que o neodesenvolvimentismo se esgotava como estratégia de conciliação de classes, que só servia enquanto a autonomia concedida ao Estado não interferisse na hegemonia dos interesses da elite econômica. Dilma herdou problemas estruturais no setor econômico, como a desindustrialização nacional e a modernização dos padrões de consumo deslocada para o sistema produtivo exterior, não conseguindo modificar a desigualdade endêmica que ainda assola o país.

Conforme dados disponibilizados pelo Banco Mundial, de 2014 para 2015 o PIB do Brasil teve uma queda brusca de 3,77%, dificultando ainda mais a continuidade de políticas de redução da pobreza. As políticas de transferência de renda, a redução nas taxas de desemprego e o aquecimento do consumo interno, não modificaram substancialmente a vida da vasta população que vive na pobreza, fruto da desigualdade social, de modo que em 13 anos de governos petistas esses sujeitos ainda necessitam de renda suplementar para garantirem sua sobrevivência. Em suma, a primazia em alcançar o almejado crescimento econômico pouco mudou o bem-estar e a vida cotidiana dos que estão no polo desfavorável da desigualdade.

A crise econômica que impunha uma nova relação do PT com os setores populares também repercutiu na perda de apoio social, afluída em 2015. Segundo Valente (2017, p. 62), “A queda no consumo, o aumento do desemprego e o endividamento das famílias gerou distanciamento e crítica. A classe média, principal polo de oposição ao governo, passou a ter uma postura mais agressiva e a engrossar as manifestações de rua”. As principais críticas nas manifestações nos anos 2015-2016, que já pediam o *impeachment* de Dilma, estavam alinhadas à culpabilização do governo pelo fato da economia estar indo mal, em consonância com o que ocorria em outras partes do mundo, bem como pela reprimenda seletiva aos escândalos de corrupção que voltavam sua atenção para os integrantes do partido da presidenta.

Como lembra Costa (2017), a crise econômica foi a responsável pelo (re)surgimento da extrema direita na Europa e em outras regiões, a exemplo do Brexit e do Trump, no que acrescento a valorização de discursos extremistas como o de Bolsonaro, no Brasil. Na perspectiva desse segmento, o Estado representaria o sinônimo da má gestão, culpabilizado pela crise econômica, além de ser agente de desvio de recursos públicos, sendo necessária a eleição de candidatos “antipolíticos” para ocuparem cargos políticos, que representem a ética, o crescimento e a ordem. O candidato perfeito, conforme Souza (2018), surgiria no aparato de órgãos do governo e do judiciário que instauram a desconfiança na política e apontam a

necessidade de instauração de um poder que resguarde os interesses dos ricos e poderosos.

Os **escândalos de corrupção** envolvendo integrantes da base aliada do governo ou de membros do PT, que já vinham sendo expostos desde 2005 com as denúncias de compra de votos de parlamentares denominada de “Mensalão”, continuaram a brotar no governo da presidenta, que após cinco meses de seu primeiro ano de mandato teve de mudar de governo com a demissão do chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Este fora acusado de enriquecimento ilícito e sonegação de informações sobre seu patrimônio e, apesar de ter tido o inquérito arquivado, foi demitido por Dilma que o substituiu pela senadora Gleisi Hoffmann, mais afinada com sua política.

Logo em seguida a presidenta teve de transferir e demitir outros tantos ministros em seu governo, diante de denúncias de corrupção, a exemplo do ministro dos Transportes, do Esporte e o secretário executivo do Ministério da Agricultura. Segundo Abranches (2018), havia evidentes falhas de articulação política que se evidenciavam na inconformidade dos objetivos da governante com os partidos de coalizão, no que diz respeito ao controle das políticas e recursos públicos. Todavia, a crise dos ministérios não afetou a aprovação da presidenta, que em abril de 2012 chegava a uma popularidade líquida de 86%, o que a “[...] blindava na macropolítica, impedindo ações de parlamentares que pudessem abalar seu governo” (ABRANCHES, 2018, p. 279).

As ações de enfrentamento à corrupção se seguiram quando o Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro de 2012, decidiu cassar os direitos políticos de três parlamentares condenados na ação penal 470, do mensalão, o que causou conflitos com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT). Em meio à tensionada campanha presidencial de 2014, a ação penal referente ao mensalão chega ao fim com a condenação de 24 dos 37 réus. Todavia, um esquema de corrupção política considerado ainda mais extenso estava sendo desvendado nas investigações, que levariam à Operação Lava Jato, sobre o pagamento de propinas na Petrobrás. Foi a partir destes escândalos relacionados à Petrobrás – em articulação com a crise econômica e política que já se mostravam graves – que a aceitação da presidenta foi substancialmente abalada, de modo que, segundo Abranches (2018), em junho de 2014 a popularidade líquida de Dilma caiu para 8%.

A pauta da corrupção passou a ser central com o avanço das investigações já denominadas de Operação Lava Jato. Na condução desse processo, vale ressaltar o protagonismo do juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, ainda que, conforme Jardim (2017), esta não pudesse prorrogar sua competência para julgar crimes consumados em outros estados da federação. Seu intuito era criminalizar a política e a atuação parlamentar,

punindo “alguns políticos, mesmo que, para isso, tenha de deixar praticamente impunes os corruptores diretos, vale dizer, aqueles que realmente praticaram as condutas penalmente típicas” (JARDIM, 2017, p. 116).

Alinhada às manifestações das ruas, a agenda de combate à corrupção foi ponto predominante no debate político, confluindo para a queda de Dilma Rousseff, assim como em outros contextos de instabilidade da recente história brasileira, como no golpe de Estado de 1964, ou na campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello, em 1989, que sofreu *impeachment* após chegar à presidência, ironicamente, por escândalos de corrupção (HOEVELER; MELO, 2016, p. 59-60). Voltou a ser disseminada a ideia de que os agentes públicos são inteiramente corruptos, o que justificaria a privatização de empresas estatais, já que as empresas privadas estariam eximidas de tal promiscuidade. Esse tipo de avaliação desconsidera, por exemplo, a centralidade de grandes empreiteiras privadas no corrompimento, denunciadas pela Operação Lava Jato, pelo pagamento de propinas. Afirma Souza (2018):

[...] não existe outra saída para o liberalismo conservador brasileiro a não ser repetir o mesmo discurso populista e manipulador da corrupção, supostamente apenas estatal [...] Como a compreensão dos mecanismos sociais que constroem a desigualdade e a injustiça social institucionalizada é complexa e incompreensível para a multidão de pessoas que tem que levar a sua vida cotidiana, a tese do patrimonialismo e da corrupção apenas estatal resolve toda essa complexidade em uma só tacada – produzindo a ilusão de que se compreende o mundo e as causas das misérias sociais –, ao criar o “culpado” pessoalizado e materializado no Estado. Todos os problemas sociais acontecem devido à corrupção supostamente estatal (SOUZA, 2018, p. 92).

Nessa perspectiva, não se consideram as motivações estruturantes dos problemas decorrentes da desigualdade social, atribuindo-se suas causas à corrupção do Estado. Sampaio Jr. (2017) elucida que o debate sobre a corrupção nesse período não tinha a finalidade de corrigir os problemas, acabando por personalizar e particularizar os escândalos, desviando a atenção para aspectos secundários. O discurso sugeria que a corrupção, enquanto fraqueza de caráter, poderia ser corrigida caso houvesse vontade política, em conformidade com a defesa da moralidade, ocultando seu caráter sistêmico. Tal percepção, altamente divulgada pela mídia (também integrante do sistema de corrupção), teve o propósito de ofuscar as “relações que explicitam as engrenagens que subordinam os homens de Estado à lógica dos grandes e pequenos negócios” (SAMPAIO JR., 2017, p. 203).

Dessa relação, interpreto que a corrupção não é uma adjetivação própria do Estado, ou mesmo deste em sua relação com os agentes privados, ainda que se configure enquanto um “sistema que aprisiona os partidos políticos da burguesia e os aparelhos de Estado aos interesses do grande capital (SAMPAIO JR., 2017, p. 204). Também não acredito que a corrupção se

justifique pelo “jeitinho brasileiro” enquanto herança colonial portuguesa (DAMATTA, 1984), ou se deva ao “homem cordial” que não conseguiria fazer separação entre o público e o privado (HOLANDA, 1995).

A corrupção é inerente e pressuposto ao próprio sistema capitalista, que manteve suas bases de sustentação intactas durante o período neodesenvolvimentista, conquistando ganhos, em um contexto que não significou, nem de longe, uma alternativa em direção à outra sociabilidade. Concordo com Badiou (2017, p. 17) quando o autor expressa que lhe causa estranhamento o fato de a corrupção causar escândalo, já que, no que diz respeito a sociedade capitalista, ela é a sua lei íntima:

Numa sociedade que aceita aberta, explicitamente, e de maneira – é preciso dizer – amplamente consensual que o lucro seja o único motor viável para fazer funcionar a coletividade, pode-se dizer que a corrupção está na ordem do dia de maneira imediata. Afinal, se ganhar o máximo de dinheiro possível é a norma, fica difícil dizer que não é verdade que todos os meios sejam válidos (BADIOU, 2017, p. 17).

Quando se considera que a corrupção é o maior problema do país, tendo sido objeto de escândalo sobretudo a partir de junho de 2013⁴⁵, e não se atribui qualquer questionamento à própria lógica do sistema capitalista, as denúncias não significam a verdadeira revelação de um “mal oculto”, tampouco transformação da realidade com a punição de alguns “bodes expiatórios”. Ao contrário, o real é ainda mais escamoteado diante da irreversibilidade do quadro onipresente da corrupção, que não pode ser liquidada em uma sociedade que tem como máxima a aquisição do lucro, sendo livre o uso de quaisquer meios de exploração da força de trabalho.

As denúncias de corrupção, em confluência com a crise econômica e as grandes manifestações que repercutiram na impopularidade da presidenta, desembocaram em uma profunda **crise política**, a qual dificilmente poderia ser contornada pela presidenta, que já apresentava dificuldades de interlocução para manutenção do governo de coalizão. O presidencialismo de coalizão se trata, segundo Abranches (2018), de uma estratégia que nasceu em 1945, foi interrompido no período ditatorial, e foi reinventado e praticado de 1988 até os dias atuais, que combina o presidencialismo, o federalismo e o governo por coalizão multipartidária. Segundo ele, as falhas desse modelo político se mostraram evidentes na crise política, que desde o final da eleição de 2014 agravou o descrédito social da representação política.

⁴⁵ Uma pesquisa Datafolha (2015b) realizada em novembro de 2015 evidenciou que 34% dos eleitores colocavam a corrupção como o principal problema do Brasil, taxa que coloca o tema pela primeira vez, de forma isolada, no topo dos principais problemas do país, ficando a saúde em segundo lugar com 16%.

Está situado na instabilidade política, a articulação para efetivação do Golpe de 2016. Principalmente após a reeleição da presidenta Dilma em 2014, o projeto neodesenvolvimentista e seu arcabouço de proteção social entraram em processo de esgotamento, diante das crises pelas quais a governabilidade esteve submetida. Concomitantemente, houve o fortalecimento do pensamento conservador reacionário, que ganhou amplo espaço nas ruas (articulado pela grande mídia, empresariado, determinados grupos religiosos etc.). Contraditório é que os principais atores dessa ofensiva conservadora mais reacionária não reconheceram que o neodesenvolvimentismo, ainda que ofertasse algumas concessões de cunho social, fazia a defesa dos interesses das classes dominantes e trabalhava, essencialmente, pela manutenção das suas riquezas.

As manifestações e a cobertura seletiva da mídia sobre os escândalos de corrupção, alinhadas à crise econômica e o ajuste efetivado por Dilma, deixaram “[...] isolada sua base de apoio e colocou à prova o apoio de setores conservadores que estiveram no governo justamente para se beneficiar da popularidade adquirida e das benesses do poder” (VALENTE, 2017, p. 62). Nesse contexto, houve desmobilização das forças progressistas, que não se viam em número suficiente para frear o Golpe diante do exponencial crescimento do pensamento conservador. Este, ganhava terreno diante das crises de governabilidade de uma suposta esquerda que, na verdade, aderiu ao modo tradicional de se fazer política.

O cenário político brasileiro na primeira metade do ano de 2016, tornou nítido os contornos de mudança que se desenhavam com maior intensidade desde a reeleição da presidenta Dilma, em 2014. Findo o último processo eleitoral, a recondução da presidenta foi marcada por protestos, bem como a não aceitação do resultado tanto por setores da sociedade como pelo partido derrotado, o PSDB, o qual solicitou inclusive que o pleito fosse auditado, como mencionado. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, aberto em dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, culminou no seu afastamento definitivo em agosto de 2016, indicou o desfecho do projeto político em curso frente a perda de apoio político, econômico e social.

Apesar de todo o processo ter se realizado dentro da legalidade formal, foi possível identificar, gradativamente, que ocorreu no Brasil um verdadeiro Golpe de Estado. Como o afirma Freixo e Rodrigues (2016, p. 12-13), não foi um golpe nos moldes tradicionais, com uso da força, mas através de outros órgãos do Estado. O governo petista foi derrubado pela articulação jurídica, técnica e política entre setores do Poder Judiciário e forças políticas conservadoras do parlamento, ficando as Forças Armadas em uma posição de aparente neutralidade.

A espetacularização do processo ficou a cargo da mídia, que há muito já vinha publicizando informações manipuladas com intento golpista. Segundo Vianna (2018), foi a campanha prévia de agitação promovida pela mídia nas ruas que possibilitou o Golpe de 2016, ao destacar o papel da Globo tanto na derrubada de Dilma quanto na interdição de Lula. Para tanto, três movimentos midiáticos foram imprescindíveis ao Golpe: primeiro, a chamada para as manifestações de 2015, que já preparavam o caminho para o *impeachment* de Dilma; a cobertura jornalística sobre a condução coercitiva de Lula em direção à sua prisão; e, por fim, na divulgação dos grampos liberados ilegalmente por Moro, que buscavam impedir que Lula se tornasse ministro. Assim, “o monstro midiático criou a narrativa das ‘famílias nas ruas contra a corrupção’, com ela encorajou parlamentares, juízes, promotores e delegados a agir fora da lei” (VIANNA, 2018, p. 99).

Não obstante do ponto de vista formal todos os procedimentos tenham sido seguidos, e isso justificaria a legalidade do impedimento, os fatores reais que confluíram para a derrubada de Dilma não foi o que lhe imputaram, qual seja, crime de responsabilidade pela abertura de crédito suplementar. O próprio voto dos deputados, em 17 de abril de 2016, comprova a assertiva ora levantada, tendo em vista que mencionavam a corrupção, crise econômica, desemprego, anti-petismo etc., quase nada abordando o mérito do julgamento, que seria as ditas “pedaladas”. Televisionada em sua integralidade, foram 367 votos favoráveis contra 137 votos contrários à admissibilidade do processo de *impeachment* na sessão da Câmara, que seguia para o Senado à decisão final, que tiraria Dilma da presidência.

A interlocução da crise política com o avanço do conservadorismo se evidencia no destaque da caricata participação dos deputados federais evangélicos. Segundo Prandi e Carneiro (2018), o encaminhamento do processo de *impeachment* pelos votantes na Câmara foi de 93,8% entre os que compõem a Frente Parlamentar Evangélica e de 67,7% entre os demais deputados, o que demarca o lugar da orientação religiosa no processo em questão. Dentre as razões apontadas, os autores destacam: a) a referência à base eleitoral, destacando “o meu lugar”, citada por 321 deputados ou 62,8% deles, isto é, por mais da metade da Câmara; b) a valores como família, vida, esperança e fé, contabilizada em 136 casos, ou 26,6% dos 511 votantes; c) pela democracia, citada por 17,8% dos deputados; d) alusão a Deus e a certas igrejas e denominações religiosas, com 9% de citações.

Tais dados revelam que a existência ou não das pedaladas fiscais não é, em si, o que estava em jogo na admissibilidade do *impeachment* da presidenta. As razões alegadas para a instauração do processo, conforme Prandi e Carneiro (2018, p. 18), eram “de ordem administrativa, e remeteram a ideais e valores de ordem moral, sobretudo a defesa da moral

tradicional, que estaria em perigo com a continuidade do governo de Dilma Rousseff”. E é importante destacar que a dita Bancada Evangélica, em comparação com os demais grupos, votou apoiada mais veementemente em justificativas afinadas com o universo da tradição e da moral, e menos com valores democráticos.

No bojo do pensamento conservador, é preciso ponderar acerca de um elemento de incerteza histórica, ainda que constitua uma hipótese válida à confluência de fatores que repercutiram na queda de Dilma, que tocaria o fato de ser mulher. A herança patriarcal é um ponto a se considerar na análise do esgotamento da governabilidade de Dilma, o que evidencia a misoginia por trás das agressões direcionadas à mulher que, eleita democraticamente, exercia o poder político:

Teve uma coisa também que foi esquecida: mulher. Foi esquecido. “Desde quando nós vamos ser dirigidos por uma mulher?” Porque sempre foi com homens. Não havia nenhum motivo sério no processo constitucional pra tirar ela. É o golpe branco. O golpe armado bota as tropas na rua e acaba com a festa, mas esse é um golpe branco (PROFISISONAL 1, 2017).

O fato de uma mulher ter alçado ao mais alto cargo político no país, eleita democraticamente pelo voto popular, “representou um ataque a este sistema que tem o patriarcado em seu alicerce” (MENICUCCI; MARTIM, 2018, p. 144). O caráter misógino do golpe foi exposto na mídia tradicional, que muito criticava as condições emocionais da presidenta, nas redes sociais, onde era possível visualizar uma diversidade de textos e imagens que a difamavam com xingamentos de viés sexual, bem como ficou estampado nos repugnantes adesivos de carro que simulavam o seu estupro.

A imagem conservadora e patriarcal do golpe pode ser lembrada na posse dos ministérios de Michel Temer, que não contou com nenhuma mulher ou pessoa negra. O encerramento do neodesenvolvimentismo, por meio de um golpe perpetrado majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais, religiosos, alinhados aos interesses da elite econômica, pela sua própria autoria, coincide com a ascensão do conservadorismo nas suas diversas vertentes. Na verdade, a proposta neodesenvolvimentista carregou materialmente o seu algoz, na medida em que manteve as bases de reprodução do capital em pleno funcionamento, aceitando suas contradições inerentes. Diante da fragilidade na implantação de mudanças significativas na estrutura econômica, não promovendo qualquer movimento de rompimento com a ordem ou seus valores centrais, é que tal projeto desenhou seu próprio fim.

3.2 As representações do conservadorismo no contexto de retrocessos

Se a um fascista é concedido cargo alto e voz viril
 Vai lucrar do desespero, tal loucura já se viu
 Bolso dele sempre cheio, nosso copo anda vazio
 Mesquinhez e intolerância, bolso nada que pariu
 (FRANCISCO EL HOMBRE, 2016).

Os fatos políticos e as ações jurídicas, partidárias e midiáticas que conjuntamente culminaram no Golpe de 2016 são, todas elas, dotadas do elemento ideológico que permeou os últimos acontecimentos da realidade brasileira: o pensamento conservador⁴⁶. O conservadorismo, que sempre esteve presente na realidade brasileira, se fortaleceu na medida em que as estratégias de uma suposta esquerda se mostravam ineficazes para manutenção do poder do capital, diante de mais uma decaída proveniente de sua crise estrutural, cumulado ao incômodo gerado nas elites pelo reconhecimento estatal de mínimos direitos às populações subalternizadas.

Tanto na imediatividade da realidade brasileira nesta década de 2010 como na cotidianidade do trabalho profissional de assistentes sociais, é possível observar a presença do fenômeno do *conservadorismo*. Este se mostra, sobretudo, no obscurantismo do outro, que não deve ter reconhecido o direito à diferença, bem como na tentativa de travar mudanças sociais que retirem qualquer privilégio das elites. Ainda que os governos encabeçados pelo PT não tenham efetuado transformações decisivas nesses aspectos, o pensamento conservador tem se manifestado de forma reativa ao que representaria uma miragem da esquerda, orientando a defesa da manutenção das relações postas na sociabilidade capitalista, travando qualquer processo contra hegemônico que ameace a ordem do capital e negando as necessidades dos diferentes segmentos, o que remete a uma invisibilidade das demandas por reconhecimento.

Uma pesquisa realizada pelo Ibope comparou o índice de conservadorismo da população brasileira nos anos de 2010 e 2016, revelando que 54% dos brasileiros podem ser considerados altamente conservadores, sendo eles em sua maioria os homens, os menos escolarizados e os evangélicos (IBOPE, 2017). A pesquisa chegou à conclusão de que a favorabilidade a algumas questões polêmicas, que remetem ao conservadorismo, aumentou significativamente entre os anos correspondentes. As manifestações políticas da “direita” nas ruas em março e abril de 2015, ligadas ao *impeachment* de Dilma, servem como termômetro para identificar o recrudescimento do conservadorismo no Brasil.

⁴⁶ Aqui, o conservadorismo é entendido como um fenômeno histórico que se explica pela supervalorização da ordem, das instituições e tradições, alinhado à aversão por transformações de caráter revolucionário.

Conforme a indigitada pesquisa, o apoio à pena de morte pulou de 31% em 2010 para 41% em 2016; a favorabilidade da redução da maioria penal, cresceu de 63% para 78%; a defesa da prisão perpétua aumentou de 63% para 78%. Em 2016, 78% da população se posicionou contra a legalização do aborto e 44% contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo (IBOPE, 2017). Na pesquisa de campo que integra esta tese, dentre 8 profissionais entrevistadas, 3 são contra as cotas raciais (inclusive 1 negra), 2 favoráveis à redução da maioria penal (inclusive 1 que trabalhou no sistema socioeducativo voltado para adolescentes em conflito com a lei), 1 contra a legalização do aborto e 1 contra união homoafetiva.

No cotidiano⁴⁷ de trabalho das assistentes sociais entrevistadas nesta pesquisa, foram citadas repercussões da conjuntura que se manifestam nas ações institucionais e profissionais, bem como no posicionamento dos usuários dos serviços, que podem ser remetidas a pautas consideradas conservadoras, como o assistencialismo, o trabalho voluntário e o retorno a práticas caritativas/filantrópicas. Esse contexto de avanço do conservadorismo repercute diretamente na atuação das assistentes sociais, como afirma uma das entrevistadas, ao aduzir que o que está “[...] na ponta desse conservadorismo é o assistencialismo, é a manutenção da pobreza, da subalternidade” (PROFISSIONAL 3, 2018).

Por outro lado, ao invés de promover espaços de resistência por meio do exercício profissional, há os que reforçam práticas que remetem a um retorno às origens do Serviço Social. É possível compreender que existem elementos de imediatividade com que a assistencial social lida no seu dia-a-dia que reforçam uma visão conservadora, como se observa da fala de outra das entrevistadas:

Conservadorismo pra mim tem muita relação com assistencialismo, [...] eu não vejo como fazer o Serviço Social sem nós começarmos pelo assistencialismo. Eu não tenho como atender um usuário que está morrendo de fome ou que não tem onde morar, primeiramente [...] (PROFISSIONAL 2, 2018).

Considerando que tais manifestações do pensamento conservador integram a realidade e a profissão, mas apenas de modo parcial, faz-se necessária a busca pela “coisa em si”, que só pode ser conhecida através da unidade entre fenômeno e essência. Para tanto, além de se realizar uma leitura das manifestações cotidianas que exprimem o avanço do conservadorismo nessa quadra histórica, é necessário destrinchar seus elementos fundantes, sua origem na sociedade brasileira e as razões do seu ressurgimento.

⁴⁷ “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico” (HELLER, 2008, p. 31).

Dentre as múltiplas manifestações conservadoras, a primeira delas que me vem em mente, trata-se da figura política do presidente eleito Jair Bolsonaro (2019-2022), por conta do seu posicionamento despótico frente a diversas pautas, tendo sido considerado “ultraconservador”, extremista e fascista pelos seus críticos. Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, a Profissional 6 (2018) declarou que o considera “um lunático”, enquanto a Profissional 2, negra, afirma que: “Eu não gosto dele porque ele é uma pessoa intolerante, ele é uma pessoa racista, não adianta me dizer que ele não é” (PROFISSIONAL 2, 2018).

Algumas falas do próprio Bolsonaro ilustram essas impressões. No programa CQC, da Band, em 2011, Bolsonaro afirma: “Eu não corro esse risco, meus filhos foram muito bem-educados” (BOLSONARO *apud* CASTRO, 2011), em resposta a Preta Gil, sobre o que faria se seus filhos se relacionassem com uma mulher negra ou com homossexuais. Em outra ocasião, em um pronunciamento de campanha eleitoral na cidade de Campina Grande/PB, em 2017, ele é ovacionado por declarar: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. [...] as minorias têm que se curvar para as maiorias” (BOLSONARO *apud* BARBOSA, 2017).

Tais declarações, dentre tantas outras de cunho conservador, fazem com que as opiniões sobre tal figura política transitem entre dois extremos: há aqueles que, imbuídos pela racionalidade do senso comum imediatista, se identificam com seus discursos e passam a reproduzir as concepções autoritárias pelas quais Bolsonaro tem estado em evidência; por outro, há os que tecem ferrenhas críticas, mas desconsideravam a forte influência que as pautas conservadoras, proferidas por ele, imprimiam no cotidiano dos ditos “cidadãos de bem”. Neste último segmento, que viu sua derrota nas eleições à presidência em 2018, encontram-se tanto os sujeitos alinhados à pautas mais progressistas, quanto alguns pertencentes a uma “direita” que se considera mais “intelectualizada”⁴⁸.

A representatividade conservadora no cenário político tem colocado em destaque aspectos que já estavam presentes no cotidiano da realidade brasileira, mas que, neste momento histórico, exsurtem com força e sem receios. Parte da sociedade parece reproduzir despidoradamente preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e

⁴⁸ Aqui, destaco o conflito existente entre Bolsonaro e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciado quando em entrevista à TV Bandeirantes, em 1999, Bolsonaro afirmou que seria impossível mudar o Brasil por meio do voto: “Você só vai mudar, infelizmente, quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando 30 mil, e começando por FHC” (BOLSONARO *apud* TREVISAN, 2017). FHC, por sua vez, lançou várias críticas à candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018 à presidência da república, afirmando que “precisamos de alguém que não seja bizarro, que fale com as pessoas” (CARDOSO *apud* BITTENCOURT, 2017), em referência ao então presidenciável.

naturalizadas. Isso se deve, em grande parte, pela pontualidade das respostas dadas pela governabilidade neodesenvolvimentista às questões estruturais, sem uma refundação das bases sociais, econômicas e culturais que convergem para a manutenção da sociabilidade capitalista. Nesse contexto de crise, a profissional afirma que:

As crises no Brasil, assim, elas são cíclicas, né? Elas são cíclicas e agora não é uma crise do Brasil, é uma crise mundo. A gente tem uma volta do conservadorismo no mundo todo. As ideologias sempre fazendo com que a população mundial, pela questão dos reflexos da crise e do capitalismo cada vez mais feroz e mais cruel, acabe chancelando que sim, o bom é voltar, é o retrocesso (PROFISISONAL 8, 2018).

Para ela, a retomada de ideias conservadoras e retrocedentes mantém relação com a atual fase do sistema capitalista. Na mesma direção, Alves (2014b), ao fazer um balanço dos anos de governos Lula e Dilma, afirma que ocorreu no país um “choque de capitalismo” que contribuiu para a preservação e ampliação de formas arcaicas e modernas de degradação do trabalho. Para o autor, o neodesenvolvimentismo trouxe traços da “modernização conservadora” que caracteriza as sociedades de capitalismo tardio e dependente, travando avanços nas ínfimas organizações de massa e em uma esquerda com direção política capaz de hegemonizar o processo social. Os ideários de promoção da inclusão social e redistribuição de renda sem enfrentamento aos interesses do grande capital, fez com que a disputa política e a contradição de classes se tornassem uma tarefa política de difícil execução pelos setores populares, o que abriu espaço para o avanço de um Congresso conservador e resistente à reforma política capaz de representar as demandas sociais da população.

Na exaustão do projeto neodesenvolvimentista, é possível observar que, no Brasil do início desse século XXI, o pensamento conservador se constitui enquanto um fenômeno situado na história da sociedade capitalista que se manifesta, por duas características centrais: a) a invisibilidade das necessidades do outro, que devem subjugar suas diferenças aos costumes e interesses hegemônicos, já que a desigualdade seria natural e necessária; b) uma forte resistência a mudanças que, de alguma forma, representem ameaças às instituições, às tradições e à ordem capitalista.

No que diz respeito à primeira característica, conforme Barroco (2011), a legitimação conservadora se dá a partir da repressão dos trabalhadores e/ou pela criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, que militariza a vida cotidiana:

Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou existir com suas diferenças (BARROCO, 2011, p. 209).

Cabe pontuar que essa criminalização dos movimentos sociais e a brutal repressão às populações que representam o *outro* (pobres, negros, favelados, homoafetivos etc) não se deve a uma herança direta dos mecanismos de preservação da lei e da ordem, tal qual se estabeleceram em ditaduras como a de 1964. Contudo, este é um fator constitutivo da própria democracia burguesa, que altera a intensidade da aplicação dos elementos de coerção e consenso para atender as condições que tornem possível a perpetuação de acumulação de capitais. A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais representam, “sob todos os aspectos, a expressão na forma política necessária das contradições que germinam na base da sociabilidade burguesa e capitalista” (IASI, 2014, p. 103).

Os segmentos que concebem, apoiam e reproduzem os discursos extremos disseminados pelos personagens conservadores geralmente apresentam um posicionamento contrário aos avanços sociais e às políticas que visam a ampliação de direitos dos segmentos oprimidos. A contradição dessa assertiva se situa na medida em que, não pertencendo a nenhum desses segmentos, tais sujeitos opinam sobre aquilo que não conhecem ou não vivem, praticando uma lógica de inversão.

No mais das vezes, quem se coloca contra os benefícios sociais são os ricos, as cotas raciais são os brancos, contra políticas para mulheres são os homens e contra diversidade sexual e de gênero são os sujeitos heteronormativos, ainda que o discurso opressor, reproduzido da ideologia dominante, passe a ser também reproduzido pelos oprimidos. Conforme uma das entrevistadas:

Só que o que mais me intriga nisso tudo é que os detentores do poder mesmo são poucos, né? Só que eles têm tantos soldados recrutados pra enxergar na mesma ótica deles! E eu fico impressionada com o quanto isso é efetivo e eles conseguem ter sucesso no plano deles. É muito triste mas é a realidade (PROFISSIONAL 5, 2018).

Não se pode ignorar o poder de reorganização e reatualização do conservadorismo, em meio à crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas. Os segmentos dominantes chegam a se posicionar como vítimas ao referir que sofrem “heterofobia”, “racismo reverso”, “cristofobia”, dentre outras distorções que revelam intolerância com o outro e ignorância histórico-social. Badiou (2012, p. 07) chama essa distorção de “representação vitimária do Bem”, explicando que no contexto de crise da ideia comunista, que teria fracassado, esta teve de dar lugar a uma cultura que combina o culto da liberdade com a luta contra o “Mal” (caracterizado por tudo que o Ocidente define enquanto tal), na defesa apenas dos que se apresentam ou são exibidos como vítimas desse “Mal”.

Esse conservadorismo moral quando transportado para a esfera política⁴⁹, tal qual ocorrido nas instâncias de poder no Brasil, passa a representar o referido na segunda característica, no que concerne à resistência diante de ameaças à ordem capitalista, num apelo ao retrocesso para além da manutenção do que está posto. O enaltecimento do presente, entendido como resultado de esforços despendidos por anos, e a recusa de projeções que possam representar ameaça a conquistas tidas como “admiráveis”, traduzem o conservadorismo como uma visão tipicamente antidialética da história, ao passo que visam impedir mudanças que possam alterar de forma significativa a realidade posta.

A publicização dessa inclinação conservadora e sua transposição para o debate político tem o significativo propósito de dificultar, quando não impedir, que grandes mudanças (vistas por eles como utópicas) ocorram na estrutura da sociedade. O conservador João Pereira Coutinho ilustra bem essa característica, quando afirma que “[...] o conservadorismo político transportará para a esfera da governança esse gosto pelo próximo, pelo suficiente, pelo conveniente – recusando a ‘felicidade utópica’ que é típica da atitude revolucionária” (2014, p. 24). Qualquer elemento entendido como ameaça de mudanças é respondido de modo a se conservar o *status quo*.

Ainda que o típico posicionamento conservador esteja situado numa certa passividade e aceitação em relação ao que está posto, o conservadorismo costuma se manifestar de forma eminentemente reativa. Ele se mantém presente nas subjetividades e na construção de movimentos contrarrevolucionários, mas uma das características centrais do conservadorismo é a de que ele se expressa politicamente de forma mais ofensiva quando há alguma possibilidade de transformação. Mesmo que não tenha havido uma expectativa real de mudanças estruturais durante os governos de coalizão petistas, havia uma miragem localizada no Partido dos Trabalhadores do que representaria uma ascensão da classe trabalhadora.

O delírio de uma possível “ameaça comunista” foi não somente denunciado, mas veementemente combatido pelos segmentos conservadores. Na véspera da posse de Bolsonaro como presidente, em 2019, ele afirma que combaterá o “lixo marxista” das escolas e, na posse,

⁴⁹Ao falar sobre esfera política, parto de uma concepção ampliada de Estado, tal qual pensada por Gramsci (2014, p. 258) que, ao refletir sobre o capitalismo dos monopólios refere que: “[...] por ‘Estado’, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. Nas chamadas “sociedades ocidentais” há uma relação de disputa entre a sociedade política e a sociedade civil na obtenção da direção político-ideológica e do consenso, de modo que o Estado se configura enquanto um espaço de projetos societários distintos. Para o autor, a sociedade civil é parte do Estado e se configura através de uma dinâmica articulada por interesses, mediações e conflitos de classes complexos. Nesse viés, o conservadorismo faz parte de um projeto societário que está em disputa no contexto atual, que prevê a manutenção de ordem social moralmente tradicional e das relações capitalistas de exploração do trabalho, de controle das lutas sociais e de acumulação de capital.

aduziu de forma reativa que não permitirá que “ideologias nefastas” dividam os brasileiros, sendo aquele “o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (BOLSONARO *apud* CAMPOS, 2019).

Tal reação conservadora pode ser observada na materialidade de projetos de lei que tramitam atualmente, a exemplo do Programa Escola Sem Partido, proposto no Projeto de Lei 7180/14 e outros, que tem o intuito de censurar a atuação de professores na exposição de “convicções políticas e ideológicas” em sala de aula. O Programa foi amplamente apoiado por setores retrógrados da sociedade, com o propósito de censurar a educação, proibir o debate sobre questões de gênero e sexualidade e eliminar o debate crítico desenvolvido em temas como política, filosofia, sociologia, história etc.

O filósofo e escritor inglês Roger Scruton, que tem sido considerado, desde Edmund Burke, um dos conservadores mais renomados, pontua que o conservadorismo ganha evidência em tempos de crise, quando é “forçado pela necessidade política ou pelo clamor por doutrina” (SCRUTON, 2015b, p. 41). O autor esclarece que foi a imprecisão conceitual sobre o conservadorismo que lhe instigou a produzir sua obra enquanto uma dogmática que tem o objetivo de delinear um sistema de crenças conservadoras. Tal argumento é compartilhado por Coutinho, quando esclarece que a ideologia conservadora emerge apenas quando “os fundamentos da sociedade são ameaçados”, reagindo por uma “necessidade histórica específica (2014, p. 27-29). Ainda, Paulo Mercadante (1965, p. 245) comunga com essa definição ao afirmar que

[...] o ataque ideológico de um grupo social, a prenunciar uma nova era, ou que represente interesses de grupos sociais ascendentes é que provoca no espírito conservador os túrbidos receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a determinadas reações teóricas.

Portanto, o personagem conservador somente ganha existência a partir da sua veste negativa, ou seja, quando defrontado com atores sociais que propugnam a alteração da ordem posta. Há um flagrante intento em frear os avanços colocados na órbita de um horizonte possível de transformação social, em nome de uma pretensa conservação dos valores dominantes, cuja possibilidade de mudança deve ser sempre pensada com cautela, a fim de preservar os valores existentes.

A forte resistência a mudanças radicais e revoluções parte da compreensão de que todas as conquistas da humanidade devem ser preservadas. Para um conservador, não é válido o risco de perder as ditas “boas conquistas” em troca de um futuro incerto, que coloque em cheque toda a “ordem” e “segurança” conquistadas ao longo da história. Contudo, ao passo que se conserva

a situação das coisas, como forma de travar processos de ruptura ou descontinuidade, é também impedida a construção de novas formas de sociabilidade que abarquem processos sociais amplamente coletivos e igualitários. Na leitura do que ocorre no Brasil, essa intenção conservadora se mostrou, em um momento de crise, no receio quanto à manutenção do poder material e ideológico do capital, frente à falsa ameaça das esquerdas.

Alinhadas às perspectivas citadas, as posturas autoritárias e irracionalistas, que invisibilizam o outro, não apresentam a ambição de mudanças no *status quo*, pelo contrário, naturalizam as relações sociais e os tempos passados se tornam saudosos ante a supervalorização das tradições e instituições, da família patriarcal e da “ordem”. Ainda que os conservadores se autoconceituem como diferentes dos reacionários, por estes últimos se vincularem a uma “felicidade utópica passada”, desejarem um retorno à condição anterior e sentirem um reconhecimento melancólico da possibilidade de adaptação ao presente (COUTINHO, 2014), o *conservadorismo político* tende a, para além de travar avanços, propor o retrocesso em pautas progressistas já estabelecidas.

Na realidade brasileira, o retrocesso conservador é característico do que Demier (2016, p. 23) aponta ao afirmar que, há algum tempo, o conservadorismo na esfera dos costumes vem se sedimentando no tecido social, através de manifestações machistas, racistas e anti-humanistas. Para ele, “Na política, na economia, nas relações afetivas e domésticas, enfim, no ramerrão da vida cotidiana, predominam, no país, práticas e visões de mundo profundamente conservadoras”. A justificativa se coloca na defesa das instituições tradicionais, sobretudo da família patriarcal, a exemplo do descrito pelo entrevistado:

Manter família, tradição e propriedade. Manter, mesmo que a família esteja caindo aos pedaços. É outra visão de família que a da sociologia, tem muitas famílias diferentes, mas aquela visão que existia da família que mandava, que o velho era o chefe, que a mulher era submissa... A família nuclear, a família patriarcal, a família tradicional, aqui ainda se endeusa um pouco disso, e no restante do Brasil (PROFISSIONAL 1, 2017).

Manifestações de apoio à volta do regime militar, como as observadas na greve dos caminhoneiros/locaute empresarial ocorrida em maio de 2018, e de ódio gratuito às mulheres, à comunidade LGBTTTQIA+, bem como aos negros e aos integrantes de movimentos sociais, ilustram que um tipo de reacionarismo tem ganho espaço crescente nas opiniões de diversos segmentos sociais. A interlocução com estes se torna custosa diante da limitada capacidade de comunicação já apontada por Marcia Tiburi (2016, p. 50) ao afirmar que os fascistas⁵⁰ (que

⁵⁰ Diante da multiplicidade de definições dadas ao termo Fascismo, a recorrência quase banalizada de sua utilização para denotar certas características ideológicas, critérios de organização ou finalidades políticas demanda uma

pode incluir segmentos conservadores) vivem “esvaziados de pensamento, ação e afeto” e perderam a dimensão do diálogo, possível somente quando se tem “abertura ao outro”, o que “não existe no caso de uma personalidade autoritária” (TIBURI, 2016, p. 48). Essa racionalidade que serve à reiteração da ordem estabelecida, está vinculada a um projeto societário que prevê a manutenção não somente das relações de opressão, mas da própria composição da sociedade organizada em classes.

Nesse contexto, o conservadorismo vem se apoiando em uma ideologia do medo, conforme aponta Barroco (2011), para justificar atitudes autoritárias, irracionais e discriminatórias, bem como motivando comportamentos e ideias que valorizam a hierarquia, as normas institucionalizadas, a moral tradicional e a ordem. Outra profissional entrevistada, que trabalha no sistema de segurança pública, ilustra como, em seu espaço de trabalho, a força do pensamento conservador, pautado na ideologia do medo, tem ganhado evidência. Segundo a Profissional 5, na relação com suas colegas de trabalho:

As colegas falam pra nós, assim: “O que é que bandido quer? O que é que o bandido quer com a social? Ah, o bandido quer que a social ligue pra família, o bandido quer documento? Bandido não precisa de documento. Bandido não quer saber dos filhos na hora de fazer as porcarias”. Com as mulheres eles falam muito isso: “... na hora de fazer as porcarias não se importam com os filhos, daí vem presa e querem saber dos filhos”. Então é nesse viés, e é muito difícil porque tu tem que colocar uma máscara e fazer de conta que tu concorda com o colega porque tu precisa que o colega vá lá e ajude a atender, sabe? [...] Agora com essa questão da atual conjuntura eu vejo colegas falando: “Ah, agora vai vir o Bolsonaro e vai acabar com todo mundo, vai acabar com tudo. Não vai mais ter chance pro bandido (PROFISSIONAL 5, 2018).

Tal fala expressa a aquiescência com os ideais conservadores, denotando como são recebidos por parte da sociedade que, a partir de juízos de valor próprios da racionalidade vulgar, passam a reproduzir manifestações de ódio contra o outro – o bandido – que representaria uma ameaça permanente. Ademais, revela a dificuldade de empregar uma direção crítica, bem como disseminar um posicionamento minimamente humanista, quando a solução para as contradições próprias da sociabilidade capitalista é colocada em um patamar de superficialidade, com a reprodução da violência como resposta à questão da violência.

Como resultado, setores alinhados às defesas das pautas de reconhecimento e de

especificação do seu significado para a leitura do presente texto. De uma forma geral, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002, p. 466), Fascismo pode entendido como um sistema autoritário de dominação caracterizado pela monopolização da representação política por um partido único de massa; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo; pela mobilização das massas; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; pelo controle das informações e dos meios de comunicação; pelo dirigismo estatal no âmbito de uma economia de tipo privada; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, as relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

redistribuição⁵¹ se veem na tarefa de levantar contrapontos e oferecer respostas críticas para acontecimentos pontuais que, por vezes, ocultam ou subjagam a complexidade da totalidade social e a relação contraditória entre as classes sociais. É possível observar em debates, ou mesmo em postagens nas redes sociais, que a proposta de construção de uma nova sociabilidade tem se perdido em meio a um gigantesco leque de pautas em disputa. Conforme Mota e Amaral (2016), a “esquerda tradicional”, qual seja, partidos políticos e sindicatos, tem mostrado uma incapacidade de articular uma alternativa global contra o poder do capital, optando por atuações “de alcances locais, fragmentários e alimentadas, do ponto de vista teórico-político, por um pensamento que favorece as políticas identitárias que se abstêm das análises classistas” (MOTA; AMARAL, 2016, p. 34).

Essa incapacidade tem levado alguns setores da “esquerda” brasileira a negarem a existência de um “onda conservadora”⁵², como Vladimir Safatle (2015), para o qual se trata apenas da inexistência e fragmentação das estratégias da esquerda. O autor questiona se essa “falsa onda conservadora” não seria um tipo de “decomposição radical” do campo das esquerdas que, sem estratégias de efetivação de seus projetos políticos, abriu espaço para a ascensão de pensamentos conservadores.

Não obstante sua validade, tal argumentação parece ser insuficiente para explicação dos fatos recentes, que apontam para o avanço do conservadorismo não apenas no que diz respeito ao embate entre “direita *versus* esquerda” no âmbito político. De outro modo, a realidade evidencia o fortalecimento de algumas manifestações fenomênicas particulares, que permitem traçar o perfil do conservadorismo brasileiro atual, como: a) Militarista: aquela denominada “bancada da bala”, que comanda a crítica aos direitos humanos, defende a volta da ditadura militar, e tem como seu maior representante o agora presidente eleito Jair Bolsonaro (Partido Progressista); b) Evangélica: que leva para o espaço público aquilo que considera valores sagrados, a exemplo da família, e faz críticas a pautas de reconhecimento (gênero, raça etc.), tendo como exemplo de representante o deputado federal Marco Feliciano (Podemos); c) Liberal: aqueles que fazem a defesa do livre-mercado e criticam os programas sociais, a exemplo do empresário e senador Tasso Jereissati (Partido da Social Democracia Brasileira),

⁵¹ Nancy Fraser (2006), ao analisar as injustiças distributivas de classe, enraizadas economicamente, de um lado, e as injustiças de reconhecimento, enraizadas culturalmente, de outro, propõe a tarefa intelectual e prática de desenvolvimento de uma teoria crítica que faça a defesa de uma política cultural da diferença em combinação com uma política social da igualdade. Para ela, o reconhecimento cultural (ou o desrespeito) e a igualdade social (ou a privação econômica) sustentam-se simultaneamente.

⁵² Termo usado pioneiramente por Guilherme Boulos (2016), em artigo inicialmente publicado na Folha de São Paulo após o primeiro turno das eleições de 2014. A terminologia deu título ao livro organizado por Demier e Hoeveler (2016).

que em 2016 votou a favor da Proposta de Emenda à Constituição do Teto dos Gastos Públicos (PEC 55/2016) e, em 2017, foi favorável à reforma trabalhista.

Tal categorização não pode ser pensada de forma estanque, rígida, ao passo que os seus elementos podem influenciar-se mutuamente, sendo que o antipetismo (no plano político) e a defesa do capitalismo (no plano econômico) são os principais fatores de ligação. O modo de produção capitalista, na qualidade de base material, é o denominador comum de um amplo espectro da ideologia conservadora, cuja gradiente se manifesta quando do exame de pautas de reconhecimento ou visões sobre temas políticos.

É nesse contexto que, no Brasil recente, o conservadorismo tem ascendido ante as transformações (ainda que minimalistas) levadas a cabo pela estratégia neodesenvolvimentista. A mobilização de massas conduzida pela direita em 2015, organizada por grupos como “Movimento Brasil Livre” e “Vem Pra Rua”, expôs, sem disfarces, a força da reação conservadora. Como já explicitado, o conservadorismo tende a manifestar-se de forma mais veemente quando vê alguma possibilidade de mudanças no *status* de segurança que busca manter. O primeiro momento das manifestações de junho de 2013, de certo modo, iniciou esse incômodo ameaçador, que foi ainda mais acirrado com a sustentação da absurda tese de que o Partido dos Trabalhadores possuiria caráter anticapitalista, bolivariano e teria planos de implantação do comunismo no Brasil.

No que tange à vitória do conservadorismo na manutenção da ordem capitalista, o governo de Michel Temer pós-Golpe, já de início, apontou reformas trágicas no âmbito dos direitos sociais. Logo após a sua posse, cortou nove ministérios, reduzindo o número total de 32 para 23. Dentre as pastas extintas, destacou-se os ministérios da Cultura, Comunicações; Desenvolvimento Agrário; e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A Reforma Trabalhista aprovada em 2017 representou retrocessos em vários direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, dentre eles os relacionados a férias, descanso, demissão, jornada de trabalho, remuneração, negociação em acordos coletivos etc. Ademais, retrocedeu em direitos conquistados durante o período neodesenvolvimentista, como a Lei nº 13.287/2016, que previa a proibição do trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres, o que passou a ser relativizado com a (contra)Reforma. No que concerne à Reforma da Previdência, divulgada como urgente e necessária, tem-se que a sua aprovação poderá modificar a idade mínima de aposentadoria, o tempo mínimo de contribuição e proceder a um novo cálculo do valor da aposentadoria, com perdas imensuráveis para a classe trabalhadora.

A medida provisória que alterou a organização da Presidência da República e dos Ministérios (MP nº 726/2016) também dividiu o Ministério da Previdência Social em dois,

sendo que foi criada a Secretaria Nacional de Previdência no Ministério da Fazenda, tendo como missão cuidar das finanças e realizar um ajuste fiscal, o que traz rebatimentos para os segurados da Previdência. Como se não bastasse, a PEC 241/2016 que propunha instituição de um novo regime fiscal que congela os gastos do Governo Federal por até 20 anos, não se abstém de cortes nas políticas públicas:

Nos últimos anos, aumentaram-se gastos presentes e futuros, em diversas políticas públicas, sem levar em conta as restrições naturais impostas pela capacidade de crescimento da economia, ou seja, pelo crescimento da receita. É fundamental para o equilíbrio macroeconômico que a despesa pública seja gerida numa perspectiva global (CÂMARA, 2016).

O ex-ministro da Fazenda do governo ilegítimo e candidato à presidência em 2018, Henrique Meirelles (MDB), chegou a afirmar que o problema da despesa pública brasileira era proveniente dos gastos obrigatórios definidos na Constituição de 1988, como a garantia da Educação e Saúde. No âmbito da Previdência, acreditava que essa política também devesse ser objeto de mudança constitucional. Segundo Meirelles (2016), “ou alteramos a Constituição, como está sendo proposto, ou os gastos públicos no Brasil vão continuar a aumentar”.

Nas entrevistas com assistentes sociais, já foram citadas mudanças no mundo do trabalho e alterações no acesso a direitos sociais com a queda do governo Dilma. Uma das profissionais pontua os cortes nos direitos sociais outrora garantidos, ainda que pela via do mercado, a exemplo da Educação, quando destaca: “a própria PUC cortou o FIES agora. E eu tinha metade de uma turma ou mais de colegas ProUni, muitas amigas minhas me dizem ‘olha, eu só fiz a faculdade, só consegui porque eu tive a possibilidade’” (PROFISSIONAL 6, 2018). Em relação aos demais direitos sociais, as profissionais denunciam um retorno ao neoliberalismo em seu sentido estrito, quando afirmam que: “agora, neste momento eu vejo um desmantelamento daquilo que nem se conseguiu construir na totalidade” (PROFISISONAL 7, 2018).

Eu acho que a gente está vivendo tempos muito difíceis. Eu moro no centro [...] então eu passo ida e volta todos os dias pelo viaduto e vejo as mulheres grávidas em situação de rua, em situação de risco e eu me dou conta de que é a década de noventa voltando. Eu me lembro da década de noventa, ver aquelas crianças em situação de rua, mulheres grávidas sem proteção nenhuma... E depois do governo Lula eu vi uma mudança, talvez não tanto quando a gente queria mas sim, houve uma mudança, houve um impacto, só que o que a gente está percebendo agora é que a gente está retrocedendo em tudo aquilo que foi conquistado (PROFISISONAL 3, 2018).

Porque, claro, no momento em que o estado recua, não é? De ser o fiel da balança, de estar ali propiciando emprego, saúde, melhor educação, uma previdência sólida na qual tu possa confiar, onde as regras do jogo sejam claras: tu sabe que se tu trabalhar tantos anos, com tantos tu te aposenta. Hoje a gente não sabe, tá tudo tão flutuante que a gente já não tem certeza de nada. Então nesse mundo de medo, de incertezas, da

barbárie, da violência e dos biombos sociais que a gente estabelece pra não enxergar o outro, que a gente não quer ver (PROFISSIONAL 8, 2018).

Frente a esse quadro, orientado para um avanço neoliberal, a construção de discursos ideológicos em torno da necessidade de mudanças sociais, já que a gestão progressista falhou, desliza para o conservadorismo. Figuras que alinham um discurso moralmente conservador com o de uma economia libertária, como Bolsonaro e outros extremistas de direita, saudosos da ditadura, fundamentalistas religiosos e grandes proprietários rurais, foram fortalecidos no âmbito político brasileiro. Suas demandas e reivindicações, em sua maioria socialmente já ultrapassadas, voltaram a estar no centro das discussões. Passou-se a questionar a validade de direitos sociais já estabelecidos, como a política de seguridade social, as cotas raciais e sociais, as políticas de igualdade de gênero ou mesmo a laicidade do Estado.

Ao descrever o percurso do intento conservador no contexto brasileiro contemporâneo, não desconsidero que o conservadorismo integrou o projeto neodesenvolvimentista, como se esse fenômeno só estivesse presente ao final dos governos petistas. Ao contrário, acredito que a governabilidade neodesenvolvimentista só foi possível com o apoio dos segmentos conservadores, majoritariamente representados pela classe média tradicional, que não foram extirpados de seus privilégios. A chamada Bancada BBB – do Boi, da Bíblia e da Bala⁵³ - formada por parlamentares evangélicos, ruralistas e vinculados à segurança pública, já tinha grande representatividade no governo de Dilma, sendo este considerado o congresso mais conservador desde 1964⁵⁴ por conta da articulação ameaçadora aos direitos humanos às minorias. Como ilustração da persistência desse conservadorismo, mesmo em um pano de fundo neodesenvolvimentista, uma das profissionais entrevistadas o definiu como:

Conservadorismo é o medo que a elite sente das classes subalternas, no nosso sistema. As classes oprimidas, minorias, assumem cada vez mais espaços. Então conservadorismo, por exemplo, é dar poder de compra pra que aquela pessoa siga inserida no sistema, mas de uma forma alienada, em que ela é, na verdade, só um consumidor e dentro desse sistema ela é só um objeto, uma pecinha da engrenagem que é feita por interesses de uma minoria, que precisa minimamente responder a essas pequenas pecinhas, precisa responder e responde com conservadorismo (PROFISSIONAL 3, 2018).

⁵³ O termo BBB foi cunhado por Erika Kunkay (PT-DF) em referência à ala conservadora, em uma reunião da bancada do PT na Câmara no início do ano de 2015 (MARTINS, 2015).

⁵⁴ Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o perfil dos deputados e senadores eleitos em 2014 surpreendeu por ter sido o mais conservador desde o golpe de 1964, acirrando a tensão sobre temas como a redução da idade penal, a revisão do estatuto do desarmamento e a imposição de barreiras a discussões envolvendo questões de gênero (MAGELA, 2018). Isso se dá em contrapartida aos avanços sociais conquistados no período desta pesquisa, a exemplo da instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), prevista na Lei nº 12.594, de 18.1.2012.

Assim, para que a ampliação do consumo das massas, bem como leis e programas a exemplo do Pronatec (Lei nº 12.513/2011), Programa Mais Médicos (Lei nº 12.871/2013), Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 11.977/2009), fossem implementados, foi necessário amplo apoio e estabelecimento de arriscadas alianças político-partidárias. A crise econômica, caracterizada pela dificuldade de manutenção do financiamento do projeto neodesenvolvimentista, aliada à crise política, lembrada especialmente pelos escândalos de corrupção, contribuiu para que os conservadores se retirassem do governo, antecipando o seu esgotamento.

O governo de coalisão petista, com o propósito de estabilizar a legitimidade do seu projeto, teve de se submeter a alianças que travavam uma reforma radical do sistema político, ao ter que atender os anseios conservadores. Em determinado momento, a base congressional conservadora se viu empenhada em demarcar seu espaço, pitorescamente ilustrada por Eduardo Cunha, condenado e preso por crimes de corrupção, contribuindo com o segmento social de conservadores nas ruas e financiando/arquitetando o *impeachment*.

Diante dos severos retrocessos no campo dos direitos sociais e do avanço de um conservadorismo que se alia aos fundamentos liberais, as esquerdas precisam lançar mão de estratégias articuladas que abram espaço para a possibilidade de mudanças radicais, que alterem a dinâmica que perpetua as desigualdades sociais. Para a Profissional 3, os profissionais que lidam cotidianamente com essas contradições, como assistentes sociais, podem se utilizar de estratégias de enfrentamento dos desafios que se colocam na conjuntura contemporânea, com aporte das ferramentas tecnológicas que auxiliam na articulação de interesses comuns:

[...] eu realmente acho que quem consegue fazer alguma coisa são os profissionais que fazem a linha, que estão na linha de frente, que fazem a resistência diária, e a nossa profissão então está sempre na linha de frente junto de outras áreas. Mas acredito que todo esse sofrimento vai fazer com que a gente saiba se articular mais e utilizar pra se comunicar essas ferramentas também, esses espaços (PROFISISONAL 3, 2018).

Na articulação política, os últimos anos mostraram que o aparato tecnológico se tornou uma ferramenta indispensável, que não pode ser menosprezada quando se trata de acesso às massas. Todavia, as eleições de 2018 mostram que quem mais está sabendo se utilizar de tais estratégias é o segmento conservador, que sem apoio político de partidos ou da mídia tradicional conseguiu eleger seu candidato, defensor de valores tradicionais do senso comum.

De Junho de 2013 ao Golpe de 2016, observou-se uma escalada do conservadorismo, culminando na eleição do projeto político neofascista neoliberal de Jair Bolsonaro. Houve um

desgaste político do Partido dos Trabalhadores (PT), em virtude de ter sido associado à corrupção pela grande mídia, bem como pelas ações orquestradas pelo juiz (hoje Ministro) Sérgio Moro na Operação Lava Jato. Bolsonaro, com seu discurso conservador, conseguiu captar a indignação gerada pela desestabilização proposital que sofreu Dilma, sendo alçado ao poder apesar do discurso extremista em diversas pautas. Nessa conjuntura, inúmeros são os desafios que se colocam aos trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais e população com o um todo, dentre eles, a permanente luta pela revogação de medidas reacionárias e a reafirmação dos direitos sociais historicamente conquistados.

Em verdade, o conservadorismo no Brasil tem longa história e já se utilizou de distintas estratégias, não estando situado em momentos históricos pontuais, mas se revitalizando a cada ameaça progressista. Essa trajetória histórica será abordada no seguinte tópico, na construção da compreensão do conservadorismo brasileiro enquanto um fenômeno tipicamente particular.

3.3 Determinantes históricos do conservadorismo: a funcionalidade do pensamento conservador na trajetória política brasileira

Antes de ser uma ideologia ou acontecimento histórico, defendem os conservadores, o conservadorismo pode ser caracterizado como “disposição”, “temperamento”, “mentalidade”, “fê”, “instinto”, “inclinação pura e natural da mente humana” ou um “estado de espírito despido de inquietações” (COUTINHO, 2014, p. 22-23; SCRUTON, 2015a, p. 7; MERCADANTE, 1965, p. 245). Em suma, os conservadores tipificam o conservadorismo como uma característica atinente a todos os seres humanos que, em algum aspecto da vida social, escolhem a manutenção das circunstâncias do que a sua alteração.

Conforme Scruton, todos nós “[...] herdamos coletivamente coisas admiráveis que devemos nos empenhar para preservar” (2015a, p. 8-9). Tal definição coloca o conservadorismo no patamar de uma característica própria do gênero humano, ao definir que todos, intuitivamente, devemos preservar as coisas “admiráveis” construídas ao longo da história, trabalhando na manutenção do existente. Essa definição comunga com o que Mercadante define ao considerar que “As reações conservadoras [...] consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranqüilamente aceita o existente, como se fôsse a ordem exata das coisas e do mundo” (1965, p. 245).

Sobrepondo essa definição generalista, naturalizante e a-histórica, a disposição conservadora só pode ser compreendida em sua plenitude quando pensada sob os marcos de sua gênese e desenvolvimento. Enquanto tradição teórica, é usual a delimitação da origem do

conservadorismo na resistência reacionária à Revolução Francesa, com os escritos de Edmund Burke em “Reflexões sobre a Revolução na França”. Se costuma apresentar a origem do conservadorismo como uma defesa das formas de monarquia constitucional, construídas através de uma longa tradição histórica, e o desenvolvimento do pensamento conservador a partir desse marco (ESCORSIM NETTO, 2011). Contudo, ainda que perdurem elementos da origem do conservadorismo na contemporaneidade, ao se tratar da realidade brasileira, é válido assinalar que tal fenômeno não compartilha desta mesma demarcação histórica.

Inicialmente, deve-se destacar que a compreensão do fenômeno do conservadorismo no Brasil não pode ser entendida nos mesmos moldes dos países centrais. Não basta a ideia já suficientemente difundida de que o conservadorismo surge como uma reação às transformações burguesas levadas a efeito pela Revolução Francesa de 1789, ou que foi ressignificado a partir das revoluções que eclodiram na Europa em 1848 (quando passou a designar o apoio à consolidação dos valores liberais/sedimentação do capitalismo) para compreender o seu desenvolvimento no Brasil.

Aqui, há particularidades que singularizam a análise do conservadorismo, sendo necessário buscar sustentáculo na realidade e/ou na correlação de forças atuantes na sociedade brasileira para caracterizar o fenômeno. Não basta referir como se desenvolveu o conservadorismo na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, a partir de alguns pensadores eleitos como centrais, caso não se efetue uma mediação com a realidade brasileira, trazendo como essas ideias repercutiram concretamente. A questão, portanto, traduz a incompatibilidade entre uma teoria que provém comumente dos países centrais e a sua possibilidade de atuação sobre o Brasil.

Assim, inicio pontuando a dificuldade de acesso a literaturas que tratem do conservadorismo pela perspectiva histórica brasileira, o que pode vir a representar uma compreensão equivocada do fenômeno, a partir de uma espécie de importação automática do conceito, sem esforço interpretativo de demonstrar o desenvolvimento da ideia em solo nacional. A análise da produção teórica no Serviço Social é exemplificativa, visto que uma das evidências da análise documental realizada com os artigos que tratavam sobre conservadorismo foi a de que o conhecimento teórico desenvolvido pela profissão se apresenta com um caráter “idealista”, quando expressa, através de uma miscelânea de teorias e autores, argumentos deslocados do espaço e do tempo histórico. Ainda, muitos dos que se propõem a fazer uma

pesquisa empírica, não dialogam entre a teoria e a prática, tratando-as como se fossem esferas distintas do fenômeno sobre o qual o assistente social se debruça⁵⁵.

Essa importação de conceitos sem mediação, como sofre o termo conservador na literatura política, econômica, sociológica, ou até mesmo no Serviço Social (o que se identificou na maior parte dos artigos analisados), remonta as advertências postas no estudo de Nelson Werneck Sodré (1965, p. 12;14). O autor elucida que há ideologias, montadas a partir do século XVI, que pretendiam influir na convicção de que há países naturalmente destinados a dirigir e outros fadados a serem subordinados. Essa forma de colonialismo do saber, quando não pensado de modo crítico, gera posturas acadêmicas de escritas fora do seu local de fala.

Mesmo ocorrendo a emancipação das colônias das respectivas metrópoles, uma vez mantida a estrutura colonial de produção, mantém-se a gravitação em torno de outras metrópoles, embora não assim designadas, que passam a ditar parâmetros políticos, sociais, artísticos, intelectuais etc. a serem seguidos. A esse respeito, cito a literalidade do autor: “A transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico, deriva de tudo isso: é a forma como penetra a ideologia do colonialismo” (SODRÉ, 1965, p. 13).

A proposta de Sodré se inseria na tentativa de demonstrar como diversos pensadores do Brasil, das mais diversas áreas, acabam por aceitar acriticamente postulados externos como sendo universais, em uma prática que funcionaria até mesmo como um atestado de erudição. Esta tendência, generalizada desde a época do Brasil colônia, é sentida quando há flagrante cópia de modelos exógenos. Se outrora a metrópole oficial era Portugal, hoje não se perdeu o hábito de referenciar o que vem de fora, apenas cambiando-se o polo hegemônico, que passa a ser ocupado basicamente por alguns países da Europa e pelos Estados Unidos. Uma das principais consequências é que se repete um discurso que traduz os anseios ideológicos dos países centrais, ao invés de se pensar os problemas locais utilizando marcos teóricos nacionais, que estão em contato direto com a realidade circundante, preferindo-se a literatura de fora. Não se trata de repugnar todo e qualquer conhecimento provindo do exterior, senão de saber aferir o grau de compatibilidade para ofertar respostas para os problemas internos.

Na esteira dessa discussão, pontuo que foi precisamente na importação de modelos externos que se deu a origem do conservadorismo no Brasil, delimitada na tradição histórica e cultural herdada pela colonização portuguesa. Observar a forma como o pensamento conservador chega ao Brasil carece da avaliação do passado colonial e da relativa continuidade

⁵⁵ A análise de tal produção será exposta no capítulo 4. Para um maior aprofundamento sobre a temática, cf. Forti e Guerra (2013).

política e socioeconômica desta situação colonial no pós-independência, como pontuam Ferreira e Botelho (2010, p. 12-13). Para os autores, as características, ambiguidades e enfrentamentos do pensamento conservador no Brasil, ainda que tenham influência do conservadorismo europeu, são muito diferentes das que estão presentes no conservadorismo clássico⁵⁶.

Para além da importação de conceitos, se sabe que outra característica central na formação social brasileira é a conjugação entre o velho e o novo, a modernização e o atraso, ou, como diria Francisco de Oliveira, “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (2003, p. 60). O pensamento político e social brasileiro comumente traz a reflexão de que se apresentam nos dias atuais, na representação sobre o que é o Estado e o povo brasileiro, vestígios de herança do Brasil colonial e do período de transformação capitalista. Não se trata de afirmar que há uma continuidade ou “evolução” linear nesse sentido, mas que existem aspectos históricos que estão arraigados e fazem parte da organização do Estado brasileiro até os dias atuais. Conforme o profissional entrevistado:

É, os diferentes movimentos, eles estão muito mais vivos do que nunca. Primeiro que eles nunca morreram, tanto é que nós tivemos as ditaduras conservadoras. Então isso faz parte da nossa história, não é uma condenação, é uma constatação. Se tu olhares o Brasil Colônia tu vais perceber que o movimento conservador sempre existiu, ele foi importado e trazido pra cá porque isso aqui não deixava de ser uma senzala grande do contexto europeu. [...] Então o Brasil Colônia, o Brasil Império, a República Velha, foi sempre assim. [...] Acontece que foi, no fundo, sustentado pelo pessoal do dinheiro, não foi pelo povo, o povo foi posto na linha de frente pra morrer. Então tem essas coisas que você tem que saber ler a história, né? Então o Brasil como um todo é extremamente conservador (PROFISSIONAL 1, 2017).

Marilena Chauí (2000) denuncia esse conservadorismo enraizado em sua obra “Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária” quando retrata a representação da nação brasileira enquanto um “semióforo”, um símbolo que tem seu valor medido por uma ficção social de harmonia e integração, que elimina o conflito e as contradições na organização política do país e constrói uma memória coletiva de que a história se processa como um mito. Essas tentativas de encobrimento do real repercutem na dinâmica de continuidade de um lastro conservador que apaga a história concreta e a possibilidade de senso crítico no cenário político do Brasil contemporâneo.

Sobrepondo esse imaginário falseado, a efetiva situação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais é objeto de análise de importantes intelectuais latino-

⁵⁶ A temática do conservadorismo clássico já foi suficientemente explorada, no âmbito do Serviço Social, pelo trabalho de Leila Escorsim Netto (2011).

americanos. Caio Prado Jr. (1942) desenvolve seu raciocínio mostrando que “o sentido da colonização” e a formação da história do país se deu a partir de interesses econômicos da metrópole em explorar os recursos presentes, tomando aspecto de um grande comércio e expansão de seus mercados. A colonização, enquanto um capítulo da história do comércio europeu, não representou, ao menos nas colônias tropicais, uma zona de povoamento, mas conservou um acentuado caráter mercantil, destinado a “explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JR., 1942, p. 25). Para o autor, o sentido da “evolução” brasileira se afirmou pelo caráter inicial da colonização. Essa condição de exploração e dependência, próprias da herança colonial, manteve seus efeitos de continuidade na cultura política do Brasil até os dias atuais.

Uma das principais heranças conservadoras do colonialismo se revela na persistente desigualdade racial, que ainda hodiernamente impõe aos negros uma condição desigual de renda, trabalho, lugar na cidade, prestígio e poder. Esse elemento é central para compreender como aspectos originários do conservadorismo brasileiro se perpetuam na contemporaneidade, não apenas através do racismo⁵⁷, mas da própria dinâmica das classes sociais. Os consequentes legados de espoliação dos negros dos recursos presentes na sociedade que ele mesmo ajudou a construir se localizam no período de transição do trabalho escravo para o sistema do trabalho livre.

Ao abordar a história do Partido Conservador no Brasil imperial, o conservador Tôres (1968) aponta que no Brasil, diferente do que se imagina, é um equívoco se pensar categoricamente que os liberais eram abolicionistas e os conservadores escravagistas. O autor pontua que todas as leis abolicionistas estavam ligadas a governos conservadores, à época chamados “saquaremas”⁵⁸, exemplificando a vigência da sua governança durante a supressão do tráfico negreiro, a Lei do Vente Livre, a Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea. Ademais, indicou que, apesar de a Abolição sem indenização consistir em uma “aventura perigosa” para os conservadores, “toda clássica política conservadora orientava-se no sentido da Abolição” (p. 180), pois o fato de haver indivíduos que não gozavam dos direitos políticos e civis garantidos pelas leis “[...] era um fator de perturbação, e uma ameaça às instituições” (p. 181).

⁵⁷ No que diz respeito especificamente ao racismo, a ascensão do conservadorismo na contemporaneidade vem ameaçando conquistas efetivadas durante o período neodesenvolvimentista, a exemplo da Lei nº 12.990/2014, que prevê a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

⁵⁸ Os conservadores eram conhecidos como “saquaremas” tendo em alusão à cidade de Saquarema/RJ, onde os integrantes do Partido Conservador se reuniam.

Não obstante, denunciando a política e a mídia conservadoras do século XIX, Juremir Machado da Silva (2017, p. 16) aduz que a abolição não foi uma concessão generosa do Império à nação, que por esclarecimento e grandeza teriam sido imbuídos de repentino arrependimento após séculos de exploração. Ao contrário, foi o próprio negro quem produziu a sua libertação, conquistando-a a partir de massivas fugas. É válido destacar as inúmeras ilusões de libertação que persistiram desde 1888, tendo em vista que ainda hoje não se pode falar que os negros alçaram a mesma liberdade que os seus iguais, os brancos, detém.

Em tempos de disseminação dos ideais da Revolução Burguesa, a base econômica no Brasil era o escravismo, sendo que não existiam burgueses. Konder (2003, p. 29) aponta que “Na sociedade brasileira, o problema crucial não era a chamada *questão social* (a questão do movimento operário), como na Europa, era a *questão servil* (isto é, a questão da escravidão)”. Assim, o que existia em concreto era uma elite agrária, com poder político, ainda que a realidade socioeconômica fosse escravista. Eram liberais no pensamento e senhores de escravos na prática.

Por isso, não se formou no Brasil a dicotomia conservador x liberal como uma herança histórica de uma defesa do antigo regime *versus* ascensão da burguesia. Por dois motivos: não existia feudalismo, tampouco capitalismo. O máximo que poderia existir eram caricaturas de modelos distantes, que foram incorporados nos moldes da crítica (sobre a importação de conceitos) já efetuada. Como afirmara Francisco de Oliveira (2018, p. 32) tratou-se de um “desenvolvimento conservador a partir de rupturas históricas libertadoras”.

Preocupado em debater os processos de formação da sociedade e do Estado brasileiros, Florestan Fernandes (2005) buscou relacionar o processo de dominação burguesa com a transformação capitalista em curso, analisando o modelo autocrático-burguês⁵⁹ e renovando as concepções até então desenvolvidas sobre o desenvolvimento do capital no país. Ele aponta que a Independência do Brasil, que marca o fim do domínio português, pressupôs tanto um elemento revolucionário quanto conservador.

Para o autor, as elites ditas “nativas”, que se subordinavam às conveniências da Coroa, atuaram de modo revolucionário nas estruturas do poder político para reforçar a ordem social imperante na sociedade colonial, com o intuito de adquirir a autonomia exigida por uma sociedade nacional; simultaneamente, tinha o propósito de preservar e fortalecer uma ordem social que não tinha condições materiais e morais de engendrar tal autonomia (FERNANDES,

⁵⁹ O conceito de autocracia desenvolvido por Florestan Fernandes (2005) relaciona a forma de governo com a relação de poder da dominação burguesa e a composição de interesses de classe nas economias capitalistas subdesenvolvidas e dependentes.

2005, p. 50-51). Assim, o estatuto colonial foi superado em seu estado jurídico-político, mas a ruptura com o passado não ecoou em seu substrato material, social e moral, que teria de permanecer como suporte, agora, na construção de uma sociedade nacional.

A mudança com conservação, delineada pela manutenção das mesmas elites brasileiras existentes no Império, por si só, já indica que não se pode falar em conservadorismo no Brasil a partir do mesmo marco de reação à Revolução Francesa, já que não havia resistência a emergência e expansão do capitalismo pelos conservadores. Tratava-se da manutenção de antigas estruturas sociais em um novo contexto político, onde o Estado preenchia a função social de coadunar o “velho” e o “novo”, mantendo as estruturas sociais que privilegiariam o prestígio social das elites dos estamentos senhoriais, ao mesmo tempo em que fomentaria as condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional (FERNANDES, 2005).

No Brasil, observa-se que no processo de transição capitalista, o Estado autocrático burguês foi o responsável pela preservação dos interesses econômicos da burguesia e do capital internacional, resgatando aspectos de continuidade em relação ao próprio “sentido da colonização”. Fernandes (2005) destaca que o capitalismo periférico no Brasil é, assim, resultado de uma economia de mercado que está determinada a um ciclo de apropriação capitalista internacional, onde a industrialização (tardia) esteve limitada ao sistema privado internacional, como uma “entidade subsidiária e dependente”. Segundo ele:

[...] Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa (FERNANDES, 2005, p. 342).

Assim, as oligarquias tradicionais não padeceram com o desaparecimento dos estamentos dominantes do “antigo regime” nas estruturas da constituição/expansão da sociedade de classes, ao passo que as classes sociais burguesas se unificaram em torno de sua situação material de interesses, seu estilo de vida e concepções de mundo (FERNANDES, 2005, p. 362). Nesse contexto, as ideologias autoritárias e conservadoras se mantiveram durante toda a maturação histórica da burguesia brasileira com o propósito de corrigir os problemas que “atrapalhavam” o desenvolvimento econômico, já retardatário, na tentativa de realizar avanços em saltos milagrosos.

Foi ao final da República Velha, após a Revolução de 1930, que as classes e estratos de classes burgueses, antes um resíduo social que “imitava servilmente a aristocracia”

(FERNANDES, 2005, p. 362), se colocaram como um corpo social organizado, alcançando uma solidariedade de classe burguesa e fazendo uma revisão de suas ideologias, sob influência das experiências democrático burguesas norte-americana e europeia. Segundo Fernandes (2005), no período do Estado Novo e, mais especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os interesses agrário-comerciais, industriais e financeiros lograram a uma predominância ainda maior.

A literatura do Serviço Social é vasta na exploração da presença do conservadorismo durante esse período, que coincide com a origem da profissão no Brasil. Iamamoto (2008, p. 18) aponta que o surgimento do Serviço Social no país integrou um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de a Igreja recuperar sua influência e privilégios, em um projeto de “recristianização da ordem burguesa”. Esse traço conservador perdura nas alianças entre Estado e capital monopolista que teve de apresentar respostas a dita “questão social” com o advento das políticas sociais. Estas, cabe lembrar, são também e contraditoriamente reflexo das lutas de classes, conforme explana Netto (2011, p. 33).

As políticas sociais no contexto de desenvolvimento capitalista no Brasil são “recortadas em problemáticas particulares” (NETTO, 2011, p. 32) que desconsideram o significado socio-histórico da contradição entre capital *versus* trabalho e respondem a essa contradição da realidade de forma eminentemente moralista. Barroco (2010, p. 74) lembra que no capitalismo monopolista o enfrentamento das “sequelas” da “questão social” recebeu, em seus fundamentos ético-políticos, um tratamento moral que adveio da presença de projetos conservadores, dentre eles o da Igreja Católica, sustentado ideologicamente pelo conservadorismo moral.

Durante o período nacional-desenvolvimentista buscou-se criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional que controlasse o desenvolvimento capitalista. Para Sampaio Jr. (2012), esse momento representou uma expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar, buscando realizar a possibilidade de conciliar, capitalismo, democracia e soberania nacional. Para ele, o desenvolvimentismo foi uma arma ideológica “[...] das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional” (SAMPAIO JR., 2012, p. 674).

As expressões do pensamento econômico nesse período eram formuladas por intelectuais⁶⁰, fossem ou não marxistas, que consideravam o desenvolvimento como uma fase

⁶⁰ Wasserman (2017) explica que os intelectuais que pensavam o tema do desenvolvimentismo estavam ligados às instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Instituto Superior de Estudos

necessária para que o país superasse seus problemas e galgasse a uma fase de capitalismo sustentável ou mesmo ao socialismo, “livre das sequelas de relações sociais pré-capitalistas” (WASSERMAN, 2017, p. 48). A crise desse ideário, conforme Wasserman (2017), se deu a partir dos anos 1960, quando, do ponto de vista econômico, os países latino-americanos sofreram um esgotamento da capacidade de acumulação e realização da produção industrial.

A vivificação do conservadorismo se fez presente, de forma acentuada, nas experiências de ditaduras na América Latina, em especial a do golpe de 1964 no Brasil, que ilustra o período de modernização conservadora que deu sustentação à construção de um projeto mais eficiente de acumulação burguesa na região. A derrubada do então presidente eleito democraticamente João Goulart e a instaurada do regime militar representou, para Netto (1994, p. 16), uma “contra-revolução preventiva” que tinha o objetivo de adequar os padrões de desenvolvimento nacionais ao quadro inter-relacional econômico capitalista, imobilizar os protagonistas sociopolíticos que resistirem a esta reinserção subalterna no sistema e, por fim, catalisar forças contra a revolução e o socialismo.

A entrevistada de alcunha Profissional 7, ao confirmar a percepção de um avanço do conservadorismo em discursos na atualidade, se recorda desse período afirmando que:

[...] tá aí a ideia de várias pessoas dizendo que querem o tempo da ditadura de novo. Eu digo: “Gente, o que é que vocês estão pensando? Estão doidos? Voltar pra trás?”, “Ah, mas não tinha...” Como é que é? Várias, várias pessoas, eu fico estarecida. “Mas dentro da ditadura não tinha essas violências, não tinha esses roubos, todo mundo em casa!” Sim, quem não tava em casa morria a pau e vocês não sabem, não ficam sabendo porque tavam dentro de casa (PROFISSIONAL 7, 2018).

Além dessa forte opressão citada, a força conservadora no golpe cívico-militar de abril se evidenciou, conforme Netto (1994, p. 25) no seu viés reacionário, ao passo que resgatou as tradições de heteronomia e exclusão presentes em um passado recente da formação social brasileira. A modernização conservadora do ciclo autocrático burguês foi caracterizada, no plano socioeconômico, pela confluência entre monopólios imperialistas e a oligarquia financeira nacional, que impuseram um desenvolvimento dependente que acentuava a subalternidade da integração do Brasil no sistema capitalista mundial e promovia a concentração e centralização autoritária em seu interior (NETTO, 1994). A modernização com conservação no período ditatorial, não sendo novidade na formação social brasileira, contava

Brasileiros (ISEB), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e, em outra concepção, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

com uma retórica liberal que, segundo Oliveira (2018), era efeito de um anticomunismo radicalmente industrializante.

O processo de redemocratização, que está ligado à crise pós “milagre brasileiro”, precedeu da insatisfação dos trabalhadores (inclusive de assistentes sociais), de movimentos organizados, de um novo sindicalismo e projetos políticos, dentre eles, o do Partido dos Trabalhadores, formado em 1980. Conforme Oliveira (2018), este partido não surgiu como um partido de esquerda, cultura ausente no sindicalismo do ABC Paulista, mas foi “empurrado” pela crise geral da ditadura e pelo movimento de redemocratização.

Às portas da restauração da democracia em 1985, após campanha das Diretas Já e retirada da ditadura da cena política, esteve a ofensiva neoliberal que, durante o seu ciclo, se utilizou de uma política econômica antissocial e conservadora. Conforme Oliveira (2018) o ciclo neoliberal teve início com Fernando Collor de Mello e, após seu *impeachment*, foi continuado por Itamar Franco. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003, foram caracterizados pela consolidação do paradigma neoliberal, tanto no âmbito das políticas econômicas quanto no plano social, através de políticas monetárias recessivas, políticas fiscais ortodoxas, antirreformas sociais e antidireitos.

Há autores, e Oliveira (2018) é um deles, que defendem que Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade a este projeto neoliberal de forma ainda mais deletéria para os direitos sociais do que seus antecessores. Outros, como Giovanni Alves (2014b), independente de considerarem que o chamado neodesenvolvimentismo preservou e consolidou os pilares do Estado neoliberal no Brasil, não despreza a particularidade dessa nova formação política que, diferentemente do projeto neoliberal adotado na década de 1990, criou políticas públicas visando diminuir as desigualdades sociais e fortalecer o mercado interno.

Ainda que a intencionalidade dos governos petistas apresente um caráter pretensamente “pós-neoliberal” (SADER, 2013), o período Lula-Dilma representou mais uma transição política conservadora pelo alto, característica recorrente na história do desenvolvimento capitalista no Brasil. Sem desconsiderar as significativas divergências já apontadas entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, considero que este último tem seu caráter conservador na medida em que criou políticas de redução da pobreza sem confrontar o poder do grande capital, servindo-o a partir da estratégia de conciliação entre classes.

No contexto em que o Brasil sofreu um golpe encenado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, as perversas heranças do passado autoritário e conservador foram restabelecidas com vigor. Os discursos de ódio, o moralismo exacerbado e o apelo à uma “ordem” que esconde o caos capitalista em uma veste de harmonia social se aliam aos interesses econômicos mais

tiranos e despreocupados com qualquer demanda social. Cabe pontuar que há, nessa ascensão do conservadorismo na contemporaneidade, a presença de um componente religioso que dispõe de muita força no debate político. Inclusive, o avanço da religiosidade de raiz protestante tem avançado em espaços como o Serviço Social, profissão que alçou a uma hegemonia profissional crítica, mas outrora já esteve vinculada à religião Católica, atualmente com menor dominância ideológica na área (IAMAMOTO, 2014).

Ao que parece, o conservadorismo sempre esteve presente no desenvolvimento histórico-cultural de nosso país, em alguns momentos conformado com a continuidade das relações entre forças sociais, em outros ressurgindo para lembrar o seu poder na arena dos conflitos de interesses (de classes). Essa reação conservadora no que diz respeito a aspectos morais e sociais alinhada a políticas economicamente liberais, compreende as desigualdades como naturais, as justifica através da meritocracia e realiza a defesa das liberdades individuais e da propriedade privada (como é o caso do privilégio das heranças). Talvez seja a essa articulação que se deva, no Brasil, a interação entre os significados do conservadorismo e do liberalismo.

3.4 “Liberal na economia e conservador nos costumes”: um arranjo sincrético entre liberalismo e conservadorismo na política brasileira contemporânea

No âmbito das esquerdas e do Serviço Social brasileiros⁶¹, é usual pensar conservadorismo e liberalismo como correntes de pensamento semelhantes. Sendo fiel ao método dialético materialista, o conservadorismo pode ser compreendido dentro de uma chave explicativa que leva em consideração a manutenção da base material (infraestrutura). O conservadorismo, ainda que expresso em valores, visões filosóficas, políticas e/ou religiosas, na perspectiva materialista representa – antes de tudo – a postura de defesa da ordem econômica posta (sob o elemento distributivo). Lembrando Yazbek (2009, p. 5), “O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista”.

Isto é, ainda que o conservadorismo seja um fenômeno heterogêneo, o denominador comum para identificá-lo é a defesa do modo de produção capitalista, fundamento partilhado

⁶¹ Segundo Mota (2013), o Serviço Social, especialmente como área do conhecimento, teve significativa contribuição no âmbito da formação de uma cultura crítica no campo da esquerda anticapitalista e socialista no Brasil.

também pelo liberalismo. É nesse sentido que o período neodesenvolvimentista poderia ser considerado como reprodutor do conservadorismo: durante os governos Lula e Dilma não houve propostas de mudanças na base social capitalista, ao revés, sua continuidade foi reforçada.

Constitui um equívoco epistemológico supor que, pelo simples fato de partir da mesma base material (o capitalismo), pode haver livre associação entre correntes do pensamento social que contém em si elementos distintivos. A circunstância de compartilhar um arranjo material comum, a sociabilidade capitalista, não autoriza que se faça ilações vinculativas como forma de explicitar o fenômeno. O apagamento das diferenciações a partir da superexposição da base material, finda por unificar visões de mundo diversas, que possuem repercussões concretas na cena política e à materialidade da vida social.

Ao contrário da Inglaterra, França ou dos Estados Unidos, no Brasil não existe uma fronteira rígida no pensamento comum que diferencia o conservador e o liberal, de modo que muitas vezes os dois são tratados como se denotassem o mesmo conjunto de ideais. Essa confusão na análise da realidade brasileira tem como raiz explicativa o processo de desenvolvimento econômico nacional, que é distinto em relação aos países centrais. Historicamente, as elites brasileiras tentavam reproduzir ou implementar teorias em voga nos países centrais, todavia, deslocadas do substrato social presente na sociedade brasileira. As tentativas de compreender o fenômeno do conservadorismo a partir de uma lupa eurocêntrica tão somente reforçam a dificuldade de assimilar por que o conservadorismo no Brasil não pode ser entendido no mesmo arranjo dos países centrais.

Há inúmeras similitudes entre o pensamento liberal e conservador, sobretudo na realidade brasileira, em que não se vivenciou uma transição para o sistema capitalista da mesma forma que os países em que essas correntes foram pensadas. Contudo, na sua fonte, o liberalismo e o conservadorismo apresentam fundamentos específicos e diferentes grupos internos, que refletem em posicionamentos distintos diante de polêmicas temáticas que estão postas no jogo político contemporâneo.

De início, cabe lembrar que para países como França, Inglaterra ou Estados Unidos, o conservadorismo representou, mais que um dissenso, uma oposição ao liberalismo. Ainda que o Brasil tenha importado um protótipo dessa contradição no período de transformação capitalista, liberais e conservadores partilharam, além dos mesmos objetivos, o mesmo ponto de partida, afinal, os senhores de escravo é que se tornariam a futura burguesia. Dessa assertiva, se excluem pontuais divergências, estando a principal delas delimitada, por um lado, na defesa da monarquia pelos conservadores mais ortodoxos, e, por outro, no desejo de eleger os

representantes que ocupariam os cargos públicos, pelos liberais.

Tôrres (1968), fiel discípulo do pensamento conservador, alega que os liberais eram vítimas de uma ideia romântica, inspirada em Rousseau e seu *contrato social*, de que a condição fundamental da liberdade residiria na eleição. Para ele, o preenchimento de cargos públicos, visto como uma questão essencialmente técnica, deveria ser condicionado pelos critérios de utilidade e eficiência e que o “Imperador era a encarnação viva da unidade nacional no tempo e no espaço” (TÔRRES, 1968, p. 12). Afora esta central divergência, o próprio autor indica que os liberais, ainda no período do Império, eram aliados dos conservadores, chegando a citar exemplos de “liberais conservadores” como Afonso Pena, Manuel Alves Branco, Afonso Celso (TÔRRES, 1968, p. 181-185).

Salvo exceções muito particulares⁶², essa central divergência apontada por Tôrres (1968) não persiste com representatividade no desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. Em certo sentido, os interesses dos conservadores se fundiram aos propósitos de integração do país ao sistema capitalista internacional, quando o conservadorismo nacional se transmuta da defesa da ordem escravocrata e monárquica para o capitalismo. Passam a não divergir entre si os que se interessam em fazer a defesa da propriedade privada e livre iniciativa daqueles que defendem a valorização da família e das instituições. O que ocorre é uma mescla de interesses e defesas difícil de justapor a um conceito teórico importado e fechado, tendo em vista que se trata de uma realidade particularmente tupiniquim.

Mesmo no âmbito dos países centrais, desde segunda metade do século XX, tanto o conservadorismo britânico quanto o americano se aproximaram do liberalismo econômico (GARSCHAGEN *apud* SCRUTON, 2015b, p. 13). Ainda que em sua origem tais correntes tenham partido de objetivos opostos, a ampla disseminação das ideias liberais permitiu a construção de uma relativa aliança entre elas. Conforme Coutinho (2014), no contexto britânico, o conservadorismo se fundiu ao liberalismo com a atuação de Margaret Thatcher, líder conservadora e primeira-ministra de 1979 a 1990, que alinhou o Partido Conservador ao liberalismo econômico.

Houve um progressivo apagamento das diferenciações iniciais que gravaram o pensamento conservador e o liberal nos países centrais, à medida que ocorreu a assimilação do

⁶² Existem alguns pontuais movimentos que defendem a restauração da Monarquia como solução para os problemas e crises presentes no Estado brasileiro, como o “Diga sim à monarquia parlamentarista” e o “Pró-Monarquia” (AMORIM, 2017). É possível citar ainda que em algumas das manifestações conclamadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR) surgiram, por parte de manifestantes, fantasias nostálgicas de retorno à Ditadura Militar e também à Monarquia. Na eleição de 2018, foi eleito deputado federal Luiz Philippe de Orléans e Bragança, membro da “família imperial brasileira” por ser descendente de Dom Pedro I e II, não obstante seja autoproclamado liberal.

modo de produção como dominante. Opera-se o revolucionamento na base material, acompanhando da transformação “mais cedo ou mais tarde”, do conjunto de ideias e instituições que conformam a superestrutura. Nesse tocante, parece ganhar plena vazão a assertiva de Marx: “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 47-48).

Não teria sentido promover a distinção entre conservadores e liberais (e por que não os “neodesenvolvimentistas”?) caso se focalize estritamente a base material, pois esta serve como cenário concreto para esses arquétipos políticos. O que esse ponto de vista associativo deixa escapar é a própria transmutação ideológica da luta de classes de um critério eminentemente econômico para um embate “cultural”. Mesmo assentindo com o modo de produção capitalista, liberais e conservadores dos países centrais divergem entre si nas pautas não afeitas à seara econômica.

Temáticas como o casamento homoafetivo, liberação de drogas, descriminalização do aborto, aceitação de imigrantes etc., recebem tratamento díspar nos enfoques liberal e conservador. Há uma tendência de os liberais serem mais volitivos a incorporarem tais demandas, enquanto um conservador pode ser mais resolutivo em repudiar tais mudanças. O choque entre os democratas e republicanos, nos Estados Unidos, é um nítido exemplo de distinção entre o liberalismo e o conservadorismo. É preciso pontuar que esses grandes esquadrinhamentos se prestam como generalizações de fenômenos complexos, visto que comportam zonas nebulosas de aceitar uma ou outra questão em pormenor e repudiar outra. Não se trata de uma aceitação em bloco de todas as pautas por um e pura e simplesmente o repúdio delas por outro.

A distinção rígida entre conservadores e liberais não encontra respaldo prático na realidade brasileira, em virtude da dinâmica social que se construiu as categorias. O que parece existir em nosso contexto parece ser muito mais uma miscelânea sincrética de diferentes perspectivas que comungam para a continuidade das relações de dominação, uma vez que conceitos alinhados a ambas perspectivas são usados de forma indiscriminada a serviço de uma justificação da continuidade do poder do capital. Defendo a existência de um sincretismo no Brasil em virtude de o conservadorismo tomar a cena pública sob a veste do liberalismo.

O oposto também pode ser dito, tendo em vista que houve uma captura dos conservadores para as pautas liberalizantes no âmbito econômico, quando se publiciza em demasia as questões “identitárias”. Sob pretensa ameaça de atacar os valores tradicionais da família brasileira, os conservadores ligados à manutenção da heteronormatividade, patriarcalismo, em síntese, consensos norteadores do seu pensamento, findam por deslocar seu

posicionamento político para o liberalismo econômico, à medida que a esquerda é associada ao desregramento dos valores cultuados por este setor.

No Brasil, distante geográfica e ideologicamente das discussões mais ortodoxas sobre liberalismo e conservadorismo, torna-se imperceptível a distinção entre o que seriam características tipicamente liberais ou conservadoras, quando os conservadores se autointitulam liberais. Aqui é possível ser um “liberal”, que defende os pilares da propriedade privada, liberdade individual, meritocracia e livre mercado, sendo também contrário a pautas como a como união homoafetiva – que poderiam ser seguramente alinhadas aos preceitos liberais em outras conjunturas. Há conservadores que, preocupados com a manutenção da família e instituições tradicionais, defendem a redução do Estado igualmente aos liberais, quando o conservadorismo ortodoxo optaria por ações de fortalecimento do nacionalismo e das fronteiras nacionais.

Em nosso contexto, é possível afirmar que o conservadorismo está, para além do plano moral, no plano político. João Pereira Coutinho (2014), autor de postura claramente conservadora, caracteriza o conservadorismo político o distinguindo das caricaturas que usualmente se faz dele. Ele aduz que um governo conservador é mais “modesto e prudente” na sua função, pois permite que os indivíduos persigam seus objetivos sem “a mão paternalista do Estado” (COUTINHO, 2014, p. 101), bem como opera reformas com o princípio da conservação, e não da inovação.

Acerca do liberalismo, no plano teórico, a recente popularidade do economista liberal da Escola Austríaca, Ludwig Von Mises, demarca a aproximação entre liberais e conservadores no Brasil, ainda que ele não se autodescreva como um conservador. Mises, dispondo de uma linguagem acessível e disseminando um liberalismo um tanto “popular”, ganhou espaço nos discursos de “liberais”, que na prática são conservadores, no contexto de odiosidade ao Partido dos Trabalhadores, os quais pediam: “Menos Marx, Mais Mises”⁶³. A confusão se deve ao fato de que, no plano econômico, os liberais e conservadores partilham da aceitação do capitalismo. Ao se autoproclamarem liberais, em verdade, partilham dos anseios dos conservadores.

Durante a campanha presidencial de 2018, a título ilustrativo, o então pré-candidato João Amoedo, do partido Novo, definiu-se como um candidato “liberal na economia, mas conservador nos costumes”, tendo em vista que era contra o aborto e a descriminalização das

⁶³ Tal jargão foi comumente visualizado nos protestos contra a presidenta Dilma Rousseff em cartazes que repudiavam a falaciosa “doutrinação comunista”. Existem sítios virtuais que disseminam a ideia do autor, como o “Mises Brasil”, e outros que chegam a vender camisetas com estampa da frase, a exemplo do “Tomando Partido”. Tem representatividade, também, o Instituto Liberal.

drogas, sendo favorável à privatização e redução do Estado. Os conservadores recentes projetam a si como liberais por dividirem o anseio de mitigação do papel estatal na economia, todavia, mantêm-se fechados nas questões valorativas. O nacionalismo deixa de ser um componente relevante para a caracterização do pensamento conservador, como era no tempo da ditadura militar brasileira (1964-1985). Por outro lado, um exemplo de liberal mais próximo do sentido conferido nos países centrais, poderia ser Fernando Henrique Cardoso, favorável às cotas raciais⁶⁴, descriminalização das drogas e do aborto (UOL, 2011), embora responsável pela consolidação do neoliberalismo.

O sincretismo de liberais e conservadores ocorrem à medida que neoliberalismo passa a ser diretriz comum de orientação do projeto político, sendo difícil prover qualquer distinção quando se trata da economia. Em sua obra “A Mentalidade Anticapitalista”, Mises (2015), ao fazer a defesa do livre mercado no capitalismo, partindo do pressuposto de que este é o único sistema social que “funciona”, utiliza referências de base que podem ser assimiladas por conservadores, como a valorização da herança dos antepassados. Segundo Mises (2015, p. 10): “[...] trata-se apenas de aproveitar o trabalho criado por muitas pessoas, antes mesmo de nós nascermos, para não recairmos em nosso estado primitivo: a nudez famélica das cavernas”.

Segundo o autor, foi o capitalismo que permitiu, historicamente, que as conquistas humano-sociais fossem alcançadas, de modo que “os pobres do nosso século” têm em mãos “alguns bens que seriam inimagináveis ao mais rico imperador antigo” (MISES, 2015, p.10). Este argumento tem possível fonte de inspiração em John Locke (2002, p. 45), segundo o qual “um rei de território grande e fértil se alimenta, mora e veste-se pior que um trabalhador diarista na Inglaterra”. Aqui, observo como Mises, embora seja um liberal, torna-se ponto de referência para os conservadores brasileiros, que se proclamam liberais.

Ainda, ao tratar sobre liberalismo, Mises (2010) faz críticas à política antiliberal com argumentos de fácil assimilação por conservadores. Para ele, os antiliberais recomendam “que o presente seja muito bem provido, à custa do futuro” (MISES, 2010, p. 40) o que ele considera irracional por representar “uma gratificação momentânea e relativamente abundante” em detrimento de “uma desvantagem relativamente dolorosa no futuro” (MISES, 2010, p. 40). Mises (2010) acredita que as transformações sociais não devem ocorrer de forma tempestiva –

⁶⁴ Foi no final do seu mandato presidencial que editou a Medida Provisória 63/2002, convertida na Lei nº 10.558/2002, que tratava da instauração das cotas raciais. Na exposição de motivos da MP, ficam nítidos os contornos liberais da proposta: “Este Programa atende a prioridade do Governo na formação de recursos humanos como condição para melhorar a produtividade e competitividade necessária ao crescimento econômico do país e complementa as atuais políticas educativas do Brasil, contribuindo de maneira significativa para a promoção do acesso ao ensino superior, aumentar a possibilidade de emprego e renda e, a longo prazo, reduzir as distorções sociais” (PLANALTO, 2002).

que dirá revolucionária – sendo necessária a submissão a certos sacrifícios provisórios em prol de resultados favoráveis futuros.

Contra qualquer política pública ou direito social, Mises (2010) parece caracterizar exatamente o pensamento daqueles que, insatisfeitos com as políticas minimalistas levadas à cabo pelo governo petista, propuseram o impedimento de Dilma como uma solução para todos os males vivenciados pela população brasileira. Conforme o autor:

Se um médico mostra a um paciente, que deseja alimentos prejudiciais à sua saúde, a perversidade desse desejo [...] Todo mundo entende que o médico aconselha ao paciente esquecer o prazer que o alimento danoso provoca, simplesmente com a finalidade de evitar males à saúde dele. Mas quando a questão se liga às políticas sociais, alguém logo se dispõe a considerá-la bastante diferente. Quando o liberal aconselha a que não se tomem determinadas medidas populares, porque delas espera consequências danosas, é censurado como um inimigo do povo, [...] sem levar em conta o mal que provocam, recomendam o que lhes parece conveniente no momento (MISES, 2010, p. 39).

O *liberalismo conservador*, representativo do sincretismo político brasileiro, pode ser facilmente observado em um dos movimentos que ganhou evidência na articulação das manifestações entre 2013-2016 no Brasil: o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL, fundamentado em preceitos liberais, passou a se apropriar de pautas conservadoras, como a criminalização do aborto, contra as cotas raciais, apoio a projetos de censura como o “Escola sem Partido”, e colaboração no encerramento precoce da exposição *Queermuseu*⁶⁵. Em complementação, a Profissional 8 afirma que, na mesma direção do referido movimento, os segmentos liberais-conservadores tendem a “conservar os direitos da elite, né? Nada de conservar tudo como está não, é até pior. Vão, assim, usurpar e dar todo o patrimônio nacional, daquilo que é mais lucrativo, pra iniciativa privada” (PROFISSIONAL 8, 2018).

Sob influência de Mises, dentre outros liberais como Hayek e mesmo conservadores, como Burke, o MBL situa-se, conforme Gohn (2017), no contraditório campo de ideias que misturam o liberalismo e o neoconservadorismo. Para a autora, o MBL se configura como uma organização liberal por defender o livre mercado e ser antiestatista, e conservador por se posicionar contrariamente a vários direitos sociais e culturais modernos. Em suma, “um grupo da direita, conservador e reacionário” (GOHN, 2017, p. 47).

Alinhando, no campo cultural e filosófico, fundamentos conservadores e, no campo político e econômico, uma base liberal, a “direita” no Brasil contemporâneo tem empregado

⁶⁵ A mostra *Queermuseu – Cartografias da Diferença na arte brasileira*, exposta no Santander Cultural em Porto Alegre em agosto-setembro de 2017, foi alvo de um boicote organizado por grupos religiosos e pelo MBL, com o argumento de que as obras ofenderiam a fé cristã, diversificando seus discursos em direção ao conservadorismo.

esforços para manutenção e reprodução das relações de poder capitalistas. Suplantando a incompatibilidade material entre liberais e conservadores, as expressões da realidade brasileira evidenciam que é possível ser liberal e conservador ao mesmo tempo, na defesa de preceitos como a meritocracia, a propriedade privada, redução do Estado, valorização de instituições tradicionais e corte de direitos sociais. É na prevalente máxima *liberal na economia e conservador nos costumes* que ocorre o esfacelamento do período neodesenvolvimentista.

4 AS IMPLICAÇÕES DO ESGOTAMENTO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários [...]. Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia (BARROCO, 2015, p. 634-635).

As análises realizadas até aqui expressaram alguns dos grandes desafios que se colocam para a (re)construção de caminhos ético-políticos ao Serviço Social brasileiro. Pensar os elementos que conformam a profissão no contexto de esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista e do crescente avanço da ofensiva conservadora, requer a opção por uma análise dos contextos social, econômico e político, que condicionam dialeticamente o Serviço Social. Este, conforme Mota e Amaral (2014), não ficou imune às tendências da ofensiva das classes dominantes na atual conjuntura tendo, a todo momento, que repensar as suas estratégias de enfrentamento das problemáticas emergentes, nos planos do exercício, da formação, regulação, produção de conhecimentos e lutas sociais. É no intuito de colaborar para a construção de tais estratégias que esse capítulo se desenha.

A essa altura, é inconteste que tanto a instaurada do neodesenvolvimentismo quanto seu esgotamento tiveram repercussão no trabalho profissional de assistentes sociais. Esse dado empírico se comprova, sobretudo, ao se observar o conjunto de políticas que conformam a proteção social no país, maior espaço de atuação das assistentes sociais brasileiras. As políticas sociais, desenhadas pelo Estado, constituem o elemento mediador entre a profissão e seu objeto, a “questão social”⁶⁶, sendo definidas a partir da direção societária que os governos desejam imprimir em seus mandatos, permeados pelas relações políticas, econômicas e sociais que interferem no poder decisório. Como nos lembra Behring e Boschetti (2010), há um vínculo estrutural entre política social e Serviço Social desde a sua origem, que está firmada na expansão do papel do Estado no “enfrentamento das latentes expressões da questão social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 13).

No período neodesenvolvimentista, o quadro da proteção social apresentou, de um lado, elementos que apontavam para uma maior participação do Estado na resolução das demandas

⁶⁶ E igualmente as assistentes sociais se configuram em um dos sujeitos “mediadores privilegiados na relação entre população dominada, oprimida ou excluída, e o Estado” (CARVALHO; NETTO, 2012, p. 52).

sociais, destinação de recursos para o campo social (ainda que parcos) e ampliação do acesso a direitos. Por outra via, manteve parte da lógica neoliberal de precarização e privatização dos serviços públicos, focalização nas situações de pobreza extrema, descentralização político-administrativa da gestão, incentivo a ações das empresas com o discurso da responsabilidade social, bem como do terceiro setor, num processo de refilantropização da política pública.

Para as assistentes sociais, ainda que algumas das ações neodesenvolvimentistas tenham representado aumento dos postos de trabalho no campo das políticas sociais, a maioria deles se configuram em espaços precarizados e sem garantias trabalhistas, que, pela sua fragilidade, estão severamente ameaçados no contexto de crise. Ademais, o legado da concorrência penetrou fortemente na profissão, a partir do crescimento desmedido do contingente profissional gerado pela ampliação da oferta de cursos privados, presenciais e à distância.

Nesse contexto, observando o teor do trabalho profissional do Serviço Social no período em que perdurou o neodesenvolvimentismo, identifiquei que as principais diretrizes sobre as quais as assistentes sociais atuam são também provenientes de medidas adotadas a partir do projeto de governo petista, postas em xeque após instaurada do golpe de 2016. Na exaustão das condições para a continuidade do projeto vigente, o que ocorreu sincronicamente à ofensiva conservadora, foi retomado um plano político de caráter eminentemente neoliberal.

O resgate das ações neoliberalizantes, nesse momento, se tornaram ainda mais nefastas para as populações empobrecidas, já que a mediação do Estado se fez insuficiente para modificar as estruturas sociais que geram a acentuada desigualdade social no país⁶⁷. A incessante manutenção das bases de acumulação capitalista, agora sem a mínima atenção às refrações da “questão social”, redesenha o campo de atuação de assistentes sociais e impõe novos impasses ao atendimento das demandas sociais e requisições institucionais.

As contradições geradas pela conjuntura contemporânea, que aprofundam a desigualdade endêmica do país e revelam a face impiedosa do grande capital, contemplam ainda, conforme Demier (2016, p. 10), “o direitismo político e o conservadorismo comportamental”. O forte reacionarismo, associado ao corte de recursos para as áreas sociais, a intolerância as diferenças e a incitação ao ódio, são expressões cotidianas que apresentam desafios ao Serviço Social enquanto profissão que trabalha na perspectiva da garantia de direitos e construção de uma sociabilidade sem opressões.

Conforme a proposição desta tese em investigar as configurações do Serviço Social no

⁶⁷ Conforme pesquisa de Neri (2018), desde 2014 a desigualdade social vem crescendo no Brasil, bem como caindo o bem-estar geral da população em função da diminuição da renda média, com o incremento de 6,27 milhões de novos pobres de 2014 a 2017.

contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo, utilizei como fontes de pesquisa informações sobre a produção de conhecimento, a dimensão político-organizativa e o exercício profissional. As características a serem apresentadas nos tópicos propostos nesse capítulo são sínteses das principais temáticas abordadas nos artigos investigados, na posição exposta pelo CFESS, bem como nas inquietações profissionais das entrevistadas. Ademais, também puderam ser identificadas no meu próprio cotidiano de trabalho, de doutorado e na relação com as colegas que atuam nas diversas políticas sociais.

Retomando os aspectos metodológicos da pesquisa expostos no item 1.2, fizeram parte do *corpus* de análise: a) 25 artigos científicos que tratam sobre conservadorismo (22 artigos) e neodesenvolvimentismo (3 artigos) em sua relação com o Serviço Social, publicados no período entre 2011 e 2016 nas revistas Serviço Social & Sociedade, Katálisis, Argumentum, Em Pauta, Revista de Políticas Públicas, Textos & Contextos, Temporalis, Libertas e Sociedade em Debate; b) 8 CFESS Manifesta que continham discussões correlatas à conjuntura do quadro político brasileiro e atuação do Serviço Social, no período entre 2011 e 2016; c) 8 entrevistas com assistentes sociais selecionadas mediante lista disponibilizada pelo CRESS 10ª Região, inscritas no Conselho e atuantes na região metropolitana de Porto Alegre.

A técnica eleita para análise desse material foi a Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016), através da qual foi possível articular as diferentes fontes de pesquisa em um processo interpretativo que fez surgir novas concepções. Iniciei realizando uma desmontagem articulada entre os textos e as falas, unitarizando conteúdos que dialogavam empiricamente e/ou teoricamente. A conexão dessas unidades, já pensadas previamente dentro das chaves analíticas que conformam a pesquisa – Conservadorismo, Neodesenvolvimentismo, Serviço Social – fizeram emergir os conteúdos que se fazem presentes em toda esta tese, e sobretudo neste capítulo, que apresenta a organização da pesquisa em suas principais resultâncias.

Das falas, leituras bibliográficas e documentais, extraiu-se, em uma laboriosa síntese, os elementos centrais e mais presentes que evidenciam uma parte representativa da configuração do Serviço Social neste segundo decênio dos anos 2000. O primeiro tópico sintetiza algumas das informações que emergiram da produção de conhecimento sobre conservadorismo e Serviço Social, bem como das entrevistas com as assistentes sociais, que revelam a persistência histórica do conservadorismo na profissão na conjuntura contemporânea. Algumas armadilhas são reveladas na observação da incidência do conservadorismo na profissão, como o pragmatismo, a influência do conservadorismo religioso e as adversidades para garantia de direitos dos segmentos oprimidos, no exercício profissional, e análises endógenas, evolutivas e teoricistas do pensamento conservador, no campo teórico.

Essa persistência conservadora se aprofunda, conforme os resultados da pesquisa, pelas reestruturações da formação profissional a partir da consolidação de uma lógica educacional fortemente mercantilizada e desqualificada. No que se refere às propostas educacionais implantadas nos últimos governos, a profissão teve seu quadro profundamente modificado quando da formação de assistentes sociais através de cursos à distância, os quais já estão solidificados. A preocupação com a formação de assistentes sociais, que se apresenta no segundo tópico, ficou evidente em todas as fontes de pesquisa e se mostrou um dos pilares necessários ao enfrentamento da ascensão do conservadorismo no interior da profissão, ao converter-se em ações do corpo político-organizativo, da produção de conhecimento crítico e de estratégias profissionais no âmbito formativo.

Em seguida, como resultado da dinâmica entre a produção de conhecimento estudada e as entrevistas com assistentes sociais em exercício profissional, identifiquei que a conjuntura contemporânea tem sido favorável ao reforço da ideia de dicotomia entre teoria e prática, que há muito se espalha no Serviço Social. Defendo que romper com esse ideário perpassa pela apreensão do real em sua totalidade, incluindo-se seus fundamentos estruturais e conjunturais. Para atender qualificadamente as demandas que se mostram às assistentes sociais no campo interventivo é necessário, para além da compreensão dos fundamentos materiais da situação histórico-social, a apreensão das demarcações postas no âmbito da governabilidade para as políticas sociais, o que imprimirá as balizas da atuação profissional.

No último tópico são expostos os desafios ao exercício profissional de assistentes sociais, em meio à devastadora retomada neoliberal de desmonte das políticas sociais. Sendo este o espaço majoritário de atuação profissional, as mudanças advindas com o esgotamento do neodesenvolvimentismo repercutiram em um reforço ao seu caráter contraditório, ao passo que se apresentam novos obstáculos à efetivação de um trabalho efetivamente comprometido com o PEPPSS.

Como resultado das transformações do mundo do trabalho que impactam todas as profissões, o desemprego se coloca como um dos reveses mais evidentes ao Serviço Social. Ainda que tenha havido uma ampliação dos postos de trabalho no neodesenvolvimentismo, estes estão sendo paulatinamente reduzidos dada a contenção de investimentos no campo social e o grande número de profissionais no “mercado”, o que causa, conseqüentemente, o acirramento da individualidade, competitividade e rivalidade profissional.

Em suma, nesse capítulo serão apresentadas as percepções sobre a realidade profissional no contexto estudado, em articulação com a totalidade social, formada pelas manifestações imediatas, aparentes e fenomênicas integradas à essência desvendada na pesquisa, agora

particularizada. Almejamos (enquanto categoria profissional) que, conhecendo a configuração dessa realidade, possamos ousar transformá-la.

4.1 A persistência histórica do conservadorismo no Serviço Social e a tendência de retrocessos pós Golpe de 2016

A particularidade histórica do Serviço Social enquanto profissão se dá, não como evolução ou organização da caridade, da ajuda ou filantropia, mas no trato do Estado às demandas socio-históricas que surgem na fase monopolista do capitalismo. Na primeira metade do século XX, a intervenção estatal nas sequelas advindas da exploração nos grandes centros urbanos prescindia de um agente técnico que atuasse na formulação e implementação de políticas sociais que respondessem às expressões da “questão social”, em uma funcionalidade estratégica de preservação e controle da força de trabalho (NETTO, 2011).

Entretanto, conforme aponta Netto (2011, p. 70), não se pode ignorar que há uma relação de continuidade efetivamente existente entre o Serviço Social e formas filantrópicas e assistenciais, que compreendem tanto a influência do pensamento conservador, quanto de modalidades de intervenção provenientes do caritativismo, sob mediação da Igreja Católica. Essa dimensão não explica os meandros da profissionalização do Serviço Social, mas ignorá-la também pode nos levar a equívocos, tendo em vista o atual incremento do viés assistencialista da profissão, que vem sendo demandada a atuar em políticas sociais que têm apresentado o mesmo caráter.

Assim, a compreensão da persistência histórica do conservadorismo no Serviço Social, nesses meados dos anos 2010, precisa considerar dois aspectos distintos, ainda que intrinsecamente interligados: a) a herança conservadora advinda da origem da profissão, tanto no que concerne à sua funcionalidade ao capital quanto à demanda pelo aperfeiçoamento de práticas assistencialistas; b) os determinantes estruturais e conjunturais contemporâneos que implicam no reforço do conservadorismo no exercício profissional de assistentes sociais.

O conservadorismo impregnado na história do Serviço Social, que deita raízes em sua gênese, é uma das principais inquietações resultantes da presente pesquisa, ao se considerar a vasta produção de conhecimento sobre o tema, bem como as falas das assistentes sociais entrevistadas. A grande maioria dos artigos científicos analisados (22 escritos, o que corresponde a 88% do total de artigos) tratam sobre a relação entre conservadorismo e Serviço Social, nos quais estão presentes os debates sobre os fundamentos do pensamento conservador e sua influência para a profissão, em forma de ações preponderantemente assistenciais. Essa

ingerência foi endossada por parte das colegas entrevistadas, ao reproduzirem elementos que acabam por reafirmar o caráter do conservadorismo profissional.

Do material analisado, os artigos de Pereira (2016), Souza (2015), Guerra (2013), Leite (2012), Lopes (2016) e Lima (2016) tratam de forma mais aprofundada sobre o resistente nexo entre a profissão e o pensamento conservador, expressando uma preocupação com a sua superação na cena contemporânea. O resgate histórico da profissão e a ênfase nas possibilidades de ultrapassagem desse quadro, que alcança certo apogeu na vertente “intenção de ruptura” do Movimento de Reconceituação (NETTO, 1994), é o denominador comum entre as produções.

Quadro 7 – Artigos com ênfase na discussão sobre Conservadorismo e Serviço Social

REVISTA	ARTIGO	AUTORES	ANO
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Serviço Social: um <i>enfant terrible</i> na institucionalidade burguesa?	Potyara Pereira	2016
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação	Jamerson Souza	2015
KATÁLISYS	Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares	Yolanda Guerra	2013
EM PAUTA	Cultura crítica e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: desafios contemporâneos	Josimeire Leite	2012
REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e resistência contra o atual avanço do conservadorismo	Josefa Lopes	2016
REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	O Serviço Social brasileiro na atual fase do capitalismo: entre o conservadorismo e a resistência	Cristiana Lima	2016

Fonte: Sistematização da autora conforme leitura e análise dos artigos realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

As matrizes predominantes nas origens do Serviço Social são lembradas por Pereira (2016) e por Lima (2016) considerando a influência do conservadorismo burguês, que indiciava as populações pauperizadas de serem elas mesmas as únicas causadoras de sua condição, restando como solução o auxílio voluntariado e, em última instância, estatal. Pereira (2016, p. 415) aduz que a profissão, que dispunha de uma função educativa junto àquelas populações, “tornou-se sinônimo de adestramento, funcional à ordem dominante e à ampliação do raio de influência dessa ordem, sem qualquer interesse de prover o Serviço Social de refinamentos teóricos, metodológicos e interventivos”.

O Serviço Social “tradicional” tinha suas bases de formação inspiradas na doutrina social católica, as quais imprimiam uma ação psicologizante, que buscava encontrar respostas às contradições atinentes à relação entre capital e trabalho na esfera ético-moral (IAMAMOTO, 2007). A legitimação profissional, a especialização técnica e a institucionalização da profissão

se deram, ainda que com a qualificação técnica advinda das influências europeia e norte-americana, sem que houvesse a superação do caráter ajustador e educativo-moralizante, que reforçava os preceitos liberais de responsabilização individual pelos destinos pessoais, bem como os conservadores que enalteciam instituições tradicionais como a família patriarcal e a Igreja Católica.

A continuidade dessa concepção pôde ser evidenciada na fala do assistente social entrevistado de alcunha Profissional 1, graduado em meados da década de 1960. Este afirma que não se deve abandonar as origens da profissão, ainda que estas tenham vinculação com o conservadorismo católico e com teorias importadas dos países centrais:

Naquela época de sessenta e três, sessenta e quatro, se estudava Le Bret, os manifestos dele e os estudos que ele fazia, era uma época em que você estava começando a ver o Serviço Social de uma maneira diferente, que não era aquela visão... Eu não gosto muito que muitas pessoas dizem assim “ah, aquela visão psicossocial”, nós não podemos abandonar as origens! Se aprendeu muita coisa com o Serviço Social americano, se aprendeu muita coisa com o Serviço Social europeu. Nós não nascemos sabendo das coisas, então a gente aprendeu [...]. Então você vai evoluindo, claro que com esses períodos de ditadura fecham, né? Então você também perde muita coisa (PROFISSIONAL 1, 2017).

Para retomar as origens do Serviço Social referidas pelo entrevistado, Manoel Manrique Castro (2008) oferece seu contributo para a compreensão das condições históricas da emergência da profissão na América Latina, recorrendo à releitura de autores que explicavam a história da profissão a partir da periodização evolutiva de seus pressupostos. Em uma perspectiva a-histórica e endógena, autores como Barreix e Ander Egg (*apud* CASTRO, 2008) indicam que o Serviço Social se desenvolveu por meio de uma sucessão de etapas, que perpassariam um momento inicial, com atuação em formas de ação social ou concepções beneficente-assistenciais, passariam pelo “período Mary Richmond”, na qual a autora comparece como essência do período equiparável à Escola Eclética ou Métodos de Grupo e Comunidade, e a terceira fase, chamada por Ander Egg de “Trabalho Social, que teria como suporte uma concepção conscientizadora-revolucionária” (CASTRO, 2008, p. 42).

Ainda nas entrevistas realizadas, Mary Richmond enquanto representante de uma “fase” da profissão foi lembrada com saudosismo, mas certa incompreensão, por parte de duas profissionais. Elas aduzem que:

Sobre o conservadorismo na Mary Richmond, ela buscou superar no período aquele do momento de Reconceituação... Era pra ter superado esse conservadorismo, mas toda questão é a seguinte: a “questão social” é complexa, ela não é estática, então o conservadorismo... A questão do conservadorismo também tem que ser movimentada, é como a questão da ética, porque ela parou daquele jeito ali, ficou daquele jeito e continua... (PROFISSIONAL 2, 2018).

Tinha psicologia. Tinha psicologia um, dois, três, pra tu entender muitas coisas de personalidade, de comportamento. História do Serviço Social também tinha. Na minha época ainda tinha Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Vi Mary Richmond e eu aprendi. Eu não sei se na tua formação tu teve? (PROFISSIONAL 4, 2018).

Para além da confusão temporal e espacial mencionada pela Profissional 2, para a qual Mary Richmond, autora norte-americana, teria participado da Reconceituação em direção à superação do conservadorismo, as entrevistadas deixaram de indicar a crítica já amadurecida coletivamente pela categoria às concepções referidas. Nessa leitura estão ausentes as determinações e contradições de classes na explicação do processo histórico do Serviço Social, ocultando o fato de que, “As práticas profissionais, quaisquer que sejam, têm que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão dos seus interesses” (CASTRO, 2008, p. 43).

Particularmente no Brasil, foi a emersão do ciclo autocrático burguês que proporcionou as bases histórico-sociais para erosão do Serviço Social “tradicional”. Dos artigos analisados, Lopes (2016), Leite (2012) e Lima (2016) enfatizam que as alterações na direção profissional até então preponderante ocorreram no bojo do Movimento de Reconceituação, na construção de uma alternativa crítica no Serviço Social latino-americano. É inconteste que o esforço profissional por se afastar das suas práticas originárias alcançou seu ápice no período de renovação, seja para qualificar e modernizar os instrumentais técnicos já desenhados, traços muito presentes nas vertentes denominadas por Netto (1994) como Perspectiva Modernizadora e Reatualização do Conservadorismo, como para propor um completo rompimento com as práticas conservadoras vigentes, no caso da Intenção de Ruptura.

Em alusão aos 50 anos do Movimento de Reconceituação (celebrados em 2015), Lopes (2016) rememora o esforço da categoria por formar consciência crítica e uma nova cultura profissional, repercutindo em mudanças significativas nos principais eixos direcionadores do exercício da profissão. Ela destaca a criação de espaços de divulgação de ideias e fundamentos de análises críticas, como as editoras Ecro e Humanitas, da Argentina, a Cortez, no Brasil, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), as mudanças na formação acadêmica, que avançou para a pós-graduação, e a maior organização impressa no corpo profissional.

Leite (2012), com base em Netto (1994), assegura que a renovação do Serviço Social no processo de autocracia burguesa introduziu um pluralismo teórico, ideológico e político, que negou a homogeneização de suas práticas e concepções. A interlocução com disciplinas das ciências sociais permitiu a aproximação de segmentos da profissão com o pensamento crítico marxista, o que, “apesar das fragilidades iniciais, possibilita um olhar crítico sobre a profissão

e sobre a conjuntura sócio-histórica brasileira e de outros países da América Latina” (LEITE, 2012, p. 121).

A crise da ditadura militar e a redemocratização da sociedade brasileira proporcionaram as bases para a renovação crítica do Serviço Social que, ao final da década de 1970, já delineava uma ruptura com o conservadorismo a partir da construção de um novo projeto ético-político profissional, que refutaria a suposta neutralidade e se vincularia às demandas da classe trabalhadora. Leite (2012) enfatiza que o marco para essa nova direção teórico-prática e ético-política para a profissão foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”. Entretanto, o Profissional 1 ao advertir que estava presente no referido evento, nega que, de fato, tenha ocorrido a “virada”:

[...] no Serviço Social eu aprendi muita coisa e, inclusive, vivi algumas coisas que até hoje são passadas como verdade. Por exemplo, eu recebi há alguns anos atrás um vídeo do “Congresso da Virada”. Eu tava lá e não foi isso, porque eu estava trabalhando no congresso e a tal “virada” não aconteceu. Simplesmente mudaram a mesa de encerramento, entraram, uma colega nossa entrou praticamente com o Lula nos braços, fizeram um comício e isso foi dado como “Congresso da Virada”. A colega era a Luiza Erudina, que depois foi até prefeita de São Paulo. Gente, eu não tenho nada contra o partido, aliás, contra nenhum partido, mas o problema básico é este, eu acho que a profissão já é política, a nossa profissão já é política. Em segundo lugar, se você transformar em partido político, nós temos um problema sério (PROFISSIONAL 1, 2017).

A fala acima expõe a sua singular participação no III CBAS bem como a sua percepção sobre o congresso que ficou conhecido como o “da virada”. Para ele, o evento destacou-se pela sobreposição do aspecto político ao profissional, relatando que a mesa de encerramento foi tomada por interlocutores que tinham a intenção de realizar um “comício” político, tendo como protagonista o então sindicalista Lula. Tal discurso revela que ainda que haja uma hegemonia que direciona politicamente o corpo profissional, não há homogeneidade na perspectiva dos acontecimentos históricos ocorridos ao longo da maturação profissional.

Conforme nos alerta Guerra (2009a, p. 5), a “virada” não se explica simplesmente pelos acontecimentos ocorridos no evento em si, que ficou conhecido “correta e coerentemente” como um marco socio-histórico e político a partir do qual a categoria enfrenta a hegemonia do conservadorismo e inicia a construção de um projeto profissional de ruptura. Mas se dá, sobretudo, como ápice de um processo de inserção do Serviço Social no contexto de lutas sociais contra o imperialismo norte-americano, de resistência às ditaduras militares e em prol da ampliação da democracia. Não por acaso a Erudina participara desse momento, já que estava também integrada a lutas da classe trabalhadora como o Comando Geral da Greve de funcionários públicos, a discussão da “nova” Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o

movimento de unificação sindical que apoiou a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista (GUERRA, 2009a).

As autoras dos artigos selecionados prosseguem elucidando de que forma esse projeto florescido na profissão, vinculado a uma concepção alternativa de sociedade, permaneceu amadurecendo e resistindo às remodelações de noções conservadoras aos longos das décadas consecutivas. Lima (2016, p. 391) acredita que desde a década de 1990 vêm sendo reeditadas duas percepções na profissão, quais sejam: a) uma reatualização do conservadorismo vinculadas à ajuda psicossocial individualizada e da participação para o ajustamento; b) uma perspectiva que, com base no Movimento de Reconceituação, aponta para a construção de uma nova sociabilidade e vincula os compromissos profissionais com as lutas das classes subalternas. Dentre tais direcionamentos, uma das entrevistas na pesquisa empírica alerta para a força da reatualização do conservadorismo na contemporaneidade, ao ser dado destaque à individualização da atuação em detrimento de uma ação coletiva:

Isso tem que mudar, porque necessidades todos têm. Eu acho que em termos de um projeto ético-político a gente tem que se voltar tanto pra políticas públicas como pra questões de desenvolvimento do indivíduo, porque é dentro desse cenário que a gente vai construir essas políticas. [...] Muitas vezes a gente tem mais resultado nesse individual do que nesse coletivo. Então eu vejo que tem que ter o coletivo, esse processo ético, a gente instituir diretrizes e políticas básicas pra população, mas ao mesmo tempo a gente capacitar pra que essas pessoas vão em busca, mudem o que não está bem. Em termos do processo ético, ele tem que ser mexido. E quem são os canais que fazem isso? São os nossos conselhos, né? (PROFISSIONAL 4, 2018).

A crítica da assistente social aponta, na verdade, que o projeto ético-político profissional não responderia às necessidades do profissional, ou da população que demanda ações individualizantes da ação profissional. Essa tem sido uma das justificativas usadas para explicar uma possível crise ou inviabilidade do PEPPSS que, na verdade, tem como causalidade uma gama de fatores internos e externos à profissão, desde a consolidação de seu projeto hegemônico na década de 1990⁶⁸. Retomar à origem da profissão ou recorrer a outras áreas que possam agregar conhecimento, é, para o Profissional 1 (2017), a verdadeira forma de contribuir com a profissão:

Se tu não lê essa origem, tu fica perdido no tempo e no espaço. Tem que sempre começar do início das coisas e ir paulatinamente correndo esses caminhos, então, se o Serviço Social faz isso na intenção de articular-se com outras áreas formativas, perfeito. Só que essa segunda etapa não está acontecendo, ou seja, nós continuamos conversando sozinhos, conosco mesmo, isso é muito perigoso. Se eu começo a entender isto, eu posso aos poucos chegar a contribuir na minha área profissional, senão eu tô fazendo pura e simplesmente o “Todo mundo tem que pensar como eu”.

⁶⁸ A discussão sobre a existência ou não de uma crise do projeto ético-político profissional será melhor abordada no terceiro tópico deste capítulo.

Lembrar a origem da profissão ou especificar essa trajetória da interferência do conservadorismo no Serviço Social, como o fizeram as autoras dos principais artigos analisados, ainda que seja um movimento imprescindível, é insuficiente para compreender as determinações conservadoras que acometem a profissão na atualidade. Isso porque é igualmente necessário identificar os elementos materiais exógenos ao Serviço Social que interferem na cultura profissional, quando se faz uma leitura do real a partir do método materialista histórico. Para solucionar esse deslinde, dois dos autores optam pelo estudo de fenômenos que explicariam a influência do conservadorismo na profissão: Souza (2015) envereda pela busca do que seja “conservadorismo moderno”, enquanto Guerra (2013) perquire as expressões do pragmatismo, enquanto representação ideal da imediaticidade do mundo burguês, na dimensão prático-profissional do Serviço Social.

O artigo de Souza (2015) apresenta como objetivo o fazer uma aproximação teórica ao sistema de ideias conservador, identificando as características que ele adquire na atualidade. Contudo, o autor alerta já na introdução que não é seu propósito abordar as manifestações de extrema-direita que se intensificam na cena brasileira contemporânea, mas caracterizar o “conservadorismo moderno”, a partir de um raciocínio de periodização continuada ao trabalho de Escorsim Netto (2011), que analisa o “conservadorismo clássico”.

O autor afirma que o período compreendido entre 1910 (final da década) até 1960-1970, seria de “formação do pensamento conservador moderno” (SOUZA, 2015, p. 5). A partir de então, tece considerações acerca de suas características, destacando traços como o “presentismo” e a crítica às “utopias” revolucionárias, que romperiam com qualquer “possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (SOUZA, 2015, p. 7). Ademais, o autor aproxima o ideário conservador moderno de tradições de pensamento como o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo, ao passo que há a defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade, a supervalorização do saber prático e a impressão de duras críticas ao racionalismo.

Não obstante o valoroso apanhado de peculiaridades sobre o denominado “conservadorismo moderno”, uma das limitações identificadas foi o emprego de abordagens históricas e teóricas que dão centralidade a um conservadorismo generalista, pensado na realidade europeia, sem que se faça o retorno necessário para compreender a materialidade da sociedade brasileira contemporânea. Souza (2015) não realiza uma vinculação expressiva do conservadorismo moderno com a realidade da qual está partindo, havendo poucas menções ao Brasil, nem tampouco uma explicação sobre suas repercussões na profissão. Há um deslocamento espacial que reproduz a lógica de colonialismo do saber, além de uma abordagem

abstrata, que não permite sintetizar um pensamento que é particular em cada sociedade, caindo no engodo de um possível “teoricismo estéril”, como aponta Iamamoto:

[...] só o domínio de uma perspectiva teórico-metodológica, descolada seja de uma aproximação à realidade, do engajamento político, ou ainda de uma base técnico-operativa, ele sozinho, não é suficiente para descobrir e imprimir novos caminhos ao trabalho profissional. Corre-se o risco de cair no *teoricismo estéril*, uma vez que a metodologia nos fornece uma lente para leitura e explicação da realidade social, o que supõe a apropriação dessa mesma realidade (IAMAMOTO, 2015, p. 54).

A não observância da necessária imbricação entre conhecimento e realidade, abre espaço para que tendências irracionalistas ou conservadoras, como o pragmatismo, adentrem no âmbito técnico-operativo, que passa a ser considerado isoladamente, resultando em mero tecnicismo. O estudo de Guerra (2013), que trata das expressões do pragmatismo no Serviço Social, traz uma revisão crítica dos fundamentos da profissão, observando a linha de continuidade existente entre sua base conservadora e a vertente Intenção de Ruptura, impressa no pragmatismo.

A autora problematiza a questão através de dois enfoques principais, autoimplicados: primeiro, a presença do pragmatismo no que se refere à própria natureza da profissão, seu âmbito de intervenção e respostas profissionais; segundo, a incorporação de determinada racionalidade que implica pensar o real na sua imediaticidade, desconsiderando as mediações na relação teoria e prática.

Para a autora, que é referência no debate sobre instrumentalidade do Serviço Social⁶⁹, está situado no pragmatismo o caráter empirista da profissão, que supervaloriza a prática, “identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros e bem sucedidos e se servirem à solução imediata dos problemas” (GUERRA, 2013, p. 42). Também se localiza nessa visão de mundo o desprezo que alguns profissionais sentem pela teoria crítica, por esta não se reverter em respostas imediatas que possam ofertar subsídios à prática cotidiana. A fala de uma das assistentes sociais entrevistadas ilustra, ainda que sem a utilização desta denominação, a força do pragmatismo no corpo profissional:

Daí vem a prática, que eu fico achando que a gente está com uma deficiência na área da instrumentalização do Serviço Social. Eu já peguei estudantes que não sabem fazer uma entrevista. Tu está numa instituição, chega um usuário que traz uma demanda: o que é que eu faço? Talvez aquele usuário só precisa ser ouvido, aí na próxima ele já vem com a resposta. Então se eu já encaminhar ele pra um serviço, chega lá e o serviço não atende, ele não volta mais, né? Então assim, vejo uma deficiência na nossa profissão nesse sentido. Mais instrumentos que te capacitem a atender essa demanda que está nos aparecendo e que está cada vez pior, né? (PROFISSIONAL 4, 2018)

⁶⁹ Dentre outras obras de relevância para a produção de conhecimento na profissão, Yolanda Guerra é autora da obra intitulada *A Instrumentalidade do Serviço Social* (2011), que já está em sua 10ª edição, pela Editora Cortez.

Essa predileção por instrumentos técnico-instrumentais que respondam de forma pragmática as demandas institucionais e dos usuários dos serviços prestados tem, portanto, suas bases tanto na trajetória histórica do Serviço Social, quanto na formação profissional contemporânea. Guerra (2013) pontua que a prática historicamente empirista, paliativa, eclética e burocrática encontra terreno fértil para o aprofundamento do pragmatismo frente a uma formação que tem sido reduzida à lógica das competências, dos comportamentos manipulatórios, do aligeiramento e redução das categorias de análise da realidade a categorias instrumentais.

No que concerne ao segundo aspecto, Guerra (2013) se utiliza da obra de Pogrebinschi (2005), autora que se dedica à compreensão das matrizes do pragmatismo, bem como sua sobrevida na atualidade, em forma de múltiplos pragmatismos. Esta elucida que o pragmatismo tem três características nucleares, a saber: o antifundacionalismo, que se trata da negação da certeza e dos tradicionais conceitos filosóficos de verdade e realidade; o consequencialismo, que reduz a referência ao passado e enfoca no pensar para o futuro; e o contextualismo, que reivindica “consideração às crenças políticas, religiosas, científicas, enfim, à cultura da sociedade e às relações que mantém com as instituições e práticas sociais (POGREBINSCHI, 2005, p. 49).

Para Guerra (2013), ao se considerar os três núcleos da concepção pragmática, é possível perceber a sua influência nas profissões prático-interventivas ou “aplicadas”, como o Serviço Social. Ela afirma que tem sido recorrente o uso de conhecimentos ecléticos, selecionados de acordo com a teoria, método ou doutrina que melhor responda aos resultados esperados, em busca de uma verdade que solucione situações prático-imediatas. Por fim, conclui chamando as assistentes sociais a formularem uma recusa da atitude pragmática e do senso comum, tomando por base os princípios que orientam a profissão.

A atitude pragmática no exercício profissional de assistentes sociais é um dado fático inegável, acertadamente destacado por Guerra (2013). Todavia, é justamente em atenção à materialidade exigida pelo método materialista dialético, que as teorias devem colaborar para entender repercussão concreta do conservadorismo na realidade brasileira e do pragmatismo na atuação profissional. Desta forma, insisto que a abstração, pautada no materialismo histórico, deve ofertar o esteio para compreensão da realidade material, o que só é possível ao se fazer o retorno para os desafios materiais particularizados que se colocam à profissão neste momento. Alguns caminhos possíveis para isso consistem em movimentos – que partam substancialmente dos segmentos ligados à academia e às instituições político-organizativas – de aproximação com as populações usuárias dos serviços sociais, através de mediações com assistentes sociais

atuantes nas diversas políticas sociais, de proposições de projetos de extensão, da inserção direta nos campos de estágio, do debate articulado com os movimentos sociais etc.

Ao se considerar o segundo aspecto apontado no início deste tópico, que está em articulação (e não em negação) com todo o apanhado tratado até aqui, depreendo que não foram abordadas suficientemente as particularidades que implicam no reforço do conservadorismo no exercício profissional de assistentes sociais. Estas demandam uma interlocução adjacente à exaustão do neodesenvolvimentismo e suas conexões com a reassunção do conservadorismo na presente quadra histórica.

Ainda que o conservadorismo seja intrínseco ao significado socio-histórico da profissão e a acompanhe ao longo do seu desenvolvimento, aspectos superestruturais contribuíram para que houvesse momentos de retração ou ascendência conservadora na conduta profissional. Se o mais radical deles foi vivenciado no período ditatorial-militar, com o arrojado da vertente Intenção de Ruptura, a conquista de uma perspectiva crítica hegemônica não apaga a permanência do conservadorismo dentre as assistentes sociais. E isso se evidencia, sobretudo, nos contextos em que a sociedade apresenta alterações na forma como a “questão social” será respondida pelo Estado, e conseqüentemente, ecoam nas searas em que atuam as assistentes sociais.

O período de esgotamento do neodesenvolvimentismo apresenta particularidades na configuração do Serviço Social enquanto profissão interventiva, que lida majoritariamente com políticas sociais advindas do Estado. A persistência conservadora, portanto, não pode ser explicada de forma apartada desse contexto, como se fosse uma mera continuidade do que foi a profissão durante governos anteriores, ou como se o legado da Reconceituação em sua intenção de ruptura com a tradição conservadora mantivesse a mesma influência processada nas décadas de 1980 e 1990. Ainda que haja hegemonia crítica no Serviço Social contemporâneo, o conservadorismo nunca deixou de constituir a profissão, sendo que, no momento presente, “vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, sem as quais não seria possível entender esse avanço do conservadorismo” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Como o aponta Netto (2011), a prática profissionalizada do Serviço Social não se distinguia drasticamente das ações assistencialistas, pois não redundou, em suas resultantes, num complexo operacional que oferecesse “sólidos respaldos para discriminá-la no confronto com suas concorrentes no trato das refrações da ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 102). Isto porque no plano da intervenção, a ação técnica não pode transformar a lógica de reprodução das relações sociais, tampouco solucionar as refrações da “questão social”, apenas ressituan-

as sobre bases ampliadas.

Cabe destacar ainda o sincretismo que acompanha o inteiro desenvolvimento do Serviço Social, como o aponta Netto quando afirma que “[...] a ultrapassagem do sincretismo teórico – que se expressa no viés do ecletismo – no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional” (NETTO, 2011, p. 150). O reforço das ações assistenciais por parte do Estado neodesenvolvimentista, que imprimiram novas instâncias de atuação e novas modalidades de formação, bem como o balanço dos resultados dessa empreitada política neste momento de decadência e crise, mostram que o Serviço Social não conseguiu superar permanentemente a perspectiva sincrética presente tanto em sua leitura da realidade, quanto em sua dimensão interventiva.

Além de se fazer presente no debate sobre a formação profissional, o que será melhor discutido no próximo tópico, o conservadorismo tem ostentado sua vitalidade no seio da profissão no âmbito do exercício e da produção de conhecimento. Durante as entrevistas atinentes à pesquisa empírica, o I Seminário Serviço Social Clínico, promovido pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS), foi referido como um evento que promoveu uma discussão não somente pertinente, mas necessária a um tipo de “inovação conservadora” da atuação profissional:

Sabe que o sindicato dois anos atrás fez um evento que eu achei muito legal que era o serviço social clínico. Que hoje em dia não se pode nem falar, né? O CRESS foi totalmente contra e aí veio uma assistente social... Não me lembro o nome dela, que ela trabalha isso, o atendimento, o que é que tu pode ajudar uma pessoa, por que é que a gente não pode ter um consultório como um psicólogo? Tu não vais fazer terapia, tu vais fazer um acompanhamento psicossocial ou, não se pode mais usar essa palavra, um atendimento social. Por que não? Tu não é um profissional liberal? Autônomo? E aí onde é que a gente atua com essa autonomia sendo um profissional liberal? (PROFISSIONAL 4, 2018).

Cabe destacar que o II Seminário ocorreu no dia 24 de maio de 2018, em Porto Alegre, com o tema “II Seminário Serviço Social Clínico: Um debate inadiável”. Neste, o CRESS 10ª Região se fez presente, enfatizando que o trabalho na perspectiva do Serviço Social Clínico corrobora com práticas conservadoras já superadas pela categoria, da mesma forma que não apresenta relação com o objeto profissional.

O debate sobre Serviço Social Clínico não é novo na profissão. Em 2003 a 1ª edição da Revista Em Foco, organizada pelo CRESS 7ª Região em parceria com o programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tratou de sistematizar o debate sobre o tema, a partir de discussões realizadas no âmbito da Universidade,

bem como das ocorridas em meio virtual desde o início de 2002, contando com a contribuição da professora Marilda Iamamoto, Mavi Rodrigues e Vicente de Paula Faleiros. É pontuado que a reflexão acerca do tema já vem sendo amadurecida desde 1996, remontando ao protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS sobre as atribuições das assistentes sociais. A polêmica ali exposta é o desacordo sobre as atribuições consideradas terapêuticas fazerem ou não parte das previstas pela regulamentação legal para o exercício profissional de assistentes sociais.

No contexto de mudanças na relação Estado e Sociedade, em que se esgota um ciclo de aparente conciliação de interesses, os espaços socio-ocupacionais e as demandas que chegam às assistentes sociais são modificados, já que o Serviço Social se constitui em uma profissão histórica e dialeticamente mutável. Assim, a perspectiva que realiza a defesa do exercício de um Serviço Social Clínico, a despeito da Resolução CFESS Nº 569/ 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, vem ganhando força e renovo, sob influência de uma conjuntura que vem demandando intervenções nas relações sociais cada vez mais despolitizadas e no plano individual.

A defesa do pluralismo, da opção do profissional por uma orientação teórico-metodológica, bem como a compatibilidade do acompanhamento terapêutico com a garantia de direitos dos usuários são algumas das argumentações trazidas pelos que reivindicam uma atuação clínica. Faleiros (2003, p. 34) acredita ser necessário “repensar a relação profissional/ usuário na complexidade dos processos de trabalho, relações de poder e relacionamentos específicos, com possibilidades de uma abertura ao trabalho terapêutico, sem que se reduza a ele o Serviço Social”.

Todavia, para a hegemonia crítica alçada no Serviço Social pós Reconceituação, a prática clínica, com viés psychologizante, tende a reforçar o caráter conservador tão persistente na profissão. Essa é inclusive a perspectiva exposta na Lei 8.662/1993, Lei de Regulamentação da Profissão, lembrada pelo CFESS Manifesta em 2011 quando celebrava sua maioria, que ao definir com maior precisão as atribuições e competências profissionais, contribuiu para inscrever o Serviço Social em um patamar qualificado no tratamento das expressões da “questão social”, se afastando de práticas historicamente conservadoras.

No mesmo debate, Rodrigues (2003) destaca que o exercício clínico tem o propósito de atender às demandas que chegam ao profissional como uma forma de ajuda, vocação ou conforto terapêutico. Ela considera que é “[...] justamente essa concepção mística do servir, próxima à filantropia, uma visão benevolente do exercício profissional, que a categoria, desde os anos 60, não só no Brasil, mas em quase todo o continente latinoamericano, tem colocado

em xeque” (RODRIGUES, 2003, p. 42).

Assim, não se trata simplesmente da abertura de um novo espaço de atuação para assistentes sociais, senão de um realinhamento da profissão a um significado apartado da realidade social à qual ela se faz necessária. Trata-se de um reforço a perspectiva de que o Serviço Social se conforma enquanto uma profissionalização da “ajuda” que, com aportes teóricos da psicanálise, por exemplo, pode ofertar as condições para que os sujeitos, individualmente, superem sua situação de sofrimento e infortúnio. Tal direção tende a moralizar a “questão social”, não contemplando as implicações conjunturais, tampouco as contradições entre capital e trabalho, na oferta dos serviços prestados aos usuários.

Outra grave ameaça conservadora à hegemonia crítica no Serviço Social é a disseminação do chamado “Serviço Social Libertário”⁷⁰, que apoia o documento intitulado “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. Neste, Oliveira (2017) expõe suas ideias acerca da profissão, que deveria, conforme seus preceitos, priorizar a sistematização de ações práticas e interventivas, como o fez Mary Richmond. Para tanto, o autor justifica a sua escolha teórico-metodológica partindo das matrizes de três tradições filosóficas de conhecimento: a) o pragmatismo, o que nos remonta ao artigo de Guerra (2013); b) teoria sistêmica; e c) pensamento crítico, o qual não se limita a tradição marxista.

Não me deterei aprofundadamente sobre cada uma das ditas “23 teses” e sua vinculação com as referidas tradições filosóficas, o que, ainda que conveniente, demandaria um espaço próprio para tal. Mas pontuo que, partindo de um olhar súbito, a exposição de tais ideias parece algo absurdo, ao atentar para trechos como “Assim como Lutero não proponho uma nova profissão, mas, sim, que a nossa profissão seja uma profissão como foi em seu nascedouro, há mais de 100 anos” (OLIVEIRA, 2017, p. 3-4), “Não devemos mais aceitar as críticas preconceituosas sobre as origens de nossa profissão no campo religioso, as quais são parciais e ideologicamente feitas para disseminar o ateísmo, e um secularismo disfarçado de laicismo” (OLIVEIRA, 2017, p. 35), ou mesmo os vários versículos bíblicos ao longo de todo o trabalho.

Por mais que a retomada dessas discussões no âmbito acadêmico e político-profissional pareça algo de certo modo grotesco, a conjuntura nos prova que não podemos subestimar o poder de influência que figuras caricatas têm alçado. A regressão em pautas que já haviam sido

⁷⁰ A página do “Serviço Social Libertário” na rede social Facebook, descreve que se trata de um “[...] movimento iniciado por alunas (os) e profissionais de Serviço Social, de diferentes estados do país, insatisfeitas com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política-ideológica”, com o objetivo de “trazer a teoria liberal para dentro do universo do Serviço Social, apresentando outras propostas de soluções para os problemas econômicos e sociais do país, que não seja a ‘ditadura do proletariado’ e a utópica ‘revolução comunista’”. No dia desta consulta, a página já havia recebido 3.523 curtidas e contava com 3.664 seguidores. Disponível em: <<https://www.facebook.com/servicosociallibertario/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

dadas como superadas, como as atinentes ao racismo, machismo e homofobia, têm sido reavivadas a partir da visibilidade de figuras pitorescas como Bolsonaro. Não se pode desconsiderar a possibilidade de propagação das ideias tratadas nas 23 Teses ou que ganhe vitalidade a atuação de assistentes sociais em práticas terapêuticas ou com suporte do “liberalismo”, ainda que se tenha pretensamente conquistado a superação do conservadorismo na hegemonia do corpo profissional.

A persistência do conservadorismo se renova a cada circunstância histórica, trazendo de volta os desafios que a categoria já pensava ter sobrepujado e demandando novas reflexões, instrumentos e possibilidades de atuação. A realidade tem evidenciado, neste momento, que o avanço do projeto conservador no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo tem grande participação de um viés religioso, que traz repercussões retrocedentes para, não somente o enfrentamento das ditas expressões da “questão social”, mas à garantia de direitos de segmentos identitários que, ainda que transversalizados pela contradição de classes, carregam demandas particularmente autônomas.

Um dos CFESS Manifesta utilizados como fonte documental, “Sou assistente social e defendo o Estado laico!”, levanta a bandeira por um Estado apartado de crenças, no contexto em que o conservadorismo religioso tende a influenciar decisões no âmbito político. Conforme o documento,

O Estado Laico é parte das conquistas históricas no campo dos direitos. Representa a afirmação de uma cidadania não tutelada, baseada em direitos, ainda que nos limites burgueses, frente aos quais é inaceitável a intervenção do Estado sobre a liberdade de crença religiosa e igualmente inaceitável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre qualquer aspecto da vida social e da vida privada (CFESS Manifesta, 2016d).

A categoria profissional tem se colocado em defesa de um Estado laico ante os avanços conservadores, que apontam para a intervenção política fundada em convicções religiosas, e se posicionado contrariamente à criminalização dos movimentos sociais no contexto de golpe. A Frente Parlamentar Evangélica, mais conhecida como bancada evangélica, é a principal responsável por essa crescente influência das religiões na política brasileira. Segundo Prandi e Santos (2017, p. 187),

Trata-se de um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro.

Para os autores (2017), o que garante espaço para esse segmento é a existência de uma

base eleitoral que endossa o posicionamento dos congressistas da bancada evangélica sobre questões morais e de comportamento. Dentre elas, destacam-se as opiniões de que: Acreditar em Deus torna as pessoas melhores; O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências; Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos; A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas; A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves; Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar; Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender; A homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade; Pessoas pobres de outros países e estados que vão trabalhar na sua cidade acabam criando problemas para a cidade.

É possível identificar que a maior parte das pautas que inserem os religiosos na cena política tem um viés eminentemente reacionário. Em uma conjuntura neodesenvolvimentista, onde poucos avanços foram alcançados na dimensão de direitos humanos, tais grupos se uniram para imprimir uma reação conservadora à temas considerados moralmente aviltantes, em detrimento de uma atuação estruturante de políticas públicas. Essa direção ganhou não apenas visibilidade, mas certa preponderância no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo, ao serem priorizadas discussões em torno de argumentações religiosas, que foram decisórias para alguns êxitos no jogo político.

Nesse ínterim, dois dos artigos analisados fazem alusão às manifestações religiosas no Serviço Social e seu caráter conservador, conforme se verifica nos dados do quadro a seguir:

Quadro 8 – Artigos com ênfase nas expressões religiosas do Conservadorismo no Serviço Social

REVISTA	ARTIGO	AUTORES	ANO
TEMPORALIS	Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional	Paulo Pinheiro	2015
SOCIEDADE EM DEBATE	A relação entre manifestações religiosas e o exercício profissional dos assistentes sociais: um estudo das contradições e possibilidades no norte do Paraná	Claudia Silva; Patrícia Dutra; Fabio Lanza	2016

Fonte: Sistematização da autora conforme leitura e análise dos artigos realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

Pinheiro (2015) analisa que o caráter conservador, balizado pelo fundamentalismo religioso em amplos setores da sociedade, se espalha também para o exercício e a formação em Serviço Social. Enquanto Silva, Dutra e Lanza (2016) investigam se assistentes sociais vivenciam sua religiosidade enquanto tais, expressando seu pertencimento religioso nas práticas

profissionais.

Os resultados do trabalho de Silva, Dutra e Lanza (2016), que contou com uma intrigante pesquisa de campo, apontam que uma parte dos ingressantes no curso de Serviço Social buscam a carreira ainda motivados pela perspectiva da caridade e pelas denominações religiosas, imprimindo essa dimensão também no futuro exercício profissional. Para os autores, essa postura reforça preconceitos e pode “[...] levar a culpabilização dos usuários das políticas públicas, pela sua condição socioeconômica, a partir de sua crença ou não” (SILVA; DUTRA; LANZA, 2016, p. 437).

Pinheiro (2015) também expõe como resultado um preocupante quadro de interação entre preceitos religiosos pessoais e a formação/exercício profissional em Serviço Social. Ele avaliou que existem entendimentos díspares sobre o significado de uma atuação laica e do pluralismo no debate da profissão e considera que, mesmo que a liberdade religiosa deva ser garantida, nenhuma crença pode pautar a ação dos indivíduos no exercício profissional. Caso contrário, tal posicionamento acaba por movimentar-se entre o preconceito e o moralismo, gerando atitudes discriminatórias para com os usuários dos serviços prestados.

No que concerne aos múltiplos preconceitos, o reforço à intolerância ao diferente tem sido marca manifesta nesses meados dos anos 2010, inclusive sob influência das referidas concepções fundadas em dogmas religiosos. Para o Serviço Social, os desafios se colocam especialmente nas respostas profissionais a serem ofertadas às questões de cunho identitário que, perpassadas pela dimensão de classes, requerem da profissão a superação cotidiana do seu caráter conservador.

Nesse sentido, a produção de conhecimento sobre essas demandas emergentes na área do Serviço Social pode ofertar importante suporte para o adensamento do debate crítico. Dentre os artigos analisados, destacam-se:

Quadro 9 – Artigos com ênfase em demandas emergentes para o Serviço Social

REVISTA	ARTIGO	AUTORES	ANO
LIBERTAS	O Serviço Social ante as desigualdades sociais advindas da discriminação racial no Brasil	Bianca Vieira	2013
LIBERTAS	“À Flor da Pele”: memórias de vivências do racismo e do sexismo na infância e na adolescência de assistentes sociais	Jussara Lopes	2013
SOCIEDADE EM DEBATE	O Serviço Social e a temática droga	Mirian Basílio-Denadai; Maria Garcia	2016

Fonte: Sistematização da autora conforme leitura e análise dos artigos realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

O trabalho de Basílio-Denadai e Garcia (2016) nos ofertam ferramentas para realizar a discussão sobre a temática “drogas”, neste contexto em que se verifica a expansão de ações que reafirmam a lógica institucionalizante dos sujeitos com sofrimento psíquico; o de Vieira (2013) auxilia com a criação de estratégias para enfrentamento do preconceito racial, que ainda delinea muitos campos da vida social e afeta grandemente a vida dos indivíduos negros; bem como o de Lopes (2013), que instrumentaliza o trabalho do Serviço Social com mulheres negras no combate à naturalização do racismo e do sexismo, enquanto profissão que intervém na realidade dos sujeitos. O intuito desse movimento é romper, no âmbito profissional, com a corroboração de desigualdades e discriminações de segmentos que demandam proteção do Estado.

A exposição das manifestações conservadoras aqui problematizadas não tem o propósito de caracterizar de forma homogênea o conjunto de elementos que remontam ao seu fortalecimento nesse período de esgotamento neodesenvolvimentista. As expressões do conservadorismo no Serviço Social evidentemente não se restringem às referidas, incidindo nessas determinações aspectos particulares das muitas regiões do país, das modalidades de formação, dos espaços sócio-ocupacionais etc. Ademais, não se pode desconsiderar às formas de resistência que a categoria profissional imprime ao avanço conservador, sobretudo na defesa do projeto ético-político profissional, conforme ilustra Barroco:

[...] considerando que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, quero afirmar que do ponto de vista ético-político a busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social - princípio e objetivo que norteou (norteia) o projeto ético-político nesses trinta anos - é neste momento renovado como um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético-políticas e manifestações teórico-práticas (BARROCO, 2011, p. 211-212).

Captar quais são essas novas formas e manifestações do conservadorismo na cena contemporânea é a precípua tarefa dos que fazem o Serviço Social, seja na produção de conhecimento, na academia, no exercício profissional. E para enfrentar esse desafio, é necessário que as dimensões do corpo profissional estejam articuladas em seus princípios, fundamentações e objetivos, construindo estratégias eficazes na defesa da direção crítica proposta pelo projeto de Serviço Social pretendido.

Os aspectos aqui denotados atestam que, apesar de o conservadorismo ser objeto de estudo sistemático no Serviço Social, há uma flagrante lacuna teórica, ao passo que o termo é empregado nas práticas discursivas, no entanto, nem sempre com o respectivo arrimo conceitual

preciso. Sem desconsiderar as relevantes produções na área que abordam o tema⁷¹, é necessário pontuar que as limitações de sistematização e organicidade levam à dificuldade de assimilação do fenômeno na conjuntura, ainda que o termo seja habitualmente utilizado na retórica profissional.

Há, na verdade, uma vasta produção de conhecimento sobre conservadorismo na profissão, que historicamente tem tentado se afastar de sua origem conservadora. Esta origem, que tem sua natureza posta na necessidade socio-histórica de mediação das contradições capital e trabalho, justifica a persistência do conservadorismo no seio da profissão, ainda que esta tenha alçado à uma leitura crítica da realidade, fundamentada na tradição marxista. Isso se justifica pelo fato de o conservadorismo – e seu caráter ideológico – ser um fenômeno intrínseco à formação social brasileira, que ressurgue de tempos em tempos, com novas roupagens que precisam ser problematizadas, para construção de estratégias de enfrentamento.

A reatualização do conservadorismo encontra terreno fértil nos processos de precarização das condições de trabalho⁷², o que gera uma debilidade na atuação profissional de cunho crítico, deixando os profissionais a mercê de práticas imediatistas, burocráticas e pragmáticas. Está ainda na formação profissional, flexibilizada e aligeirada por uma conjuntura que mercantiliza o direito à educação e prepara profissionais para o “mercado” sem, contudo, ofertar-lhes embasamento técnico e teórico para enfrentar as expressões da “questão social”. E se renova também na medida em que a academia e a produção de conhecimento se afastam da realidade que está inserida e dos desafios atualizados que ela apresenta, se negando a ser uma dimensão integrante do exercício profissional por se afastar do chão histórico em que assistentes sociais atuam, bem como não proporcionando instrumentos válidos para refleti-la em sua totalidade.

Para superá-la, será necessário muito mais do que respostas isoladas a cada uma dessas questões. A realidade tem nos mostrado que o acúmulo teórico-crítico do Serviço Social precisa ser constantemente atualizado e articulado às novas bandeiras de luta que se mostram imperiosas no enfrentamento ao conservadorismo, sob pena de se tornar uma profissão fragmentada e desvalida.

⁷¹ Como Iamamoto (2008) e Netto (1994), que tratam do conservadorismo que esteve presente na gênese e desenvolvimento da profissão.

⁷² Conforme se verifica na discussão efetuada no último tópico deste capítulo.

4.2 A educação superior na exaustão do neodesenvolvimentismo e a formação profissional de assistentes sociais

A compreensão de como o assistente social intervém na realidade no contexto de exaustão do neodesenvolvimentismo implica examinar a sua formação, cuja práxis é orientada a partir de uma visão de mundo também engendrada na academia. Romper a aparência dos fenômenos sociais é um caminho balizado pelas diretrizes que regem os conteúdos tidos como fundamentais para o exercício da profissão, contribuindo para o alinhamento político, ético, teórico, metodológico e instrumental da sua atuação.

Partindo da premissa de que, no Serviço Social brasileiro, a atuação profissional assume uma especificidade de acordo com o momento histórico, tem-se que são conformadas formações muito distintas de acordo com a materialidade posta. Em sua origem, com um viés confessional, os assistentes sociais eram demandados pela Igreja, Estado e empresariado a responderem as contradições de classe, no surgimento da sociedade industrial brasileira, pautados por uma ideologia determinada pelos interesses desta tríade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Ao longo da sua trajetória histórica, a profissão foi negando e modificando seus fundamentos iniciais, ao passo que, através da sua relação com a conjuntura, foi se afastando do projeto político conservador. Desde a década de 1970, o Serviço Social, ao se alicerçar teoricamente na tradição marxista, vem tentando promover uma atuação profissional alinhada com lutas e resistências àqueles que exercem a dominação social.

Destarte, a formação de assistentes sociais vem se caracterizando pelos consensos e embates travados com os projetos políticos hegemônicos na esfera da governabilidade. A construção de um projeto profissional alinhado com as demandas da classe trabalhadora é recente e vem sendo tensionado constantemente diante do avanço do conservadorismo na sociedade brasileira. Por isso, a existência de uma direção política crítica, bem como de diretrizes curriculares em consonância com esse projeto, não garante que a formação de assistentes sociais no Brasil tenha a mesma conformação.

As atuais diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são fruto de construções coletivas da categoria profissional, que propuseram a sistematização do “currículo mínimo” a partir de amplos debates acadêmicos. Os pressupostos que norteiam a concepção de formação profissional preveem um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem nos núcleos de fundamentação teórico-metodológica da vida social, da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional (ABEPSS, 1996). Tais núcleos servem à compreensão da inserção profissional nas relações de produção e reprodução da vida

social, e ao enfrentamento das expressões da “questão social” em determinadas conjunturas.

Iamamoto (2014) lembra que a proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, nos marcos do neoliberalismo, sendo substituído por diretrizes curriculares mais flexíveis. As profundas transformações ocorridas na década de 1990 que alteraram as formas de enfrentamento da “questão social” e a relação entre o público e o privado alteraram significativamente as demandas profissionais.

Nos anos seguintes, já sob égide neodesenvolvimentista, os desafios para efetivação de uma formação profissional se agravaram diante da expansão acelerada da oferta de vagas, incluindo-se a modalidade à distância; prevalência de instituições de ensino privadas não universitárias em detrimento das universidades, o que coloca em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação; precarização das condições de trabalho docente; e mudança no perfil dos estudantes, com ampliação do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) por parte da juventude trabalhadora, estimulada pelas políticas voltadas ao ensino superior (IAMAMOTO, 2014).

Não à toa o debate sobre formação profissional foi uma das principais evidências das pesquisas empírica, bibliográfica e documental desta tese. Duas assistentes sociais, dentre as entrevistadas, expuseram preocupação com a formação à distância, uma delas como tutora e outra como ex-aluna de um curso semipresencial (Profissionais 6 e 7, respectivamente); oito artigos dos que tratam sobre conservadorismo e um que trata sobre neodesenvolvimentismo tem como centro do debate a formação de assistentes sociais; dois dos CFESS Manifesta analisados – “Contra a EBSEH”, publicado em 10 de janeiro de 2014, e “Educação não é fast-food: Diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, publicado em 25 de maio de 2011 – tecem crítica à mercantilização dos direitos sociais, com enfoque no debate sobre privatização, formação profissional e incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.

Quadro 10 – Artigos com ênfase na Formação em Serviço Social

REVISTA	ARTIGO	AUTORES	ANO	DESCRITOR
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Expressões do conservadorismo na formação profissional	Ivanete Boschetti	2015	Conservadorismo e Serviço Social
KATÁLISYS	A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social	Ângela Amaral	2012	Conservador e Serviço Social
TEXTOS & CONTEXTOS	Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas	Bárbara Chagas	2016	Conservadorismo e Serviço Social
TEMPORALIS	Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios ético-políticos	Amanda Guazzelli; Ana Adriano	2016	Conservadorismo e Serviço Social
TEMPORALIS	O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno	Cleomar Fonseca	2016	Conservadorismo e Serviço Social
TEMPORALIS	Na contracorrente da reforma do ensino superior: nota sobre o curso de Graduação em Serviço Social para os assentados da reforma agrária	Yolanda Guerra	2011	Conservadorismo e Serviço Social
TEMPORALIS	A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas	Cleomar Fonseca	2016	Conservadorismo e Serviço Social
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Educação, “neodesenvolvimentismo” e serviço Social: os Ifs em questão.	Evelyne Pereira; Denise Holanda; Raí Soares; Samilly Silva	2015	Neodesenvolvimentismo e Serviço Social

Fonte: Sistematização da autora conforme leitura e análise dos artigos realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

No âmbito da pesquisa utilizada como fonte para esta tese, os artigos de Guerra (2011), Guazzelli e Adriano (2016), Chagas (2016), Amaral (2012), Pereira; Holanda; Soares; e Silva (2015), Boschetti (2015) e dois de Fonseca (2016a; 2016b) contribuíram para dar notoriedade a temática e ao adensamento do debate. É traço comum dentre eles uma preocupação com as tendências teórico-metodológicas no âmbito formativo, seja pela incidência da política neodesenvolvimentista, seja pelas ameaças do pensamento conservador e pós-moderno. Ademais, foram trabalhadas as implicações desse contexto em modalidades de formação distintas, ao serem abordados o Serviço Social: no Ensino a Distância; no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); na articulação com movimentos sociais, em uma graduação voltada para assentados da reforma agrária; e na pós-graduação *stricto sensu*.

A atualização do conservadorismo na formação profissional, para Pereira, Holanda, Soares e Silva (2015), está ligada aos reflexos de um complexo e contraditório pêndulo entre o acesso e a precarização, marca prevalente do neodesenvolvimentismo. Neste período, os

valores, conhecimentos e habilidades que disputam hegemonia na sociedade brasileira continuaram permeados pelo quadro de profunda desigualdade social, que embora tenha sido redesenhado nos governos petistas, se manteve distante de uma redistribuição profunda de riquezas⁷³.

Pereira *et al.* (2015) desenvolvem uma explanação sobre a educação superior em Serviço Social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em meio às transformações da realidade brasileira, atentando para o debate em torno do “neodesenvolvimentismo” e suas inflexões a profissão. Para os autores, no contexto neodesenvolvimentista, a ampliação do acesso ao ensino teve como revés um adensamento das problemáticas que perpassam a profissão:

Se por um lado essa expansão passa a ser identificada como acesso ao ensino superior, por outro é acompanhada pelo adensamento dos diversos problemas na profissão, a exemplo do aligeiramento dos conteúdos e do rebaixamento acadêmico que tendencialmente implica um perfil profissional mais pragmático, apresentando profundas divergências com os princípios que orientam o projeto ético-político da profissão [...] (PEREIRA *et al.*, 2015, p. 319)

Não obstante o projeto político neodesenvolvimentista de conciliação entre crescimento econômico e investimento social tenha sido interrompido pelo Golpe de 2016, durante os governos de Dilma, a educação apresentou momentos de avanços e outros de retrocessos. Logo no início do seu primeiro mandato, Dilma criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, que pretendia gerar vagas em cursos de formação técnica e profissional, destinados a estudantes do ensino médio e trabalhadores, em alternativa ao ensino superior.

Também as medidas tomadas em relação à educação superior foram um dos traços centrais do projeto neodesenvolvimentista. As vagas em universidades públicas foram relegadas à segundo plano ou expandidas através de processos de interiorização e expansão precarizadas mediante programas como o Reuni, sendo o Estado o agente indutor no incremento da “democratização do acesso ao ensino” na esfera privada⁷⁴. O ProUni e o FIES passaram a garantir vagas no ensino superior pela via concorrencial do mercado, agradando-se a dois

⁷³ O Brasil é o 9º país mais desigual do mundo e o 3º da América Latina, conforme o estudo “Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano: Atualização Estatística 2018”, lançado em setembro de 2018 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁷⁴ Conforme informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017b), 87,9% das instituições de ensino superior (IES) no Brasil são privadas, tendo sido oferecidas, no ano de 2017, 9.955.243 vagas de cursos de graduação no âmbito privado, enquanto na rede pública foram oferecidas 823.843. No que concerne especificamente ao Serviço Social, tem-se que seu Curso de Graduação pulou da 27ª posição em número de matrículas no ano de 2003, quando tinha 31.986 discentes, para a 9ª posição no ano de 2015, com 172.569 matrículas (INEP, 2003; INEP, 2018).

senhores: tanto crescem-se possibilidades de ascensão social através do acesso ao ensino superior formal, quanto a iniciativa privada prospera às custas de recursos públicos. Para além disso, as Universidades Públicas foram sucateadas e incentivada a abertura de instituições que ofertam cursos na modalidade EaD, incluindo o Serviço Social.

No capitalismo, consta que o ensino tem uma importante funcionalidade para reprodução da lógica do capital tanto no nível material quanto ideológico. No plano material, busca-se a educação superior formal muito mais como mecanismo de ascensão social do que como um processo de formação que possibilitará aquisição de conhecimentos sobre a realidade. Acessar o ensino superior, o que é possível apenas para uma parcela minoritária da sociedade, significa ter maiores possibilidades de competitividade e acesso ao mercado formal de trabalho, bem como poder alcançar uma renda superior. Isso justifica o fato de grande parte de estudantes em Serviço Social serem alunos-trabalhadores, como endossam Pereira *et al.*:

A condição de “estudante-trabalhador” tem sido cada vez mais comum, o que põe desafios enormes ao modelo de educação superior ainda vigente. Isso diante de um público com tempo muitas vezes escasso para participar de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino, sendo um aspecto relevante para a qualidade na formação. Por outro lado, é certo que, mesmo sob circunstâncias adversas, possibilitar a vivência universitária — e, quem sabe, político-organizativa através do movimento estudantil, — a uma camada da população que antes não tinha acesso à educação superior é, sem dúvida, um fator ímpar que, inclusive, poderá influenciar, a partir de suas insatisfações, no alcance de maiores conquistas no campo da educação pública aos trabalhadores. Isso tendo em vista que, em muitos casos, trata-se da primeira geração familiar a ter formação superior (PEREIRA *et al.*, 2015, p. 324-325).

Dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelam que, no ano de 2014, no Brasil, existiam 3.205.001,00 alunos matriculados na educação superior, o que corresponde a apenas 1,55% da população brasileira naquele mesmo ano, que correspondia a um total de 206,1 milhões (INEP, 2017a). Conforme o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Brasil, aqueles que possuem um diploma de nível superior têm uma renda de aproximadamente 152% a mais do que aqueles que possuem somente um diploma de ensino médio (INEP, 2015). Tais dados revelam que o acesso à formação profissional, além de um privilégio em termos de acesso, é uma estratégia buscada como meio de ascender socialmente e auferir maior renda.

No que concerne ao plano ideológico, a educação cumpre a função central de reprodução da ideologia dominante em, pelo menos, dois elementos. O primeiro deles é disseminar a aceitação da lógica do mercado, inclusive de receber uma formação voltada à aquisição das competências exigidas por ele, como comprova o apelo das escolas de ensino médio e cursinhos

preparatórios para os vestibulares, inteiramente voltados para a aprovação nos cursos mais concorridos – entenda-se, profissões que melhor remuneram. Um segundo aspecto toca a disseminação do ideal social do consumo que, através da mídia e da indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), disseminam promessas de felicidade vinculadas à aquisição de bens materiais. Sobre a influência material e ideológica da educação formal, Mézáros (2008, p. 35) afirma que a educação institucionalizada serviu ao objetivo de “não só fornecer o conhecimento e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...]”.

Tal propósito educacional consegue ser atingido na medida em que se formam intelectuais no seio das classes dominantes, que trabalharão para a racionalização e a legitimação da ordem social vigente, tida como um dado naturalizado e inalterável. Quando esta intervenção dos intelectuais não gera o consenso, o Estado reproduz a disciplina através da coerção. Gramsci (1978), ao definir a função política e cultural exercida pelos intelectuais no bloco histórico⁷⁵, afirma que:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente ‘funcionários’. [...] Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1978, p. 10-11).

Dessa forma, o exercício da função intelectual passa a cumprir, em relação com os grupos sociais fundamentais (dominantes ou dominados), a tarefa histórica de travar disputas ideológicas. A escola, nesse cenário, seria o instrumento utilizado para elaborar os intelectuais de diversos níveis (GRAMSCI, 1978, p. 9), além de ser utilizada como espaço de constituição da hegemonia intelectual de uma classe sobre outra.

As poucas possibilidades de reflexão crítica na escola têm sido constantemente minadas,

⁷⁵ O conceito de bloco histórico em Gramsci remete ao estudo das relações entre estrutura e superestrutura, definidas a partir da existência de uma historicidade concreta, composta por uma estrutura, formada por classes sociais condicionadas pelas relações de forças produtivas, e por uma superestrutura ideológica e política, sendo os intelectuais os agentes sociais responsáveis, no âmbito da superestrutura, pela vinculação orgânica entre esses dois elementos.

a exemplo do movimento em torno da “Escola Sem Partido”, programa em apreciação na Câmara dos Deputados em torno de vários Projetos de Lei, que tem como propósito dar fim a suposta instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. É também exemplo a “Reforma do Ensino Médio”, aprovada após a derrubada da ex-presidenta Dilma e convertida na Lei nº 13.415/ 2017 (BRASIL, 2017), que em 2016 causou conflitos pelo seu primeiro texto sugerir o fim da obrigatoriedade das aulas de artes, educação física, filosofia e sociologia no currículo do Ensino Médio, tendo voltado atrás após grande repercussão social⁷⁶.

Guazzelli e Adriano (2016) apontam que essas iniciativas têm o a explícita tentativa de cercear o livre exercício da atividade docente, empobrecendo a educação como processo que pressupõe educação para a vida e recusando os “componentes políticos e ideológicos que constituem a formação, numa concepção que supostamente a neutraliza, e, precisamente por isso, [*representa*] uma clara investida conservadora na educação” (GUAZZELLI; ADRIANO, 2016, p. 254). Elas acrescem que a ofensiva conservadora também está implicada na militarização das escolas, que exprimem o apelo à ordem e disciplina que deveriam nortear as administrações escolares para imposição de limites às crianças e adolescentes.

A censura ideológica no âmbito escolar evidenciada nessas propostas é utilizada, na verdade, como instrumento de dominação, que gera uma ameaça à pluralidade de ideias em uma estrutura educacional que já é debilitada. Mesmo no ensino superior, em um curso como o Serviço Social, destacam-se lacunas na formação sobre história, por exemplo, que ofertem suporte para a compreensão das demandas que surgem nos exercícios profissionais: “Na faculdade também, acho uma lacuna, a gente tem pouco conhecimento de história crítica (PROFISSIONAL 3, 2018).

A educação superior se torna, assim, um instrumento essencial para se legitimar relações de dominação, na medida em que não é oportunizada enquanto um direito social universal, ofertando-se, no mais das vezes, um ensino disciplinador e de conformação dos sujeitos à ordem vigente. São reforçados valores como competitividade, liderança e produtivismo descomunal. Particularmente nesse momento de exaustão do neodesenvolvimentismo, onde se percebe a consolidação de um ensino superior precarizado e apartado da lógica do direito, o estabelecimento da modalidade à distância tem sido uma das principais reprodutoras da referida lógica, constituindo-se em uma das ofensivas conservadoras à formação em Serviço Social.

O governo neodesenvolvimentista, alegando a democratização da educação, permitiu a

⁷⁶ Em nota, o MEC tentou esclarecer sobre a proposta do Novo Ensino Médio e cortes de disciplinas afirmando que a Base Nacional Comum Curricular será obrigatória para todos os alunos, enquanto as ênfases atenderão apenas alunos que tenham interesse em seguir carreira em determinadas áreas (MEC, 2016).

disseminação de cursos aligeirados e desqualificados, fomentando o crescimento da iniciativa privada, a qual se solidificou na atual conjuntura. O movimento dúbio entre acesso e precarização aprofundado no contexto do neodesenvolvimentismo e, mais ainda, em seu esgotamento, aponta para duas perspectivas apontadas pelo artigo de Pereira *et al.*:

A profissão, em matéria de formação profissional, vivencia os reflexos de um complexo e contraditório pêndulo entre o acesso e a precarização, característico do “neodesenvolvimentismo”, partícipe da trajetória de um país de capitalismo periférico e dependente em meio às transformações contemporâneas notadamente atravessadas pela financeirização da economia e reestruturação produtiva. Os reflexos desse processo logo se apresentam para a profissão como solo propício, de um lado, para a atualização do conservadorismo, a exemplo do aligeiramento dos conteúdos e do rebaixamento acadêmico, que tendencialmente implica um perfil profissional mais pragmático, acrítico e assistencialista; de outro, para condições renovadas do ponto de vista da luta política que incidam sob as contradições do contexto atual e viabilizem conquistas no âmbito da educação pública, entre outras (PEREIRA *et al.*, 2015, p. 335).

É evidente que os desafios referentes a atualização do conservadorismo, bem como a luta pela materialização de uma formação profissional crítica se colocam em todas as modalidades e naturezas de ensino, em maior ou menor grau. Ainda assim, maiores obstáculos são postos quando a construção do conhecimento é mediada por aparatos tecnológicos e através de processos individuais de ensino-aprendizagem, configuração predominante nas modalidades de Ensino a Distância.

No balanço dos prejuízos para a formação de assistentes sociais, incluem-se a precarização do estágio supervisionado, o aligeiramento da formação, a limitação dos espaços de discussão coletiva, impossibilidade de acesso a programas de iniciação científica, pesquisa e extensão, ameaça à caracterização do que é próprio ao Serviço Social e o risco à hegemonia do projeto ético-político profissional. Durante o período de vigência do governo Dilma (2011-2016), foram impulsionados debates no interior no Serviço Social, tendo em vista que o modelo de educação proposto teve um forte avanço sobre a profissão, inclusive no que concerne aos conteúdos a serem tratados no âmbito formativo.

A conciliação de interesses promovida impulsionou importantes embates na defesa do ensino superior qualificado e de uma formação profissional que permita o desenvolvimento de competências para além das necessidades do mercado. Como exemplo, em 2011, o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS-CRESS) em parceria com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) reeditaram o relatório “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e

Serviço Social”. Este documento teve a sua primeira edição publicada em novembro de 2010, elaborado pelo Grupo de Trabalho e Formação Profissional, formado por representantes das entidades representativas, apresentando dados e informações que retratavam a situação dos cursos de graduação à distância ofertados em todo o Brasil.

O segundo volume do documento, publicado no ano de 2014⁷⁷, apresentou informações acerca do descompromisso das instituições de ensino, bem como do Estado com a educação superior. O texto denunciava a mercantilização do ensino na medida em que se dissemina o discurso de “democratização do ensino”, tendo em vista que a garantia do direito social passa a ser obtida pela via concorrencial do mercado.

As críticas em torno do ensino a distância foram a tônica do período, quando a hegemonia crítica da categoria buscava evidenciar que essa é uma estratégia de expansão dos negócios educacionais com fins à lucratividade a partir da redução de custos, já que não se demandam muitos recursos para seu funcionamento. Nesse sentido, Chagas (2016, p. 48) expõe a Reforma Universitária de Lula em que “Paralelo ao processo de sucateamento das Universidades Federais, através de uma expansão sem o devido investimento, o orçamento público foi cada vez mais destinado para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas”.

Pautou-se, ainda, as dificuldades de se formar Assistentes Sociais, profissionais com a exigência de uma formação teórico-metodológica consistente, em cursos à distância que carecem de recursos humanos, físicos, didáticos e pedagógicos. Para Chagas (2016), o rebaixamento da formação representa uma contradição ao projeto ético-político e à cultura intelectual da profissão, considerando que a falta de garantia de uma formação crítica tende a reforçar o conservadorismo no seio do Serviço Social.

Não se sabe se a direção crítica no âmbito da formação está garantida nesta modalidade de formação. Guerra (2011, p. 244) chama a atenção para a falta de fiscalização e ausência de medidas punitivas em relação às instituições de “qualidade duvidosa”. Chagas justifica, elucidando que

As empresas de ensino a distância não fornecem aos Conselhos Regionais de Serviço Social informações relativas aos campos de estágio dos graduandos e profissionais supervisores. Em muitos estados foi necessário acionar o Ministério Público para garantir o acesso à informação, sendo possível, então, constatar irregularidades tais como nome e número de identificação profissional dos supervisores de campo, que não são compatíveis com o banco de dados dos profissionais registrados nos

⁷⁷ Essas edições encontram-se disponíveis no site do CFESS. O volume 1 encontra-se no endereço: <http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreincompatibilidade_2011.pdf>, tendo sido reeditado em 2015 (<http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf>). O segundo volume está disponível na página: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

Conselhos (CHAGAS, 2016, p. 49).

Seguindo a caminhada de lutas contra a precarização e mercantilização da educação superior, foi lançada uma campanha mais provocativa e polêmica sobre ensino EAD, a “Educação não é fast-food”, que conta com um dos CFESS Manifesta utilizados como fonte documental. Após grande repercussão, a campanha foi acusada de excludente e discriminatória em relação aos participantes de tal modalidade (estudantes e tutores). Ela chegou a ser proibida por determinação judicial, tendo a categoria se posicionado contra a censura, explicitando que a contrariedade a essa modalidade de ensino tem como fundamento a crítica à lógica expansionista da educação, a qual serve para reforçar as desigualdades sociais e não para ampliar o acesso democrático ao ensino. É essa contra-argumentação sobre a censura que se localiza no CFESS Manifesta intitulado “Educação não é fast-food: Diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, datado de 25 de maio de 2011.

Iamamoto (2007, p. 440) já alertava para as consequências do crescimento exponencial de vagas nos cursos de Serviço Social, que são majoritariamente ofertadas pela iniciativa privada. A autora (2007) refere que o crescimento do contingente profissional a curto prazo repercute no crescimento acelerado do desemprego, na precarização das condições de trabalho e na redução salarial, como resultado da criação de um “exército assistencial de reserva”, que busca a formação como um recurso de qualificação do voluntariado. Boschetti (2015) apresenta os dados de que o Serviço Social

[...] saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006). Inegavelmente, o EAD é o maior responsável por esse crescimento assustador, acompanhado de baixa qualidade, com formação rasa e superficial, conforme amplamente denunciado pelo CFESS (BOSCHETTI, 2015, p. 646).

Diante da massificação da formação em Serviço Social nesse período, a categoria profissional se vê ameaçada pela reação conservadora tanto no âmbito acadêmico quanto profissional. Ela tem disseminado, entre as profissionais, o legado da individualização e da concorrência, sendo que os postos de trabalho que ofertam o mínimo de estabilidade passaram a ser competitivamente disputados. Como aponta uma das profissionais, o próprio mercado de trabalho tem se incumbido de selecionar seus profissionais de interesse: “É claro que o mercado seleciona. Às vezes depende do que é que o mercado quer, se quer alguém que executa mais, alguém que reivindica mais [...]” (PROFISSIONAL 6, 2018).

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, duas assistentes sociais puderam expor

suas experiências no âmbito da educação à distância, uma delas enquanto tutora, e outra enquanto aluna. A Profissional 6, que atua enquanto tutora, aponta que o perfil estudantil da Universidade à distância onde atua é de alunos-trabalhadores, destacando os muitos desafios em imprimir uma educação qualificada: “tem pessoas que estão há trinta anos sem estudar, o que dificulta também as coisas mais básicas dentro da sala de aula, de escrita, de leitura, de interpretação. Então, claro, tu acaba às vezes fazendo muito além do que seria uma atribuição de tutor” (PROFISSIONAL 6, 2018). Isso aponta, para além da lógica mercadológica impressa no âmbito do processo educativo, para uma precarização do trabalho dos assistentes sociais que atuam enquanto tutores, tendo em vista que:

A grande maioria dá aula mesmo, porque o tutor ele não deveria dar aula, ele deveria só sanar as aulas que eles já têm em vídeo e em livro, só que quando tem uma formação que tu sabe como tá na rua a situação e o quanto eles vão precisar ter respostas, tu acaba fazendo uma aula com conteúdo pelo menos aproximados do que a gente... do que eu tive, né? Às vezes eu me pego reproduzindo falas das minhas professoras [...]. Agora se cem por cento consegue fazer assim? Eu tento dar o meu máximo, até porque eu quero evoluir, quero ir pra uma presencial (PROFISSIONAL 6, 2018).

Além da precarização do trabalho do tutor, os desafios neste âmbito de formação estão assentados na própria modalidade de ensino-aprendizagem. Segundo ela:

Eles assistem muito pouco as aulas virtuais, eu vou te ser bem sincera, eles querem que tu faça a aula e discuta com eles. O que é muito precário, e isso eu tenho uma crítica bem forte, é o pouquíssimo tempo pra tu conseguir preparar uma aula e tirar dúvidas, porque tu tem quatro encontros numa disciplina. Em torno de três horas e meia, só que nessas três horas e meia eles têm as avaliações também. A perspectiva não é de qualificar, tipo dar mais tempo pra sala de aula. Não, é de tu ter mais gente fazendo faculdade, entrando e saindo, entrando e saindo (PROFISSIONAL 6, 2018).

Como se percebe, concomitante à resistência em relação à comercialização do ensino superior e ao ensino a distância como sua expressão mais manifesta, faz-se necessário pautar estratégias coletivas que garantam a direção ético-política da profissão. A organização da categoria, ainda sustentando seu discurso combatente, não pode deixar de considerar que as profissionais estão se formando a partir de diversas metodologias e espaços, sendo necessário conhecer e traçar ações propositivas para manter o fortalecimento da direção social crítica.

Estes desafios da formação no contexto de crescente mercantilização do ensino superior e avanço do conservadorismo não se encontram, contudo, apenas no nível da graduação, mas também na pós-graduação, no âmbito da formação continuada. A Profissional 4, que faz parte da comissão de ética do Conselho Regional, afirma “[...] eu trabalho na comissão de ética ali do CRESS. Os colegas têm processos lá, a gente faz o acompanhamento. E tu vê assim: por que é que eles acabam sendo processados? Por falta de uma formação melhor e de uma supervisão”

(PROFISSIONAL 4, 2018).

Nos espaços de trabalho, a continuidade da formação parece ser uma necessidade emergente para articulação teórico-metodológica com a realidade e uma das possibilidades de integração, como ilustra a Profissional 5:

E daí eu tenho dificuldade porque, assim, eu tenho uma colega que é ótima, trabalha comigo [...] gosto muito dela, só que ela se formou no ano em que eu nasci e ela nunca mais fez nenhuma formação, então a toda hora eu tenho que estar puxando ela e trazendo ela pra minha atualidade, que também nem é tão atual, porque eu me formei em dois mil e doze e não fiz mais nada também, mas eu ainda consigo, sabe?” (PROFISSIONAL 5, 2018).

Ainda que as profissionais entrevistadas busquem uma formação continuada nos recursos ofertados pela dimensão político-organizativa da profissão, sentem falta de maior aproximação/respaldo da representação da categoria com suas demandas de trabalho, o que acaba por reforçar a dicotomia teoria \times prática, pela demanda de uma atuação organizativa mais direcionada à orientação para a prática. Nas entrevistas, foi demandada uma maior abertura dos Conselhos para pautas que estão postas na realidade, sobretudo na formação, e carecem de enfrentamento direto, com vistas a garantia de uma discussão fundamentada e crítica. Caso isso não ocorra, é possível que haja perda de espaço para o reforço de posturas profissionais conservadoras, a exemplo das escolas de Educação à Distância:

[...] tem uma amiga minha que é do CRESS e eu digo: “Bah, vocês têm que se abrir um pouco mais, principalmente para essa função do EAD”. Porque é claro que eles são contrários. Eu não tô dizendo que eu super apoio o ensino a distância, eu tenho minhas críticas, eu sei bem onde a coisa é complicada, mas o CRESS tem que se abrir pra entrar nesses espaços também. E é uma briga difícil porque eles precisam de uma autorização pra ir fazer uma fala dentro de um espaço. O sindicato vai, sempre vai. Claro que também tem um interesse, né? Ninguém é ingênuo aqui, mas eles vão lá pra falar qual é o seu papel, qual é o nosso papel, qual é a importância (PROFISSIONAL 6, 2018).

Como já citado no tópico anterior, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS) é uma das instituições que apoia, por exemplo, o exercício do chamado “Serviço Social Clínico”. Apesar disso, outra entrevistada expõe que considera este também um espaço de luta e resistência: “[...] sim a gente tem espaço pra crítica, a gente tem espaço pra resistência também. Eu faço parte do sindicato, do SASERS, então eu participo. A gente tem um acordo coletivo aqui, então com relação ao acordo coletivo a gente participa bastante” (PROFISSIONAL 3, 2018).

De fato, a academia e as instituições político-organizativas da profissão têm se deparado com muitos desafios para a efetividade de uma formação – regular, continuada e permanente –

que sustente a cultura profissional histórico-crítica, sobretudo pelas limitações na articulação da academia com a realidade e com outras áreas do conhecimento. O pano de fundo desse processo pode ser explicitado na conjuntura e sua racionalidade, o que, para José Fernando Siqueira da Silva (2013), é condicionante para as limitações no âmbito da formação profissional em Serviço Social:

A racionalidade burguesa em curso, nas suas diversas e heterogêneas formas de manifestação, tem frequentemente limitado a formação profissional a um leque amplo de informações imediatamente úteis à intervenção profissional que reduzem a teoria a um conglomerado caótico e eclético de referenciais (circunscritos às “ilhas de excelência produtoras de conhecimento”), e a prática a um conjunto de intervenções pontuais e cirúrgicas capazes de produzirem mudanças igualmente localizadas (ditas eficientes) (SILVA, 2013, p. 125).

Essa racionalidade reducionista e utilitarista, para além das limitações na graduação e na ausência de formação continuada, incidem na garantia de formação qualificada, conforme a direção estratégica da profissão, mesmo na pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. A expansão do ensino privado, o aligeiramento da formação, a mercantilização em todos os níveis, a disseminação de uma cultura de competitividade e produtivismo intelectual também repercutem na pós-graduação, conforme esclarece o texto de Amaral (2012). Isso se evidencia, conforme a autora, no Plano Nacional de Pós-Graduação, que prioriza as Engenharias e áreas da saúde e Biológicas, além de abrir espaço para legitimação da intervenção da iniciativa privada no fomento à pós-graduação, tratando a educação como um mero nicho de mercado lucrativo.

A intensificação do conservadorismo no Serviço Social apresenta alguns traços característicos do seu avanço no âmbito formativo. Um deles é a busca por metodologias conservadoras no âmbito das Ciências Sociais, como o apontam Fonseca (2016b) e Boschetti (2015). Para ambas as autoras, o conservadorismo profissional “não se encontra mais restrito ao chamado ‘campo da prática’, reconhecidamente uma esfera de maior dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética” (FONSECA, 2016b, p. 207). Na verdade, o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional, não sendo um traço novo e atual, mas “alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Na formação profissional, Fonseca aponta que a desqualificação da teoria social crítica, sob especial influência do chamado pensamento pós-moderno, referenda

o papel instrumental da formação profissional, expresso no fortalecimento de um perfil pragmático, vinculado e articulado às necessidades imediatas do mercado enquanto expressões das micro manifestações do cotidiano que reclamam por respostas práticas, atentas aos “novos” modos e estilos de vida que se impõem diante das mudanças do tempo presente (FONSECA, 2016b, p. 215).

Assim, o reforço do conservadorismo no âmbito do fazer profissional está intimamente relacionado à persistência de traços conservadores no âmbito da formação profissional. Para Boschetti (2015), a incorporação do pensamento pós-moderno, à revelia das Diretrizes Curriculares, contribui para revitalização de características conservadoras, a exemplo do metodologismo, do teorismo acrítico, do pragmatismo, do voluntarismo e do contentamento com o possibilismo. A ênfase no tecnicismo e nas abordagens prescritivas e descritivas, se não estão postas na formação profissional diante da direção crítica apontada pelo projeto ético-político, se coloca como uma demanda dos profissionais em campo:

Eu acho que teria que abordar esses dois lados [...] eu acho que ela [*a formação*] tem que dar um espaço pra tu te qualificar na abordagem e também na tua postura profissional. Eu acho que falta um pouquinho disso, né? Pela formação que tem hoje eu acho que a coisa está um pouco solta. E eu me lembro, assim ó, faz, olha, faz muitos anos, eu era chamada aqui na PUC, nos cursos de Serviço Social, pra trabalhar a questão da entrevista (PROFISSIONAL 4, 2018).

A saída para esse impasse, indubitavelmente, não se situa na retomada de estratégias tecnicistas que instrumentalizem a prática. Estas, serviriam apenas à resolução superficial de demandas pontuais que, no limite, são coadjuvantes na reprodução capitalista. Entretanto, se faz necessário utilizar o acúmulo teórico-cultural do Serviço Social para sedimentar pistas teóricas que lancem luz à dinâmica societária que coloca a necessidade de renovação teórico-prática do Serviço Social, pois “em contextos diferenciados, todos os papéis profissionais são questionados, em razão do próprio desenvolvimento da sociedade e da movimentação que as classes sociais imprimem a esse processo” (FONSECA, 2016a, p. 195).

O modo de produção capitalista tende a reduzir a educação a um mero instrumento de dominação ideológica, bem como de ensinar a reprodução de funções sociais existentes. Passa ao largo dessa visão que a formação profissional, quando alinhada a uma perspectiva crítica, de totalidade social, pode servir como mecanismo de emancipação. Emancipação que não se restringe ao seu sentido político, que significa a “redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral” (MARX, 2010, p. 54), mas a emancipação humana, que estará plenamente realizada quando:

[...] o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força *social* na forma da força *política* (MARX, 2010, p. 54).

Assim, existe uma outra possibilidade no âmbito formativo, com vistas à construção de vias emancipatórias. Por ser espaço de contradições, na formação educativa também reside a capacidade de construção da transformação social. Meszáros defende que, felizmente, o processo de aprendizagem não se situa apenas no plano formal, mas a maioria das nossas experiências de educação estão presentes nas outras dimensões da vida em sociedade, inclusive no próprio exercício profissional. Para ele,

[...] o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MESZÁROS, 2008, p. 65).

Como a educação ocorre em diversos planos, não apenas no formal, as demais esferas da vida social podem despertar o senso crítico necessário à transformação societária. Observa-se, na materialidade da vida social, o engajamento de muitas assistentes sociais que lutam para a concretização de pautas emancipatórias. Portanto, por mais que o capital sufoque o potencial de mudança, as contradições inerentes a esse estágio de desenvolvimento econômico não conseguem suprimir por completo as resistências que se manifestam também no processo de ensino-aprendizagem.

A dualidade que restou do neodesenvolvimentismo, que coloca a educação entre o acesso e a precarização, exige o fortalecimento político-organizativo das estudantes e assistentes sociais em busca da ampliação do ensino público e de qualidade, que forme profissionais competentes, críticas e comprometidas. Experiências como a do curso de Serviço Social no IFCE, tal qual caracterizada por Pereira; Holanda; Soares; e Silva (2015), bem como da primeira turma de graduação em Serviço Social direcionada aos trabalhadores assentados da terra e militantes de movimentos sociais, como a exposta por Guerra (2011), são evidências materiais de que é possível realizar a defesa da direção crítica a que a profissão se propôs.

Uma das ações que o CFESS vem desempenhando no sentido de garantir uma formação de qualidade, ainda que como um pontapé inicial, é a pesquisa sobre perfil dos assistentes sociais na realidade profissional do país e o recadastramento obrigatório (Resolução CFESS Nº 746 DE 22/02/2016). Ainda, tem-se avanços na implementação da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, elaborada em 2012, cujo objetivo é o de promover o

aprimoramento intelectual, técnico e político dos assistentes sociais como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos usuários (CFESS, 2012, p. 28)

O CFESS tem se preocupado também com a pauta do estágio supervisionado em Serviço Social, tendo lançado em 2014 a brochura “Meia Formação Não Garante um Direito”. A partir da identificação de irregularidades sobre credenciamento dos campos de estágio, número de estagiários/as superior por profissional, dificuldades nas garantias éticas e técnicas para o exercício profissional do/a supervisor/a, elaborou esse documento com informações legais e normativas acerca da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social para consulta. Na visão da assistente social egressa de uma escola à distância, a experiência do estágio supervisionado pareceu ser, de fato, o maior entrave, conforme descreve:

Eu sei que eu fiz praticamente todo o curso na Unitins e passei pra Uniasselvi quando tava quase na beira do estágio. Eu percebi que eles não tinham estrutura pra o estágio. A proposta deles de estágio, como eles não tinham muito espaço, não tinham supervisor, não tinham uma estrutura, era que a gente fizesse estágio em grupos, o trabalho seria em grupo, eu digo: “Não tá me cheirando bem isso!” Eu não gostei muito, comecei a buscar outras opções, quando eu achei a tal da Uniasselvi, tive que voltar um pouco pra trás, perdi algumas coisas (PROFISSIONAL 7, 2018).

Como enfrentamento a estas questões, também a ABEPSS tem desenvolvido o projeto intitulado “ABEPSS Itinerante”, que teve sua primeira edição em 2012, a segunda em 2014, a terceira em 2016 e a última em 2018. Neste projeto, são realizadas oficinas em todos os estados do Brasil na tentativa de consolidar as Diretrizes Curriculares de 1996, no que diz respeito à sua lógica, seus fundamentos e sua direção social.

Todas essas iniciativas, para além de denunciar os desafios que se colocam às necessidades da formação em Serviço Social, têm contribuído para o fortalecimento da categoria ante os avanços da ofensiva conservadora. É possível atribuir a esse movimento o que Mézáros chama de “contrainternalização”, pois a categoria profissional contraria a imposição de conformidade em relação ao que é posto como dado naturalizado e move-se em direção a um “intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes” (2008, p. 59).

Lutar pela universalização da educação enquanto “atividade humana autorealizadora” é uma das principais formas de resistência ao conservadorismo no âmbito da formação profissional. Mais importante do que reforçar a dualidade aluna presencial *versus* aluna EaD, se faz necessário reconhecer as demandas das sujeitas integrantes dessa modalidade de ensino e transformá-las em aliados, juntamente a outros segmentos de estudantes e docentes, na luta contra a precarização, privatização e mercantilização do ensino.

A formação profissional desqualificada em qualquer nível, incluindo-se na modalidade do ensino a distância, não é uma opção para grande parte das pessoas que a acessam, mas uma das possíveis “oportunidades” de ascensão social. Geralmente se tem o perfil de alunas

trabalhadoras, de baixa renda, que vivem em cidades distantes dos grandes polos ou mesmo na zona rural. O artigo de Pereira, Holanda, Soares e Silva (2015, p. 324) endossa que houve, de fato, uma reconfiguração do perfil de estudante, sendo a condição de “estudante-trabalhador” cada vez mais comum nos cursos de Serviço Social.

Nesse contexto, o desafio é chamar a todos, ainda que submetidos a condições de estudo precarizadas, a lutarem por uma educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade. Ainda que a realidade apresente uma grande investida de recursos públicos em universidades privadas, sucateamento das universidades públicas, que dispõem de poucas vagas altamente concorridas num contexto onde a educação básica de qualidade não representa a realidade da maioria dos brasileiros e que os cursos em Serviço Social, em sua maioria, não sejam constituídos pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, mantém-se a luta para que todos que querem e precisam se profissionalizar possam ter oportunidades iguais.

4.3 “Na prática a teoria é outra?” e a crise do Projeto Ético-Político do Serviço Social

Não é de hoje que se escuta, pelos corredores nos quais assistentes sociais caminham, o falatório que separa grosseiramente os profissionais ditos “da academia” e os “do campo” no sentido de que “na prática a teoria é outra”. Segundo Yamamoto (2015, p. 52) desde a década de 1980 há reclamos sobre o “famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana”. Não surpreende que uma das principais caracterizações da profissão na contemporaneidade, conforme os resultados da pesquisa, tenha sido a reprodução da percepção de dicotomia entre teoria e prática.

A pesquisa demonstrou que, no que concerne à produção de conhecimento, um dos aspectos centrais para a persistência do conservadorismo profissional está situado na força da ideia de divergência entre as dimensões teórica e prática do Serviço Social. Esta se reforça com o aparato de correntes teóricas como o pragmatismo (GUERRA, 2013), com a utilização de perspectivas moralizantes, inclusive religiosas, para justificar o exercício profissional (PINHEIRO, 2015; SILVA *et al.*, 2016, CFESS, 2016d), bem como com o incremento de uma formação profissional que não oferece fundamentos críticos sólidos (CHAGAS, 2016; BOSCHETTI, 2015; FONSECA, 2016a, 2016b). É unânime na produção analisada a defesa da necessidade de uma compreensão efetiva e qualificada dos fundamentos reais da situação histórico-social, com vistas à uma compreensão dos significados das demandas que se mostram às profissionais.

Para Forti e Guerra (2013), o jargão que coloca teoria e prática em polos distintos

configura-se em um falso dilema, que passa a ser reproduzido por assistentes sociais diante da ausência de uma formação ético-política e teórico-metodológica suficientemente qualificada para atender as requisições do mercado de trabalho. Tais questões, que se originam no âmbito formativo, desembocam numa sintonia entre senso comum e a ação que, acrescida de uma generosa dose de relativismo, tem sido suficiente para a execução do trabalho profissional, sobretudo quando as situações exigem soluções imediatas.

Todavia, acresço, a partir da análise das entrevistas com assistentes sociais, que a ideia de dicotomia entre teoria e prática é também reproduzida diante das limitações acadêmicas nas apreensões da dimensão técnico-operativa da profissão. Na pesquisa empírica, também preocupadas com a formação profissional, a maior parte das profissionais entrevistadas problematizaram, em outra senda, a necessidade de uma maior articulação da academia com a realidade cotidiana do exercício profissional, em elaborações que colaborem para compreensão das demandas que se apresentam no contexto de desmonte de direitos, bem como com outras áreas do conhecimento. O Profissional 1 afirma que a extensão, dimensão formativa comumente renegada (quando existente), deveria ser uma ferramenta de maior integração dos que estão na academia com a realidade:

Lá na extensão, quando você entra em contato com a população, você entra em contato com programas. Quer dizer, [...] aí é que você descobre coisas que são interessantes pra pesquisa, é lá que você vai ver coisas que devem ser revistas na sala de aula. [...] Nós continuamos conversando sozinhos, conosco mesmo, isso é muito perigoso. Se eu começo a entender isto, eu posso aos poucos chegar a contribuir na minha área profissional, senão eu tô fazendo pura e simplesmente o “Todo mundo tem que pensar como eu” (PROFISSIONAL 1, 2017).

Em verdade, o conhecimento acompanha e qualifica a intervenção profissional, formando com ela uma unidade entre diversos que sempre partirá das experiências do mundo concreto. Ou, como diria Marx (2009, p. 31), a filosofia parte “dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [*Reflexe*] e ecos ideológicos desse processo de vida”. Por isso, as abstrações acadêmicas devem representar uma síntese do conjunto de elementos da realidade vivida, distanciando-se das concepções puramente abstratas.

Assim, há de se fazer crítica aos dois polos que costumam apartar as dimensões desta unidade que é a práxis profissional⁷⁸. O distanciamento dos que produzem conhecimento da

⁷⁸ Conforme Vásquez (2011), a elaboração da categoria de práxis como central da filosofia de Marx, desde as “Teses sobre Feuerbach”, é um processo teórico e prático. Marx partiu de uma concepção especulativa do mundo para que desembocasse em uma filosofia da práxis. Segundo o autor, “A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem,

realidade objetiva acabam por cambalear em direção a um teorismo estéril que, por dispor de um alto grau de abstração, não colabora para compreensão, tampouco para a transformação da realidade⁷⁹. No Serviço Social, não é raro encontrar formulações que delegam unicamente aos profissionais no seu exercício de campo o legado conservador na profissão, considerando que “o saber teórico é suficiente para superação do conservadorismo, como se o conhecimento não pudesse ter diferentes direções [...] e também esta superação do conservadorismo não implicasse na prática” (FORTI; GUERRA, 2013, p. 11). Isso se justifica diante da apreensão equivocada e desistoricizada do arcabouço oferecido pela tradição marxista, “exigindo-lhes possibilidades de interpretações ilimitadas e descontextualizadas, desvinculadas da ação” (FORTI; GUERRA, 2013, p. 13).

A reivindicação do Serviço Social como corpo teórico que não constitui uma ciência autônoma⁸⁰, ainda que passível de produção de conhecimento com estatuto científico, mais do que denotar uma estratégia política, significa que o seu conteúdo está voltado à prática, ou seja, para o exercício profissional. Se pela perspectiva profissional o seu não engajamento na condição de uma disciplina “independente” nos ramos da ciência é um dado posto, que contribui para pensar a si com maior vinculação ao trabalho profissional, por outro lado, em alguns aspectos, gera uma limitação no aprofundamento de temas que demandam a articulação indissociável entre teoria e prática.

Contraditoriamente, por vezes, uma profissão que se considera eminentemente interventiva não revela, em sua produção de conhecimento, saberes de fato alinhados com a realidade. Isso se verificou em parte da pesquisa teórico-bibliográfica realizada, evidenciando que o Serviço Social tem se dedicado a refletir apenas de modo parcial sobre os acontecimentos recentes da realidade brasileira, na medida em que poucos foram os estudos que expuseram uma genuína articulação entre a conjuntura e a profissão. A construção de um conhecimento crítico, que reporte à realidade e suas contradições, é pré-condição à mudança social almejada pelos que postulam uma vinculação ao projeto ético-político hegemônico no Serviço Social.

particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (VÁSQUEZ, 2011, p. 111).

⁷⁹ “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*” (MARX, 2009, p. 126).

⁸⁰ Ainda que esse não seja o espaço para uma discussão mais aprofundada, ponto que é consenso no Serviço Social que a profissão não possui estatuto de ciência. Nesse sentido, Netto (1999) afirma que o Serviço Social, enquanto profissão, não atingiu o patamar de ciência, tampouco ostenta corpo teórico próprio, o que não impede, contudo, que seja reconhecido como área de produção de conhecimento. Ainda, Ortiz (2010, p. 129) reitera a existência de um caráter não científico da profissão, bem como a ausência de uma teoria própria. A partir da definição do Serviço Social como profissão e área do conhecimento – e negando que a profissão seja ciência, Mota (2013) desenvolve a hipótese de que, por ter se tornado área do conhecimento, a profissão supera o viés da imediatividade da prática e contribui para construção de uma massa intelectual crítica.

Da mesma forma, a prática irrefletida enfraquece as respostas às demandas que são colocadas ao Serviço Social e colabora para a reprodução de outros jargões, como “sou quase um assistente social”, “qualquer um [sem formação] pode ser assistente social”. O exercício do trabalho dito de campo, imbuído de características insuprimíveis do cotidiano como heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade, ultrageneralização e pragmatismo⁸¹, acaba por apartar a dimensão técnico-instrumental das demais dimensões que conformam a profissão.

É justificável que, por ser uma profissão calcada na intervenção, o Serviço Social seja cobrado, historicamente, a responder com primazia as solicitações das instituições nas quais se insere, em detrimento das requisições dos sujeitos alvo de sua atuação. As rotinas costumam ser esgotantes, burocráticas e tecnicistas, acrescendo que, nos espaços físicos, a maioria das profissionais tem se deparado com a escassez de recursos, o que dificulta o atendimento das populações usuárias dos serviços de forma ética, sigilosa e qualificada. O cotidiano profissional parece estar marcado pela repetição, superficialidade e aligeiramento, com prioridade às resoluções das demandas institucionais, que por vezes são respondidas através da utilização de instruções manualescas, como fins em si mesmas. Todavia, o caráter conservador não é

[...] originário dos instrumentos e técnicas utilizados para concretizar seus objetivos conservadores, mas resultado das condições sócio-econômicas e políticas vigentes na sociedade, que os determinam e que imputam ao uso dos instrumentos e técnicas uma lógica estritamente manipulatória. (SANTOS, 2006, p. 221)

Tais condições postas na sociedade imprimem, nas instituições, as formas de ação profissional desejáveis. Agindo compulsoriamente de forma rotineira, burocrática e repetitiva as assistentes sociais, por vezes, não têm oportunidade de escolher, sequer, os instrumentais que utilizarão para realização da sua intervenção⁸². Em alguns espaços de trabalho, ainda que estejam previstos parâmetros e subsídios para atuação (como é o caso das políticas de saúde, assistência social, educação e área sociojurídica), as profissionais não raramente são chamadas a atender outras questões que nem mesmo são sua atribuição ou de sua competência.

No exercício profissional, o Serviço Social é chamado a desempenhar tarefas policiaiscas [...] na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família. Não é à toa que as pressões sofridas por assistentes sociais venham majoritariamente

⁸¹ Segundo Heller (2008, p. 56), essas e as demais características do comportamento e do pensamento cotidianos “têm em comum o fato de serem necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade”.

⁸² Sobre este aspecto em específico, destaco a experiência vivida no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no qual é costumeira a imposição aleatória e arbitrária de visitas domiciliares em perícias sociais por parte de alguns magistrados, cerceando a liberdade de escolha profissional dos instrumentais técnicos pertinentes na intervenção, aliada a ausência dos meios de trabalho necessários para sua realização, já que na maior parte das Comarcas do interior as visitas domiciliares são realizadas por meio de parcerias locais ou de recursos das próprias assistentes sociais.

do campo sociojurídico [...] (BARROCO, 2015, p. 633).

Entretanto, essa dimensão prática é apenas a forma de aparecer da profissão, pois a resolutividade das situações, diante dos inúmeros desafios e embates emergentes, demanda que a dimensão investigativa seja acionada. Sem as “suspensões da cotidianidade” (CARVALHO; NETTO, 2012, p. 71), que permitem a mediação dos questionamentos e reflexões no exercício profissional, este passa a ser reduzido a um conjunto de instrumentais que objetivam fins imediatos, não sendo possível ultrapassar as habilidades requeridas pela sistemática institucional.

Um dos questionamentos que permeia o âmbito formativo do Serviço Social é a preparação de profissionais com perfil crítico generalista, em detrimento do foco nos instrumentais e nas habilidades exigidas pelas instituições. Destaco a reprodução de algumas afirmações, como as apontadas pela Profissional 4, que expressam sua crítica à formação que, em sua percepção, não é voltada para o exercício profissional:

Porque infelizmente a formação do Serviço Social não te dá isso, principalmente a forma como agora ele está desenhado. Quando eu me formei a gente aprendia a fazer entrevista, atender casos, aquela coisa toda que é, acho, uma atribuição nossa. Então eu tive uma base muito boa em relação a isso. Fazer grupo, hoje eu vejo os colegas se formando e não sabem fazer um grupo, um trabalho de grupo. Tu tem que buscar capacitação em outras áreas, né? Então o referencial que a gente buscou foi em outras áreas, não do Serviço Social (PROFISSIONAL 4, 2018).

A fala da entrevistada remete à discussão sobre “instrumentalização” do Serviço Social, como ela mesma continua:

Daí vem a prática, que aí eu fico achando que a gente está com uma deficiência na área da Instrumentalização do Serviço Social. Eu já peguei estudantes que não sabem fazer uma entrevista. Tu está numa instituição, chega um usuário lá, traz uma demanda: o que é que eu faço? Talvez aquele usuário só precisa ser ouvido, aí na próxima ele já vem com a resposta. Então se eu já encaminhar ele pra um serviço, chega lá e o serviço não atende, ele não volta mais, né? Então eu vejo uma deficiência na nossa profissão nesse sentido. Mais instrumentos que te capacitem a atender essa demanda que está nos aparecendo e que está cada vez pior (PROFISSIONAL 4, 2018).

Esmiuçando os elementos que compõem essas falas, é possível frisar a defesa de uma abordagem da profissionalização com maior ênfase nos instrumentais que menospreza, de certo modo, a base teórico-metodológica que compreende a inserção profissional numa perspectiva de totalidade social. O apelo por capacitação para uso e aplicação de instrumentos, desvinculado

da dimensão ampla de instrumentalidade⁸³, reforça um caráter de ação tecnicista e ausente de sentido, que se utiliza de modelos ou tipologias definidas *a priori* para a concessão de respostas imediatas.

Outro elemento a ser pontuado na indigitada entrevista é a denúncia de que há parca produção teórica relevante sobre o exercício profissional, o que faria com que houvesse a necessidade de busca por outros referenciais teóricos. Essa perspectiva foi explicada por Forti e Guerra (2013, p. 11-12) como a recorrente inclinação à apropriação de um elenco de conhecimentos empíricos sobre a realidade “que propicia ao profissional um quadro referencial inconsistente, eclético, constituído de informações parciais fragmentadas e abstratas”.

É evidente que a integração de novos conhecimentos na profissão é necessária à compreensão dos fenômenos sociais que se transformam dialeticamente na realidade. Mas o problema se situa na busca superficial por teorias que possam ser aplicadas na prática e nos forneceriam, “[...] inequivocamente, as referências prático-concretas para o exercício profissional” (FORTI; GUERRA, 2013, p. 11). Essa tem sido uma tendência recorrente no exercício profissional, que se evidencia também na fala da Profissional 6:

[...] ah, parece que às vezes é muito dentro de uma fala ideal numa prática que a gente não consegue aplicar, e acho que ainda a gente precisa de mais humildade na nossa formação. A gente acha que é muito dono do saber, né? Não sei, eu tenho um pouco dessa impressão, eu vejo isso nos encontros (PROFISSIONAL 6, 2018).

A crítica acima se coloca no pêndulo que aparta a relação entre teoria e prática, conforme os apontamentos aqui já expressos. Ao passo que o cotidiano exige respostas cada vez mais urgentes e técnicas, sem possibilidades reflexivas, o fosso entre as necessidades profissionais e as respostas teóricas se aprofunda. Como se afastar de uma prática imediatista, que demanda uma teoria aplicável, sem cair no outro extremo da abstração extremada e sem elo com a realidade? A única resposta possível se situa na unidade entre essas dimensões inseparáveis. Tanto o exercício precisa se configurar enquanto uma atividade reflexiva, quanto a formação e a produção de conhecimento necessitam atentar para os desafios que se colocam no real, partindo deste para suas construções.

O que isso revela, na verdade, é uma dificuldade de articulação entre a matéria de atuação profissional e a perspectiva da totalidade social, considerando as características das

⁸³ Conforme Guerra (2011, p. 198), a instrumentalidade é a dimensão mais desenvolvida da profissão, pela qual o Serviço Social consolida a sua natureza e explicita-se enquanto um ramo de especialização, articulando “as dimensões instrumental, técnica, ético-política, pedagógica, intelectual da profissão”. É a categoria reflexiva capaz de apontar as diversas formas de inserção da profissão nos espaços sociocupacionais, suas competências e requisições, a partir da compreensão dos processos e práticas sociais “por meio de ações competentes técnica, intelectual e politicamente” (GUERRA, 2011, p. 198).

instituições nas quais as assistentes sociais estão inseridas no contexto hodierno. O diálogo entre os pares sem atenção ao que está posto na conjuntura e nos espaços socio-ocupacionais, não contribui para instrumentalização qualificada do exercício, como aponta a Profissional 8:

É muito fácil tu só falar de parzinhos, não é? É muito fácil, todo mundo entende o que tu diz, todo mundo sabe o que é “questão social”, todo mundo sabe o que é historicidade, totalidade... Mas vem aqui falar alguma coisa de Marx e esquerda! Tu não tem noção do que é falar sobre esses assuntos aqui dentro, não tem noção. Eles falam barbaridades. Por que? Porque neste hospital a maioria dos trabalhadores vem de uma classe social muito diferenciada, muito diferenciada (PROFISSIONAL 8, 2018).

As particularidades localizadas nos diversos espaços de trabalho, incluindo as dificuldades de diálogo com a instituição e com os outros agentes profissionais das equipes multidisciplinares, configuram complicadores para um exercício alinhado com a direção apontada no projeto ético-político profissional. As assistentes sociais possuem responsabilidade e possibilidade (ainda que limitada) de imprimir sentido às suas ações através de sustentação teórica, política e ética. Contudo, estas são balizadas pela realidade que, no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo e ascensão do conservadorismo, traduz-se nos campos de atuação profissional através o reforço de preconceitos e restrição de acesso a direitos, como se verifica no discurso:

Como é que tu vai lidar com uma rede, como é que vai ser tua comunicação com essa rede, que parcerias que tu vai fazer pra que tu consiga daqui a pouco articular e a pessoa acessar o direito de fato. Isso é coisa que a gente não aprende na faculdade, isso é coisa que a gente aprende no dia a dia. Fazendo e olhando os teus colegas mais antigos. Mas muito vinculado às questões de garantia de direitos, dentro das limitações, né? Que a gente tem hoje, que são grandes e ao mesmo tempo alguma coisa que tu tem que preservar, respeitando a autonomia do sujeito. Isso é tão difícil de a gente entender, e a gente é tão julgado por outros profissionais por não entender isso, de entender que cada um vai ter um processo e que as pessoas não têm que aceitar tudo (PROFISSIONAL 6, 2018).

Esses percalços no exercício profissional, em meio a uma conjuntura que apresenta limitações para a garantia de direitos, apontam para uma possível crise do PEPPSS, ainda que a hegemonia da profissão resista arduamente em reconhecê-la. Importantes discussões sobre a crise do PEPPSS foram travadas na Revista Inscrita nº 10, dos quais destaco a discussão aportada por Braz (2007), no artigo intitulado “A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos”, e por Netto (2007b), no artigo “Das ameaças à crise”.

Braz (2007) problematiza em seu artigo a discussão acerca da hegemonia, enquanto predomínio de uma vontade coletiva conectada a um projeto societário, de uma determinada

direção social e política sobre a profissão. Ele recorda que o Serviço Social renovado havia se consolidado na década de 1990, negando o conservadorismo e tradicionalismo pela aproximação com o marxismo, ao observar a direção teórica da categoria, a construção jurídico-política e a dimensão político-organizativa. Entretanto, indicou que a gestão lulista-petista “embaralhou a correlação de forças” (2007, p. 7), ao se supor que, equivocadamente, esse projeto político expressaria os mesmos anseios que o projeto profissional do Serviço Social. Para ele, a crise do PEPPSS nesse contexto se deve à ausência de propostas alternativas ao capital, que una interesses sociais distintos relativos ao trabalho, bem como pelas condições objetivas da formação e do exercício em Serviço Social, que conferem uma rápida e radical modificação no perfil de assistentes sociais no Brasil.

Netto (2007b), por sua vez, à luz da conjuntura dos anos 2000, retorna ao seu texto “A construção do projeto ético-político do Serviço Social” (NETTO, 1999; 2009a). Ele afirma que o suporte sócio-político para a conformação do PEPPSS foi a mobilização que derrotou a ditadura militar, as lutas sociais, o processo constituinte e a forte resistência ao neoliberalismo. Estes elementos, ao seu ver, foram mitigados nos governos Lula, onde não se verificavam mobilização e resistência expressivas às diretrizes macro-econômicas continuadas. Para ele, a inviabilização do projeto naquele momento se referia aos objetivos profissionais, que haviam sido minimizados mediante a centralização das suas funções no plano assistencial, e ao processo de flexibilização e desregulamentação da formação superior, na proliferação de cursos privados e de educação a distância.

Ambos os autores apresentam importantes elementos exógenos e endógenos à profissão que, no segundo mandato do governo Lula, já se colocavam como percalços para a continuidade do “vir a ser possível” que representaria o PEPPSS. Entretanto, ainda que se reconheça o contexto desfavorável, autoras como Ramos (2009) negam a existência de que haja uma crise do PEPPSS. Esta aponta que, mesmo diante do enfraquecimento das esquerdas, existem “segmentos que não sucumbiram às estratégias de passivação e, nesse sentido, o debate crítico, em seu interior, segue com inspiração anticapitalista” (RAMOS, 2009, p. 44). Quanto às condições sobre as quais se efetivam a formação e o exercício profissional, a autora aponta que em nenhum momento histórico o projeto profissional esteve em sintonia com a direção dada à política educacional no país, sendo necessário apostar nas contradições com nossa ação organizada.

A análise aqui calcada em torno da questão da crise do PEPPSS busca focar as condições objetivas da profissão apontadas pelos autores em articulação com os aspectos conjunturais. É dado que, como aponta Ramos (2009), nunca existiu terreno plenamente favorável à direção

crítica e anticapitalista do projeto profissional do Serviço Social. Isso porque os seus valores e princípios são, em si, fruto da contradição em torno das intencionalidades profissionais, filiadas a um projeto de sociedade que defende a ruptura com o sistema, enquanto a atuação profissional, balizada pelas diretrizes do Estado, está fincada em sua reprodução. A par da consolidação da hegemonia crítica na década de 1990, a profissão sempre contou com um cenário insidioso para materialização do projeto, assim como foi permeada pelo confronto permanente de vertentes conservadoras.

O que vem ocorrendo é que, num agravamento do que já apontavam Netto (2007b) e Braz (2007), elementos exógenos e endógenos à profissão impõem limites à continuidade do PEPPSS. No plano conjuntural, a devastadora retomada neoliberal no pós-Golpe de 2016 reforça o caráter contraditório do exercício profissional, especialmente no campo das políticas sociais, já que, ao mesmo tempo que garantem o acesso a direitos, configuram-se enquanto estratégia de criação de consenso e conformação. A redução de investimento público nos segmentos sociais traz de volta o aparato repressor como solucionante das mazelas advindas das contradições de classe, região, gênero, etnia, crenças etc., o que gera, conseqüentemente, a retenção da convocação de assistentes sociais para efetividade de políticas interventivas.

As entrevistadas apontaram para a necessidade de refletir sobre o projeto ético-político profissional diante das complexidades que se colocam em sua realidade cotidiana, que tem como pano de fundo a precarização das políticas públicas. Segundo a Profissional 6:

[...] vou te dizer que eu noto que é cada vez mais difícil de defender esse projeto, porque não é só a nossa vontade como profissional de defender, é que toda a conjuntura também tem que estar permitindo isso ocorrer, né? Claro que se a gente for comparar quando ele surge é outro momento histórico brasileiro [...] Mas o mais importante hoje é ter o direcionamento, ter noção de que tu tem algo que tu tem que preservar na tua prática, as coisas que tu faz, o juramento lá em cima no dia que tu te forma, na questão do atendimento, de proporcionar autonomia ao sujeito. Mas ainda entendendo que a gente tem um fragmento grande em relação às políticas públicas. Que a gente não consegue fazer mais coisas porque na realidade estão nos podendo cada vez mais. Se for pegar Porto Alegre então, do jeito que tá... E reflete aqui no meu campo! (PROFISSIONAL 6, 2018).

As limitações impostas pelas condições gerais do exercício profissional são percalços a uma atuação que, contraditória e complementarmente, além de garantir direitos prevê a construção de uma outra sociabilidade. Ainda, são tecidas críticas à ausência de atualização conjuntural da direção do projeto, conforme a assistente social aduz: “É um projeto muito antigo, e como nós estávamos falando da complexidade das renovações da ‘questão social’, tem muita coisa que ali está faltando” (PROFISSIONAL 2, 2018).

Mesmo tendo havido resistência organizada ao Golpe de 2016 e embates aguerridos em

torno dos retrocessos no campo dos direitos sociais, a esquerda encontra-se fragmentada e cada vez mais distante de uma proposta alternativa ao capital, no campo das lutas sociais. Na realidade, o movimento de redirecionamento das lutas sociais efetuado nos últimos trinta anos, que relega a luta por uma nova sociedade sem classes a segundo plano, sempre se apresentou como um desafio à direção política do projeto formulado no seio da profissão, como aponta Lopes (2009):

Quando o projeto ético-político do Serviço Social, apoiado na teoria crítica do pensamento marxista, havia alçado significativa solidez acadêmica, configura-se um contexto estrutural e conjuntural que redireciona os movimentos hegemônicos das lutas sociais: verifica-se uma tendência de virada de grande parte dos movimentos que apontavam na direção da construção de uma nova sociedade, alternativa ao capitalismo, para uma perspectiva de resistência ao neoliberalismo, com centralidade na luta por míseros direitos (LOPES, 2009, p. 24).

Dez anos após a constatação da autora e 40 anos após o “Congresso da Virada”, as condições atuais deixaram de ser apenas “ameaças” para se configurarem enquanto propulsoras de uma verdadeira implosão na sustentação do projeto hegemônico, tendo em vista a vitória neoliberal e a ofensiva conservadora que penetra, inclusive, na profissão. Isso se justifica pela ausência de uma proposta da classe trabalhadora alternativa à do capital, pela retomada vigorosa da ofensiva neoliberal, como também pelas circunstâncias objetivas da profissão, expressas no aviltamento das condições de trabalho de assistentes sociais e da formação profissional.

No que concerne aos elementos endógenos, o quadro desfavorável à formação e exercício no Serviço Social se consolidou, repercutindo numa mudança drástica no perfil do corpo profissional. A desqualificação no âmbito formativo, alinhada ao aviltamento das condições de trabalho de assistentes sociais em campo, distanciam as profissionais do direcionamento ético, teórico, ideológico, político e prático que representaria o PEPPSS, não podendo mais ser possível afirmar, como o fez Guerra (2007, p. 29-30), que seja “inegável que apesar do recorrente confronto das vertentes conservadoras, a tendência que propõe a ruptura com o conservadorismo na profissão tem dado a direção da formação profissional, do debate sobre as atribuições e competências, do debate mais teórico como um todo”. A tendência de ruptura com o conservadorismo, a par de ainda hegemônica no Serviço Social, tem perdido amplo espaço para outras correntes que tencionam os espaços de formação e exercício, com ingerência também na produção de conhecimento.

Dentre as características que atestam a tensão em torno do PEPPSS, posso citar o crescente distanciamento entre grande parte do corpo profissional e os movimentos sociais, em um contexto em que a luta por direitos relacionados tanto ao trabalho, quanto ao

reconhecimento identitário, são criminalizadas e duramente repreendidas. A Profissional 8 alerta que:

[...] a população tá muito desiludida, no geral, dos movimentos sociais. Aqui os assistentes sociais não participam de quase nada, não vão. [...] Eu vou pra os protestos, não todos, mas eu vou, vou pra os protestos, participo, vou pra rua, fujo de polícia. Mas assim, a população tá muito... Ela foi posta contra, né? Tudo isso é um processo fabricado, ele é ideologicamente fabricado, então a população foi colocada contra e as colegas não se mobilizam. Tanto é que a gente sempre bate nisso: “Olha, hoje vai ter não sei o quê, acho bem importante, vamos lá! (PROFISSIONAL 8, 2018).

O Código de Ética do/a Assistente Social afirma como um direito “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Código de Ética do/a Assistente Social, 1993, art.12, alínea b). Ramos (2007), nessa direção, acreditava que a organização política de assistentes sociais estava articulada a outros sujeitos coletivos, atuando na lógica de dar centralidade às ações de classe. Contudo, o ideário de criminalização dos movimentos sociais, de fato, adentrou a profissão, o que se evidencia na ponderação colocada em uma das falas, a respeito dos movimentos sociais:

Eles são super importantes porque eu acho que a partir daí a gente faz mudanças. Só que eles estão realmente mal organizados, infelizmente. Aí cai nessa questão política e ética que a gente está vivendo que o movimento social acaba numa esculhambação! Outra coisa que eu não acho legal é tu fazer um movimento social e prejudicar todo o andamento de uma cidade. Porque quando a gente fala de evolução, de processo ético, tu tem que respeitar as diferenças e eu acho que tem pessoas que vão fazer parte desse movimento e querem fazer a mudança, outros querem passar e não se envolver, então a gente trabalha com contradições. Em todos os espaços, as contradições vão exigir respeito às diferenças, e a gente não está vivendo isso, a gente está vivendo o contrário. Ou o conservador ou o esquerdista, é isso que a gente está vivendo. E os movimentos sociais desses que são organizados, dali tu não extrai nada pra melhoria. O que é que acontece? Bagunça, violência, morte, que a gente já viu várias, né? Então, é super importante, mas teria que ter, eu acho, uma outra condução. Mas aí volta no que a gente mesmo falou: as próprias categorias estão fragilizadas, então elas não conseguem organizar um movimento social. Se fragiliza nossa própria organização (PROFISSIONAL 4, 2018).

O distanciamento das profissionais dos movimentos sociais, fundamentado na acentuada criminalização das reivindicações que não sejam consideradas “pacíficas” ou que não obstruam as ruas, como pontuou a Profissional 4, se configura em mais um elemento de fragilização da direção crítica no Serviço Social. Essa é a discussão que norteia a edição de 09 de novembro de 2016 do CFESS Manifesta, intitulada “Lutar não é crime!”, e se fez presente nas falas que ilustram o descrédito dos movimentos sociais. A Profissional 2 que, quando questionada sobre sua participação, responde:

Os movimentos sociais estão muito enfraquecidos, eu já participei muito de movimento social quando eu era adolescente, quando eu era mais jovem, eu participava. Ainda participo, mas participava mais ativamente de vários movimentos sociais, e naquele período, provavelmente pelo fato de a conjuntura ser outra, nós tínhamos muito mais força. Hoje os movimentos sociais não têm mais força, eles estão desacreditados. Desacreditados pela população, desacreditados pelo governo, desacreditados inclusive por eles. Nem eles não acreditam (PROFISSIONAL 2, 2018).

As condições objetivas da profissão, pautadas nessa conjuntura de retrocessos que se desenha, em que direitos são considerados benesses e lutas sociais são vistas como “baderna”, podem representar um forte golpe na hegemonia conquistada. Conforme Braz (2007), diante desse quadro o desafio será a identificação de formas que viabilizem uma ação prático-política para o projeto ético-político profissional.

Uma das estratégias apontadas pelas profissionais com vistas à mobilização da população e da categoria, foi a utilização de ferramentas tecnológicas e uso das redes sociais. Segundo a Profissional 6, “A rede social te faz fazer muito movimento” (PROFISSIONAL 6, 2018) enquanto que a Profissional 3 destaca que caso se utilizasse mais “ferramentas tecnológicas pra planejar encontros e articulações desses movimentos sociais, eu acho que teria tudo pra dar visibilidade pras questões sociais, políticas” (PROFISSIONAL 3, 2018). Sem negar a validade do uso de ferramentas tecnológicas como estratégia, a Profissional 8 sobrepõe:

[...] se a gente não se mobiliza de alguma forma, se a gente não mostra a nossa insatisfação... E não é através só do *facebook* dando curtidas ali, levanta o dedinho, que cômodo! Ok, também são formas válidas, mas assim, é muito confortável tu na tua poltrona ficar bradando contra o mundo. Com o celular na mão. Tá, mas vamos também expor, vamos pra rua, vamos mostrar força, vamos mostrar movimento (PROFISSIONAL 8, 2018).

A viabilidade prático-política do PEPSS só será possível por meio da construção de estratégias que considerem as transformações na forma com que as relações sociais se estruturam no atual contexto. Isso prescinde do rompimento da dicotomia entre sujeitos profissionais da teoria e da prática (e por que não crescer, da militância), destacando-se a necessidade de atentar para os desafios que o fim do ciclo neodesenvolvimentista colocam à profissão.

Quando as assistentes sociais insistentemente demandam por uma discussão da categoria alinhada às suas práticas profissionais, desejam que a realidade, tal qual ela se coloca no plano cotidiano e conjuntural, seja abstraída e retorne com estratégias efetivas de atuação, como o aponta a fala de uma assistente social sobre o PEPSS: “E que eu acredito que deve ser repensado, deve ser reestruturado e reestudado nas perspectivas relacionadas inclusive no fazer

profissional. Na atuação profissional do assistente social” (PROFISSIONAL 2, 2018). A tendência a dar respostas imediatas, todavia, longe de solucionar a questão, acaba por reforçar a fragmentação da categoria:

Eu acho, sinceramente, que o projeto ético-político ele tem que ser... Eu sou muito objetiva e eu tive muita dificuldade durante o período acadêmico com as questões do Serviço Social, porque são coisas que não são objetivas, e eu acho que talvez a gente deveria formar uma comissão de cada categoria, de cada instituição pra colocar o projeto ético-político no teu trabalho e deixar isso mais palpável. Porque o projeto ético-político é muito bonito, né? Mas ele é uma coisa escrita, eu quero saber lá no meu dia-a-dia, lá quando eu tô com a intervenção, com a penada, o que é que eu posso pegar do meu projeto ético-político. Eu acho muito lindo o código de ética quando a gente lê as coisas, e tudo é muito lindo, muito maravilhoso, mas na prática não é assim, então eu acho que a gente tem que trazer as coisas um pouco mais pra prática. Isso eu sinto falta (PROFISSIONAL 5, 2018).

Como é possível perceber, é na distância entre as dimensões prática e reflexiva (teórica) que se situa o desafio reticente do projeto, dada a inconsistência do seu significado no âmbito do exercício profissional. A verbalização acima demonstra, inclusive, certa incompreensão sobre o significado do PEPPSS, que seria, para ela, uma “coisa escrita”. Outra profissional acredita que ele surgiu juntamente à Constituição Federal de 1988: “Eu acredito que o Projeto Ético-Político do Serviço Social ainda tem muitas coisas que ainda precisam ser implantadas em relação a ele, porque ele é um projeto antigo, oitenta e oito, né?” (PROFISSIONAL 2, 2018). As dificuldades de mediação entre a ação profissional na intervenção do “dia-a-dia”, além de serem resultados da incidência pragmática na ação profissional, que carece da recorrência às elaborações teóricas, são fruto do alto grau de abstração que o projeto ético-político da categoria atingiu.

Como mantermo-nos filiados ao PEPPSS, que prevê a construção de uma outra sociabilidade, em uma conjuntura que não permite, sequer, a manutenção de direitos sociais mais básicos e, quando os garante, o faz como estratégia de conformação ao capital? Esta tese não dispõe de respostas definitivas para uma questão tão complexa que, ao meu ver, ultrapassa a problemática posta na profissão e se configura enquanto um questionamento à própria lógica de funcionamento do capital e à sua superação.

A responsabilidade pelo abismo entre teoria e prática não pode ser unilateralmente delegada às agentes profissionais “de base”. Estas são, antes de tudo, partícipes dos processos sociais e ideológicos que emergem na atual fase do capitalismo. A crise do PEPPSS não necessariamente retrata a mitigação das bases teórico-profissionais que orientam a atuação das assistentes sociais que a ele se vinculam. O esmorecimento decorre, antes de tudo, de fatores exógenos que alteram drasticamente a percepção comum acerca da contradição entre capital e

trabalho. Pela força da ideologia dominante e da racionalidade neoliberal, os trabalhadores, os quais seriam os agentes da transformação social, não têm se constituído em uma subjetividade que opera ações concretas com vistas à superação da ordem vigente.

Conforme Iasi (2012) é possível que uma pessoa que não pertença ao proletariado possa, por uma série de circunstâncias, compor a ação coletiva que se levanta contra a ordem do capital, constituindo-se enquanto parte integrante desta classe e assumindo como seus os interesses e objetivos da classe. Contudo, é muito mais frequente que ocorra o oposto, sobretudo em uma conjuntura em que o conservadorismo detém a hegemonia ideológica da sociedade. Conforme o autor:

[...] uma pessoa que, por sua posição econômica, é proletária pode assumir como seus os ideais e valores de uma concepção de mundo burguesa e, compondo junto aos seus pares este ser coletivo, empreender uma ação no sentido de perpetuar as relações que fazem da burguesia uma classe dominante (IASI, 2012, p. 341).

Parece ganhar plena vazão as palavras do autor quando se verifica que os grupos de trabalhadores, longe de atuarem como agentes da transformação histórica, têm empregado forças para a perpetuação das relações de dominação. A lógica do consumo e do mérito, próprias da racionalidade neoliberal, tem levado os trabalhadores a desejarem ser cada vez mais parecidos com seu algoz. As assistentes sociais, obviamente, também integram essas relações, podendo igualmente reproduzir a lógica dominante, ou cambiar-se enquanto sujeitas que propugnam mudanças sociais. Considerando a ressalva de não se cair num viés messiânico, a direção crítica alçada pela categoria nos faz, de certo modo, possíveis protagonistas da revolução.

Entretanto, no caso de a profissão servir-se de uma hegemonia teórica que não encontra repercussão na prática profissional, a tendência é a radicalidade da separação entre as indigitadas dimensões e o enfraquecimento da práxis transformadora. Essa divergência se situa no menosprezo do mundo fenomênico da realidade como ponto de partida para a construção do conhecimento, bem como pela desconsideração de que a categoria de substância ou essência não é fixa ou imutável, mas histórica.

A resposta também pode ser localizada no terreno de atuação das assistentes sociais, constituído majoritariamente pelo Estado, que se configura em um lugar de disputas de interesses, que não fatalmente responderá apenas aos interesses das classes dominantes. Contudo, o Estado brasileiro carrega em si uma forte herança do autoritarismo social em relação aos direitos sociais, como o afirma Chauí:

[...] a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez, estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas também as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito), e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes) (CHAUI, 2014, p. 257).

É na mediação das relações sociais, nas quais o direito é concebido como tutela e favor, que as assistentes sociais são chamadas a intervir junto às camadas populares, para quem “os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante” (CHAUI, 2014, p. 262). As balizas da atuação profissional são conformadas pela designação imprimida pelo Estado às formas de resposta às demandas sociais, dentre elas as expressões da “questão social”.

Ainda que a razão de ser da profissão se situe nas relações sociais geradas pela contradição entre as classes fundamentais no modo de produção capitalista, as demarcações da atuação profissional são dadas pelo Estado, repercutindo em renovadas especificidades para o Serviço Social conforme o contexto. É por isso que o enfrentamento aos dilemas do PEPPSS, que se agudizam nessa quadra histórica, só será possível ao se considerar as mudanças que se operam nesse período em que os governos de coalizão petista faliram e o conservadorismo político se estabelece, não bastando reproduzir leituras teóricas que homogeneizam os fenômenos sociais.

Isso porque os desafios que se colocam nos âmbitos da formação e do exercício sempre estiveram fundados na hegemonia do grande capital, mas se alteravam conforme a dinâmica impressa pela orientação da governabilidade do Estado. A crítica, portanto, deve integrar uma contratendência àquela hegemonia capitalista que se mostra predatória frente à sua crise estrutural e, além disso, precisa dispor de instrumentos suficientes para enfrentar os aspectos conjunturais do pós-golpe que representam ameaças à vida social.

Nenhuma estratégia política recente adotada pelo Estado projetou a superação do capitalismo. Estamos no modo de produção capitalista e vivenciamos as decorrências de sua crise visceral. Mas quais as particularidades dos seus diversos momentos históricos na realidade brasileira, que imprimem novas roupagens à hegemonia do capital? Sem considerar a relevância dessa questão e realizar esforços teóricos para solucioná-la, não será possível compreender o que assistentes sociais vivenciam em campo, tampouco superar a crise da direção ético-política na profissão.

4.4 A atuação de assistentes sociais no contexto de desmonte das políticas sociais: a dialética de reprodução e resistência

É hegemônica no âmbito do Serviço Social a perspectiva que delimita o objeto da profissão nas expressões da chamada “questão social”. Partindo de uma perspectiva filiada à tradição marxista, o Serviço Social passou a ser considerado, a partir da década de 1980, como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Essa filiação incitou as discussões sobre o Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, que giraram em torno do questionamento sobre a base que funda a constituição da profissão na sociedade e que, por esse motivo, deveria dispor de centralidade no âmbito da formação. Conquanto existam distintos eixos presentes no debate, reconheceu-se que este fundamento é a “questão social”, apreendida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 27).

A partir de 1993, com as deliberações de revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982, foi instaurado o debate para uma nova proposta de Diretrizes Gerais pela antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sendo aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 08 de novembro de 1996. Nesta, a profissionalização do Serviço Social é considerada “como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996).

Iamamoto (2015), como uma das principais interlocutoras do debate, demonstra que é a “questão social”, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da atuação profissional, sendo esta a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Ainda que a autora (2001) alerte que a expressão “questão social” é estranha ao universo marxiano⁸⁴, “os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 11). Isso se dá considerando que o Serviço Social “se particulariza nas

⁸⁴ Netto (2011) também adverte que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca, registrando-se em torno dela atribuições de sentido muito diversas. Teve sua origem ligada aos desdobramentos sociopolíticos da pauperização da classe trabalhadora no século XIX na Europa, quando pela primeira vez na história “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas” (NETTO, 2011, p. 42). O termo integrou o vocabulário próprio do pensamento conservador, tanto laico quanto confessional, tendo sido convertido em objeto de ação moralizadora.

relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPSS, 1996).

A contribuição de Marx para compreensão da gênese, constituição e reprodução da “questão social” se situa, conforme Netto (2001), na sua análise rigorosa do desenvolvimento capitalista, que pode ser observada na “lei geral da acumulação capitalista”:

[...] a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 2013, p. 697).

A face política da exploração⁸⁵, traço próprio da relação entre capital e trabalho, é o que determina o que chamamos de “questão social”. É por isso que Netto (2001) afirma que qualquer contraposição às manifestações sociopolíticas e humanas está fadada ao insucesso, caso não se enfrente os dispositivos exploradores do regime do capital. Não cabe dentro dessa perspectiva, portanto, qualquer ilusão de que o enfrentamento da “questão social” levará fatidicamente a sua superação, caso permaneçamos na ordem capitalista, bem como “Não há garantias prévias da derrota da barbárie – e, por isto mesmo, o futuro permanece aberto” (NETTO, 2001, p. 49).

É por isso que a ação profissional das assistentes sociais participa tanto dos mecanismos de reprodução da dominação e da desigualdade, quanto, ao mesmo tempo, produz resistência e o suprimento das necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora. Concomitante à oferta de serviços que, até certo ponto, conformam a classe trabalhadora à lógica do capital, a atuação no Serviço Social permite a exposição das condições das populações subalternizadas, exigindo respostas do Estado, que são, conforme a conjuntura, condensadas em políticas sociais.

O enfrentamento da “questão social” se dá, conforme Iamamoto (2001), pela mediação de organizações públicas e/ou privadas, nas relações entre Estado e Sociedade que regem a implementação das políticas sociais. Nesse terreno, o exercício profissional de assistentes sociais “interfere no seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso a direitos sociais e do exercício da cidadania” (IAMAMOTO, 2001, p.

⁸⁵ Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista, “Em qualquer sociedade em que as forças produtivas se tenham desenvolvido além do mínimo necessário à sobrevivência da sua população, capacitando-a assim, pelo menos potencialmente para crescer, transformar-se e sobreviver as vicissitudes da natureza, a produção de um excedente torna possível a exploração, que é o fundamento da sociedade de classes” (HIMMELWEIT, 2001, p. 144).

27). Ainda que a base de profissionalização do Serviço Social esteja fincada na “questão social”, enquanto resultado das contradições entre capital e trabalho, *as respostas a ela são dadas no âmbito superestrutural, situando-se também nessa dimensão que tipo de requisições serão feitas às assistentes sociais.*

Uma das primeiras formulações sobre base e superestrutura foi apresentada por Marx e Engels (2009) na primeira parte de “A Ideologia Alemã” que, dentre outros momentos de sua obra, denota a ideia de que a base material da sociedade, a estrutura econômica, condiciona as formas de Estado e da consciência social (a superestrutura). Segundo eles, a organização social se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e “em todos os tempos forma a base do Estado e da superestrutura idealista” (MARX; ENGELS, 2009, p. 110).

Essa concepção materialista, mesmo que signifique dizer que o Estado e a consciência social não são plenamente autônomos, mas determinados pelas relações de produção estabelecidas pelas pessoas, não pode ser compreendida como reducionismo econômico. Marx (2013) alertava que a produção material deve ser concebida em sua forma histórica específica, tendo refutado, em “O Capital”, as críticas que recebera quando da publicação do texto da “Contribuição à Crítica da Economia Política” sobre a dominância dos interesses materiais:

É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica porque lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal (MARX, 2013, p. 157).

Também Engels, em carta a Joseph Bloch no ano de 1890, afirma que os pressupostos econômicos são decisivos, “Mas também os políticos, etc., mesmo a tradição que assombra as cabeças dos homens, desempenham um papel” (ENGELS, 1985, p. 547). Para ele, o resultado histórico é fruto de “inúmeras forças que se entrecruzam, um número infinito de paralelogramas de forças” (ENGELS, 1985, p. 548), que incidem sobre a já referida base material. Posteriormente, em 1894, em outra correspondência endereçada a Wroclaw Borgius, Engels assevera:

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., repousa sobre o [desenvolvimento] econômico. Mas, todos eles reagem também uns sobre os outros e sobre a base econômica. Não é que a base econômica seja *causa, unicamente activa*, e tudo o mais apenas efeito passivo. Mas há acção recíproca na base da necessidade [*Notwendigkeit*] econômica que *em última instância* sempre vem ao de cima. O Estado, por exemplo, actua através de direitos protecionistas, livre-câmbio, boa ou má fiscalidade [...] (ENGELS, 1985, p. 566).

Não obstante, no estágio do capitalismo, haja primazia da base econômica para

compreensão da essência das relações sociais, é necessário considerar as dimensões superestruturais que desempenham papéis prevaletentes em dadas sociedades, conforme sua forma histórica específica. É relevante pontuar que, nas colocações de Engels (1985), a produção espiritual desempenha ingerência recíproca sobre a base material, que também é influenciada por questões políticas e ideológicas.

Para compreender a atuação do Serviço Social na forma histórica definida contemporaneamente, é preciso apreender a natureza das relações que se dinamizam na base material, sendo igualmente importante situá-la em sua relação simultânea com a superestrutura. As formas de consciência social geradas no esgotamento do neodesenvolvimentismo, que se aportam ideologicamente para o ascenso do conservadorismo, bem como a configuração das respostas do Estado à “questão social”, são relevantes para estabelecer como a profissão se conforma nessa conjuntura.

Justifico, portanto, porque o presente estudo dá oportuna ênfase às particularidades das políticas sociais do Estado, maior empregador de assistentes sociais atualmente, bem como aos processos de trabalho em que o Serviço Social se aporta. O objeto da profissão, a “questão social”, se não compreendida em sua totalidade, ou seja, considerando as balizas determinadas pelo conjunto das instituições do Estado para a atuação profissional, pode desembocar no reforço do problema correspondente à dicotomia entre teoria e prática, já apresentado no tópico anterior.

As alterações superestruturais, que conformam os limites de atuação no âmbito do Serviço Social, representam uma expressiva parcela dos resultados da pesquisa. Nestes, foi constatada a interdependência dos postos de trabalho e da atuação profissional em relação ao projeto político prevaletente. Nas entrevistas com assistentes sociais, nos posicionamentos político-organizativos e na produção de conhecimento, obtive relevantes informações que acentuam o indicativo de que a profissão está em um momento de mudanças e reatualizações que demandarão a construção de novas estratégias ético-políticas, situadas no contexto histórico que aponta para um novo ciclo de radicalidade liberal-conservadora.

No exame dos CFESS Manifesta, verifiquei que ao menos quatro deles prioriza a análise aprofundada do Estado nas circunstâncias tratadas na pesquisa, ainda que essa discussão seja transversal a outras edições. Nestas demais edições são realizadas análises da contrarreforma do Estado, continuada no neodesenvolvimentismo, com críticas à privatização/mercantilização dos direitos sociais. Também é dado destaque à atualidade dos instrumentos legais que materializam o projeto ético-político profissional, com ênfase na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e no Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS nº

512/2007), o qual dispõe sobre normas gerais para o exercício profissional. No que concerne aos que tratam especificamente de análises da conjuntura, destaco os documentos postos no quadro a seguir:

Quadro 11 – Edições do CFESS Manifesta que realizam análise de conjuntura

DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA EDIÇÃO
07 abr. 2015	Tempos difíceis, tempos de reflexão e luta
07 jun. 2016	Em tempos desiguais, não temeremos!
26 ago. 2016	Nada a Temer! Continuamos na luta!
09 nov. 2016	Lutar não é crime!

Fonte: Sistematização da autora conforme leitura e análise dos CFESS Manifesta realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

Essas quatro edições do CFESS Manifesta procedem a uma análise da conjuntura e de seus impactos nas políticas, direitos sociais e condições de trabalho de assistentes sociais. Os documentos procuram identificar diferenças entre os governos petistas e o de Fernando Henrique Cardoso, dando centralidade aos aspectos de continuidade, mas expõem um posicionamento contrário às manifestações conservadoras que pediam o *impeachment* de Dilma, ainda que expressem uma posição política com autonomia. Ademais, denunciam os retrocessos adotados, como as medidas no (des)governo de Michel Temer, que aprofundam a contrarreforma do Estado, posicionando-se contra o desmonte da seguridade social, fortemente ameaçada a partir dos ataques aos direitos sociais.

A produção teórica, por sua vez, também evidenciou análises de conjuntura particularizadas em políticas nas quais assistentes sociais se fazem atuantes. O quadro a seguir expõe os principais deles:

Quadro 12 – Artigos com ênfase nas políticas sociais do Estado

REVISTA	ARTIGO	AUTORES	ANO
TEMPORALIS	Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica	Luana Siqueira	2012
TEMPORALIS	Programa BPC trabalho e a programática neodesenvolvimentista na Assistência Social	Fernanda Mattos	2015
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	Assistência Social: direito social ou bem-estar?	Berenice Couto	2015
KATÁLISYS	Estado e política social na América Latina: Previdência Social	Fernanda Mattos	2015
ARGUMENTUM	Estado e crise do Capital: debatendo as perdas da proteção social	Karla Valle	2013
LIBERTAS	Serviço Social e Políticas Urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais	Maria Gomes	2015

Fonte: Sistematização da autora conforme leitura e análise dos artigos realizada no período entre janeiro e junho de 2017.

As principais discussões identificadas, na interlocução entre as fontes de pesquisa, remetem a uma análise conjuntural que incide na atuação de assistentes sociais, e dizem respeito: a) ao conjunto de fatores que conformam a proteção social, com destaque ao debate sobre o retrocesso na garantia dos direitos sociais no atual quadro de crise do capital e ofensiva conservadora; b) às ameaças à seguridade social, com ênfase nas ações voltadas à redução da pobreza atinentes à política de Assistência Social; c) à repercussão desse quadro de mudanças na gestão das políticas sociais para as assistentes sociais que estão em exercício, o que se evidencia principalmente pela precarização das condições de trabalho e redução dos postos de trabalho.

No que concerne aos impactos da conjuntura político-econômica para as políticas sociais, traduzidos no desmonte de direitos, o CFESS Manifesta intitulado “Tempos difíceis, tempos de reflexão e luta” traz a análise de que o governo Dilma, mesmo assegurando os interesses do capital e das elites, foi duramente levado a dirigir sua governabilidade ainda mais à direita. O documento alerta quanto aos perigos na tensão conservadora, de claro teor fascista, presente nas eleições de 2014 e nas manifestações *pró-impeachment*, conclamando as assistentes sociais a integrarem uma resistência radical, alinhada ao projeto profissional que está “comprometido com a garantia inalienável da liberdade, dos direitos humanos, da democracia e da superação da ordem social capitalista desigual e excludente” (CFESS Manifesta, 2015).

O artigo de Maria Gomes (2015, p. 116), entretanto, evidencia que “o Serviço Social para colocar em prática seu trabalho de forma politizada esbarra em uma conjuntura desfavorável”. O estudo traz reflexões acerca da atuação do Serviço Social nos espaços urbanos, dando destaque à participação de assistentes sociais nos processos de remoção de moradores das favelas do Rio de Janeiro, sobretudo no contexto de grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A autora aduz que, na presente conjuntura, há um hiato entre os embasamentos da teoria crítica que fundamenta o projeto ético-político e a prática profissional.

Isso ocorre, segundo Gomes (2015), pelo retorno da perspectiva conservadora na profissão, em detrimento da firmada após a reconceituação, que se configurou em uma direção diametralmente oposta ao conservadorismo, em defesa dos ditames democráticos e/ou emancipatórios. Desde a adoção da orientação neoliberal, em que as políticas sociais deixam de ser garantidas como valor de uso, devendo ser acessadas via mercado, muitas assistentes sociais são constrangidas a incorporar os ditames das novas formas de gestão, além de serem integradas nas equipes sob elevado grau de precarização das condições de trabalho. Nas suas

palavras:

Na realidade, o assistente social é um dos profissionais mobilizados na variedade enorme de especialistas convocados para um trabalho de controle social, visando deter a insatisfação dos segmentos populares que têm seus direitos violados ou não atendidos na cidade (GOMES, 2015, p. 113).

Esse exercício de controle das populações por parte de assistentes sociais ocorre num processo de substituição de políticas sociais por ações coercitivas, direcionadas aos segmentos mais pauperizados e aos movimentos sociais. O embate profissional na correlação de forças se torna ainda mais dificultoso, ao passo que o seu próprio trabalho também é controlado pelas diretrizes institucionais, que impõem a reprodução rigorosa das orientações técnicas determinadas. A percepção da autora é corroborada pela fala da Profissional 6, que apresenta algumas das dificuldades para conformar, em uma postura de resistência, a perspectiva de viabilização de direitos em seu espaço de trabalho:

Garantir direitos sim, sempre com os limites, porque eles estão sempre do nosso lado. Muitas vezes tu quer mas a política não anda no mesmo tempo, o recurso lá da saúde não tem, tu tenta motivar também essa pessoa. [...] Tu atende o usuário na questão do direito, mas, ao mesmo tempo, fica de braços cruzados, é isso que a gente sente muitas vezes na ponta. Mas também não é cruzar esse braço, né? Tem que tentar de outras formas, ter a persistência dentro da nossa profissão, ser um pouco mais criativo (PROFISSIONAL 6, 2018).

As dificuldades expostas não são novidades para a profissão. Desde que iniciamos a construção de um projeto ético político vinculado aos interesses da classe trabalhadora temos vivenciado intensos embates para garantia de uma direção crítica na atuação, em meio às ofensivas do capital apoiadas pelo Estado. Não foi a partir do Golpe de 2016, portanto, que os retrocessos no campo dos direitos sociais se impuseram como desafio à efetivação de um exercício profissional crítico. Contudo, há de se reconhecer que os projetos que alçaram ao poder no pós-golpe radicalizam as perdas sociais e imprimem maiores adversidades ao exercício profissional crítico, como endossa o CFESS Manifesta “Em tempos desiguais, não temeremos!”:

Assim, não nos pode parecer que os retrocessos sociais hoje em curso no Brasil, e bem destacados pelos movimentos de resistência ao interino e ilegítimo governo Temer, sejam bem uma novidade na busca do capital de se apropriar e aprofundar os processos de exploração da classe com o apoio fundamental do Estado. Não é de hoje que nós, trabalhadores e trabalhadoras, pagamos a conta pela crise. O fato de não serem novidades em nossa história, entretanto, não significa que não sejam piores e, por isso, merecem um nível de resistência à altura do abismo que tem significado todas as propostas em curso do programa chamado ponte para o futuro, enquanto uma radicalização do neoliberalismo (CFESS Manifesta, 2016a).

A pesquisa de Valle (2013), que tem como objeto a condução da política de assistência social no município do Rio de Janeiro no período entre 2003 e 2008, não abrange o momento de esgotamento do neodesenvolvimentismo, mas observa que, no seu auge, já era possível identificar o crescimento de direcionamentos conservadores que colocavam em xeque os direitos sociais. Ela aduz que após o período FHC, a efetivação da proteção social no Brasil se manteve permeada por processos de cooptação política e ideológica próprios do neoliberalismo, com a mistificação dos direitos em meio à contrarreforma do Estado. Não se pode deixar de notar que as propostas adotadas no governo Temer, disseminadas como a única e legítima saída para o equilíbrio das contas públicas, contaram com um pacote de medidas que significaram, em maior escala, perdas profundas de direitos para a classe trabalhadora.

Dentre essas diretrizes, é possível destacar, como pontua o CFESS Manifesta (2016a), a desestruturação da lógica do direito social, tomada pelas perspectivas de focalização, privatização e monetarização da política social. O direito passa a ser acessado pelo seu valor de troca, sendo os indivíduos os responsáveis pela sua própria proteção social pela via do mercado. Não tendo possibilidade de financiar o acesso ao direito social, a população acaba por tê-lo negado. Nessa senda, é possível verificar ainda o aprofundamento da dilapidação da seguridade social, que pode ser ilustrada nas propostas de reformas trabalhista e da previdência social, nas iniciativas de desestruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na contrariedade à universalização do Sistema Único de Saúde (SUS).

As discussões em torno do esfacelamento da seguridade social igualmente não remetem a um processo novo. Analisando o período neodesenvolvimentista, Valle (2013) aborda o processo de assistencialização das políticas sociais, que além de expressar regressividade de direitos implica na renovação do pensamento conservador no Serviço Social. Segundo ela:

Com o argumento de que os mais necessitados não são alcançados pelas políticas sociais, os programas assistenciais focalizadores passam a aglutinar um peso político e financeiro sem precedentes, [...] evidenciando um processo de assistencialização da proteção social (VALLE, 2013, p. 90).

A expansão da lógica assistencialista para as diversas políticas que conformam a proteção social é intensificada a partir das estratégias neodesenvolvimentistas de enfrentamento à pobreza. O trabalho de Siqueira (2012) aborda a influência dos países centrais na formulação de projetos desenvolvimentistas, com vistas ao enfrentamento à pobreza presente nos países periféricos. A autora inicia o seu argumento tratando da visão de pobreza e desenvolvimentismo do Banco Mundial e de Amartya Sen, autor com grande influência nas agências multilaterais. Posteriormente, traz o debate marxista sobre pobreza e a sociedade capitalista, compreendendo

o fenômeno como resultado da contradição entre capital e trabalho, a partir de uma análise da Lei Geral de Acumulação Capitalista. Por fim, trata das discussões que são apropriadas pelos assistentes sociais, especialmente nos trabalhos de Marilda Iamamoto e José Paulo Netto que tratam sobre a temática. A autora conclui que:

Mesmo apresentando a pobreza vinculada a conceitos que a colocam como um lado de uma dada relação social contraditória necessidade/abundância, carência/riqueza, subalterno/hegemônico, povo/elite, cidadão/não-cidadão, incluído/excluído, quando tal relação não é entendida a partir da contradição fundante do MPC entre capital e trabalho, esta acaba por ser esvaziada de suas determinações genéticas. No capitalismo, esses processos não podem ser compreendidos criticamente senão como desdobramentos, com suas particularidades (nas formas de desigualdade, nos sujeitos que envolve, na correlação de forças, no tipo de relação que estabelece) de tal contradição capital-trabalho (SIQUEIRA, 2012, p. 382).

Considerando a perspectiva que caracteriza a pobreza como um processo estrutural, caracterizado pelas contradições determinadas no modo de produção capitalista, também o artigo de Mattos (2015a) oferece elementos para o debate. Esta autora aborda o avanço dos discursos de superação da situação pobreza dos indivíduos através do desenvolvimento de suas capacidades e das oportunidades iguais, bem como da incorporação do trabalho na política da Assistência Social, utilizando como exemplo o Programa BPC Trabalho. Para a autora, esta programática, além de escamotear as possibilidades de superação da pobreza, oculta as contradições inerentes na relação trabalho e capital:

No contexto em que o discurso de combate à pobreza é o elemento direcionador da política da assistência social, e que o direito ao trabalho tem sido cada vez mais impossibilitado, considerando o desemprego crônico e as consequências advindas deste processo, sendo a mais premente o trabalho informal/precário, a assistência social é compreendida enquanto política viabilizadora de oportunidades iguais para desenvolver as potencialidades dos indivíduos, via programas de qualificação profissional, com vistas a sua capacidade de se tornar sujeito produtivo e consumidor (MATTOS, 2015a, p. 126).

A mesma autora, continuando na linha de defesa de uma seguridade social ampla, que atenda aos interesses da classe trabalhadora, publicou um artigo que trata sobre os rumos políticos do Serviço Social na política previdenciária. Ela aponta que, neste campo de atuação, a profissão não está imune às incidências conjunturais e, por conta disso, ainda que tenha construído uma direção em defesa da previdência pública, universal, descentralizada, democrática, que garanta a manutenção digna do trabalhador e sua família, enfrenta processos que retomam seu forte caráter conservador (MATTOS, 2015b).

A conjuntura traduz ameaças a todos os grupos de trabalhadores, não obstante algumas medidas tenham aparentemente fracassado dentro do período do mandato de Temer. Sem mexer

nos privilégios dos rentistas do sistema financeiro e com o pretexto de sanar a crise econômica, a Proposta de Emenda à Constituição 287/2016 (proposta de reforma da previdência), tal qual originariamente apresentada, demandaria do trabalhador o mínimo de 25 anos de contribuição para acessar à aposentadoria por idade, além da idade mínima de 65 anos para ambos os sexos.

Na esteira dessa proposta, muitos trabalhadores contribuirão por um longo período sem que tenham qualquer retorno quando tiverem a sua capacidade de trabalho reduzida. Uma das entrevistadas aponta os rebatimentos dessa discussão, traduzidos em perda de direitos, também para os servidores públicos:

O servidor penitenciário teria direito a aposentadoria especial, só que isso foi conquistado em governos anteriores, na época do neodesenvolvimentismo. E agora com toda essa questão da reforma trabalhista e tudo o mais a gente tem medo de perder. E em paralelo a isso começou a rolar esse PEC da polícia penal, que o que é que acontece? Transforma o servidor penitenciário em polícia penal. [...] Só que quando se diz polícia penal inclui todo mundo (PROFISSIONAL 5, 2018).

Desde a instauração do governo Temer, não apenas a previdência tem sofrido ameaças severas⁸⁶. Uma das entrevistadas prevê a mitigação de vários serviços públicos, afirmando que “neste momento eu vejo um desmantelamento daquilo que nem se conseguiu construir na totalidade, porque no governo Lula e Dilma se construiu as leis e como deveria ser. Mas não se constituiu por inteiro todos os CRAS, todos os serviços que tinha que ter” (PROFISSIONAL 7, 2018).

O CFESS Manifesta intitulado “Nada a Temer! Continuamos na Luta!” apresenta que foram executados ataques ao conjunto de políticas que conformam a seguridade social, “como estratégia para ampliar e socializar os custos da crise com a classe trabalhadora e reforçar as oportunidades de lucro para a burguesia” (2016c). Em relação à saúde, por exemplo, o princípio da universalidade foi aviltado por diversas estratégias e pode ser extinto a partir de medidas que já estão sendo debatidas e incluem um reforço à privatização⁸⁷. O documento denuncia que:

A direção dessas propostas apresenta profunda sintonia com as orientações do Banco Mundial junto aos países de capitalismo periférico, que apontam para a desconstrução do sistema público, estatal e universal de saúde e colocam como meta para 2020 o acesso à saúde com preços “acessíveis” (CFESS Manifesta, 2016c).

⁸⁶ A proposta de (contra)reforma da previdência de Jair Bolsonaro, entregue em 20 de fevereiro de 2019 (PEC 6/2019), mitiga ainda mais a desigualdade social no país, ao apresentar mudanças na idade mínima, valor dos benefícios, assim como desconstitucionalização das normas. Nesta, mulheres, trabalhadores rurais, professores e beneficiários do Benefício da Prestação Continuada (BPC) são os que mais sairão prejudicados.

⁸⁷ Em abril de 2018 ocorreu em Brasília o “1º Fórum Brasil - Agenda Saúde: a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde”, organizado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde (Febraplan), com participação do Ministério da Saúde, bem como de diversos deputados e senadores. A proposta do “novo” sistema é a de transferir recursos do SUS para financiar a Atenção de Alta Complexidade nos planos de saúde particulares, tendo como meta que metade da população deixe de ser atendida de forma pública, gratuita e universal até 2038 (SESTELO, 2018).

As assistentes sociais entrevistadas que trabalham na saúde já sentem os rebatimentos dessa ofensiva neoliberalizante em seus espaços de trabalho, a partir da observação da limitação de recursos, das parcerias com instituições privadas e da diminuição de leitos SUS. Duas delas descrevem:

Aqui o atendimento do hospital começa a ficar cada vez mais privado, só nessa análise, assim, de olhar pra o momento. Ele nunca foi totalmente público, né? Tinha a questão dos associados, mas agora ele começa a se vincular com parceiros que são privados. [...] E aí tu vai ter o que? Mais um exército de reserva e de pessoal desempregado. Claro que se a gente for entender a política pública, que deveria então essa prefeitura ter assumido o próprio hospital... Mas não tinha interesse nenhum! Porque agora só privatizam, estão fazendo parceria com uma outra instituição que é privada também e já não estão repassando verba (PROFISSIONAL 6, 2018).

O que é que a gente tem percebido agora nesses tempos de crise? Tem fechado o número de leitos SUS e aberto pra convênios. O que é que a presidente do hospital diz? Que a gente precisa captar recursos e que lamentavelmente com os cortes na saúde, na assistência, tudo, eles, enfim... É a única forma que se tem de captar recursos e continuar subsidiando. E aí a gente fica muito indignada com isso! Porque é um dinheiro público que se usa, é dinheiro tudo isso aqui (PROFISSIONAL 8, 2018).

Essa restrição de recursos nas políticas sociais faz parte de uma agenda que retoma de forma radical a proposta de mercantilização dos direitos sociais, acentuando ainda mais os níveis de desigualdade. A população que, pela renda obtida a partir da venda de sua força de trabalho, não conseguir acessar serviços como saúde e educação, acabará por ter tais direitos básicos negados. Essa população geralmente é aquela beneficiária da Política de Assistência Social, que também está fortemente ameaçada desde a ascensão de Temer à presidência, como aponta ainda o documento do CFESS, sobre o Benefício da Prestação Continuada (BPC):

Nessa perspectiva, podemos elencar, no rol dos retrocessos apresentados neste curto período do atual governo, a edição do Decreto nº 8.805/2016, que altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), principal benefício dessa política. As alterações vão desde a obrigatoriedade de os/as possíveis requerentes do referido benefício serem cadastrados/as no CadÚnico, com a finalidade de cruzamento dos dados do grupo familiar, substituindo um ato até então declaratório, como também, a dispensa das avaliações sociais e médico-periciais para portadores/as de deficiência, quando a sua renda per capita não atingir o critério de elegibilidade, ou seja, não for inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (CFESS Manifesta, 2016c).

O endurecimento das condicionalidades para acesso aos benefícios sociais restringe ainda mais o alcance da assistência social, focalizando suas ações nas populações mais miseráveis dentre os pauperizados. Além disso, abre maiores possibilidades de vinculação da política à caridade e ao assistencialismo, como nos alerta Couto (2015). A constituição da assistência na qualidade de política pública teve de superar seu caráter moralista, o que foi possível por meio de muitos embates entre os interesses dos trabalhadores e do capital. No atual

momento, as conquistas no campo da proteção social estão sendo tensionadas em direção ao retrocesso e retirada dos direitos arduamente conquistados.

Couto (2015) elucida que o Serviço Social integra a equipe básica para atendimento da população usuária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo demandado, por vezes, a exercer o trabalho de fiscalização do cumprimento das condicionalidades para acesso aos benefícios. Ainda, as condições de trabalho precarizadas, mais evidentes na insalubridade dos espaços de trabalho e na ausência de instrumentais básicos, são agravantes na execução dos serviços nos diversos espaços e programas, como denunciam as profissionais: “[...] agravou na questão da constituição das equipes, tu vai trabalhar com o CREAS, no CREAS tá faltando pessoa, o CRAS não tem carro pra fazer as visitas” (PROFISSIONAL 7, 2018).

Principalmente na esfera municipal, os CRAS estão com muitas dificuldades. Eu tenho uma lista no meu celular, no WhatsApp, de colegas de CRAS, porque é a única forma que eu consigo falar com elas, porque elas estão sem telefone, elas estão sem e-mail. Esses dias eu falei com uma que me disse que estava sem luz. Por que? Porque é um repasse municipal. E aqui o prefeito é o Marchezan e ele está destruindo com tudo. E pobre que se ferre, então é essa a nossa conjuntura (PROFISSIONAL 5, 2018).

A fiscalização das condicionalidades para acesso aos benefícios e a falta de recursos materiais no âmbito municipal para execução dos serviços da política são apenas fragmentos dos desafios que as assistentes sociais enfrentam em campo. Couto (2015) acrescenta que esse é um espaço que propicia perigosas armadilhas, a exemplo do entendimento de que a política responde a (in)capacidades individuais, que os sujeitos devem atentar às metas como prova de seu envolvimento positivo, bem como o tratamento dos problemas sociais no âmbito privado das famílias, por meio da psicologização das relações sociais, reforçando a autorresponsabilização pelas mazelas impostas pelo sistema. A estratégia para superação desses desafios está na construção crítica de uma capacidade de análise e intervenção:

Ao assistente social cabe a tarefa de decifrar a realidade, conectando seu projeto ético, político e profissional com as necessidades sociais da população, colocando em xeque os diagnósticos prontos, as receitas homogeneizadas, problematizando o campo do moralismo como problema/solução para as demandas da população. Cabe ainda a missão de enfrentar o desafio de não se submeter ao trabalho fiscalizatório que tem sido requerido tanto no que concerne às condicionalidades do Bolsa Família, como aos critérios excludentes dos programas da política de assistência social. Parece ser esse um caminho possível para enfrentar o pensamento conservador tão presente na atualidade (COUTO, 2015, p. 672).

Observar a dinamicidade das adversidades impostas na realidade é, portanto, condição para superação das ofensivas conservadoras que se achegam ao Serviço Social, especialmente no campo das políticas sociais. Estas são espaço de disputa de interesses e, no que cabe às assistentes sociais, a defesa da oferta de um serviço público, gratuito e universal é tarefa

cotidiana. Entretanto, muitas das condições desfavoráveis são impostas não somente aos usuários dos serviços, mas aos trabalhadores que efetuam a própria política, ultrapassando suas possibilidades de luta e resistência.

O período de esgotamento do neodesenvolvimentismo representou um redimensionamento na gestão das políticas sociais, repercutindo fortemente em ameaças ao trabalho profissional de assistentes sociais. A Profissional 3 expressa o fortalecimento do conservadorismo nos projetos propostos em sua instituição, o temor das privatizações nos órgãos públicos e as possíveis repercussões para a classe trabalhadora, bem como para o trabalho profissional de assistentes sociais:

Isso na verdade é pra dar visibilidade pra esse partido que está no poder e também pra evitar a inserção desses jovens. Então eu acho que esse projeto até na forma como eles escrevem é bem conservador. [...] Nós temos alguns sindicatos aqui, o Sindiágua é o mais forte, mas eu percebo que as categorias profissionais elas estão assustadas, a Corsan está sempre vivendo sob o fantasma das privatizações. A gente iniciou o governo Sartori com as PPPs, que é a parceria público-privada pra fazer saneamento e isso é o início da privatização da Corsan, então é muito sério. A repercussão a gente sente na saúde do trabalhador, nos atendimentos que a gente faz nessa sala individual, são atendimentos funcionais, o quanto isso traz adoecimento pra ele, essa incerteza, essa incerteza se vai ou não vai ser. E nós já tivemos algumas unidades também que foram privatizadas e essas pessoas tiveram que ser remanejadas de uma hora pra outra. Então a gente vive momentos de incertezas, inseguranças, esse ano então... (PROFISSIONAL 3, 2018).

É possível perceber que os obstáculos à efetividade de um trabalho crítico, alinhado ao projeto ético político, não se situam meramente na vontade do corpo profissional, nem se restringem a uma política em específico. São empecilhos que se colocam fora da esfera de interferência de assistentes sociais que, igualmente, estão submetidos às condições precarizadas de vida e trabalho que a conjuntura impõe a toda classe trabalhadora. Além de recursos profissionais, as limitações no acesso a instrumentos básicos de trabalho têm repercutido em dificuldades na formulação de estratégias alternativas para os assistentes sociais que estão em todos os espaços sociocupacionais, bem como na precariedade nos serviços recebidos pela população usuária das políticas sociais. Conforme a Profissional 8, ter uma sala como a sua no hospital que trabalha “é uma joia rara. Quando eu vim trabalhar eu me acomodei, porque as minhas colegas vivem brigando por uma salinha, pra puxar pra um atendimento, pra ter um telefone, pra ter um computador completo” (PROFISSIONAL 8, 2018).

Ainda que a Lei nº 12.317/ 2010 preveja que a jornada da Assistente Social seja de 30 (trinta) horas, com o propósito de contribuir para a garantia de melhores condições de trabalho e inserir a profissão na luta pelo direito ao labor com qualidade para todos/as, a sua implantação é bastante adversa. As profissionais vêm sendo contratadas em cargos que descaracterizam seus

direitos, mesmo para o exercício de atividades que incluem as condizentes com as atribuições privativas de assistentes sociais. A Profissional 4 denuncia que:

O mercado está contratando o assistente social mas não como assistente social, como analista social, servidor social, pra pessoa não precisar cumprir as trinta horas. Isso aí é um fator. E já no governo Dilma e Lula isso estava acontecendo, infelizmente (PROFISSIONAL 4, 2018).

Quando são contratadas como assistentes sociais, as cobranças por metas e prazos acaba por trazer esgotamento à profissional, que vê na carga horária reduzida um entrave à maior produtividade, como indica uma das colegas: “Sobre a questão das seis horas que por um lado é extremamente importantíssimo, porque tem dias que a gente sai com a cabeça inchadíssima, por outro lado nos prejudica um pouco porque não rende” (PROFISSIONAL 7, 2018). A intensificação do trabalho, as cobranças por eficiência e o uso polivalente da força de trabalho vêm acompanhadas, ainda, da exigência de adequação de assistentes sociais às normativas e imposições institucionais, sob a pena de demissão:

Aqui demitem, nós somos celetistas, enquanto eu tô aqui já três colegas foram demitidas. [...] Por não atender às exigências institucionais e do serviço. Tipo assim, dinamismo, a gente tem metas a cumprir, todos os setores têm metas. Metas de atendimento, metas que se alcança, a forma como tu transita. Qual é a nossa grande maestria? É essa articulação interdisciplinar que a gente faz, isso é a maestria social, isso é muito nosso. Acho que nenhum outro profissional faz essa circulação (PROFISSIONAL 8, 2018).

A demissão de assistentes sociais, profissionais atuantes em serviços públicos e sociais que beneficiam a classe trabalhadora, tem sido uma das estratégias resultantes do pacote de retrocessos, agravados após o Golpe de 2016. Uma das entrevistadas relata que, em um momento de crise na empresa que atuava, uma das primeiras medidas foi a demissão de assistentes sociais, que executavam ações em benefícios aos trabalhadores: “nós éramos em dezessete, nós tínhamos uma atuação em todo o estado, aí depois essa empresa ela foi vendida uma parte, daí as assistentes sociais foram demitidas, ficamos eu e essa colega só, aí ficamos em duas” (PROFISSIONAL 4, 2018). A descartabilidade da força de trabalho de assistentes sociais na dinâmica hodierna do capital vem ao encontro do que Antunes (2018, p. 15) chama de “privilégio da servidão”, em que se torna regra os “adoecimentos, padecimentos, precarizações, terceirizações, desregulamentações, assédios”, isso quando os trabalhadores ainda conseguem se inserir no mercado de trabalho, em sua grande maioria, de modo informal.

Apesar da massificação da formação profissional, há um limitado número de assistentes sociais atuantes nos serviços (precarizados), mantendo-se aqueles que se adequam às

necessidades da instituição, cumprem as metas impostas e dispõem de tamanha maestria para manterem seus empregos. De todo modo, com a carência de profissionais não são viabilizadas condições materiais adequadas para um exercício efetivo, conforme aduz a Profissional 5:

Agora trabalho ali em Guaíba mais tranquila, um pouco mais perto de Porto Alegre. Mas existe um déficit de assistentes sociais nessa região. Eu não sei no interior como é que é, mas aqui na nossa região é assim. Então o que é que acontece? A gente acaba não conseguindo fazer o trabalho ideal. Que seria um trabalho preventivo, trabalho com as famílias. A gente acaba atendendo demandas pontuais e com poucas pessoas. De um universo de cento e oitenta mulheres que eu teria que acompanhar, talvez cinco eu consiga acompanhar, quatro, três, o resto são questões pontuais. Pra a gente chegar nelas já é muito difícil, porque a estrutura é uma mega cadeia! (PROFISSIONAL 5, 2018).

Esse conjunto de medidas legitimadas e fortalecidas com o esgotamento do neodesenvolvimentismo, que incidem sobre os direitos sociais e, conseqüentemente, sobre o trabalho de assistentes sociais, são complicações para superação da crise do projeto ético-político profissional. As profissionais que, nessa conjuntura, já não têm acesso a uma formação de qualidade, chegam nos espaços profissionais se submetendo a um trabalho extremamente exaustivo e precarizado, não permitindo a capacitação continuada e a participação nos espaços de debate da categoria, que fortaleceriam o exercício crítico. A Profissional 8 desabafa:

Participava de eventos, participava de seminários, quando eu entrei. Hoje eu tenho pouco tempo, porque eu tenho dois trabalhos e o hospital ele te suga muito, porque é um lugar de dor, de doença, de morte. Às vezes se transforma no muro das lamentações, porque a família vem com seu ente adoentado, aí eles te jogam um caminhão de frustrações, de problemas e de não acessos (PROFISSIONAL 8, 2018).

Como se insurgir contra as imposições institucionais quando a própria sobrevivência depende da manutenção do emprego que está em jogo? A resposta, decerto, não se situa simplesmente numa idealizada intimação à recorrência de substratos teóricos que deem embasamento à intervenção crítica. Muito menos está na mera reprodução, por parte das profissionais, dos interesses dos mandatários das instituições.

Como já identificado, a formação profissional tem se voltado à lógica do aligeiramento e tecnificação, enquanto o exercício profissional se depara com a ausência de recursos e limitação do alcance dos serviços públicos. Esse é o terreno que se situa o Serviço Social hoje. Assistentes sociais dispõem de uma limitada autonomia que, por vezes, não abre espaços para reflexão crítica e execução dos serviços em uma perspectiva emancipatória, não sendo suficiente para o corpo profissional o discurso que avoca esperançosamente à construção de uma outra sociabilidade.

De outro lado, para não sucumbir à lógica pessimista e acomodada de que nada pode ser

feito, é necessário pensar, coletivamente, a viabilidade de ações reais voltadas ao revigoreamento da direção crítica na profissão, partindo da concretude dos desafios que se mostram na atual conjuntura. Diante desse quadro extremamente desfavorável, o desafio posto é construir, de forma coletiva, no entanto, sem perder de vista as demandas particularizadas, um modo de manter a direção crítica, preservando os princípios legitimadores do Serviço Social.

A tese indica que, ainda que as balizas da atuação no Serviço Social sejam delimitadas pelo Estado, a profissão não é uma simples reprodutora dos seus interesses, podendo haver tensionamentos entre a política governamental e o projeto profissional. Para que este embate não deixe de existir, cabe construir criticamente, pela via dialética, estratégias para enfrentamento da dicotomia entre teoria e prática, a qual perpetua o conservadorismo na profissão, colocando o projeto profissional em xeque. Não existe construção teórica prévia, por mais elaborada que seja, que possa indicar as soluções, caso esteja desacompanhada dos trajetos da prática. Como aludiu Antonio Machado (2011, p. 77):

Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.

5 CONCLUSÕES

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (GUIMARÃES ROSA, 1994, p. 86).

O final de uma trajetória de pesquisa não representa um fim em si, no qual se alcança necessariamente o conhecimento do real. A epígrafe é oportuna, já que várias aproximações foram feitas durante essa travessia, despontando novos questionamentos que remetem à dinamicidade da realidade, a qual sempre apresentará enigmas à sua compreensão. O ponto a que cheguei, portanto, carrega o caráter de provisoriedade que advém dessa dinâmica, não se propondo a ser uma leitura trans-histórica e universalizante, mas uma contribuição ao Serviço Social brasileiro no enfrentamento dos desafios que se colocam frente ao esgotamento do neodesenvolvimentismo e ascensão do conservadorismo.

Escrevo essas considerações últimas retornando dialeticamente ao ponto de partida – a práxis profissional do Serviço Social em sua imediaticidade – não mais como uma “caótica representação do todo” (KOSIK, 2011, p. 36), senão como uma síntese articulada da configuração da profissão na realidade brasileira nestes meados dos anos 2010. O trabalho profissional de assistentes sociais, lugar de onde parti e falo, vem sentindo os rebatimentos das mudanças operadas na gestão das políticas sociais, agora retomada em sua veste radicalmente neoliberal com forte influência conservadora, o que tende a reavivar e legitimar práticas moralizantes, bem como individualizadas no trato da “questão social”.

Para o cumprimento da finalidade da tese, qual seja, analisar as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo, recorri à reconstrução investigativa de, pelo menos, quatro momentos históricos. Iniciei com um retorno à caracterização da profissão no neoliberalismo da década de 1990, seguindo pelas particulares contradições do período neodesenvolvimentista de Lula e Dilma (2003-2016). A conjuntura de levante conservador que desembocou no Golpe de 2016, como um período de retrocessos em conquistas sociais já estabelecidas, repercute diretamente no trabalho de assistentes sociais na circunstância de pós-Golpe. Portanto, os momentos histórico-políticos centrais à conformação dos argumentos da tese são: a) neoliberalismo; b) neodesenvolvimentismo; c) Golpe de 2016; d) estabelecimento do conservadorismo neoliberal no pós-Golpe. A partir de aproximações com as particularidades destes cenários, foi possível tecer algumas sínteses.

O Serviço Social, como profissão que só adquire sentido no processo de produção e

reprodução das relações sociais, se constituiu em um movimento pautado tanto pela vontade política de seus agentes profissionais, quanto das determinações circunstanciais que imprimiam as balizas de atuação profissional. Ela sofre relevantes impactos que se revelam na relação entre os interesses antagônicos dos sujeitos e classes que polarizam sua intervenção. Historicamente, *o trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil é condicionado, não somente pela contradição entre capital e trabalho, o que determina o substrato de sua atuação, mas preponderantemente pelas diretrizes do Estado, que têm suas características demarcadas de acordo com o direcionamento político do governo que está em disputa no poder.* As políticas públicas, como respostas àquela contradição e espaço privilegiado de atuação de assistentes sociais, são dirigidas, ampliadas ou limitadas a partir do arranjo político. Isso se verifica ao se analisar a trajetória da profissão no país, que assumiu diferentes vestes – de conformação ou resistência – conforme o quadro político impunha um direcionamento profissional.

A radical virada em sua direção social (originariamente conservadora), que teve como pano de fundo a repressão no golpe militar, só foi possível a partir da abertura para a resistência democrática e pela aproximação de assistentes sociais com excertos da tradição marxista. Mas a tentativa de superação do conservadorismo, ainda que tenha alçado hegemonia no corpo profissional nas últimas décadas do século XX, se viu entre novas intempéries com o advento do neoliberalismo. A ação profissional vivida e reproduzida por assistentes sociais, voltada para uma perspectiva emancipatória, é atropelada pelo desprezo ao suprimento das necessidades sociais nos países de capitalismo dependente, frente às estratégias de retomada das condições propícias à acumulação ativa do capital.

O neoliberalismo representa a radicalização da força do mercado na regulação de todas as relações sociais, sejam elas no âmbito público ou privado. A financeirização do capitalismo em escala mundial repercutiu, para os países de economia dependente, em um conjunto de normas estabelecidas no chamado “Consenso de Washington”, fazendo com que o Estado passasse por um amplo processo de privatização e atuasse como organizador indireto da atividade econômica. No viés ideológico, o neoliberalismo disseminou os ideários do individualismo, competitividade e meritocracia, reforçando as desigualdades sociais herdadas pela formação socioeconômica do Brasil. Os direitos sociais, que já eram acessados de forma residual, foram ofertados pela via do mercado ou da filantropia, como *valores de troca*, o que repercutia em sua própria negação à grande maioria da população. Esta não tinha possibilidade de “comprar” o direito a partir do que auferia com a venda de sua força de trabalho, nem era objeto da caridade filantrópica.

Nesse ínterim, assistentes sociais, também integrantes do grupo de trabalhadores

assalariados, viram seus campos de atuação nos setores públicos serem restringidos, enquanto cresciam as vagas no âmbito estatal e do terceiro setor. Ainda assim, a relativa autonomia dos agentes profissionais do Serviço Social permitiu a construção de uma direção política na contramão do projeto neoliberal, revertida na consolidação do seu projeto ético-político, na produção de conhecimento alinhada à tradição marxista, bem como em ganhos legais e de regulamentação que imprimiam uma direção crítica à formação e ao fazer profissional.

No começo da década de 2000, com a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal predominantemente financeirizado, surgiu a alternativa de um novo projeto de desenvolvimento capitalista, o qual foi denominado “neodesenvolvimentismo” (ALVES, 2014, p. 130). Mesmo diante das divergências em relação à sua nomenclatura e sua essência de continuidade do neoliberalismo, optei por caracterizar o neodesenvolvimentismo usando como critério definidor de análise a forma com que a população teve os seus direitos sociais assegurados (ou não) pelo Estado, por meio de políticas e programas sociais. Ainda que os governos Lula e Dilma tenham garantido a perpetuação das bases necessárias à expansão capitalista, direção que jamais esteve hesitante em seus projetos políticos, o papel indutor e investidor do Estado na economia se sustentava pela construção de uma base social junto à classe trabalhadora pobre.

A configuração da proteção social no projeto político neodesenvolvimentista, ainda que com o propósito escuso de ampliar o mercado de consumo e instaurar um patamar mínimo de reprodução da força de trabalho das populações miseráveis, não se constituiu em uma mera continuidade da sua face neoliberal. A oferta de direitos sociais foi marcada pela controversa combinação de fatores antagônicos, ao passo que o Estado, mesmo não ampliando os serviços públicos, proporcionava o acesso da população no âmbito do setor privado, mediante programas como o ProUni, FIES, Minha Casa Minha Vida etc. Apesar da prevalência do valor de troca sobre a maior parte dos bens sociais, parte da população teve a possibilidade de acessar alguns direitos sociais, como educação e moradia, como *valores de uso*, usufruindo gratuitamente de sua utilidade pela via privada, através da mediação do Estado.

Durante o período neodesenvolvimentista, as discussões acerca do Serviço Social giraram em torno das políticas sociais implementadas e/ou redimensionadas, que ampliaram o campo de atuação para assistentes sociais nos setores públicos. A profissão ocupou um espaço privilegiado na formulação e gestão dos programas sociais que estavam sendo incrementados, o que foi reconhecido pelas profissionais participantes da pesquisa de campo como um diferencial entre os governos petistas e os neoliberais. Em uma governabilidade estritamente neoliberal, não haveria o protagonismo do Estado na mediação do acesso aos direitos sociais, nem tampouco se abririam espaços para uma profissão que tem, em seu cerne, a crítica radical

à ordem vigente.

Entretanto, não é possível depurar que esse período representou significativas melhorias nas condições materiais de vida das populações usuárias dos serviços prestados por assistentes sociais, nem das condições de trabalho destas. As críticas tecidas pela categoria, conforme os resultados da pesquisa documental, estavam direcionadas à forma como os programas implicados nas políticas sociais respondiam apenas parcialmente as demandas da classe trabalhadora e não modificavam substancialmente a ordem vigente. Era demandado do trabalho profissional uma atuação permeada pela burocratização subordinada a manuais e diretrizes, focalização na população extremamente pobre e estipulação de condicionalidades para acesso aos benefícios. No campo estritamente profissional, a discussão de maior evidência no período foi a *massificação da formação*, através da ampliação do ensino a distância, vendida pelo discurso da democratização do acesso ao ensino.

É necessário pontuar que a ascensão do PT ao poder não significou, de modo algum, que a construção de uma nova sociabilidade – tão ambicionada pelo projeto ético-político da profissão – estivesse em curso. Entretanto, em um regresso panorâmico, pergunto: o socialismo teria sido uma possibilidade real a ser construída no Brasil? A resposta se inicia pela armadilha irresolúvel apontada por Žižek (2013), ao descrever o fracasso socialista de Mandela: “mais cedo ou mais tarde, tropeçam no dilema chave: quem se atreve a tocar nos mecanismos capitalistas? Ou prevalecerá a decisão de ‘jogar o jogo’? Se alguém perturba esse mecanismo, é rapidamente ‘punido’ com perturbações de mercado, caos econômico e o resto todo”. Em verdade, o neodesenvolvimentismo não teria se prolongado por quase quatro mandatos se enfrentasse a ordem global do capitalismo e promovesse uma radical redistribuição de riqueza.

Destarte, o projeto neodesenvolvimentista, com seu “reformismo fraco”, não conseguiu administrar mudanças radicalmente diferentes do neoliberalismo, mesmo porque se configura em uma estratégia de garantia à continuidade de acumulação capitalista. Ainda assim, dispôs de uma atuação mais voltada à mediação no acesso aos direitos sociais, ostentando uma racionalidade própria, que deposita, em partes, no Estado, a justificativa pelo bem-estar social. Nesse elemento se justifica a existência de uma *seara favorável à ascensão do conservadorismo*, à medida que, primeiro, não se consolidaram mudanças estruturais que alterassem a dinâmica da própria formação socio-histórica brasileira, conservadora, autoritária e dependente; ainda, as poucas mudanças ocorridas no campo dos direitos sociais, no que concerne à ampliação do acesso à renda e ao reconhecimento de demandas identitárias, significaram supostas “ameaças” à segurança dos fundamentos e instituições da sociedade, assim como ao poder dos conservadores (COUTINHO, 2014; MERCADANTE, 1965).

A conjunção de forças conservadoras com preceitos neoliberais no campo econômico, observada também no contexto internacional, ganhou força diante de, pelo menos, quatro fatores que culminaram no Golpe de 2016 no Brasil. A primeira anúncio de que o neodesenvolvimentismo estava em decadência foi a *onda de protestos iniciada em 2013, que afrontava o sistema político-partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes*. Esta já representava, em partes, uma resposta ao *processo de desaceleração econômica*, no qual Dilma não pôde manter a política do seu antecessor. Para a ascensão de um moralismo exacerbado foi necessário, ainda, um *discurso anticorrupção e anti PT*, diante dos escândalos envolvendo agentes do partido ao processo judicial que investiga crimes de corrupção, conhecido como “Operação Lava-Jato”. Ao fim, foi cabal a dificuldade de diálogo com os outros Poderes e a *perda da base política* de sustentação do governo no Congresso Nacional, constituído por conservadores das mais diversas estirpes, dentre elas os ruralistas, militaristas, evangélicos e liberais.

O processo que culminou no impedimento da presidenta Dilma, ainda que tenha seguido os ritos formais que justificaram a sua legalidade, não foi julgado com base nas motivações reais que confluíram para sua queda. O crime de responsabilidade pela abertura de crédito suplementar, pelo qual ela estava sendo julgada, mal foi citado durante os votos dos deputados, que já anunciavam o caráter conservador e golpista na destituição da petista. Tais votos mencionavam deus, família, nação, corrupção, crise econômica, desemprego, anti-petismo etc., quase nada abordando as ditas “pedaladas”. Os discretos benefícios sociais engendrados pelos governos petistas se esgotaram, a continuidade de um governo eleito democraticamente foi interrompida, restando uma conjuntura em que a desigualdade social se perpetua e a agenda conservadora avança no terreno dos direitos sociais.

As limitações do neodesenvolvimentismo que se sobressaíram no último governo de Dilma e a reação elitista que culminou no Golpe de 2016, franquearam o avanço da ofensiva conservadora, no qual destaco dois aspectos centrais: a) *ataque às demandas por reconhecimento* (identitárias), a partir do obscurantismo do “outro” que pretenda afirmar uma identidade que escape do padrão dominante, qual seja, ser “homem-branco-cisgênero –classe média ou rico–proveniente das regiões sul-sudeste–de direita”; b) *apelo ao retrocesso no âmbito dos direitos sociais*, diante das supostas “ameaças” de transformação social que o PT representaria e que, de alguma forma, travem o fortalecimento crescente da hegemonia representada pelas instituições, tradições e pela própria ordem capitalista.

No seu modo aparente, o conservadorismo é externalizado nas manifestações de ódio, preconceito de raça, gênero, orientação afetivo-sexual, bem como na persistência da

desigualdade de classes, criminalização dos movimentos sociais, e construção de uma sociabilidade cada dia mais punitiva. A partir da utilização do caráter investigativo constituído (e constitutivo) pelas competências profissionais, é possível compreender que foi diante da insatisfação de alguns setores da população brasileira com as ações levadas a cabo durante os governos petistas, que os elementos que fundamentam o conservadorismo ganharam maior espaço nos discursos, inclusive, da classe trabalhadora.

Esse quadro repercutiu fortemente no cotidiano de trabalho das assistentes sociais, as quais lidam cotidianamente com as expressões da “questão social”, objeto da profissão, que se traduzem em demandas transversalizadas às outras múltiplas formas de opressão. O término do neodesenvolvimentismo com a instauração de um governo golpista repercutiu, em torno do Serviço Social, no agravamento das condições de vida das populações usuárias dos serviços, assim como na precarização das condições para o exercício profissional.

Os resultados das pesquisas documental e de campo expuseram quatro principais vértices de análise, representativos da configuração da profissão no momento de esgotamento do neodesenvolvimentismo e ascensão do conservadorismo: 1) O conservadorismo profissional persiste e é reforçado no pós-Golpe; 2) A formação profissional de assistentes sociais apresenta relevantes desafios frente a exaustão do neodesenvolvimentismo; 3) A dicotomia entre teoria e prática tem colocado o projeto ético-político profissional em xeque na atual conjuntura; 4) A atuação de assistentes sociais no contexto de desmonte das políticas sociais tem sido pautada pela dialética de reprodução e resistência.

Na primeira resultante, foi defluído que o fenômeno do conservadorismo, extensivamente fortalecido nesta segunda metade dos anos 2010, vê no Serviço Social um espaço fecundo para disseminação de seus preceitos, reatualizando o *ethos* profissional conservador. Desde a origem do Serviço Social no Brasil, o conservadorismo na atuação profissional se fez presente, ora em declínio, ora em disseminação nos espaços profissionais, de acordo com o quadro conjuntural. Embora se tenha tentado “romper” com essa tradição, por meio do avanço de uma das vertentes do Movimento de Reconceituação – segundo Netto (1994, p. 247-305), a “intenção de ruptura” – *há uma persistência histórica do espectro do conservadorismo na profissão.*

Ainda que haja hegemonia da perspectiva crítica no corpo profissional, as mudanças na relação entre Estado e Sociedade ao final do neodesenvolvimentismo imprimem um quadro favorável à revitalidade do conservadorismo no seio profissional. Este se manifesta, em articulação com o que se coloca no plano conjuntural, na impressão de um viés religioso ao exercício profissional, não mais restrito ao catolicismo, bem como na admissão de influências

de práticas imediatistas, psicologizantes e individualizadas. Um dos exemplos mais palpáveis dessa assertiva é a defesa do Serviço Social Clínico por alguns segmentos profissionais, que atualmente se veem consubstanciados no dito “Serviço Social Libertário”.

Muito dessa persistência conservadora se justifica pela própria política neodesenvolvimentista, que proporcionou uma *precarização da formação em Serviço Social* sem precedentes, frente à massificação dos cursos oferecidos à distância. Com o discurso de “democratização do acesso”, a mercantilização do direito à educação foi viabilizada de forma extensiva, sem que se levasse em conta a incompatibilidade da modalidade de formação com as particularidades formativas das profissões, dentre elas, do Serviço Social. Duas assistentes sociais de oito entrevistadas tinham vinculação com esta modalidade de ensino, uma como tutora e outra como egressa, o que revela a consolidação do ensino a distância nessa área do conhecimento. Nisso reside a importância de se convocar a todos, ainda que submetidos a condições de estudo precarizadas, a se apropriarem do acúmulo alçado pela profissão nos últimos 40 anos, o que inclui a luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade.

O arsenal conquistado no plano da produção do conhecimento, bem como na direção da dimensão político-organizativa da profissão, realiza um movimento incansável de disseminação do legado crítico da Reconceituação, posicionando-se de forma crítica e fundamentada em torno dos temas emergentes. Contudo, as limitações na aproximação com a realidade cotidiana das assistentes sociais que estão em exercício e o desmembramento das dimensões da profissão (técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica), reforçam o discurso de *dicotomia entre teoria e prática*, enfraquecendo a hegemonia crítica no corpo profissional. Cabe salientar que essa problemática é uma via de mão dupla, pois tanto percebo a ausência de uma ação reflexiva pelas agentes que estão em campo, sem articulação da empiria com as formulações teóricas, reforçando o pragmatismo, quanto constato que a academia tem se distanciado do terreno de onde se devem partir as reflexões críticas, não tendo formulado respostas reais às necessidades coletivas do corpo profissional.

Isso se dá, em certa medida, pela dificuldade de articulação entre a matéria de atuação profissional e a perspectiva da totalidade social, considerando as características dos espaços que as assistentes sociais estão inseridas na atualidade. Ademais, ainda que a discursividade da profissão delegue às lutas sociais a engrenagem para transformação social, foi evidenciada a *falta de engajamento com movimentos sociais no âmbito do exercício profissional*, apesar de ser reconhecida a sua importância. Essa constatação me lembra Yamamoto ao chamar a atenção para o movimento dialético da práxis profissional, que precisa se afastar da mera atuação

teoricista, militantista ou pragmática:

Exige uma competência crítica que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto o mero militantismo. Competência que não se confunde com aquela estabelecida pela burocracia da organização, conforme a linguagem institucionalmente permitida e autorizada; que não reifica o saber fazer, subordinando-o, antes, à direção social desse mesmo fazer. Competência que contribui para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial, recusa o papel de tutela e controle das classes subalternas em seus diferentes segmentos e grupos, para envolvê-las nas teias e amarras do poder econômico, político e cultural (IAMAMOTO, 2005, p. 144).

A ausência de tais competências no contexto hodierno desemboca no *enfraquecimento do projeto ético-político profissional*, na medida em que se evidencia uma barreira entre o enunciado, o movimento e a atuação. Essa debilidade ocorre muito menos pela vontade coletiva do corpo profissional, do que pela própria ascensão do conservadorismo e de uma política radicalmente neoliberal pós-golpe, ecoando na efetividade da profissão. O esgotamento do neodesenvolvimentismo e a simultânea ascensão do conservadorismo contribuíram diretamente para o redimensionamento da gestão das políticas sociais e, conseqüentemente, do trabalho profissional das assistentes sociais.

As conformações que a governabilidade do Estado confere às políticas sociais, espaço privilegiado de atuação de assistentes sociais, é imprescindível à compreensão da profissão nos diversos momentos históricos. Isso porque o objeto da profissão, a “questão social”, pelo viés da totalidade, inclui as balizas determinadas pelo conjunto das instituições do Estado para os serviços voltados à classe trabalhadora, imprimindo diferentes formatos aos processos de trabalho em que o Serviço Social se aporta.

No pós-golpe, a lógica de focalização dos direitos sociais foi ainda mais reforçada em favor da lógica meritocrática voltada à população “merecedora”, reduzindo-se serviços e programas, o que repercute na redução de postos de trabalho para assistentes sociais. As mudanças no campo dos direitos sociais, o acelerado desmonte da seguridade social, bem como a superexploração da força de trabalho, fazem com que *as precarizadas condições de trabalho de assistentes sociais tenham apresentado limitações para efetivação de uma prática alinhada com o projeto profissional*, uma vez que a institucionalidade passa a demandar cada vez menos profissões voltadas aos interesses sociais. Se forja profissionais que atuem no manutenção da ordem capitalista vigente, colaborando com as novas formas de gestão, e não que estejam engajados na sua superação.

De forma concisa, os resultados da pesquisa me permitiram afirmar sinteticamente a tese de que: *A atuação profissional no Serviço Social é dialeticamente mediada pelas diretrizes*

que são estabelecidas pelo Estado em torno das políticas sociais, as quais são expandidas ou retraídas de acordo com o arranjo político adotado e com a correlação de forças dos atores sociopolíticos. Não obstante o objeto do Serviço Social seja a “questão social” e as suas expressões, as balizas concretas de atuação são moduladas pelo tensionamento entre a cultura profissional e as diretrizes político-partidárias que emanam do Estado, as quais conformam um projeto político específico. No esgotamento do neodesenvolvimentismo, agudiza-se a omissão propositada do Estado em dar respostas às demandas sociais, com a retomada de um modelo econômico radicalmente neoliberalizante, alinhado à politização de pautas moralmente conservadoras. Frente ao redimensionamento na gestão das políticas sociais nesse contexto, são reduzidos os postos de trabalho para o corpo profissional de assistentes sociais, assim como são exigidas novas estratégias de atuação que atendam às contradições que se particularizam em seus espaços socio-ocupacionais. A ascensão do conservadorismo reforça a formação aligeirada em Serviço Social e conduz à precarização do trabalho, tendendo a agravar a dicotomia teoria e prática à medida que são restringidos os instrumentos sociopolíticos de embate no exercício profissional, aumentando o abismo entre as condições materiais de atuação e os desígnios constantes no projeto ético-político profissional.

No quadro que se coloca, como já identificado, o conservadorismo tem expandido sua influência, inclusive, em uma profissão como o Serviço Social, a qual já havia empreendido significativos esforços no sentido de superá-lo. A formação profissional tem se voltado à lógica do aligeiramento, precariedade e tecnificação, enquanto o exercício profissional se depara com a ausência de recursos e limitação do alcance dos serviços públicos. Esse é o terreno que se situa o Serviço Social hoje. Assistentes sociais dispõem de uma limitada autonomia que, por vezes, não abre espaços para reflexão crítica e execução dos serviços em uma perspectiva emancipatória, o que acaba por apartar os que avocam condições para o exercício profissional nos marcos do capitalismo, dos que granjeiam a construção de uma outra sociabilidade. Nesse abismo entre realidades materiais distintas é que se situa a dissolução do projeto profissional, sendo necessário efetivar, de forma coletiva, ações reais em direção ao revigoreamento dos princípios legitimadores do Serviço Social, sem perder de vista as demandas particularizadas que se mostram nessa conjuntura extremamente desfavorável.

É na apreensão dessas particularidades que se conclui que, compreender a atuação do Serviço Social na forma histórica definida contemporaneamente, demanda situar a natureza das relações que se dinamizam na base material, assim como sua relação simultânea com a superestrutura. O tensionamento entre a direção profissional e as formas de consciência social geradas no esgotamento do neodesenvolvimentismo, que se aportam ideologicamente para o

ascenso do conservadorismo, bem como a configuração das respostas do Estado à “questão social”, estabelecem o tensionamento em torno da conformação da profissão nessa conjuntura.

Isso será possível, como já alertava Netto (2007, p. 39), com “mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas”, não sendo possível mirar uma saída na mera sustentação de um discurso afeito à transformação radical da sociedade. É necessário qualificar coletivamente os espaços socio-ocupacionais, a partir da construção crítica de estratégias para o enfrentamento dos percalços cotidianos, bem como produzir um conhecimento que faça as mediações necessárias para a compreensão dessas demandas. É integrar junto ao debate, no âmbito da formação permanente e de eventos da categoria, as sujeitas que fazem parte das escolas de serviço social privadas e à distância, construindo com elas o embate pela educação pública, presencial e de qualidade, mas também os meios de efetivarem um exercício profissional minimamente crítico e competente.

Consiste ainda em resistir ao avanço conservador, lidando com as contradições inerentes ao próprio exercício a partir da articulação dialética da dimensão do fazer profissional com o seu caráter investigativo. O desafio que se coloca, em suma, é atender as novas exigências da atuação profissional, a partir da mediação com o poder estatal, lutando pela ampliação dos direitos sociais e ao mesmo tempo despertando a inconformidade nos usuários dos serviços prestados, sem perder de vista o horizonte constituinte de novas formas de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Prefácio. FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: Contribuições à sua Crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ALVES, Giovanni. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal (08/06/2016). *In: Blog da Boitempo*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- ALVES, Giovanni. O mal-estar do neodesenvolvimentismo (27/11/2014b). *In: Blog da Boitempo*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014a.
- AMARAL, Ângela Santana do. CESAR, Monica de Jesus. O Trabalho do Assistente Social nas Empresas Capitalistas. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- AMORIM, Kleber. Família imperial brasileira quer a volta da monarquia no país (06/06/2017). *In: Gazeta Online*. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/06/familia-imperial-brasileira-quer-a-volta-da-monarquia-no-pais-1014062394.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- ANDRADE, Carlos Drumond. A Flor e a Náusea. **A Rosa do Povo**. Carlos Drummond de Andrade, 1945.
- ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BADIOU, Alain. **Em Busca do Real Perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

- BANCO MUNDIAL. **PIB em US\$**. s/d. Brasil. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2017&locations=BR&start=2009&view=chart>>. Acesso em: 31 out. 2018.
- BARBOSA, Josusmar. Bolsonaro defende porte de armas para todos e fuzil contra o MST (08/02/2017). **Jornal da Paraíba**. Política. Disponível em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/bolsonaro-defende-porte-de-arma-para-todos-e-fuzil-contra-o-mst.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.
- BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e Política Social: 80 anos de uma relação visceral. *In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de. (Org.). Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- BELCHIOR. Antes do fim. **Alucinação**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976.
- BELLO, Carlos Alberto. Percepções sobre Pobreza e Bolsa Família. *In: LOUREIRO, Isabel. SINGER, André. (orgs.). As Contradições do Lulismo: A que Ponto Chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas, v. 1). São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BITTENCOURT, Julio. FHC sobre Bolsonaro: “Precisamos de alguém que não seja bizarro” (15/11/2017). *In: Revista Fórum*. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/fhc-sobre-bolsonaro-precisamos-de-alguem-que-nao-seja-bizarro/>> Acesso em: 12 jul. 2018.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coords.) **Dicionário de Política**. Vol. I. 12. ed. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas/São Paulo: Unicamp/Unesp, 2018.
- BOSCHETTI, Ivanete. A seguridade social na América Latina. *In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. *In*: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BOULOS, Guilherme. Onda Conservadora (09/10/2014). **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1529543-onda-conservadora.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999a**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999b**. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9876.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de Saúde no Brasil. *In*: MOTA, Ana Elizabete. *et al.* **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAZ, Marcelo. A. A hegemonia em xeque: Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. *In*: **Revista Inscrita**. n.10, Brasília, CFESS, 2007.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e Competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. *In*: **Novos estudos – CEBRAP**. n. 95. São Paulo: mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100001>. Acesso em: 13 mai. 2018.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Universidade de

Brasília, 1982.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **O que é Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 25 out. 2018.

CÂMARA. **Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=94E7B544B01DF6E61D76D04CF2EDCB6C.proposicoesWebExterno1?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016>. Acesso em 27 fev. 2019.

CÂMARA. **Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AE2CEA913655D4600E5F191F9BBDD121.proposicoesWebExterno1?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CAMPOS, João Pedroso de. Em discurso no Planalto, Bolsonaro fala em ‘libertar’ país do socialismo (01/01/2019). *In: Veja*. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-fala-em-libertar-pais-do-socialismo/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *In: Revista Trabalho, Educação e Saúde*. v. 11, n. 1, p. 191-205. Rio de Janeiro: jan./abr. 2013.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Década Neoliberal: e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política: a história que vivi**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como Totalidade Histórica em Movimento no Brasil Contemporâneo. *In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. *In: MOTA, A. E. (org.). Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Gabriel. Bolsonaro diz que confundiu perguntas em programa de TV (29/03/2011). *In: Veja*. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-confundiu-perguntas-em-programa-de-tv/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CASTRO, Manoel, Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **CFESS Manifesta: Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)**. CFESS: Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta->

[2014-2017.pdf](#)>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CFESS. **Resolução Nº 569/ 2010**. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. vol.1. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CFESS-CRESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CFP. Nota do CFP sobre o atual momento da conjuntura política e social brasileira (18/03/2016). **Conselho Federal de Psicologia**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-sobre-o-atual-momento-da-conjuntura-politica-e-social-brasileira/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CNI/IBOPE. **Avaliação do governo Dilma como ótimo ou bom cai para 31% (25/07/2013)**. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/avaliacao-do-governo-dilma-como-otimo-ou-bom-cai-para-31/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

Conselho Nacional de Saúde (Brasil). **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CORBUCCI, Paulo. O Ensino Superior Brasileiro na Década de 90. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. n. 2, Ipea, fev./2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensiao2_ensino.pdf> Acesso em: 12 out. 2018.

COSTA, Diogo. Junho de 2013. ALVES, Giovanni *et al.* (coord.). **Enciclopédia do Golpe**. Vol. I. Bauru: Canal 6, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: Dimensões teóricas e políticas. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. *In: Cadernos ABESS*, n. 04. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTINHO, João Pereira. **As Ideias Conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três estrelas, 2014.

COUTINHO, João Pereira. PONDÉ, Luiz Felipe. ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita?** Três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço

Social. *In: Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 12. N. 2, jul./dez., 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200017>>. Acesso em: 30 out. 2018.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. PO813815 (04 e 05/08/2015a). Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao_dilma_agosto_2015.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. PO813824 (25 e 26/11/2015b). Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIER, Felipe. O barulho dos inocentes: A revolta dos “homens de bem”. *In:* DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENGELS, Friedrich. Cartas. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Tomo III. Moscovo: Progresso; Lisboa: Avante!, 1985.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare state na nova ordem mundial. *In:* **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, n. 35. São Paulo: 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. Mesa Redonda O Serviço Social Clínico e os Desafios Ético-Políticos postos ao Serviço Social. *In:* **Revista em Foco**. 1.ed. Rio de Janeiro: CRESS 9ª Região/UERJ, maio de 2003.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador:** ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

FIGUEIREDO, Rubens. Não foi só pelos 20 centavos. *In:* FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Junho de 2013:** A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

FORTI, Valéria, GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?”. *In:* FORTI, V. GUERRA, Y. (orgs.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FRANCISCO EL HOMBRE. Bolso Nada. *In:* **Soltasbruxa**. São Paulo: Gravação independente, 2016.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”? *In:* **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FREIXO, Adriano de. RODRIGUES, Thiago (org). **2016, o ano do Golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FRIEDMAN, Milton. FRIEDMAN, Rose. **Livre para Escolher: Um depoimento pessoal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GERSHENSON, Beatriz. Judicialização da Questão Social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. *In: Revista Katálisys*. Florianópolis: v. 9, n. 1, jan./jun. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e as Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política**. Vol. 3. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. A “Virada” do Serviço Social. *In: Revista Inscrita*. n.12. CFESS, 2009a.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as Crises do Capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Eduções Loyola, 2014.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIMMELWEIT, Susan. Exploração. *In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOEVELER, Rejane; MELO, Demian. A agenda anticorrupção e as armadilhas ideológicas da “pequena política”. *In*: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**: 26 ed. São Paulo: companhia das letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional. *In*: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *In*: **Temporalis**. Ano II, n. 3. (Jan./Jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, Classes Trabalhadoras e Política Social no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. *et al.* **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, Mauro. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. *In*: IASI, Mauro; COUTINHO, Eduardo Granja. **Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

IBOPE. Aumenta o grau de conservadorismo no Brasil (04/01/2017). *In*: **Ibope Inteligência**. Notícias e Pesquisas. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/aumenta-o-grau-de-conservadorismo-no-brasil/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

INEP. **Censo da educação superior: notas estatísticas 2017**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

INEP. **Panorama da Educação: Destaques do Education at a Glance 2015**. 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_a_t_a_glance/eag2015_panorama_educacao.pdf> Acesso em: 11 dez. 2018.

INEP. Resumo técnico: **Censo da educação superior 2003**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo_tecnico_050105.pdf>.

Acesso em: 09 jan. 2018.

INEP. Resumo técnico: **Censo da educação superior 2014**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

INEP. Resumo técnico: **Censo da educação superior 2015**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional De Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatoriodm.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

IPEA. **Radar Social**. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5490>. Acesso em: 02 out. 2018.

IPEA. Receita pública: Quem paga e como se gasta no Brasil. **Comunicado da Presidência**. 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090630_comunicadoipea22.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

JARDIM, Alfranio Silva. Lava Jato. *In*: ALVES, Giovanni *et al.* (coord.). **Enciclopédia do Golpe**. Volume I. Bauru: Canal 6, 2017.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim CLETO, Murilo. (org.). **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.

KONDER, Leandro. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KREPP, Ana. MPL acusa onda conservadora e desiste de novas manifestações (21/06/2013). *In*: **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEHRER, Roberto. A ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. *In*: MOTA, Ana Elisabete (org.) **Desenvolvimento e construção de hegemonia**: crescimento econômico e

reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. MACIEL, Ana Lúcia Suárez. O Projeto de Formação em Serviço Social: Análise da sua Trajetória Histórica no Período 1996 a 2016. *In: Temporalis*. Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. *In: Revista Inscrita*. n.12. CFESS, 2009.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2013.

LÖWY, Michael. Da tragédia a farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. (orgs.). Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *In: Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan/abr. 2013.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: Problemas e Categorias. Uma Visão Histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. “**Carta ao povo brasileiro**” (24/06/2002). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso de posse - 2º mandato** (01/01/2007). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-2o-mandato/view>>. Acesso em: 31 out. 2018.

MACEDO, Danilo. Dilma diz que seu governo nunca “abandonou” o tripé macroeconômico. *In: Portal EBC*. 15/10/2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/10/dilma-diz-que-seu-governo-nunca-abandonou-o-tripe-macroeconomico>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

MACHADO, Antonio. **Campos de Castilla** – poesias completas. Madrid: Rincón Castellano, 2011.

MAGELA, Geraldo. Congresso mais conservador; renovação será pequena (09/02/2018). *In: Agência DIAP*. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/27866-diap-congresso-sera-mais-conservador-e-renovacao-pequena>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MANTEGA, Guido. Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega (06/09/2007). *In: Valor Online*. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829#ixzz56jJnS1SOstest>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MANTEGA, Guido. O Primeiro Ano da Nova Matriz Econômica (10/12/2012). *In: Valor Econômico*. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/2945092/o-primeiro-ano-da>>

[nova-matriz-economica](#)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

MARIN, Pedro. Golpe no Brasil: a conexão internacional (11/05/2016). **Outras Palavras**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/brasil/golpe-no-brasil-a-conexao-internacional/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. *In*: TRESPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARQUES, Rosa Maria. XIMENES, Salomão Barros. UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *In*: **Revista de Economia Política**. vol.38, n.3. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572018000300526&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, Rodrigo. A bancada BBB domina o Congresso (14/04/2015). *In*: **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. *In*: **Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Rio de Janeiro: Associação Keynesiana Brasileira, 2011. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MEC. **Ministério da Educação esclarece que não haverá corte de nenhuma disciplina**. (22/09/2016). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39581>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MEIRELLES, Henrique. Meirelles diz que, sem teto, gastos públicos vão continuar aumentando (21/06/2016). **Globo News**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2016/06/meirelles-diz-que-sem-teto-gastos-publicos-vao-continuar-aumentando.html>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

MELO, Demian. **A Direita Ganha as Ruas: Elementos para um Estudo das Raízes Ideológicas da Direita Brasileira**. *In*: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

- MENICUCCI, Eleonora. MARTIM, Júlia. Misoginia. *In: ALVES, Giovanni. et al. Enciclopédia do Golpe*. Vol. 2: O Papel da Mídia. Bauru: Canal 6, 2018.
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. *In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) Política social no capitalismo*: tendências contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MISES, Ludwig von. **A Mentalidade Anticapitalista**. 2.ed. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *In: Revista Ciência e Educação*. v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3.ed. Ijuí: Unijuí, 2016.
- MOTA, Ana Elisabete, AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. *In: Serviço Social brasileiro nos anos 2000*: cenários, peijas e desafios. MOTA, A. E., AMARAL, A (org.). Recife: UFPE, 2014.
- MOTA, Ana Elisabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/03.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- MOURA, Maria Lucia S., FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de pesquisa**: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL). **Propostas**. Disponível em: <http://mbl.org.br/propostas/>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- NERI, Marcelo Cortês (Coord.). **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NERI, Marcelo Cortês. **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?** Centro de Políticas Sociais. FGV Social, 2018. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/Pobreza-Desigualdade>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social: módulo 1. Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete. *et al.* **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *In*: **Temporalis**. Ano II, n. 3. (Jan./Jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. *In*: **Revista Inscrita**. n.10, Brasília, CFESS, 2007b.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**. Toledo: 23 de setembro de 2017. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1bx9FvFBv4dphOVe8rwx17P8bQyDVPIcHpPX_72V-C-YY/edit. Acesso em: 10 dez. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, Fatima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. **Auditoria Especial no Sistema Eleitoral 2014**. (2015) Disponível em: <http://www.brunazo.eng.br/voto-e/arquivos/RelatorioAuditoriaEleicao2014-PSDB.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado Capitalista e Serviço Social: O neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *In*: **Revista Social & Sociedade**. n. 112, p. 611-612. São Paulo: Cortez, 2012.

PNUD. **Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano: Atualização Estatística 2018**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano--mas.html>. Acesso em: 11 dez. 2018.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, M. **O Mito da Grande Classe Média**: capitalismo e estrutura social. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo**: Teoria Social e Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PRANDI, Reginaldo. CARNEIRO, João Luiz. Em Nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 33, nº 96, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

PRANDI, Reginaldo. SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *In: Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 187-213, 8 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/110052/130984>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PROUNI. Dados e Estatísticas. **Bolsas Ofertadas por Ano (2015)**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como Trabalhador Assalariado: Desafios frente as Violações de seus Direitos. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político. *In: Revista Inscrita*. n.12. CFESS, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O Que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da Seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 91, 2007.

RODRIGUES, Mavi. Mesa Redonda: O Serviço Social Clínico e os Desafios Ético-Políticos postos ao Serviço Social. *In: Revista em Foco*. Rio de Janeiro: CRESS 9ª Região/UERJ, maio de 2003.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

- SAFATLE, Vladimir. A falsa onda conservadora. *In: Folha de São Paulo* (25/12/2015). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1722920-a-falsa-onda-conservadora.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- SAFATLE, Vladimir. **Só Mais um Esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In: Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. *In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2018.
- SANTOS, Claudia Monica dos. **Os Instrumentos e Técnicas**: Mitos e Dilemas na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil. Tese (doutorado) – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SCHERER, Giovane. **Juventudes, (in)segurança e políticas públicas**: a Proteção Social no Brasil. Curitiba: Juruá, 2017.
- SCRUTON, Roger. **Como Ser um Conservador**. Rio de Janeiro: Record, 2015a.
- SCRUTON, Roger. **O que é Conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015b.
- SENADO FEDERAL. **Entenda o assunto**. Pedalada Fiscal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>>. Acesso em 20 jan. 2019.
- SESTELO, José. ‘Os empresários não querem a extinção do SUS, querem o SUS conveniente aos seus interesses, como de fato tem sido’. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/os-empresarios-nao-querem-a-extincao-do-sus-querem-o-sus-conveniente-aos-seus>>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.
- SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SINGER, André. **O Lulismo em Crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (org.) **As Contradições do Lulismo**: a que ponto

chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, Adilson. SANTOS, Nelson Rodrigues dos. Financiamento do Sistema Único de Saúde nos governos FHC, Lula e Dilma. *In: Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 100, p. 18-25, jan-mar 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042014000100018&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 02 out. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SORIANO, Raul Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *In: Serviço Social & Sociedade*. n.122, pp.199-223, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SUASSUNA, Ariano. Entrevista com Ariano Suassuna. **Jornal da Globo** (02/06/2007). Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL879161-16021,00-ENTREVISTA+COM+ARIANO+SUASSUNA.html>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

TERRA. Reforma da Previdência é a primeira grande vitória de Lula (11/12/2003). Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/reforma-da-previdencia-e-a-primeira-grande-vitoria-de-lula,caf9bb6b4572d3bc5d8bb41926e163fflr91owco.html>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

TIBURI, Marcia. **Como Conversar com um Fascista**. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TOMANDO PARTIDO. **Vista suas ideias**. Disponível em: <<https://www.tomandopartido.com.br/camiseta-menos-marx-mais-mises>> Acesso em: 05 mai. 2018.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **Os Construtores do Império**: Ideias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TREVISAN, Claudia. FHC diz temer Bolsonaro no poder: “Ele propôs me matar quando eu estava na Presidência” (17/11/2017). *In: UOL Notícias*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/11/17/fhc-diz-ter-medo-da-possibilidade-de-bolsonaro-conquistar-o-poder.htm>> Acesso em: 12 jul. 2018.

VALENTE, Ivan. O colapso da conciliação de classes. *In: MARINGONI, Gilberto. MEDEIROS, Juliano. Cinco Mil Dias*: o Brasil na Era do Lulismo. São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

VEM PRA RUA. **O movimento**. Disponível em: <<https://www.vemprarua.net/o-movimento/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VIANNA, Rodrigo. G de Golpe. In: ALVES, Giovanni. *et al.* **Enciclopédia do Golpe**. Vol. 2: O Papel da Mídia. Bauru: Canal 6, 2018.

WAINER, João. Relembre em 7 atos os protestos que pararam SP em junho de 2013 (25/05/2014). In: **Revista da Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/05/1458969-relembre-em-7-atos-os-protestos-que-pararam-sp-em-junho-de-2013.shtml>>. Acesso em 02 nov. 2018.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

WILLIAMSON, John. “Consenso de Washington” foi longe demais, diz seu ideólogo (03/10/1999). In: CANZIAN, Fernando. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0310199918.htm>>. Acesso em 22 set. 2018.

WILLIAMSON, John. **A Short History of the Washington Consensus**. Paper commissioned by Fundación CIDOB for a conference “From the Washington Consensus towards a new Global Governance”. Barcelona: September 24–25, 2004. Disponível em: <<https://piie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. O fracasso socialista de Mandela (11/12/2013). In: **Blog da Boitempo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/11/a-fracasso-socialista-de-mandela/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Referências Documentais

AMARAL, Angela Santana do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. In: **Revista Katálysis**. v. 15, n. 2 (2012). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000200009>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BASÍLIO-DENADAI, Mirian Cátia Vieira; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. O Serviço Social e a temática droga. In: **Sociedade em Debate**. v. 22, n. 1 (2016). Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1383>> Acesso em: 07 jul. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. n.124, pp.637-651 (2015). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.043>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. A maioria da Lei 8.662/1993 em tempo de luta e resistência. In: **CFESS Manifesta**. Brasília: 07 jun. 2011a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_18anoslei8662_APROVADO.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. In: **CFESS Manifesta**. Brasília: 10 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2014cfessmanifesta-ebserh.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Educação não é fast-food: Diga não para a graduação à distância em Serviço Social. *In: CFESS Manifesta*. Brasília: 25 mai. 2011b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Em tempos desiguais, não temeremos! *In: CFESS Manifesta*. Brasília: 07 jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Lutar não é crime! *In: CFESS Manifesta*. Brasília: 09 nov. 2016b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-LutarNaoeCrime.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Nada a Temer! Continuamos na luta! *In: CFESS Manifesta*. Brasília: 26 ago. 2016c. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-NaoAoDesmonteSeguridade.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Sou assistente social e defendo o Estado laico! *In: CFESS Manifesta*. Brasília: 06 jan. 2016d. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. Tempos difíceis, tempos de reflexão e luta. *In: CFESS Manifesta*. Brasília: 07 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-Conjuntura.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. *In: Textos & Contextos*. v. 15, n. 1 (2016). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/21074>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar? *In: Serviço Social & Sociedade*. n.124, pp.665-677 (2015). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.045>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

FONSECA, Cleomar Campos da. A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. *In: Temporalis*. 5 v. 16, n. 32 (2016a). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14181>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

FONSECA, Cleomar Campos da. O projeto de formação do serviço social e as inflexões do pensamento pós-moderno. *In: Temporalis*. v. 16, n. 31 (2016b). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12254>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Serviço Social e Políticas Urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. *In: Libertas*. v. 15, n. 2 (2015). Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/3064>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GUAZZELLI, Amanda; ADRIANO, Ana Livia. Formação Profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios ético-políticos. *In: Temporalis*. v. 16, n. 31 (2016). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12296>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social:

reflexões preliminares. *In: Revista Katálysis*. Número Especial Bilíngue - Serviço Social, História e Desafios (2013). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de Graduação em Serviço Social para os assentados da reforma agrária. *In: Temporalis*. v. 11, n. 21 (2011). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2192>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

LEITE, Josimeire de Omena. Cultura crítica e o projeto ético-político do serviço social brasileiro: desafios contemporâneos. *In: Em Pauta*. 4 n. 29 (2012). Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3896>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

LIMA, Cristiana Costa. O serviço social brasileiro na atual fase do capitalismo: entre o conservadorismo e a resistência. *In: Revista de Políticas Públicas*. v. 20 (2016). Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/5990/3633>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

LOPES, Josefa Batista. 50 anos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. *In: Revista de Políticas Públicas*. v. 20, n. 1 (2016). Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

LOPES, Jussara de Cássia Soares. “À Flor da Pele”: Memórias de Vivências do Racismo e do Sexismo na Infância e na Adolescência de Assistentes. *In: Libertas*. v. 13, n. 1 (2013). Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2692>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MATTOS, Fernanda Gomes. Programa BPC trabalho e a programática neodesenvolvimentista na assistência social. *In: Temporalis*. v. 15, n. 29 (2015a). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9279>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MATTOS, Fernanda. Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência. *In: Revista Katálysis*. v. 18, n. 2 (2015b). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802015180200005>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PEREIRA, Evelyne Medeiros; HOLANDA, Denise de Araújo Silva; SOARES, Raí Vieira e SILVA, Samilly Elise de Souza. Educação, “neodesenvolvimentismo” e Serviço Social: os IFs em questão. *In: Serviço Social & Sociedade*. n.122, pp.317-340 (2015). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.025>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. Serviço Social: um *enfant terrible* na institucionalidade burguesa? *In: Serviço Social & Sociedade*. n.127, pp.413-429 (2016). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300413&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. *In: Temporalis*. v. 15, n. 29 (2015). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9251>> Acesso em: 07 jul. 2018.

SILVA, Claudia Neves da; DUTRA, Patrícia Vicente; LANZA, Fabio. A relação entre manifestações religiosas e o exercício profissional dos assistentes sociais: um estudo das contradições e possibilidades no norte do Paraná. *In: Sociedade em Debate*. v. 22, n. 2 (2016). Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1420>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SIQUEIRA, Luana Souza. Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica. *In: Revista Temporalis*, Brasília (DF): v. 12, n. 24, jul./dez. (2012). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2918>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *In: Serviço Social & Sociedade*. n.122, pp.199-223 (2015). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

VALLE, Karla Fernanda. Estado e Crise do Capital: debatendo as perdas da proteção social. *In: Argumentum*. v. 5, n. 1 (2013). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/4840>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

VIEIRA, Bianca Machado Concolato. O Serviço Social Ante as Desigualdades Sociais Advindas da Discriminação Racial no Brasil. *In: Libertas*. v. 13, n. 1 (2013). Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/2691/2227>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Assistente Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Profissional) Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada: “**A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social**”, que tem como objetivo principal analisar as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira, a fim de contribuir para uma atuação profissional crítica e atenta aos acontecimentos da realidade brasileira. O tema escolhido se justifica pela importância da formulação de estudos e pesquisas que objetivem entender a realidade das assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho, articulada com a conjuntura político-econômica que o Brasil vivencia.

O trabalho está sendo realizado pela acadêmica de Doutorado Suéllen Bezerra Alves Keller, sob a supervisão e orientação do prof. Dr. Giovane Antônio Scherer. Para alcançar os objetivos do estudo será realizada uma entrevista individual, gravada em áudio, com duração aproximada de 1 hora, na qual você responderá perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pela pesquisadora principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução 510/2016).

Existe o risco mínimo no caso de cansaço e/ou desconforto no momento de responder as questões da entrevista, porém, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação sem quaisquer prejuízos. O benefício de sua participação não será direto, no entanto, os resultados do estudo poderão contribuir para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação da prática profissional no Serviço Social.

Se necessitar de quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, entrar em contato com a pesquisadora Suéllen Bezerra Alves Keller, e-mail: suellenalvess@hotmail.com, telefone (51) 3320.3539 e endereço: Av. Ipiranga, Porto Alegre/RS, nº 6681, Bairro Partenon – Porto Alegre/RS, ou com o pesquisador Giovane Antônio Scherer, e-mail: giovane.scherer@pucrs.br, telefone (51) 3320.3539 e endereço: Avenida Ipiranga 6681, Prédio 15, sala 346 – Escola de Humanidades, Curso de Serviço Social.

Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma, ou que está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) localizado na Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703. CEP: 90619-900. Bairro Partenon. Porto Alegre – RS, que também estará disponível pelo telefone (51) 3320-3345 ou e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00.

Tendo em vista as informações aqui prestadas, eu _____ declaro

que recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo. Declaro que também fui informado:

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa;
- De que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal ou profissional;
- Da garantia de que não serei identificada quando da divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa.

Nome e Assinatura da (o) Profissional Entrevistada (o)

Assinatura da Pesquisadora: Ms. Suellen Bezerra Alves Keller. CPF: 026.762.093-45

Assinatura do Pesquisador: Dr. Giovane Antônio Scherer. CPF: 010.764.590-48

Porto Alegre/RS, ___ de _____ de 201__.

*APÊNDICE B – Carta de Apresentação da Pesquisa***CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

Ao Conselho Regional de Serviço Social do estado do Rio Grande do Sul (CRESS 10ª Região)

O CRESS 10ª Região está sendo convidado a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), intitulada: **“A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social”**, que tem como objetivo principal analisar as configurações do Serviço Social no contexto de esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e de ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira, a fim de contribuir para uma atuação profissional crítica e atenta aos acontecimentos da realidade brasileira.. O tema escolhido se justifica pela importância da formulação de estudos e pesquisas que objetivem entender a realidade das assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho, articulada com a conjuntura político-econômica que o Brasil vivencia. Os sujeitos participantes nesta pesquisa definem-se como assistentes sociais inscritas no CRESS 10ª Região que atuam no âmbito das políticas sociais, no estado do Rio Grande do Sul. A instituição, ao participar da pesquisa poderá contribuir para o avanço da compreensão da atuação profissional contemporânea.

O objetivo primordial da pesquisa é investigar a atuação profissional da assistente social, não sendo interesse analisar as relações do CRESS com as profissionais. As (os) assistentes sociais que aceitarem serem sujeitas (os) da pesquisa participarão de entrevistas baseadas na técnica da entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 1 hora, sendo abordadas questões relativas à sua atuação profissional e análise da conjuntura política, social e econômica do Brasil.

As (os) participantes deste estudo serão claramente informadas (os) de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, qualquer participante ou a instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo. Os resultados da pesquisa serão divulgados sob forma de relatório, tese de doutorado e artigos científicos.

Na divulgação dos dados será mantido sigilo quanto à identidade das informantes. O estudo somente terá início após apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Se necessitar de quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, entrar em contato com a pesquisadora Suéllen Bezerra Alves Keller, e-mail: suellenalvess@hotmail.com, telefone (51) 3320.3539 e endereço: Av. Ipiranga, Porto Alegre/RS, nº 6681, Bairro Partenon – Porto Alegre/RS, ou com o pesquisador Giovane Antônio Scherer, e-mail: giovane.scherer@puers.br, telefone (51) 3320.3539 e endereço: Avenida Ipiranga 6681, Prédio 15, sala 346 – Escola de Humanidades, Curso de Serviço Social.

Para qualquer pergunta sobre direitos dos participantes deste estudo ou se considerar

que instituição foi prejudicada por sua participação, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) localizado na Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703. CEP: 90619-900. Bairro Partenon. Porto Alegre – RS, que também estará disponível pelo telefone (51) 3320-3345 ou e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00.

Autorização: Concordo que o presente estudo seja realizado.

Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região

Assinatura da Pesquisadora: Ms. Suéllen Bezerra Alves Keller. CPF: 026.762.093-45

Assinatura do Pesquisador: Dr. Giovane Antônio Scherer. CPF: 010.764.590-48

Porto Alegre/RS, ___ de _____ de 201 ___.

*APÊNDICE C – Termo de Concordância Institucional***TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS

Prezados Senhores,

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de pesquisa intitulado “**A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social**”, proposto pelos pesquisadores Suellen Bezerra Alves e Giovane Antonio Scherer.

O referido projeto será realizado com informações fornecidas pelo Conselho Regional de Serviço Social do estado do Rio Grande do Sul (CRESS 10ª Região), que só serão disponibilizados a partir do recebimento da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região

Porto Alegre/RS, ____ de _____ de 201 ____.

APÊNDICE D - Roteiro da Pesquisa Bibliográfica

ROTEIRO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Pesquisa: A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer

Doutoranda: Suellen Bezerra Alves Keller

Análise de artigos em revistas científicas da área de conhecimento do Serviço Social, que tratem das temáticas/descriptores neodesenvolvimentismo e/ou conservadorismo.

- Data da coleta:
- Revista Científica e Qualis Capes:
- Autor, título e data de publicação:
- Temática central abordada:
- Palavras-chave:
- Concepção teórico-metodológica:
- Articulação com o Serviço Social (Sim ou Não):
- Resumo da tese central:

APÊNDICE E – Roteiro da Pesquisa Documental

ROTEIRO DA PESQUISA DOCUMENTAL

Pesquisa: A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer

Doutoranda: Suellen Bezerra Alves Keller

Análise das Publicações do CFESS Manifesta.

- Data da coleta:

- Tipo de documento:

- Principal pauta do documento:

- Concepção política:

- Resumo das principais considerações e direcionamentos:

*APÊNDICE F – Formulário de Entrevista da (o) Profissional***FORMULÁRIO DE ENTREVISTA - ASSISTENTE SOCIAL**

Pesquisa: A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer

Doutoranda: Suellen Bezerra Alves Keller

Instituição:

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

BLOCO A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA (O) PROFISSIONAL

1. Idade:
2. Gênero:
3. Ano e lugar de formação:
4. Modalidade de formação:
5. Nível de Formação:
6. Função/Cargo na instituição:
7. Tempo que trabalha na instituição:
8. Tipo de vínculo formal com a instituição:
9. Atuação anterior em outros espaços:
10. Quantas horas trabalha por dia?
11. Trabalha em outro espaço?

BLOCO B – SERVIÇO SOCIAL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Como a formação profissional contribuiu para sua atuação profissional?
2. Que referenciais você utiliza para subsidiar sua prática profissional?
3. Você acompanha os debates da categoria profissional? De que forma?
4. Utiliza ou já utilizou algum documento elaborado por alguma entidade político organizativa? Qual?
5. Já participou de algum evento organizado pelas entidades político-organizativas da

profissão? Qual?

6. Como é a sua relação com os colegas de trabalho e, mais no geral, com a categoria profissional?
7. Qual a sua principal demanda? Por que essa demanda existe?
8. Me conte um pouco sobre o cotidiano de trabalho.
9. Quais as suas principais dificuldades e limitações em seu trabalho?
10. Quem são os usuários dos serviços que você presta? Que tipo de atividades exerce?
11. De que forma atende as demandas dos usuários? O que a instituição espera da sua atuação?
12. Como você avalia as condições objetivas para realização do trabalho?
13. Que resultados você espera do seu trabalho?
14. Pretende se manter nesse espaço? Que perspectivas você vê para esse campo no futuro?

BLOCO C - ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. Como você analisa o contexto contemporâneo?
2. Como você poderia caracterizar alguns conceitos que estão em nosso cotidiano profissional, como família, racismo, homoafetividade, gênero, maioridade penal?
3. O que você entende por conservadorismo?
4. O conservadorismo implica de alguma forma em seu trabalho? De que forma?
5. Você observa mudanças no seu exercício profissional que podem ter sido influenciadas pela conjuntura?
6. A partir da observação do seu cotidiano de trabalho, como você avalia os governos de Lula e Dilma?
7. O que você pensa sobre o *impeachment* da presidenta Dilma?
8. Você já percebeu alguma mudança no seu espaço de trabalho que tenha relação com a destituição da presidenta Dilma através do processo de *impeachment*?
9. O que está achando do governo de Michel Temer?
10. O que você compreende pelo direcionamento político da profissão, na construção de uma nova sociabilidade?

*ANEXO A – Carta de Aprovação da Comissão Científica da Escola de Humanidades da
PUCRS*



SIPESQ
Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 7777

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2017.

Prezado(a) Pesquisador(a),


A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "(A) A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social".

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP – Plataforma Brasil

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social

Pesquisador: Giovane Antonio Scherer

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78858017.3.0000.5336

Instituição Proponente: UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio


DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.357.897

Apresentação do Projeto:

A pesquisa terá como objetivo geral analisar as repercussões profissionais do esgotamento do neodesenvolvimentismo para o Serviço Social, levando em consideração a fase de transição atual, que aponta para o crescimento do conservadorismo, a fim de contribuir para uma atuação profissional crítica e alinhada com os acontecimentos recentes da realidade brasileira. Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho explicativo, com pesquisa teórico-bibliográfica, documental e de campo. A delimitação temporal foi feita considerando o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2011 e o processo de impeachment do qual ela foi alvo em 2016, com o início do governo de Michel Temer. As fontes de pesquisa serão artigos publicados em revistas científicas do Serviço Social, sobre o neodesenvolvimentismo, o conservadorismo e a relação desses fenômenos com o Serviço Social. Também serão fontes de pesquisa projetos de lei e proposições que tramitam na Câmara dos Deputados, e pontuam pautas sociais, escolhidos de forma intencional aqueles de maior evidência no período de delimitação da pesquisa. Será feita ainda uma pesquisa de campo com profissionais inscritos no Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESS 10ª Região), selecionados de forma aleatória, com o objetivo de investigar as repercussões para o Serviço Social do período neodesenvolvimentista e o avanço do conservadorismo.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.357.897

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa terá como objetivo geral analisar as repercussões profissionais do esgotamento do neodesenvolvimentismo para o Serviço Social, levando em consideração a fase de transição atual, que aponta para o crescimento do conservadorismo, a fim de contribuir para uma atuação profissional crítica e alinhada com os acontecimentos recentes da realidade brasileira.

Objetivo Secundário:

- Compreender o que representou o projeto neodesenvolvimentista no contexto político brasileiro, através da análise de suas características centrais;
- Analisar como se deu o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista na sociedade brasileira e qual a sua relação com o crescimento do conservadorismo;- Compreender a ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira;- Conhecer as repercussões profissionais do esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e da ascensão do conservadorismo para os assistentes sociais;- Estudar o posicionamento da categoria profissional em relação ao esgotamento do neodesenvolvimentismo e à ascensão do conservadorismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Existe o risco mínimo no caso de cansaço e/ou desconforto no momento de responder as questões da entrevista, porém, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação sem quaisquer prejuízos.

Benefícios:

O benefício de sua participação não será direto, no entanto, os resultados do estudo poderão contribuir para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação da prática profissional do Serviço Social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores atenderam as pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:


Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-000
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puocs.br

Página 01 de 04

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-000
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puocs.br

Página 02 de 04

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.357.897

Apresenta todos os termos.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente e metodologicamente adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas nas Resoluções n° 466 de 2012 e Norma Operacional n° 001 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, manifesta-se pela aprovação do estudo.


Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_999479.pdf	10/10/2017 21:47:03		Aceito
Outros	cartapendencias.doc	10/10/2017 15:58:48	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Outros	cartadeapresentacao.pdf	10/10/2017 15:51:15	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Outros	suellenalves_lattes.pdf	10/10/2017 15:34:32	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Outros	giovaneantonioscherer_lattes.pdf	10/10/2017 15:34:12	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_s.pdf	21/09/2017 18:34:10	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projetofinal.docx	21/09/2017 18:07:33	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Brochura Pesquisa	documentounificado.pdf	21/09/2017 18:05:39	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Cronograma	cronograma.doc	20/09/2017 17:33:30	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termodeconcordancainstitucional.pdf	20/09/2017 17:29:00	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	20/09/2017 17:28:36	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	20/09/2017 17:28:09	SUELLEN BEZERRA ALVES KELLER	Aceito

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-000
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puocs.br

Página 03 de 04

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.357.897

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 30 de Outubro de 2017

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador)

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-000
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puocs.br

Página 04 de 04



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br

